ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PORTARIA N° 002/2011

O Secretario Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o disposto no Art. 16 da Lei Municipal n° 1.012/2010, de 03.12.2010, resolve baixar a presente Portaria com vistas a orientar o SAT-Serviço de Administração Tributaria e os usuários da Nota Fiscal de Serviços Eletronicas-NFSe:

AUTORIZO a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletronica-NFSe de forma coletiva, com identificação do tomador através de relação a ser anexada ao documento fiscal, conforme a atividade e volume de serviços prestados pelo contribuinte, inclusive no que tange aos contribuintes que estejam autorizados a emissão do Emissor de Cupom Fiscal-ECF, nos termos da Lei Federal n° 9.532/1997, observando-se:

I - os contribuintes que necessitem se enquadrar na autorização deverão apresentar requerimento à Secretaria Municipal de Fazenda, contendo as justificativas;

II - a relação acima referida deverá conter, em todas as suas folhas, a assinatura do profissional responsável pela contabilidade do contribuinte.]

Gabinete do Secretario, em 20 de setembro de 2011.

JORGE WILSON VALVERDE DE SOUZA
Secretario Municipal de Fazenda

PUBLICADO EM 26/09/2011 NO JORNAL "O BANDEIRANTE".

PORTARIA N° 002/2016, de 23/02/2016

O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Decreto n° 3.015/ 2016, de 16 de fevereiro de 2016, publicado no Jornal Foco de 19/02/2016,

DETERMINA,

Art° 1° - A partir desta data deverá ser cumprido o que prevê o Capítulo IV-Declaração de Transação Imobiliária, Artigos 13° a 17° e Artigo 44 do Decreto n° 3.015/2016 de 16 de fevereiro de 2016.

§ 1° – O serviço de Protocolo da Secretaria Municipal de Administração não mais poderá acatar requerimentos que apresentem o antigo modelo para solicitação de guia de pagamento do ITBI/LAUDEMIO sob pena de serem devolvidos pela Secretaria de Fazenda.

§ 2° - Conforme previsto no caput desta instrução, doravante somente terá validade o documento DTI-Declaração de Transação Imobiliária previsto no anexo 02 do Decreto n° 3.015, de 16.02.2015.

§ 3° - Deverão ser cumpridas as seguintes determinações do Decreto n° 3.015 de 19/02/2016:

"Art.14- Nas transmissões ou cessões, o contribuinte, o escrivão de notas ou o tabelião, antes da lavratura da escritura ou do instrumento, conforme o caso, emitirá a Declaração de Transação Imobiliária-DTI, com a descrição completa do imóvel, suas características, localização, área de terreno, tipo de construção, benfeitorias, inscrição no Cadastro Imobiliário da Prefeitura se urbano, qualificação completa do vendedor e do adquirente, endereço para entrega de avisos e outros elementos que possibilitem a perfeita identificação do imóvel, tipo de transação e valor da transação.

Parágrafo 1°. A Declaração de Transação Imobiliária-DTI deverá conter as assinaturas do adquirente e do cessionário e números de telefones para contato com ambos.

Parágrafo 2°. A emissão da Guia deverá ser feita pelo oficial de registro, antes da transcrição, na hipótese de registro da Carta de Adjudicação.

Parágrafo 3°. Na hipótese do parágrafo anterior, fica dispensada a descrição dos imóveis na Guia, se a ela for anexada cópia da Carta de Adjudicação.

Parágrafo 4°. Instruirão o Processo de ITBI:
a)Guia de Declaração de Transação Imobiliária-DTI;
b)Certidão de Inteiro Teor expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou xerox da escritura do imóvel objeto da transação;

c)Cópia do CPF e RG do adquirente e cessionário;
d)Espelho do IPTU do imóvel objeto da transação em que conste todos os dados cadastrais do mesmo na Prefeitura (apenas para imóveis urbanos);
e)Copia de comprovante de residência atualizado (máximo noventa dias) do adquirente;
f)Guia quitada em estabelecimento bancário, lotérica ou correios, referente ao recolhimento da tarifa de serviços pertinente; e
g)Em casos de imóveis financiados, cópia do Contrato firmado com a instituição financiadora.

Art.15- Havendo divergência entre os dados constantes da Certidão de Inteiro Teor fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou da cópia da Escritura do imóvel e os dados do Cadastro Imobiliário do Município, esta deverá ser sanada antes da protocolização do Processo do ITBI no setor competente da Prefeitura.

Art.16- A não apresentação de qualquer dos documentos ou o não atendimento a qualquer das exigências contidas nos Artigos 14 e 15 deste Regulamento, impedirá a protocolização do Processo de ITBI."

Publique-se,

Cantagalo-RJ, 22 de fevereiro de 2016.

JORGE WILSON VALVERDE DE SOUZA

Secretário de Fazenda.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 002/2009

O Secretário Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, com base no Decreto nº 1722/2005, de 06/06/2005; e

Considerando a necessidade de um melhor aproveitamento dos recursos do Sistema E&L em uso do Serviço de Arrecadação Tributária-SAT; e

A necessidade de controlar a emissão de guias de recolhimento do ITBI-Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis,

DETERMINA QUE:

A partir de 04/01/2010 a emissão de guias para pagamento do ITBI-IMPOSTO SÔBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS deverá ser feita exclusivamente através do Sistema Eletronico implantado no Serviço de Arrecadação Tributária-SAT.

Publique-se,

Cantagalo-RJ, 30 de dezembro de 2009.

JORGE WILSON VALVERDE DE SOUZA
Secretário Municipal de Fazenda

PORTARIA N° 001/2012

Aprova o Sistema para validação e transmissão da Declaração Eletrônica Mensal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, para as instituições financeiras.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Sistema para validação e transmissão da Declaração Eletrônica Mensal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, para as instituições financeiras (DES-IF).

Art. 2º - A DES-IF será validada e transmitida somente por meio do sistema de ISS Bancário on-line disponibilizado pelo Município de Cantagalo-RJ, no endereço eletrônico determinado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 1º - As Instituições Financeiras deverão apresentar a DES-IF mensalmente dos fatos geradores ocorridos a partir de 01 de julho de 2012.

§ 2º - Módulo de Informações Comuns: deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 10 do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados ou no início das declarações que trata esta Portaria, contendo:

I - Plano geral de contas comentado – PGCC;

II - Tabela de tarifas de serviços da instituição;

III - Pacotes de serviços;

IV - Composição dos pacotes de serviços;

V - Tabela de identificação de serviços de remuneração variável.

§ 3º - Módulo de Apuração Mensal do ISSQN: deverá ser gerado mensalmente e entregue ao fisco até o dia 10 do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

I - o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil;

II - o conjunto de informações que demonstram a apuração do ISSQN mensal;

III - a informação se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição;

IV - Demonstrativo da movimentação das tarifas;

V - Movimentação no número de correntista;

VI - Arrecadação referente aos pacotes de serviços.

§ 4º - Módulo Demonstrativo Contábil: deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 10 do mês de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

I - os Balancetes Analíticos Mensais;

II - o Demonstrativo de rateio de resultados internos.

§ 5º - Módulo Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: deverá ser gerado anualmente até o dia 10 do mês de julho do ano seguinte ao de competência dos dados declarados e entregue ao fisco, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis.

§ 6º - A primeira validação dos arquivos será feita na sede do Município na Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 7º - Após a primeira validação dos arquivos que trata o parágrafo anterior as Instituições Financeiras, solicitarão o credenciamento pelo site de domínio deste Município no endereço eletrônico: www.cantagalo.rj.gov.br.

§ 8º - As declarações não transmitidas pelo sistema eletrônico disponível no site deste Município após o credenciamento da Agência Bancária, não serão aceitas.

Art. 3º- O cumprimento da obrigação só se completa com a geração do Recibo de Entrega pela Secretaria Municipal da Fazenda, cabendo ao contribuinte a responsabilidade pela sua obtenção por meio do sistema de ISS Bancário online do Município de Cantagalo-RJ, no próprio endereço eletrônico de validação e transmissão.

Art. 4º- A Declaração Eletrônica das Instituições Financeiras DES-IF, deverá ser gerada em conformidade com as especificações constantes no **Anexo I** desta Portaria, abrangendo fatos geradores ocorridos a partir de julho de 2012**.**

Parágrafo Único – O prazo para entrega da primeira declaração para validação será 10 de Agosto de 2012.

Art. 5º - Todos os arquivos que compõem a DES-IF, inclusive o Recibo de Entrega, deverão ser guardados pelo contribuinte pelo prazo decadencial do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 6° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 01 de julho de 2012, revogando as disposições contrárias.

Cantagalo-RJ, 19 de Junho de 2012.

Jorge Wilson Valverde de Souza
Secretário Municipal de Fazenda

ANEXO I

A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) é um documento fiscal de existência exclusivamente digital, para registrar a apuração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e as operações das Instituições Financeiras e equiparadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central (BACEN) e demais Pessoas Jurídicas obrigadas a utilizar o Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A geração da DES-IF será feita por meio de serviços informatizados, disponibilizados aos contribuintes, para a importação de dados que a compõe, sua validação é a certificação digital.

É de responsabilidade do contribuinte o cumprimento da obrigação acessória que consiste em:

- Geração das informações, conforme periodicidade estabelecida;
- Entrega ao Fisco segundo periodicidade estabelecida;
- Guarda da DES-IF.

A DES-IF tem as seguintes finalidades básicas derivadas dos registros contábeis:

- Escriturar eletronicamente todas as Contas de resultado com identificação das receitas dos serviços prestados;
- Escriturar eletronicamente a apuração do imposto devido.

É composta de quatro módulos, com entregas discriminadas, constituídos das seguintes informações e validados pelo aplicativo disponibilizado pelo Fisco Municipal:

- Informações Comuns;
- Demonstrativo Contábil;
- Apuração Mensal do ISSQN;
- Inteligência Fiscal.

Cada módulo tem suas informações e sua utilidade, abaixo segue todos os módulos com suas respectivas propriedades:

Informações Comuns

Este módulo de declaração é feita anualmente ou quando houver alteração nos dados.

É composto dos seguintes registros:

- Identificação da declaração;
- Plano geral de contas comentado – PGCC;
- Tabela de tarifas de serviços da instituição;
- Tabela de identificação de serviços de remuneração variável;
- Pacotes de serviços;
- Composição dos pacotes de serviços.

Demonstrativo Contábil

Periodicidade de entrega: Anual

É Composto dos seguintes registros:

- Identificação da declaração;
- Identificação da dependência;
- Balancete analítico mensal;
- Demonstrativo de rateio de resultados internos.

Módulo Apuração Mensal do ISSQN

Periodicidade de entrega: Mensal

É Composto dos seguintes registros:

- Identificação da declaração;
- Identificação da dependência;
- Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo;
- Demonstrativo da movimentação das tarifas;
- Arrecadação referente aos pacotes de serviços;
- Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher.

Inteligência Fiscal

Analisa as declarações e os dados enviados para levantamento do ISS devido, informando aos declarantes as irregularidades encontradas.

Definição dos registros que compõem a DES-IF

Identificação da declaração

É o conjunto de informações que identificam a Instituição, competência da declaração e registros que a compõem.

Plano geral de contas comentado – PGCC

Plano geral de contas comentado – PGCC analítico de todas as Contas de resultado credoras e, conforme posterior definição, as devedoras, com vinculação das Contas internas à codificação do COSIF, com o respectivo enquadramento na lista de serviços da Lei Complementar 116/03 (LC 116/03) e a descrição detalhada da natureza das operações registradas nos Subtítulos.

O PGCC deve conter todos os Grupos do COSIF, sendo obrigatório somente para o grupo 7000000 o detalhamento dos respectivos Subgrupos, desdobramento do Subgrupo, Título e Subtítulo.

Os Subtítulos do Grupo 7000000 deverão conter exclusivamente receitas de mesma natureza, no nível mais analítico, segregando os valores por espécie. Exemplos: juros, multas, amortizações, correção monetária, comissões pela intermediação na venda de seguro, comissões pela intermediação na venda de pacote turístico, comissões pela intermediação na venda de cartão de crédito, tarifas de emissão de cheque, tarifas de manutenção de Contas, tarifa de abertura de créditos, bonificações, honorários e taxas.

Tabela de tarifas de serviços da instituição

Tabela de tarifas de produtos e serviços da Instituição com suas vinculações aos respectivos Subtítulos de lançamento contábil. Registro obrigatório apenas às Instituições que têm o dever de possuí-la, conforme disciplina do BACEN.

Grupos de pacotes de serviços utilizados pelas Instituições Financeiras

Pacotes de serviços com suas respectivas configurações, tais como tarifas que o compõem, valor do pacote e forma de aquisição e ou condição para aquisição dos mesmos pelos correntistas.

Tabela de identificação de serviços de remuneração variável

Tabela na qual são identificados os subtítulos onde são escrituradas as receitas dos serviços constantes na Tabela de Serviços de Remuneração Variável prestados.

Identificação da dependência

É o conjunto de informações que identifica a estrutura da Instituição, suas dependências, o detalhamento dos dados cadastrais e tipo da declaração.

Balancete analítico mensal

Balancetes analíticos mensais das Contas de resultado por CNPJ de cada dependência da Instituição localizada no município.

Os balancetes de cada CNPJ devem integrar os registros das operações das unidades a eles vinculadas.

Todas as contas de resultado com movimentação no período devem constar no balancete, ficando dispensada a prestação de informações das Contas de resultado de natureza devedora (despesas) até que se faça um estudo específico.

Demonstrativo de rateio de resultados internos

Demonstra os valores por natureza de receita lançados de forma consolidada no Título “Rateio de Resultados Internos” ou nos relatórios gerenciais de rateio. Obrigatório para todas as dependências cujo Título “Rateio de Resultados Internos” possui lançamento em seus balancetes.

O somatório por competência de Receita Rateada deve ser igual ao valor lançado no Registro de Balancete analítico mensal para o Título “Rateio de Resultados Internos” correspondente ao COSIF.

Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo

Demonstrativo da apuração, por Subtítulo, da receita tributável mensal por alíquota e imposto devido. Deverão ser informados mensalmente todos os Subtítulos sujeitos à incidência do ISSQN que tiveram movimentação no período.

Demonstrativo da movimentação das tarifas

Declarações bancárias, permitindo que sejam transferidas informações de lançamentos de cada Tarifa de Serviços cobrada dentro do mês de competência, não podendo agrupamento por tarifa, sendo obrigatório informar a movimentação mesmo que com desconto de 0% a 100%.

Demonstrativo da movimentação dos grupos de pacotes de serviços.

Declarações bancárias, permitindo que sejam transferidas informações de lançamentos da quantidade de pacotes de serviços cobrados durante o mês da apuração do ISSQN.

Demonstrativo da movimentação no número de correntista

Declarações bancárias, permitindo que sejam transferidas informações de lançamentos do número de correntistas.

Demonstrativo da apuração do ISSQN mensal a recolher

Demonstrativo da apuração do ISSQN mensal a recolher com as devidas deduções e ajustes na receita declarada, incentivos autorizados em lei e depósitos judiciais.

Os créditos a compensar só poderão ser referentes a pagamento a maior de ISSQN em competências anteriores ao aproveitamento do crédito, nos termos da legislação municipal.

É o resultado da consolidação do Registro Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo agrupado conforme definido em legislação municipal e informado no campo tipo da consolidação (Tipo_Cnso) do Registro Identificação da declaração, a saber:

Tipo de Consolidação	Descrição	Campo de Agrupamento
1	Instituição e Alíquota	Aliq_ISSQN
2	Instituição, alíquota e código de tributação DES-IF	Aliq_ISSQN e Cod_Trib_DES-IF

3	Instituição, alíquota e código de tributação DES-IF	CNPJ_Unif e Aliq_ISSQN
4	Dependência, alíquota e código de tributação DES-IF	CNPJ_Unif e Aliq_ISSQN e Cod_Trib_DES-IF

Declaração sem movimento

A Instituição Financeira que não tiver movimentação para as dependências estabelecidas no município não devem informar o Registro do Demonstrativo da apuração do ISSQN mensal a recolher (0430) para a dependência ou instituição, conforme o tipo de consolidação, ou seja, a declaração deve conter somente os registros:

- Identificação da declaração (0000);
- Identificação da dependência (0400).
- Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher (0440), sendo que deve ser informado sem valor.

A declaração sem movimento pode ser:

- Para toda a instituição tipo de consolidação igual a 1 (Instituição e alíquota) ou 2 (Instituição, alíquota e código de tributação DES-IF);
- Para uma ou mais dependências tipo de consolidação igual a 3 (Dependência e alíquota) ou 4 (Dependência, alíquota e código de tributação DES-IF);

O Registro do Demonstrativo da apuração do ISSQN mensal a recolher deve ser preenchido conforme tabela a seguir:

Nº	Campo	OBR	Regra de Preenchimento
1	Num_linha	S	Sequencial
2	Reg	S	“0440”

3	CNPJ	S	Se R0000.Tipo_Cnso = 1 ou 2, informar R0000.CNPJ_Resp_Rclh, senão, informar R0400.CNPJ_Unif
4	Cod_Trib_DESIF	N	Não deve ser informado
5	Rece_Decl_Cnso	S	Deve ser preenchido com zero
6	Dedu_Rece_Decl_Sub_Titu	N	Não deve ser informado
7	Dedu_Rece_Decl_Cnso	N	Não deve ser informado
8	Desc_Dedu	N	Não deve ser informado
9	Base_Calc	S	Deve ser preenchido com zero
10	Aliq_ISSQN	S	Deve ser preenchido com zero
11	Valr_ISSQN_Devd	S	Deve ser preenchido com zero
12	Valr_ISSQN_Retd	N	Não deve ser informado
13	Inct_Fisc_Sub_Titu	N	Não deve ser informado
14	Inct_Fisc	N	Não deve ser informado
15	Desc_Inct_Fisc	N	Não deve ser informado
16	Valr_A_Cmpn	N	Não deve ser informado
17	Orig_Cred_A_Cmpn	N	Não deve ser informado
18	Valr_ISSQN_Rclh	N	Não deve ser informado
19	Motv_Nao_Exig	N	Não deve ser informado
20	Proc_Motv_Nao_Exig	N	Não deve ser informado
21	ISSQN_A_Relh	N	Não deve ser informado

Demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis

Demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis com informações do Razão Analítico ou Ficha de Lançamentos. A Instituição Financeira deve apresentar ao Fisco Municipal, em meio magnético, sempre que solicitado, conforme os seguintes critérios:

- Para um período;
- Apenas para um conjunto de Subcontas;

- Com todos os lançamentos;
- Somente com os lançamentos a crédito;
- Somente com os lançamentos a débito.

Para um mesmo lançamento, a soma das partidas a débito deve ser igual à soma das partidas a crédito.

Os lançamentos deverão ser entregues ao município cujo Município Contábil e/ou Município Vinculado for igual ao município para o qual se dirige a DES-IF e que pelo menos uma partida seja em Subtítulo de resultado credor.

Sempre que solicitado, deverão ser entregues ao município todos os lançamentos onde o Município Contábil ou Município Vinculado for o município solicitante.

1. Layout dos Arquivos

1.1 – Identificação da declaração obrigatória em todos os arquivos

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número seqüência que identifica a linha do arquivo	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a seqüência em +1 para todos os demais registros	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo ‘0000’	S	C	4		ED035 EG009 EG012 EG014 ED037
3	CNPJ	Identificação da Instituição composta dos 8 primeiros algarismos do CNPJ	S	C	8	Sem máscara de formatação	ED001 EG009
4	Nome	Razão Social da Instituição	S	C	100		ED002 EG009
5	Tipo_Inti	Identifica o tipo de Instituição a qual se refere esta declaração, conforme Tabela de Títulos	S	C	1	Deve pertencer à Tabela de Títulos	ED003 ED020 EG009
6	Cod_Munc	Código do município onde será entregue a declaração (Tabela de Municípios do IBGE)	S	N	7	Deve existir na Tabela de Municípios do IBGE	EG001 EG008 EG009 EG010

7	Ano_Mes_Inic_Cmp	Ano e mês de início competência da declaração. Formato: “aaaamm”	S	C	6	Ano e mês válidos Modu_Decl = 1 Mês deve ser igual a 01 (janeiro) exceto para início de atividades em mês diferente de janeiro. Modu_Decl = 3 Mês deve ser igual a 01 (janeiro), exceto para: - início de atividades em mês diferente de janeiro - em caso de alteração do PGCC e tabelas dentro do exercício, informar início da vigência. Ano não pode ser inferior a 10 anos ou maior que o corrente	A002 A007 ED004 ED005 EG007 EG009
8	Ano_Mes_Fim_Cm PE	Ano e mês de fim da competência da declaração. Formato: aaaamm	S	C	6	Ano e mês válidos Modu_Decl = 1 ou 3. Mês deve ser igual a 12 (dezembro) e ano igual ao ano de Ano_Mes_Inic_Cmpe, exceto para empresa que encerrou sua atividade antes do mês de dezembro Modu_Decl = 2 _ deve ser igual a Ano_Mes_Inic_Cmpe	A001 ED004 ED005 ED023 ED052 EG007 EG009
9	Modu_Decl	Módulo da declaração. 1 - Demonstrativo Contábil 2 - Apuração Mensal do ISSQN 3 - Informações Comuns	S	N	1		ED014 ED015 EG008 EG009
10	Tipo_Decl	Identificação do tipo da declaração 1 - Normal 2 – Retificadora	S	N	1	Modu_Decl = 3 _ Tipo deve ser igual a 1 (Normal)	ED006 ED018 ED046 EG008 EG009
11	Prtc_Decl_Ante	Protocolo da declaração a ser retificada ou complementada	N	C	30	Obrigatório para Tipo_Decl igual a 2 (Retificadora) Não deve ser informado para Tipo_Decl igual a 1 (Normal)	ED024 ED025 ED026 EG009
12	Tipo_Cnso	Indica o tipo da consolidação para fins de apuração do imposto mensal a recolher 1 - Instituição e alíquota 2 - Instituição, alíquota e código de tributação DES-IF 3 - Dependência e alíquota 4 - Dependência, alíquota e código de tributação DES-IF	N	N	1	Modu_Decl = 1 ou 3 _ Tipo não deve ser informado Modu_Decl = 2 _ Tipo deve ser informado. Se declaração sem movimento, informar 1 - “Instituição e Alíquota"	ED012 ED021 ED022 ED031 ED047 EG008 EG009

13	CNPJ_Resp_Rclh	Dependência com responsabilidade pelo recolhimento do ISSQN. Identificação da dependência composta dos 6 últimos algarismos do CNPJ da dependência responsável pelo recolhimento do ISSQN, inclusive dígito verificador e sem máscara de formatação	N	C	6	Modu_Decl = 1 ou 3 _ CNPJ responsável pelo recolhimento não deve ser informado Modu_Decl = 2 _ CNPJ responsável pelo recolhimento deve ser informado conforme regra de tipo de consolidação. Validar dígito verificador, concatenando com CNPJ do Registro de Identificação da declaração para formação do número completo. Deve existir no Registro de Identificação da dependência, com contabilidade própria e pertencer ao município da entrega da declaração Obrigatório se Tipo_Cnso igual a 1 - “Instituição e alíquota” ou 2 - “Instituição, alíquota e código de tributação DES-IF” ou se não houver ocorrências do Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo Não informar se Tipo_Cnso igual 3 - “Dependência e alíquota” ou 4 - “Dependência, alíquota e código de tributação DES-IF”	ED013 ED019 ED032 ED033 ED034 ED048 ED051 EG004 EG009
14	Idn_Versao	Identificador da versão da DES-IF	S	C	10	Deve conter o número da versão atual da DES-IF no município	ED042 ED043 EG009
15	Tipo_Arred	Tipo do arredondamento de cálculo dos Valores 1 - Arredondado 2 – Truncado	N	N	1	Modu_Decl = 1 ou 3 _ Tipo não deve ser informado Modu_Decl = 2 _ Tipo deve ser informado.	ED044 ED045 ED049 EG008 EG009

2. Layout dos arquivos de entrega anual ou início da declaração

2.1 - Plano geral de contas comentado - PGCC

Registro 0100: Plano geral de contas comentado - PGCC (Anual ou início da declaração).

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número seqüência que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a seqüência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo '0100'	S	C	4		EG009 EG012 EG014 EI023
3	Conta	Código do Grupo, Subgrupo, desdobramento do Subgrupo, Título e Subtítulo de acordo com o Plano de Contas - PGCC interno.	S	C	30	Sem uso de máscara de formatação. Deve ter uma ocorrência por declaração.	EG009 EG016 EI001
4	Nome	Nome do Grupo, Subgrupo, desdobramento do Subgrupo, Título e Subtítulo de acordo com o PGCC interno.	S	C	100		EG009 EI003
5	Desc_Conta	Descrição detalhada que permita a identificação a natureza da operação nela contabilizadas. Obrigatório somente para Subtítulos mais analíticos (que recebem os lançamentos contábeis).	N	C	600	Obrigatório se não for referenciada no campo Conta_Supe do PGCC.	EG009 EI004
6	Conta_Supe	Código da Conta hierárquica e imediatamente superior. Não preencher se, e somente se, Grupo inicial (topo).	N	C	30	Sem uso de máscara de formatação. Deve existir como Conta no Registro de Plano geral de contas comentado - PGCC É obrigatório sempre que Conta COSIF não for um Grupo da Tabela COSIF Deve existir pelo menos um Grupo inicial Não pode haver mais que dois Grupos iniciais (Grupos 7 e 8 do COSIF).	EG009 EI005 EI006 EI007 EI021
7	Desc_Conta	Código da conta de mesmo nível hierárquico ou do Subtítulo mais analítico do COSIF relacionado a esta Conta do PGC interno.	S	C	20	Sem máscara de formatação. Deve existir na Tabela do COSIF. Deve seguir a mesma estrutura hierárquica do COSIF Conta COSIF deve estar vigente na competência da declaração.	A008 A009 EG009 EI008 EI009 EI018 EI027 EI028

							EI009
8	Cod_Trib_DESIF	Código de tributação DES-IF. Informar de acordo com o item **5.1 – Código Tributação**	N	C	20	Obrigatório somente para os subtítulos informados no campo Sub_Titu dos registros 0200 e 0300. Devem ser informados para todos os subtítulos em que são contabilizadas receitas de prestação de serviços. Não pode ser informado para subtítulos que são referenciados no campo Conta_Supe do registro 0100 Deve existir na Tabela de Códigos de Tributação da DES-IF e Tabela Códigos de Tributação do Município dentro da vigência da declaração.	EI010 EI014 EG009 EG011

2.2 - Tabela de tarifas de serviços da Instituição Financeira

Registro 0200: Tabela de Tarifas de Serviços da Instituição

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número seqüência que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a seqüência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo ‘0200’	S	C	4	Registro obrigatório quando Instituição cujo Tipo da instituição (Tipo_Inti no Registro Identificação da declaração) a Tabela de Títulos com atributo Tabela de Tarifas obrigatória igual a “Sim”.	EG009 EG012 EG014 EI024
3	Idto_Tari	Código de identificação da tarifa, atribuído pela instituição.	S	C	20	Sem uso de máscara de formatação. Não pode ter mais de uma ocorrência para o mesmo Subtítulo para a mesma vigência.	EG009 EI011 EI015
4	Desc_Tari	Descrição da tarifa	N	C	100	Obrigatório somente a primeira ocorrência para o mesmo período.	EI012 EI020 EG009
5	Sub_Titu	Código do Subtítulo, de acordo com o PGCC interno, no qual a receita da tarifa é escriturada.	S	C	30	Sem uso de máscara de formatação. Deve existir no Registro de Plano geral de contas comentado PGCC como subtítulo analítico.	EG009 EG015 EI002 EI013

2.2.1 - Tabela de valores das tarifas de serviços da instituição

Registro 0201: Tabela de Valores das Tarifas de Serviços da Instituição

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número seqüência que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a seqüência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo '0201'	S	C	4	Registro obrigatório quando Instituição cujo Tipo da instituição (Tipo_Inti no Registro Identificação da declaração) a Tabela de Títulos com atributo Tabela de Tarifas obrigatória igual a "Sim".	EG009 EG012 EG014 EI024
3	Idto_Tari	Código de identificação da tarifa, atribuído pela instituição.	S	C	30	Sem uso de máscara de formatação. Não pode ter mais de uma ocorrência para o mesmo Subtítulo para a mesma vigência.	EG009 EI011 EI015
4	Tipo_Tarifas	Valor Fixo Percentual Valor Fixo + Percentual	S	C	1	"F" – Valor Fixo "P" – Percentual "A" – Valor Fixo + Percentual	
5	Valor_Tarifa	Valor total da tarifa	S	N	16,2	Deve ser preenchidocom o valor datarifa se valor fixo ou base de cálculo se percentual	
6	Percentual	Percentual aplicado a uma base de cálculo	S	N	11,6	Preenchido com o % aplicado sobre a base de cálculo. Caso valor fixo preencher com 0 (zero)	
7	Valor_Min_Cob	Valor Mínimo a ser cobrado pela tarifa	S	N	16,2	Deve ser preenchido com o valor mínimo a ser cobrado pela tarifa. Caso não tenha preencher com 0 (zero).	
8	Valor_Max_Cob	Valor Máximo a ser cobrado pela tarifa	S	N	16,2	Deve ser preenchido com o valor máximo a ser cobrado pela tarifa. Caso não tenha preencher com 0 (zero).	
9	Tipo_Percentual	Anual Mensal Diário Outros	S	C	1	"A" – Anual "M" – Mensal "D" – Diário "O"- Outros	

2.3 - Tabela de identificação de serviços de remuneração variável

Registro 0300: Tabela de identificação de serviços de remuneração variável

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número seqüência que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a seqüência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo '0300'	S	C	4	Registro obrigatório para as instituições que executam pelo menos uma das atividades definidas na Tabela de Serviços de Remuneração Variável **item 6.1 – Tabela de Serviços de Remuneração Variável**	EG009 EG012 EG014
3	Idto_Serv_Rem_Var	Código de identificação do serviço de remuneração variável.	S	C	20	Deve existir na Tabela de Serviços de Remuneração Variávelitem 6.1 – Tabela de Serviços de Remuneração Variável. Não pode ter mais de uma ocorrência para o mesmo Subtítulo para a mesma vigência. Caso não tenha preencher com "000000"	EG008 EG009 EI016 EI017 EI019
4	Desc_Compl	Descrição complementar do serviço de remuneração variável.	N	C	225	Obrigatório somente se Indicador de obrigatoriedade de descrição complementar = "Sim" na Tabela de Serviços de Remuneração Variável **item 6.1 – Tabela de Serviços de Remuneração Variável** e na primeira ocorrência para o mesmo período. Caso Idto_Serv_Rem_Var = '000000" deixar em branco.	EG009 EI022
5	Sub_Titu	Código do subtítulo analítico, de acordo com o PGCC interno, no qual o serviço é escriturado.	S	C	30	Sem uso de máscara de formatação. Deve existir no Registro de Plano geral de contas comentado - PGCC como subtítulo analítico. Caso Idto_Serv_Rem_Var = '000000" deixar em branco.	EG009 EG015 EI025 EI026

2.3.1 - Tabela de percentual de serviços de remuneração variável

Registro 0301: Tabela de percentualaplicados as de serviços de remuneração variável

Obrigatório somente quando oIdto_Serv_Rem_Var<> “000000” no registro “0300”

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número seqüência que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a seqüência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo ‘0301’	S	C	4	Registro obrigatório para as instituições que executam pelo menos uma das atividades definidas na Tabela de Serviços de Remuneração Variávelitem 6.1 – Tabela de Serviços de Remuneração Variável	EG009 EG012 EG014
3	Idto_Serv_Rem_Var	Código de identificação do serviço de remuneração variável.	S	C	20	Deve existir na Tabela de Serviços de Remuneração Variável**item 6.1 – Tabela de Serviços de Remuneração Variável**. Não pode ter mais de uma ocorrência para o mesmo Subtítulo para a mesma vigência.	EG008 EG009 EI016 EI017 EI019
4	Valor_serviços	Valor total do serviço	S	N	16,2	Deve ser preenchidocom o valor doserviços se valor fixo + percentual	
5	Percentual	Percentual aplicado a uma base de cálculo	S	N	11,6	Preenchido com o % aplicado sobre a base de cálculo. Caso valor fixo preencher com 0 (zero)	
6	Valor_Min_Cob	Valor Mínimo a ser cobrado pela tarifa	S	N	16,2	Deve ser preenchido com o valor mínimo a ser cobrado pela prestação de serviços. Caso não tenha preencher com 0 (zero).	
7	Valor_Max_Cob	Valor Máximo a ser cobrado pela prestação de serviços	S	N	16,2	Deve ser preenchido com o valor máximo a ser cobrado pela prestação de serviços. Caso não tenha preencher com 0 (zero).	
8	Tipo_Percentual	Anual Mensal Diário Outros	S	C	1	“A” – Anual “M” – Mensal “D” – Diário “O”- Outros	

2.4 – Pacotes de Serviços

Registro 8010: Pacotes de Serviços

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento
1	Num_Linha	Número seqüência que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a seqüência em +1 para todos os demais registros.
2	Reg	Texto fixo contendo ‘8010’	S	C	4	Registro obrigatório.
3	Idto_Pac	Código de identificação do pacote de serviços, atribuído pela instituição.	S	C	30	Sem uso de máscara de formatação. Não pode ter mais de uma ocorrência para o mesmo Subtítulo para a mesma vigência.
4	Desc_Pac	Descrição dos pacotes de serviços	S	C	100	Obrigatório somente a primeira ocorrência para o mesmo período.
5	Sub_Titu	Código do Subtítulo, de acordo com o PGCC interno, no qual o pacote de serviço é escriturada.	S	C	30	Sem uso de máscara de formatação. Deve existir no Registro de Plano geral de contas comentado PGCC como subtítulo analítico.
6	Valor_Pacote	Valor total do pacote de serviços	S	N	16,2	Deve ser preenchidocom o valor do pacote de serviços utilizados no período de competência.

2.4.1 – Composição dos pacotes de serviços

Registro 8011: Composição dos pacotes de serviços

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento
1	Num_Linha	Número sequência que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a seqüência em +1 para todos os demais registros.
2	Reg	Texto fixo contendo ‘8011’	S	C	4	Registro obrigatório.
3	Idto_Pac	Código de identificação do pacote de serviços, atribuído pela instituição.	S	C	20	Sem uso de máscara de formatação.
4	Idto_Tar	Código Tarifa	S	C	20	Sem uso de máscara de formatação.

3. Layout dos arquivos de entrega mensal

3.1 - Identificação da dependência

Registro 0400: Identificação da dependência

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número seqüência que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a seqüência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo '0400'	S	C	4		ED036 ED050 EG009 EG012 EG014
3	Cod_Depe	Inscrição Municipal da Dependência. Caso não exista Inscrição Municipal, deve ser utilizado o código interno de identificação da dependência, sendo único por dependência, para todas as declarações dentro do exercício de apuração de resultado.	S	C	15	Não pode ter mais de uma ocorrência para a declaração.	EG002 EG009 ED028 ED039
4	Indr_Insc_Munl	Indica se Inscrição Municipal foi informada no campo Cod_Depe 1 - Inscrição Municipal 2 - Código interno da Instituição	S	N	1		ED007 ED041 EG008 EG009
5	CNPJ_Proprio	Identificação da dependência composta dos 6 últimos algarismos do CNPJ da dependência, inclusive com dígito verificador e sem máscara de formatação.	N	C	6	Validar dígito verificador, concatenando com CNPJ do Registro de Identificação da declaração para formação do número completo.	EG004 EG009 EG008
6	Tipo_Depe	Identificação do tipo de dependência da Instituição, conforme Tabela de Tipos de Dependência.	S	N	2	Deve existir na Tabela de Tipos de Dependência item 7.1 – Tabela de Serviços de Tipos de Dependência.	ED008 ED017 EG008 EG009
7	Endr_Depe	Endereço (logradouro, número, complemento, bairro).	N	C	100	Obrigatório se Indr_Insc_Munl igual a 2 (Código interno da Instituição)	ED009 EG009
8	CNPJ_Unif	Identificação da dependência composta dos 6 últimos algarismos do CNPJ da dependência responsável junto ao BACEN, inclusive com dígito verificador e sem máscara de formatação.	S	C	6	Validar dígito verificador, concatenando com CNPJ do Registro de Identificação da declaração para formação do número completo.	ED038 ED040 EG004 EG009

9	Cod_Munc	Código do município onde está estabelecida a dependência unificadora (Tabela de Municípios do IBGE), se exterior colocar 9999999	S	N	7	Deve existir na Tabela de Municípios do IBGE se diferente de 9999999.	EG001 EG008 EG009 EG010
10	Ctbl_Propria	Identifica se declarante possui contabilidade própria 1 - Sim 2 – Não	S	C	1	Se CNJP_Propria igual CNPJ_Unif e dependência não for paralisada, Ctbl_Propria deve ser igual a 1 (Sim).	A005 ED016 EG009 EM010
11	Dat_Inic_Para	Data de início da paralisação comunicada ao BACEN. Formato: “aaaammdd”	N	D		Data válida Deve ser anterior à Ano_Mes_Fim_Cmpe do Registro de Identificação da declaração Data não pode ser superior a 10 anos que o corrente.	A006 EG005 EG009 ED030
12	Dat_Fim_Para	Data de fim da paralisação comunicada ao BACEN. Formato: “aaaammdd”	N	D		Data válida. Preenchido somente se Dat_Inic_Para for informada Deve ser superior a Dat_Inic_Para Deve ser anterior a Ano_Mes_Fim_Cmpe do Registro de Identificação da declaração Diferença entre Dat_Inic_Para e Dat_Fim_Para não pode ser superior a 180 dias.	A039 ED010 ED011 ED027 EG005 EG009

3.2 - Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo

Registro 0430: Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo '0430'	S	C	4	Obrigatório se dependência não estiver paralisada e tiver contabilidade própria	EG009 EG012 EG014
3	Cod_Depe	Inscrição Municipal da Dependência. Caso não exista Inscrição Municipal, deve ser utilizado o código interno de identificação da dependência, sendo único por dependência, para todas as declarações dentro do exercício de apuração de resultado.	S	C	15	Deve ter sido informado no Registro de Identificação da dependência.	EG002 EG006 EG009 EM019
4	Sub_Titu	Código do Subtítulo analítico, conforme o PGCC interno, com incidência de ISSQN. Sem uso de máscara de edição.	S	C	30	.	EG009 EM071
5	Cod_Trib_DESIF	Código de tributação DES-IF Informar de acordo com o item **5.1 – Código Tributação**	S	C	20	Deve existir na Tabela de Códigos de Tributação da DES-IF. Deve existir na Tabela Códigos de Tributação do Município dentro da vigência da declaração	EG009 EG011 EM004
6	Valr_Cred_Mens	Valor total dos lançamentos a crédito do Subtítulo	S	N	16,2	O valor deve ser maior ou igual a zero.	EG008 EG009 EM026 EM061
7	Valr_Debt_Mens	Valor total dos lançamentos a débito do Subtítulo	S	N	16,2	O valor deve ser maior ou igual a zero.	EG008 EG009 EM027 EM062
8	Rece_Decl	Valor da receita tributável pelo ISSQN do Subtítulo, no mês de competência, em R$	S	N	16,2	Deve ser maior ou igual a zero Caso resultado seja negativo, Rece_Decl igual a zero	EG008 EG009 EM021 EM063
9	Dedu_Rece_Decl	Valor total de deduções legais da receita declarada, em R$.	N	N	16,2	Deve ser menor ou igual aRece_Decl	EG008 EG009 EM028 EM064
10	Desc_Dedu	Discriminação das deduções da receita declarada (descrição e valor em R$)	N	C	255	Obrigatório se Dedu_Rece_Decl for Informado	EG009 EM029 EM072

11	Base_Calc	Valor da base de cálculo do ISSQN (Rece_Decl – Dedu_Rece_Decl), em R$.	S	N	16,2	Deve ser igual a (Rece_Decl – Dedu_Rece_Decl) Deve ser maior ou igual a zero Caso resultado seja negativo, Base_Calc igual a zero	EG008 EG009 EM030 EM032 EM033
12	Aliq_ISSQN	Alíquota que se aplica à base de cálculo.	S	N	5,2	Aliq_ISSQN deve ser igual a alíquota para o Cod_Trib_DESIF do município de entrega e vigência da declaração, conforme Tabela de Códigos de Tributação do Município	EG008 EG009 EM038 EM046 EM059 EM074
13	Inct_Fisc	Valor do incentivo fiscal, em R$.	N	N	16,2		EG008 EG009 EM034 EM076
14	Desc_Inct_Fisc	Discriminação da fundamentação legal do incentivo fiscal (descrição e valor em R$)	N	C	255	Obrigatório se Inct_Fisc for informado	EG009 EM035
15	Motv_Nao_Exig	Motivo da não exigibilidade 1-Exigibilidade suspensa por decisão Judicial; 2-Exigibilidade suspensa por procedimento administrativo	N	N	1		EG008 EG009 EM016
16	Proc_Motv_Nao	Número do processo que estabeleceu a suspensão da exigibilidade	N	C	20	Obrigatório se Motv_Nao_Exig informado for igual a 1 (Exigibilidade suspensa por decisão Judicial) ou 2 (Exigibilidade suspensa por procedimento administrativo)	EG009 EM044

3.3 - Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher

Registro 0440: Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo '0440'	S	C	4		EG009 EG012 EG014 EM066 EM067 EM068 EM069 EM079
3	CNPJ	Identificação da dependência composta dos 6 últimos algarismos do CNPJ unificador estabelecido no município,inclusive dígito verificador e sem máscara de formatação.	S	C	6	Validar dígito verificador, concatenando com CNPJ do Registrode Identificação da declaração para formação do número completo. Deve ter sido informado no Registro e Identificação da dependência. Deve ser igual aCNPJ_Resp_Rclh no Registro Identificação da declaração se Tipo_Cnso igual a 1 – "Instituição e alíquota" ou 2 – "Instituição, alíquota e código de tributação DES-IF"	EG004 EG009 EM013 EM037
4	Cod_Trib_DESIF	Código de tributação DES-IF Informar de acordo com o item **5.1 – Código Tributação**.	N	C	20	Deve existir para o município de entrega e estar na vigência da declaração, conforme Tabela de Códigos de Tributação do Município Informado e obrigatório somente se Registro Identificação da declaração se Tipo_Cnso igual a 2 – "Instituição, alíquota e código de tributação" ou 4 "Dependência, alíquota e código deTributação	EG009 EG011 EM020 EM078
5	Rece_Decl_Cnso	Somatório de Rece_Decl do Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo agrupado conforme definição de Tipo_Cnso no Registro de Identificação da declaração	S	N	16,2	Rece_Decl_Cnso igual ao somatório Rece_Decl no Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo conforme definido em Tipo_Cnso no Registro de Identificação da declaração Se não houver ocorrências do Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, deve ser preenchido com zero	EG008 EG009 EM039 EM047 EM048 EM049 EM050 EM080

6	Dedu_Rece_Decl_Sub_Titu	Valor total da dedução por subtítulo em R$	N	N	16,2	Dedu_Rece_Decl_Sub_Titu igual ao somatório de Dedu_Rece_Decl no Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo consolidado conforme definido em Tipo_Cnso no Registro de Identificação da declaração	EG008 EG009 EM022 EM023 EM024 EM025
7	Dedu_Rece_Decl_Cnso	Valor de dedução da receita declarada conforme tipo de consolidação da apuração de ISSQN, em R$.	N	N	16,2	Deve ser menor do que ou igual aRece_Decl_Cnso	EG008 EG009 EM051
8	Desc_Dedu	Identificação das deduções da receita declarada (descrição e valor em R$)	N	C	255	Obrigatório se Dedu_Rece_Decl_Cnso informado	EG009 EM052 EM073
9	Base_Calc	Valor diferença entre Rece_Decl_Cnso eDedu_Rece_Decl_Cnso e Dedu_Rece_Decl_Sub_Titu, em R$	S	N	16,2	Deve ser igual à diferença entre Rece_Decl_Cnso e Dedu_Rece_Decl_Cnso e Dedu_Rece_Decl_Sub_Titu Se não houver ocorrências do Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, deve ser preenchido com zero	EG008 EG009 EM031 EM053 EM070
10	Aliq_ISSQN	Alíquota que se aplica à base de cálculo.	S	N	5,2	Deve existir no Registro de Demonstrativo da apuração, da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo. A Aliq_ISSQN deve ser igual a alíquota para o Cod_Trib_DESIF (se informado) do município de entrega e estar na vigência da declaração, conforme Tabela de Códigos de Tributação do Município Se não houver ocorrências doRegistro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, deve ser preenchido com zero	A004 EG008 EG009 EM001 EM002 EM003 EM038 EM046 EM060 EM075 EM081
11	Valr_ISSQN_Devd	Resultado do cálculo: (Base_Calc Vezes a Aliq_ISSQN dividida por 100 (cem)), em R$.	S	N	16,2	Deve ser igual ao valor da (Base_Calc vezes a Aliq_ISSQN dividida por 100 (cem)) Se não houver ocorrências do Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, deve ser preenchido com zero Arredondar ou truncar o resultado em duas casas decimais, conforme determinado pelo município e indicado no campo Idn_Arred no Registro Identificação dadeclaração	EG008 EG009 EM041 EM054
12	Valr_ISSQN_Retd	Valor do somatório mensal do ISSQN retido conforme consolidação definida no campo Tipo_Cnso no Registro Identificação da declaração, em R$.	N	N	16,2	Deve ser menor do que ou igual ao (Valr_ISSQN_Devd – Inct_Fisc – Inct_Fisc_Sub_Titu)	EG008 EG009 EM055
13	Inct_Fisc_Sub_Titu	Valor total do incentivo fiscal por Subtítulo em R$	N	N	16,2	Inct_Fisc_Sub_Titu igual ao somatório de Inct_Fisc no Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo consolidado conforme definido em Tipo_Cnso no Registro de Identificação da declaração.	EG008 EG009 EM005 EM006 EM007 EM008

14	Inct_Fisc	Valor do incentivo fiscal por Aliq_ISSQN ou Cod_Trib_DESIF, em R$.	N	N	16,2	Deve ser menor ou igual ao Valr_ISSQN_Devd	EG008 EG009 EM056 EM077
15	Desc_Inct_Fisc	Discriminação da fundamentação legal do incentivo fiscal (descrição e valor em R$)	N	C	255	Obrigatório se Inct_Fisc informado	EG009 EM042 EM057
16	Valr_A_Cmpn	Valor do crédito para abater no pagamento do imposto devido, em R$.	N	N	16,2	Não pode ser maior que (Valr_ISSQN_Devd – Valr_ISSQN_Retd – Inct_Fisc) Se não houver ocorrências do Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, não deve ser preenchido	EG008 EG009 EM015 EM058 EM089
17	Orig_Cred_A_Cmpn	Discriminação do crédito a ser compensado (competência e valor em R$).	N	C	255	Obrigatório, pelo menos uma ocorrência, se Valr_A_Cmpn informado	EM018 EM017
18	Cmpe_Orig_Cred	Competência do crédito a ser compensado: Formato: aaaamm	N	C	6	Ano e mês validos Ano e mês anteriores à competência da declaração	EG009 EM011 EM014 EM065
19	Valr_Orig_Cred	Valor do crédito a ser compensado	N	N	16,2	Somatório das ocorrências deve ser igual aValr_A_Cmpn	EG008 EG009 EM036 EM045
20	Valr_ISSQN_Rclh	Valor do imposto recolhido no mês em R$	N	N	16,2	Não pode ser menor que zero Se não houver ocorrências do Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, não deve ser preenchido	EG008 EG009 EM009 EM090
21	Motv_Nao_Exig	Motivo de não exigibilidade: 1-Exigibilidade suspensa por decisão Judicial; 2-Exigibilidade suspensa por procedimento administrativo	N	N	1	Se não houver ocorrências do Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, não deve ser preenchido	EG008 EG009 EM016 EM091
22	Proc_Motv_Nao_Exig	Número do processo que estabeleceu a suspensão da exigibilidade	N	C	20	Obrigatório se Motv_Nao_Exig informado for igual a 1(Exigibilidade suspensa por decisão Judicial) ou 2 (Exigibilidade suspensa por procedimento administrativo)	EG009 EM044
23	ISSQN_A_Relh	Resultado do cálculo (Valr_ISSQN_Devd –Valr_ISSQN_Retd – Inct_Fisc – Valr_A_Cmpn – Val_ISSQN_Rclh), em R$.	N	N	16,2	Resultado do cálculo (Valr_ISSQN_Devd – Valr_ISSQN_Retd – Inct_Fisc – Valr_A_Cmpn – Val_ISSQN_Rclh) Deve ser igual a zero se Motv_Nao_Exig for informado Se o resultado da expressão for negativo, deve ser zero. Se não houver ocorrências do Registro de Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo,não deve ser preenchido	EG008 EG009 EM012 EM040 EM043 EM092

3.4–Demonstrativo da arrecadação com pacotes de serviços.

Registro 0441: Demonstrativo da arrecadação com pacotes de serviços

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo ‘0441’	S	C	4		
3	Codigo_Identifica_Pac	Código atribuído ao pacote de serviço pela instituição Financeira	S	C	30	Deverá ser preenchido com o código de identificação do pacote de serviços atribuído pela instituição de acordo com o item 2.4 – Pacotes de Serviços.	
4	Quantidade_Correntista	Quantidade de correntista que possuem o pacote no mês da declaração	S	N	8	Quantidade de correntista que possuem o pacote de serviço no mês da competência. Sendo obrigatório informar mesmo os que preencherem condições de isenção total ou parcial.	
5	Valor_Cobrado	Valor recebido pela cobrança do pacote de serviços.	S	N	16,2	Informar os valores recebidos pela instituição financeira em relação ao pacote de serviço. Informar um registro para cada pacote existente na instituição financeira.	

3.5–Demonstrativo de arrecadação por movimentação de tarifas

Registro 0442: Demonstrativo da arrecadação pela movimentação das tarifas

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo '0442'	S	C	4		
3	Idto_Tari	Código de identificação da tarifa, atribuído pela instituição.	S	C	30	Deverá ser preenchido com o código da identificação da tarifa atribuído pela instituição de acordo com o item 2.2 – Tabela de Valores das tarifas de serviços utilizadas pela Instituição Financeira.	
4	Qtd_Tarifas	Quantidade de tarifas	S	N	8	Quantidade de tarifas cobradas no mês da apuração. Devendo ser informado o somatório para cada tarifa.	
5	Valor_Cobrado	Valor recebido por tarifas	S	N	16,2	Valores recebidos pelas instituições por tarifa. Devendo ser informado o somatório para cada tarifa.	

3.6–Demonstrativo da movimentação de serviços remunerados variável

Registro 0443: Demonstrativo da movimentação de serviços remunerados variável

Obrigatório somente quando oIdto_Serv_Rem_Var<> “000000” no registro “0300”

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo ‘0443’	S	C	4		
3	Idto_Serv_Rem_Var	Código de identificação do serviço	S	C	30	Deverá ser preenchido com o código de identificação do serviço **item 6.1 – Tabela de Serviços de Remuneração Variável**.	
4	Base_Calculo	A base de cálculo do serviço	S	N	16,2	Informar a base de cálculo do serviço	
5	Aliquota	Alíquota	S	N	11,6	Percentual utilizado para cobrança do serviço	
6	Valor_Cobrado	Valor do serviço	S	N	16,2	Valor recebido pelo serviço aplicando-se a alíquota a base de cálculo	

3.7–Movimentação número de correntistas

Registro 0444: Movimentação do número de correntistas na agência

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo ‘0444’	S	C	4		
3	Qtd_Anterior	Quantidade de correntista fim mês anterior	S	N	8	Informar a quantidade de correntista existente no último dia do mês anterior ao da declaração.	
4	Qtd_Inclusao	Quantidade de novos correntistas	S	N	8	Informar a quantidades de novos correntistas ocorridas no mês da declaração.	
5	Qtd_Exclusao	Quantidade de saídas de correntistas	S	N	8	Informar a quantidade de correntistas que encerram a conta na agência no mês da declaração.	

4. Layout dos arquivos de entrega semestral

4.1 - Demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis

Registro 1000: Demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo '1000'	S	C	4		EG009 EG012 EG014
3	CNPJ_Ctbl	Identificação da dependência composta dos 14 algarismos do CNPJ da dependência onde foi contabilizada a partida do lançamento, inclusive dígito verificador e sem máscara de formatação.	S	C	14	Validar dígito verificador.	EG004 EG009
4	Cod_Munc_Ctbl	Código do município onde está situada aCNPJ_Ctbl (Tabela de Municípios do IBGE), se exterior colocar 9999999	S	N	7	Deve existir na Tabela de Municípios do IBGE	EG001 EG008 EG009 EG010
5	Idto_Lanc	Número de identificação do lançamento, único por lançamento.	S	C	50	Mesma adotada pela contabilidade para atender ao que estabelece o COSIF	EG009 EL004
6	Dat_Lanc	Data do lançamento. Formato: Aaaammdd	S	D	8	Data válida	EG005 EG009 EL003
7	Valr_Prda_Lanc	Valor da partida do lançamento	S	N	16,2	Para um mesmo lançamento, a soma das partidas a débito (Tipo_Prda igual a 2 – Débito) deve ser igual a soma das partidas a crédito (Tipo_Prda igual a 1 – Crédito)	EG008 EG009 EL002 EL005
8	Sub_Titu	Código do Subtítulo de acordo com o PGCC interno. Sem uso de máscara de edição.	S	C	30		EG008 EG009 EG015
9	Tipo_Prda	Tipo da partida: 1 – Crédito 2 – Débito	S	N	1		EG008 EG009 EG017

10	Cod_Evto	Código do evento da partida conforme Tabela de Eventos Contábeis em Contas de resultado	N	N	3		EG008 EG009 EL001
11	Munc_Vinc	Código do município onde está situada a dependência na qual o cliente possui vínculo como correntista da instituição. Caso o cliente não seja correntista daInstituição, informar a identificação da dependência onde foi adquirida / contratada / iniciada a operação / transação / aquisição que deu origem ao lançamento contábil, (Tabela de Municípios do IBGE), se exteriorcolocar 9999999	S	N	7	Deve existir na Tabela de Municípios do IBGE	EG001 EG008 EG009 EG010
12	Hist_Prda	Descrição detalhada da operação que deu origem à partida do lançamento contábil	S	C	255		EG009 EL006

4.2 - Balancete analítico mensal

Registro 0410: Balancete analítico mensal

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo ‘0410’	S	C	4		EC002 EC012 EG009 EG014 EG012
3	Cod_Depe	Inscrição Municipal da Dependência. Caso não exista Inscrição Municipal, deve ser utilizado o código interno de identificação da dependência, sendo único por dependência, para todas as declarações dentro do exercício de apuração de resultado.	S	C	15	Deve ter sido informado no Registro de Identificação da dependência.	EC001 EG002 EG006 EG009
4	Ano_Mes_Cmpe	Mês e ano de competência do balancete. Formato: aaaamm	S	C	6	Ano e mês válidos Deve estar compreendido no período de competência da declaração, ou seja, maior ou igual aAno_Mes_Inic_Cmpe e menor ou igual a Ano_Mes_Fim_Cmpe ambos no Registro de Identificação da declaração.	EC014 EG007 EG009
5	Conta	Código do Grupo ou Subgrupo ou desdobramento do Subgrupo ou Título ou Subtítulo de acordo com o PGC.	S	C	30	Sem uso de máscara de formatação Deve existir no Registro Plano geral de contas comentado - PGCC Deve ter ocorrência mensal, a partir da competência da	EC013 EG009 EG016
6	Sald_Inic	Valor do saldo inicial da Conta no mês em R$	S	N	16,2	Deve ser sempre igual ao Sald_Final do Ano_Mes_Cmpe anterior, exceto para a ocorrência igual Ano_Mes_Inic_Cmpe do Registro de Identificação da declaração.	EC003 EC004 EC005 EG008 EG009
7	Valr_Debt	Valor total de lançamentos a débito no mês em R$, em valor absoluto sem sinal.	S	N	16,2	O Débito de um Grupo, Subgrupo, desdobramento do Subgrupo, Título ou Subtítulo, para uma competência, deve ser igual à soma dos respectivos Valr_Debt dos	EC006 EC007 EG008 EG009

8	Valr_Cred	Valor total de lançamentos a crédito no mês em R$, em valor absoluto sem sinal.	S	N	16,2	O Credito de um Grupo, Subgrupo, desdobramento do Subgrupo, Título ou Subtítulo, para uma competência, deve ser igual à soma dos respectivos Valr_Cred dos Subgrupos, desdobramento do Subgrupo, Títulos ou Subtítulos, imediatamente abaixo, conforme Registro de Plano geral de contas comentado - PGCC, para a mesma competência. Deve ser em valor absoluto, sem sinal.	EC008 EC009 EG008 EG009
9	Sald_Final	Valor do saldo final da Conta no mês em R$.	S	N	16,2	Deve ser sempre igual ao Sald_Inic mais Valr_Cred menos Valr_Debt O Sald_Final de um Grupo, Subgrupo, desdobramento do Subgrupo, Título ou Subtítulo, para uma competência, deve ser igual a soma dos respectivos Sald_Final dos Subgrupos, desdobramento do Subgrupo, Títulos ou Subtítulos, imediatamente abaixo, conforme Registro de Plano geral de contas comentado – PGCC, para a mesma competência.	EC010 EC011 EC017 EG008 EG009

4.3 - Demonstrativo de rateio de resultados internos

Registro 0420: Demonstrativo de rateio de resultados internos

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento	ERRO Alerta
1	Num_Linha	Número sequencial que identifica a linha do arquivo.	S	N	6	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros.	EG003 EG008 EG009 EG013
2	Reg	Texto fixo contendo '0420'	S	C	4	Obrigatório se existir movimentação no Balancete para Conta no Registro de Plano geral de contas comentado - PGCC cuja Conta_COSIF igual 7.8.0.00.00-1	EG009 EG012 EG014
3	Cod_Depe	Inscrição Municipal da Dependência. Caso não exista Inscrição Municipal, deve ser utilizado o código interno de identificação da dependência, sendo único por dependência, para todas as declarações dentro do exercício de apuração de resultado.	S	C	15		EG002 EG006 EG009
4	Ano_Mes_Cmpe	Ano e mês de competência do balancete. Formato: aaaamm	S	C	6	Ano e mês válidos Deve estar compreendido no período de competência da declaração, ou seja, maior ou igual aAno_Mes_Inic_Cmpe e menor ou igual a Ano_Mes_Fim_Cmpe ambos no Registro de Identificação da declaração.	EC014 EG007 EG009
5	Desc_Rate	Descrição detalhada da receita rateada	S	C	225		EC015 EG009
6	Valr_Rate	Valor da receita rateada.	S	N	16,2	Maior do que zero Osomatório por competência de Valr_Rate deve ser igual ao valor lançado no Balancete para o Título "Rateio de Resultados Internos", isto é, somente para Conta do balancete (Conta) com Conta do COSIF (Conta_COSIF no Registro Plano geral de contas comentado - PGCC) igual a "7.8.0.00.00-1". Somatório do Valor do rateio (Valr_Rate) menor que diferença entre Valor de crédito e Valor de débito (Valr_Cred - Valr_Debt no Registro Balancete analítico mensal) para a Dependência (Cod_Depe) e para Ano e mês de competência (Ano_Mes_Cmpe).	EC016 EG008 EG009
7	Tipo_Prda	Tipo da partida: 1 - Crédito 2 – Débito	S	N	1		EG008 EG009 EG017
8	Cod_Evto	Código do evento conforme Tabela de Eventos Contábeis em Contas de resultado- Grupo Apropriação de Receitas.	S	N	3	Deve existir na Tabela de Eventos Contábeis em Contas de resultadoe ser diferente do código "113 - Valor referente a rateio de receitas por prestação de serviços".	EC018 EC019 EC020 EG008 EG009

5. Código Tributação

5.1 – Código de Tributação Municipal

COD_TRIB_DESIF	COD_LIST_SERV	DES_TRIB_DESIF
010100001	101	Análise e desenvolvimento de sistemas
010200001	102	Programação
010300001	103	Processamento de dados
010500001	105	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação
010600001	106	Assessoria e consultoria em informática
010700001	107	Suporte Técnico em Informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
071900001	719	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo
080200001	802	Instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos de quaisquer natureza
100100001	1001	Agenciamento de câmbio
100100002	1001	Corretagem de câmbio
100100003	1001	Intermediação de câmbio
100100004	1001	Agenciamento de seguros
100100005	1001	Corretagem de seguros
100100006	1001	Intermediação de seguros
100100007	1001	Agenciamento de cartões de crédito
100100008	1001	Corretagem de cartões de crédito
100100009	1001	Intermediação de cartões de crédito
100100010	1001	Agenciamento de planos de previdência privada
100100011	1001	Corretagem de planos de previdência privada
100100012	1001	Intermediação de planos de previdência privada
100200001	1002	Agenciamento de títulos em geral
100200002	1002	Corretagem de títulos em geral
100200003	1002	Intermediação de títulos em geral

100200004	1002	Agenciamento de valores mobiliários
100200005	1002	Corretagem de valores mobiliários
100200006	1002	Intermediação de valores mobiliários
100200007	1002	Agenciamento de contratos quaisquer
100200008	1002	Corretagem de contratos quaisquer
100200009	1002	Intermediação de contratos quaisquer
100400001	1004	Agenciamento de contratos de arrendamento mercantil (leasing)
100400002	1004	Corretagem de contratos de arrendamento mercantil (leasing)
100400003	1004	Intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing)
100400004	1004	Agenciamento de contratos de "faturização" (factoring)
100400005	1004	Corretagem de contratos de "faturização" (factoring)
100400006	1004	Intermediação de contratos de "faturização" (factoring)
100500001	1005	Agenciamento de bens móveis não abrangidos em outros itens / subitens.
100500002	1005	Corretagem de bens móveis não abrangidos em outros itens / subitens.
100500003	1005	Intermediação de bens móveis não abrangidos em outros itens / subitens.
100500004	1005	Agenciamento de bens imóveis não abrangidos em outros itens / subitens.
100500005	1005	Corretagem de bens imóveis não abrangidos em outros itens / subitens.
100500006	1005	Intermediação de bens imóveis não abrangidos em outros itens / subitens.
100500007	1005	Agenciamento no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros.
100500008	1005	Corretagem no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros.
100500009	1005	Intermediaçãono âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros.
100900001	1009	Representação de qualquer natureza
110100001	1101	Guarda e estacionamento de veículos
130300001	1303	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem
130400001	1304	Serviços de reprografia, fotocópia, reprodução de documentos
130400002	1304	Serviços de microfilmagem
130400003	1304	Serviços de digitalização

150100001	1501	Administração de fundos quaisquer
150100002	1501	Administração de consórcio
150100003	1501	Administração de cartão de crédito ou débito e congêneres
150100004	1501	Administração de carteira de clientes
150100005	1501	Administração de cheques pré-datados e congêneres
150200001	1502	Abertura de conta-corrente no país
150200002	1502	Abertura de contas de investimentos e aplicação no país
150200003	1502	Abertura de conta de poupança no país
150200004	1502	Abertura de contas em geral no país não abrangidas em outros itens/subitens.
150200005	1502	Abertura de conta-corrente no exterior
150200006	1502	Abertura de contas de investimentos e aplicação no exterior
150200007	1502	Abertura de conta de poupança no exterior
150200008	1502	Abertura de contas em geral no exterior não abrangidas em outros itens / subitens.
150200009	1502	Manutenção de conta-corrente no país
150200010	1502	Manutenção de contas de investimentos e aplicação no país
150200011	1502	Manutenção de conta de poupança no país
150200012	1502	Manutenção de contas em geral no país não abrangidas em outros itens / subitens.
150200013	1502	Manutenção de conta-corrente no exterior
150200014	1502	Manutenção de contas de investimentos e aplicação no exterior
150200015	1502	Manutenção de conta de poupança no exterior
150200016	1502	Manutenção de contas em geral no exterior não abrangidas em outros itens / subitens.
150300001	1503	Locação de cofres particulares
150300002	1503	Manutenção de cofres particulares
150300003	1503	Locação de terminais eletrônicos
150300004	1503	Manutenção de terminais eletrônicos
150300005	1503	Locação de terminais de atendimento
150300006	1503	Manutenção de terminais de atendimento

150300007	1503	Locação de bens e equipamentos em geral
150300008	1503	Manutenção de bens e equipamentos em geral
150400001	1504	Fornecimento e emissão de atestado de idoneidade
150400002	1504	Fornecimento e emissão de atestado de capacidade financeira e congêneres
150400003	1504	Fornecimento e emissão de atestados em geral não abrangidas em outros itens/subitens.
150500001	1505	Cadastro, elaboração e Renovação de ficha cadastral e congêneres
150500002	1505	Inclusão no cadastro de emitentes de cheques sem fundos-CCF
150500003	1505	Exclusão do cadastro de emitentes de cheques sem fundos-CCF
150500004	1505	Inclusão no cadastro de outros bancos cadastrais quaisquer
150500005	1505	Exclusão do cadastro de outros bancos cadastrais quaisquer
150600001	1506	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos.
150600002	1506	Emissão, reemissão e fornecimento de comprovantes
150600003	1506	Emissão, reemissão e fornecimento de documentos em geral
150600004	1506	Abono de firmas
150600005	1506	Coleta de documentos, bens e valores
150600006	1506	Entrega de documentos, bens e valores
150600007	1506	Comunicação com outra agência
150600008	1506	Comunicação com a administração central
150600009	1506	Licenciamento eletrônico de veículos
150600010	1506	Transferência de veículos
150600011	1506	Agenciamento fiduciário
150600012	1506	Agenciamento depositário
150600013	1506	Devolução de bens em custódia
150700001	1507	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral por telefone
150700002	1507	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral por fac-símile
150700003	1507	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral via internet
150700004	1507	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas por telex

150700005	1507	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo não abrangidas outros itens/subitens
150700006	1507	Acesso a terminais de atendimento, inclusive 24 horas
150700007	1507	Acesso a outro banco
150700008	1507	Acesso … rede compartilhada
150700009	1507	Fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio o
150700010	1507	Pacote / cesta de serviços bancários
150800001	1508	Emissão e reemissão de contrato de crédito
150800003	1508	Alteração de contrato de crédito
150800004	1508	Cessão de contrato de crédito
150800005	1508	Substituição de contrato de crédito
150800006	1508	Cancelamento de contrato de crédito
150800007	1508	Registro de contrato de crédito
150800008	1508	Estudo, análise e avaliação de operações de crédito
150800009	1508	Emissão de aval, fiança, anuência e congêneres
150800010	1508	Concessão de aval, fiança, anuência e congêneres
150800011	1508	Alteração de aval, fiança, anuência e congêneres
150800012	1508	Contratação de aval, fiança, anuência e congêneres
150800013	1508	Serviços relativos a abertura de crédito não abrangidas em outros itens/subitens, para quaisquer fins
150900001	1509	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações
150900002	1509	Substituição de garantia
150900003	1509	Alteração de contrato de leasing
150900004	1509	Cancelamento de contrato de leasing
150900005	1509	Registro de contrato de leasing
150900006	1509	Demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)
151000001	1510	Serviços relacionados a cobranças e recebimentos em geral de títulos quaisquer efetuados por qualquer
151000002	1510	Serviços relacionados a cobranças e recebimentos de contas em geral efetuados por qualquer meio
151000003	1510	Serviços relacionados a cobranças e recebimentos de carnês em geral efetuados por qualquer meio

151000004	1510	Serviços relacionados a cobranças e recebimentos de câmbio em geral efetuados por qualquer meio
151000005	1510	Serviços relacionados a recebimentos de tributos em geral efetuados por qualquer meio
151000006	1510	Serviços relacionados a cobranças e recebimentos por conta de terceiros em geral efetuados por qualquer meio
151000007	1510	Serviços relacionados a pagamentos em geral de títulos quaisquer efetuados por qualquer meio
151000008	1510	Serviços relacionados a pagamentos de contas em geral efetuados por qualquer meio
151000009	1510	Serviços relacionados a pagamentos de carnês em geral efetuados por qualquer meio
151000010	1510	Serviços relacionados a pagamentos de câmbio em geral efetuados por qualquer meio
151000011	1510	Serviços relacionados a pagamentos de tributos em geral efetuados por qualquer meio
151000012	1510	Serviços relacionados a pagamentos por conta de terceiros em geral efetuados por qualquer meio
151000013	1510	Fornecimento de posição de cobrança
151000014	1510	Fornecimento de posição de recebimento
151000015	1510	Fornecimento de posição de pagamento
151000016	1510	Emissão de carnês
151000017	1510	Emissão de fichas de compensação
151000018	1510	Emissão de impressos e documentos em geral
151100001	1511	Devolução de títulos
151100002	1511	Protesto de títulos
151100003	1511	Sustação de protesto
151100004	1511	Manutenção de títulos
151100005	1511	Reapresentação de títulos
151100006	1511	Demais serviços relacionados a títulos em cobrança
151200001	1512	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários
151300001	1513	Edição de contrato de câmbio
151300002	1513	Alteração de contrato de câmbio
151300003	1513	Prorrogação de contrato de câmbio
151300004	1513	Cancelamento de contrato de câmbio
151300005	1513	Baixa de contrato de câmbio

151300006	1513	Emissão de registro de exportação
151300007	1513	Emissão de registro de crédito
151300008	1513	Cobrança no exterior
151300009	1513	Depósito no exterior
151300010	1513	Emissão e fornecimentode cheques de viagem
151300011	1513	Cancelamento de cheques de viagem
151300012	1513	Fornecimento de carta de crédito de importação
151300013	1513	Transferência de carta de crédito de importação
151300014	1513	Cancelamento de carta de crédito de importação
151300015	1513	Demais serviços relativos … carta de crédito de importação
151300016	1513	Fornecimento de carta de crédito de exportação
151300017	1513	Transferência de carta de crédito de exportação
151300018	1513	Cancelamento de carta de crédito de exportação
151300019	1513	Demais serviços relativos … carta de crédito de exportação
151300020	1513	Serviços relativos a garantias recebidas
151300021	1513	Envio de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio
151300022	1513	Recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio
151300023	1513	Demais serviços relacionados … operação de câmbio
151400001	1514	Fornecimento, emissão e reemissão de cartão magnético
151400002	1514	Renovação de cartão magnético
151400003	1514	Manutenção de cartão magnético
151400004	1514	Fornecimento, emissão e reemissão de cartão de crédito
151400005	1514	Renovação de cartão de crédito
151400006	1514	Manutenção de cartão de crédito
151400007	1514	Fornecimento, emissão e reemissão de cartão de débito
151400008	1514	Renovação de cartão de débito
151400009	1514	Manutenção de cartão de débito

151400010	1514	Fornecimento, emissão e reemissão de cartão salário
151400011	1514	Renovação de cartão salário
151400012	1514	Manutenção de cartão salário
151400013	1514	Fornecimento, emissão e reemissão de cartões congêneres
151400014	1514	Renovação de cartões congêneres
151400015	1514	Manutenção de cartões congêneres
151500001	1515	Compensação de cheques
151500002	1515	Compensação de títulos quaisquer
151500003	1515	Serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado
151500004	1515	Serviços relacionados a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo.
151600001	1516	Emissão / reemissão de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo.
151600002	1516	Liquidação de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo
151600003	1516	Alteração de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo
151600004	1516	Cancelamento de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo
151600005	1516	Baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo
151600006	1516	Serviços relacionados … transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive e
151700001	1517	Emissão de cheques quaisquer, avulso ou por talão
151700002	1517	Fornecimento de cheques quaisquer, avulso ou por talão
151700003	1517	Devolução de cheques quaisquer, avulso ou por talão
151700004	1517	Sustação de cheques quaisquer, avulso ou por talão
151700005	1517	Cancelamento de cheques quaisquer, avulso ou por talão
151700006	1517	Oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão
151800001	1518	Avaliação de imóvel
151800002	1518	Avaliação de obra
151800003	1518	Vistoria de imóvel
151800004	1518	Vistoria de obra
151800005	1518	Análise técnica relacionada ao crédito imobiliário

151800006	1518	Análise jurídica relacionada ao crédito imobiliário
151800007	1518	Emissão / reemissão de contrato de crédito imobiliário
151800008	1518	Alteração de contrato de crédito imobiliário
151800009	1518	Transferência de contrato de crédito imobiliário
151800010	1518	Renegociação de contrato de crédito imobiliário
151800011	1518	Emissão / reemissão de termo de quitação
151800012	1518	Outros serviços relacionados ao crédito imobiliário
170100001	1701	Assessoria de qualquer natureza
170100002	1701	Consultoria de qualquer natureza
170100003	1701	Análise, exame, fornecimento de dados e informações de qualquer natureza
170200001	1702	Serviços de expediente
170200002	1702	Serviços de apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres
170300001	1703	Serviços de planejamento, coordenação, programação ou organização técnica
170300002	1703	Serviços de planejamento, coordenação, programação ou organização financeira
170300003	1703	Serviços de planejamento, coordenação, programação ou organização administrativa
170500001	1705	Fornecimento de mão-de-obra, em caráter temporário ou permanente
170900001	1709	Serviços de perícias
170900002	1709	Serviços de laudos
170900003	1709	Serviços de exames técnicos
170900004	1709	Serviços de análises técnicas
171200001	1712	Administração em geral de bens e negócios de terceiros
171300001	1713	Leilão e congêneres
171600001	1716	Auditoria
171900001	1719	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares
172000001	1720	Consultoria econômica
172000002	1720	Assessoria econômica
172000003	1720	Consultoria financeira

172000004	1720	Assessoria financeira
180100001	1801	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros
180100002	1801	Serviços de inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros
180100003	1801	Serviços de prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
190100001	1901	Serviços de distribuição de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons
190100002	1901	Serviços de vendas de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apo
260100001	2601	Serviços de coleta de bens ou valores
260100002	2601	Serviços de remessa de bens ou valores
260100003	2601	Serviços de entrega de bens ou valores
260100004	2601	Serviços de courrier e congêneres
280100001	2801	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza

6. Código Serviços de Remuneração variável

6.1 – Tabela de Serviços de Remuneração Variável

CÓDIGO	SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	INDICADOR DE OBRIGATORIEDADE DE DESCRIÇÃOCOMPLEMENTAR
010001	Agenciamento / intermediação em operações de crédito	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação nas operações de repasse de linhas de crédito com recursos internos ou externos	Não
010002	Agenciamento / intermediação em operações de câmbio	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação nas operações de câmbio	Não
010003	Agenciamento / intermediação na venda de seguros	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação na venda de seguros para terceiros (empresas ligadas ou não)	Não
010004	Agenciamento / intermediação na venda de serviços de turismo	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação na venda de turismo para terceiros (empresas ligadas ou não)	Não
010005	Agenciamento / intermediação na venda de cartões de crédito	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação na venda de cartões de crédito para terceiros (empresas ligadas ou não)	Não
010006	Agenciamento / intermediação na venda de títulos de capitalização	Prestação de serviços de agenciamento na venda de títulos de capitalização para terceiros (empresas ligadas ou não)	Não
010007	Agenciamento / intermediação na venda de planos de saúde	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação na venda de planos de saúde para terceiros (empresas ligadas ou não)	Não
010008	Agenciamento / intermediação na venda de arrendamento mercantil - "leasing"	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação na venda de arrendamento mercantil - “leasing” para terceiros (empresas ligadas ou não)	Não
010009	Agenciamento / intermediação na venda de planos de previdência privada	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação na venda de planos de previdência privada para terceiros (empresas ligadas ou não)	Não
010010	Agenciamento / intermediação de programas	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação de programas diversos promovidos por terceiros (empresas ligadas ou não), tais como programas de milhagem de cartões	Sim
010011	Agenciamento / intermediação em geral	Prestação de serviços de agenciamento / intermediação para terceiros não especificados nos itens anteriores	Sim
020001	Intermediação de contratos na BM&F	Prestação de serviços de intermediação de contratos na Bolsa de Mercadorias e Futuros	Não
020002	Intermediação de títulos	Prestação de serviços de intermediação de títulos	Não
020003	Intermediação na venda de cotas de fundos e clubes de investimento	Prestação de serviços de intermediação na venda de cotas de fundos e clubes de investimento	Não
020004	Intermediação na compra e venda de ações	Prestação de serviços de intermediação na compra e venda de ações	Não
020005	Intermediação de bens imóveis	Prestação de serviços de intermediação na venda de bens imóveis	Não
020006	Intermediação de bens	Prestação de serviços de Intermediação de bens não especificados nos itens anteriores	Sim

030001	Colocação de títulos e valores mobiliários	Prestação de serviços de colocação de títulos e valores mobiliários no mercado para companhias abertas	Não
030002	Colocação de cotas de fundos e clubes de investimento	Prestação de serviços de colocação no mercado de cotas de fundos e clubes de investimento	Não
030003	Distribuição de títulos e valores mobiliários	Prestação de serviços de distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado para companhias abertas	Não
040001	Corretagem de câmbio	Prestação de serviços de corretagem de câmbio	Não
040002	Corretagem de operações em Bolsas	Prestação de serviços de corretagem de operações em Bolsas	Não
040003	Corretagem de bens	Prestação de serviços de corretagem no mercado de capitais	Não
050001	Administração de programas oficiais (PROAGRO, p.ex.)	Prestação de serviços de administração de Programas voltados para a constituição de fundos para o financiamento de setores e atividades específicas.	Não
050002	Administração de loterias	Prestação de serviços de administração de loterias	Não
050003	Administração de Sociedades de Investimento	Prestação de serviços de administração de Sociedades de Investimento	Não
050004	Administração de consórcios	Prestação de serviços de administração de Consórcios	Não
050005	Administração de dívidas do setor público	Prestação de serviços de administração de dívidas das várias esferas de Governo e de órgãos governamentais	Não
050006	Administração de fundos e programas – Setor Público	Prestação de serviços de administração de fundos e programas do Setor Público, cujos recursos são oriundos de fundos públicos.	Não
050007	Administração de fundos e programas – Setor Privado	Prestação de serviços de administração de fundos e programas do Setor Privado, cujos recursos são oriundos de fundos privados.	Não
050008	Administração de sistemas de negociação de ativos	Prestação de serviços de administração de sistema de negociação de ativos	Não
050009	Administração da custódia de títulos	Prestação de serviços de administração da custódia de títulos	Não
050010	Administração de carteiras de clientes	Prestação de serviços de administração de carteiras de clientes	Não
050011	Administração de fundos de desenvolvimento	Prestação de serviços de administração de fundos de desenvolvimento	Não
050012	Administração de repasses	Prestação de serviços de administração de repasses de recursos, tais como: FINAME, BNDES etc.	Não

050013	Representação de investidor não residente	Prestação de serviços de administração de negócios de investidores não residentes no país, atuando em seu nome em diversos atos negociais	Não
050014	Serviços de tesouraria para terceiros	Prestação de serviços de gestão de negócios de terceiros (fluxo de caixa, recebimentos, pagamentos, etc.)	Não
050015	Administração de bens e negócios de terceiros	Prestação de serviços de administração de bens e negócios de terceiros não especificados nos itens anteriores	Sim
060001	Serviços de assessoria e consultoria em Comércio Exterior	Prestação de serviços de assessoria e consultoria em Comércio Exterior	Não
060002	Serviços de assessoria e consultoria em carteiras de investimento	Prestação de serviços de assessoria e consultoria em carteiras de investimento	Não
060003	Serviços de consultoria na utilização de softwares	Prestação de serviços de consultoria a clientes, na utilização de softwares específicos, tais como de conciliação bancária, gerenciamento de contas, rotinas de pagamentos etc.	Não
060004	Serviços de assessoria financeira	Prestação de serviços de assessoria financeira em operações de fusão, incorporação, reestruturação financeira, aquisições e afins	Não
060005	Serviços de assessoria e consultoria	Prestação de serviços de assessoria e consultoria não especificados nos itens anteriores	Sim
070001	Processamento de dados	Prestação de serviços de processamento de dados para terceiros (empresas ligadas ou não)	Não
080001	Comissões de compras com cartões no exterior	Prestação de serviços nas compras no exterior efetuadas com a utilização de cartões	Não
090001	Captação / repasse de recursos	Prestação de serviços de captação / repasse de recursos para terceiros (empresas ligadas ou não)	Não
100001	Comissões em leilões eletrônicos	Comissão sobre o valor do negócio leiloado, credenciamento	Não
110001	Serviços relacionados a transferências	Serviços relacionados à transferência de valores, dados, pagamentos e similares tais como recarga de créditos de celulares, cartão refeição, cartão de transporte, outros	Sim
200001	Outros	Outros serviços prestados não codificados nesta tabela	Sim

7. Tipos de Dependência

7.1 – Tabela de Serviços de Tipos de Dependência

Código	Descrição Dependência
1	Matriz
2	Filial ou Agência
3	Unidade Administrativa
4	Posto de Serviço
5	Outros

LEI Nº 1.012/2010

INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Título I
Capítulo I
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Seção I
Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que é um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações de prestação de serviços, com autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Seção II
Das Informações Necessárias na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica NFS-e

Art. 2º - Na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e constarão:

I - brasão e nome da Prefeitura;
II - número sequencial;
III - código de verificação de autenticidade;
IV - data e hora da emissão;
V - identificação do prestador de serviços, com:
a) nome ou razão social;
b) nome de fantasia;
c) endereço;
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
e) inscrição municipal.
VI - identificação do tomador de serviços, com:
a) nome ou razão social;

b) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
c) inscrição municipal, quando sediado no Município.
VII - discriminação do serviço;
VIII - valor total da NFS-e;
IX - código de serviço;
X - valor total das deduções, quando legalmente permitido;
XI - valor da base de cálculo;
XII - alíquotas do ISSQN;
XIII - valor do ISSQN;
XIV - indicação do serviço tributável pelo Município, quando for o caso;
XV - indicação de retenção de ISSQN na fonte, quando for o caso;
XVI - indicação de outras retenções, quando for o caso.

Seção III
Da Adesão à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 3º - A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e deverá ser requerida pelo contribuinte na Diretoria de Tributos do Município, nos termos e prazos do regulamento expedido pelo Poder Executivo.

§ 1° - A Secretaria Municipal da Fazenda, por meio de Portaria, nomeará as atividades obrigadas a utilizar Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

§ 2° - Os contribuintes com pendência quanto à Declaração Mensal de Serviço - DMS só poderão se credenciar para emissão da NFS-e após regularização de sua situação junto à Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 3° - A autorização e o acesso à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e está condicionada à apresentação das notas fiscais emitidas por outro regime, com devolução das notas não utilizadas para o devido cancelamento e consequente incineração.

§ 4° - Os contribuintes autorizados a emitirem as Notas Fiscais Conjuntas de prestação de Serviços e vendas de mercadorias só poderão aderir à utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, após desistência do regime de emissão de Notas Fiscais Conjuntas de prestação de Serviços e vendas de mercadorias.

Seção IV
Da Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 4º - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e será emitida pelo contribuinte ou pelo responsável pela escrituração fiscal, devidamente registrado no cadastrado da Prefeitura no endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 1° - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e emitida, deverá ser impressa em via única e ser entregue ao tomador de serviços, salvo se for enviada por *e-mail* ou outro meio eletrônico ao tomador de serviços.

§ 2° - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e não será emitida por contribuintes com situação fiscal ou cadastral suspensa.

§ 3° - As Notas Fiscais Eletrônicas - NFS-e emitidas estarão disponíveis para consulta no *site* da Secretaria Municipal de Fazenda, pelo prazo decadencial. Após este prazo, qualquer informação deverá ser requerida por meio de procedimento administrativo.

Seção V
Do Cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 5º - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, no aplicativo da NFS-e, desde que não tenha ocorrido pagamento do imposto, nem a emissão de Notificação Preliminar ou Auto de Infração, devendo, nestas situações, ser protocolado no prazo de trinta dias o pedido de deferimento do cancelamento efetuado por meio de procedimento administrativo junto ao Setor de Tributação.

§ 1° - Ficará disponível no aplicativo de emissão de nota fiscal o relatório de cancelamento de NFS-e, que constará o número das notas fiscais canceladas por período.

§ 2° - O procedimento administrativo de cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e deverá conter os seguintes documentos:

I - requerimento dirigido à autoridade fiscal competente, descrevendo o motivo do cancelamento;
II - termo de cancelamento;
III - declaração do tomador do serviço, em papel timbrado, carimbado e assinado ratificando o cancelamento do documento fiscal ou o seu não recebimento.
IV - comprovante de recolhimento do imposto, nas situações em que tenha ocorrido pagamento do imposto.

§ 3° - O cancelamento de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e de exercícios anteriores, quando couberem valores a serem ressarcidos ao contribuinte será solicitado junto ao Setor de Tributação por meio de procedimento administrativo de restituição, observado os requisitos do § 2° e caput deste artigo.

§ 4° - O valor do ISSQN compensado em virtude de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e cancelada estará sujeito a ulterior verificação pelo fisco e, se for o caso, a imposição de penalidades.

§ 5° - Cancelamento sem motivação ou em desacordo com este artigo sujeitará o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) do valor da nota cancelada, sem prejuízos as demais penalidades.

Art. 6º - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que for cancelada aparecerá com o *status* "cancelado" tanto para o prestador quanto para o tomador de Serviços que consultar o documento no aplicativo da NFS-e.

Seção VI
Do Uso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 7º - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e destina-se exclusivamente ao registro de prestação de Serviços, não sendo possível sua utilização conjugada com o estado.

§ 1° - O contribuinte que exerça atividades conjuntas e deseje optar para emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, deverá manifestar-se por meio de procedimento administrativo sua adesão ao regime de emissão eletrônica da nota fiscal de Serviços.

§ 2° - O Setor de Tributação será competente para autorização do uso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, e somente após o retorno do contribuinte ao regime normal de emissão de nota fiscal de vendas mercantis.

Seção VII
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e Avulsa

Art. 8º - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e Avulsa o documento que será emitido apenas por meio eletrônico e solicitada pelo próprio contribuinte ou pelo seu procurador, no Setor de Tributação.

§ 1° - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e Avulsa, somente será concedida, em caráter excepcional, aos contribuintes que a solicitarem mediante previa analise do Auditor Fiscal.

§ 2° - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e Avulsa somente será gerada e emitida após a comprovação do pagamento do imposto correspondente.

Seção VIII
Dos Benefícios pela Adesão a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 9º - Ao contribuinte que optar pelo regime de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e serão concedidos os seguintes benefícios:

I - dispensa da escrituração do Livro de Registro de Notas Fiscais de Serviços;
II - dispensa da autorização para impressão de documentos fiscais – AIDF;
III - dispensa do prazo de validade para utilização de notas fiscais;
IV - redução de custos de impressão e de armazenagem de notas fiscais;
V - Geração automática da guia de recolhimento por meio do aplicativo da NFS-e.

Seção IX
Das Sanções Fiscais

Art. 10 - A não apresentação do pedido de cancelamento ao setor competente da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, cancelada pelo próprio prestador no aplicativo da NFS-e, no prazo de 30 dias, acarretará multa de 10% (dez por cento) do valor da NFS-e cancelada, sem prejuízo as demais penalidades.

Capítulo II
Seção I
Do Recibo Provisório de Serviços - RPS

Art. 11 - O Recibo Provisório de Serviços - RPS e um documento de emissão autorizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a ser utilizado por contribuinte inscritos no Município, no eventual impedimento da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, devendo ser substituído pela referida Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1° - A substituição prevista no caput deste artigo poderá ser realizada por lote ou individualmente via sistema eletrônico, nos termos do regulamento do Poder Executivo.

§ 2° - A não substituição no prazo previsto no caput deste artigo sujeitará o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) do valor do Recibo Provisório de Serviços – RPS, não substituído.

Seção II
Da Substituição Tributária

Art. 12 - A retenção do ISSQN pelos Tomadores de Serviços sediados no Município, elencados no Código Tributário Municipal, assim como para os responsáveis por obras de construção civil no Município, também disposto Código Tributário Municipal, ficam obrigados a reter e a recolher ao Município o imposto por meio do módulo de substituição tributária disponível no aplicativo da NFS-e.

Parágrafo Único - Quando o contribuinte do ISSQN for optante pelo Simples Nacional e o serviço prestado configurar hipótese de substituição tributária prevista no Código Tributário Municipal o tomador do serviço por meio do módulo de substituição tributária disponível no aplicativo da NFS-e do Município, deverá reter e recolher, conforme alíquotas constantes naquele regime de recolhimento, desde que informado pelo prestador no corpo da nota, o imposto retido.

Seção III
Do Documento Auxiliar de Prestação de Serviços - DAPS

Art. 13 - O Documento Auxiliar de Prestação de Serviços - DAPS é um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações de prestação de serviços de prestadores de serviços não situados no Município de Cantagalo (RJ) e sujeito à substituição tributária, nos termos de regulamento expedido pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - As empresas Tomadoras de Serviço do Município ficam obrigadas a reter o imposto mediante a apresentação do DAPS emitido pela prestadora de serviço não sediada no Município, sendo que o não cumprimento acarretara multa de 10% (dez por cento) do valor do serviço realizado, sem prejuízo das demais penalidades.

Título II
Capítulo I
Disposições Gerais

Art. 14 - As Notas Fiscais Eletrônicas - NFS-e emitidas estarão disponíveis e poderão ser consultadas no sistema no prazo de 5 (cinco) anos da sua emissão. Após este prazo, o Município poderá atender eventuais pedidos por meio de procedimento administrativo efetuado pelo prestador ou pelo tomador do serviço, após pagamento da taxa de serviço em vigor no Município.

Art. 15 - O início da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e será nos termos e prazos do regulamento expedido pelo Poder Executivo.

Art. 16 - Fica a Secretaria Municipal da Fazenda autorizada a baixar os atos normativos visando à operacionalização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrario à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Gabinete do Prefeito em, 03 de dezembro de 2010.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito

LEI Nº1.311/2016.

Dá nova redação à Lista de Serviços e Alíquotas anexa à Lei nº 1.285/2015.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a presente Lei:

Art. 1º A Lista de Serviços e Alíquotas anexa à Lei Municipal n° 1.285/2015, de 08 de setembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações em virtude de diversos VETOS ocorridos por ocasião da sanção da Lei Complementar n° 116/2003, não observados por ocasião da composição da Lei Municipal:

I – O item 3 passa a vigorar com a seguinte redação:

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – (VETADO na Lei Complementar 116/20003).

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.....5%.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.....5%.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.....5%.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.....5%.

II – O item 7 passa a ter a seguinte redação:

7.14 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/203).

7.15 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/2003).

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.....2%.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.....3%.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.....5%.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.....5%.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.....5%.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.....3%.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.....5%.

III – O item 13 passa a vigorar da forma seguinte:

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/2003).

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.....5%.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.....5%.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.....5%.

13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.....5%.

IV – O item 15 passa a ter a seguinte redação:

15.03 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/2003)

V – O item 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

"17.07 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/2003).

17.08 – Franquia (**franchising**).....5%.

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.....5%.

17.10 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.....5%.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).....5%.

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.....5%.

17.13 – Leilão e congêneres.....5%.

17.14 – Advocacia.....5%.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.....5%.

17.16 – Auditoria.....5%.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.....5%.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.....5%.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.....5%.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.....5%.

17.21 – Estatística.....5%.

17.22 – Cobrança em geral.....5%.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).....5%.

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.....5%.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a disposições em contrário e produzindo seus efeitos imediatamente.

Gabinete do prefeito, 02 de Junho de 2016.

Saúlo Domingues Gouvêa
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

PUBLICADO
Jornal: O Fluminense
Edição: 1.255 PG: 4
Data 03/06/14 a 05/06/14
Rúbrica

Cantagalo-RJ

LEI Nº1.199/2014.

Institui a Declaração Eletrônica Mensal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza para as instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei 4.595/64, a ser realizada por meio do software de Declaração Mensal de Serviços Bancários e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- Fica instituída a Declaração Mensal de Serviços Bancários de uso obrigatório pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei 4.595/64, a ser realizada por meio do software.

Art.2º- As Instituições Financeiras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei 4.595/64, ficam obrigadas a preencher a Declaração Mensal de Serviços Bancários, nos termos do regulamento expedido pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, e nos termos do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 116/2003, as informações e dados serão prestadas pelo Administrador da Agência Bancária ou por quem a respectiva Instituição Financeira designar formalmente, mediante prévia ciência à Secretaria Municipal de Fazenda.

Art.3º- A Declaração Mensal de Serviços Bancários consiste na escrituração eletrônica dos serviços prestados e tomados pelas instituições financeiras.

§1º- As receitas de prestação de serviços deverão ser escrituradas na referida declaração, observadas as contas e a estrutura prevista nas Normas Básicas do Plano de Contas instituído pelo Banco Central do Brasil.

§2º- A declaração prevista no *caput* deste artigo será gerada eletronicamente pelo programa de informática denominado ISS Bancário, que será disponibilizado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Art.4º - Cada estabelecimento financeiro é obrigado a encaminhar à Secretaria Municipal de Fazenda a Declaração Mensal de Serviços Bancários, até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador do imposto.

§1º- A entrega da declaração à Secretaria Municipal de Fazenda dar-se-á por transmissão via Internet.

§2º- A Declaração Mensal deverá ser entregue mesmo quando o declarante não apresente movimento tributável no período ou esteja inativo.
§3º- Ao receber a declaração, a Secretaria Municipal de Fazenda emitirá recibo de entrega dos dados e informações recebidos.

§4º- Constará no recibo de entrega, se for o caso, a omissão de dados relacionados a qualquer dos estabelecimentos da instituição financeira situados no Município.

§5º- A critério do Serviço de Arrecadação Tributária – SAT, poderão ser rejeitadas as Declarações que contenham inconsistências relativas à Inscrição Municipal e ao CNPJ de qualquer dos estabelecimentos da Instituição Financeira, ou ainda, inconsistências relativas à forma de escrituração.

§6º- O recibo de entrega emitido pelo Fisco não implicará na validação do conteúdo dos dados constantes da Declaração Mensal preenchida pelo Contribuinte.

§7º- As Declarações e os respectivos Recibos de Entrega deverão ser conservados pelo Contribuinte, em meio físico ou eletrônico, durante o período decadencial previsto na Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional.

Art.5º- Ao Contribuinte que não cumprir o disposto nesta Lei, bem como o cumprimento com incorreções ou omissões será imposta multa de 90 (noventa) UFICAN'S por Mês/Competência, sem prejuízo das sanções administrativas, civis, penais e de autorização de funcionamento do estabelecimento bancário, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

§1º- A Multa será acrescida em 200% (duzentos por cento) pela ausência ou pela rejeição por inconsistência das declarações de acordo com regulamento referente:

I – aos Pacotes de serviços;

II – a Composição dos pacotes de serviços;

III – ao Demonstrativo da movimentação das tarifas;

IV – a Movimentação no número de correntista;

V – a Arrecadação referente aos pacotes de serviços;

VII – aos Balancetes Analíticos Mensais;

VIII – ao Demonstrativo de rateio de resultados internos.

§2º - Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro.

§3º- Consiste reincidência o não preenchimento da declaração ou preenchimento da declaração com inconsistências, por mais de um mês de competência, independentemente de consecutivos ou não.

§4°- O não pagamento da(s) multa(s) devida(s) acarretará a inclusão da(s) mesma(s) na Dívida Ativa.

Art.6º- Compete a Secretaria Municipal de Fazenda baixar os atos normativos visando à operacionalização da presente Lei.

Art.7°- Fica revogado o Decreto N° 2.572/12 de 14 de junho de 2012.

Art.8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, depois de regulamentada pelo Poder Executivo, que fixará os prazos de sua aplicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de maio de 2014.

Saulo Domingues Gouvea
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Jornal O Bandeirante
Edição 1.191 PG: 8 e 9
Data 15/12/13 a 19/12/13

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

Rúbrica

LEI Nº1.181 /2013.

DISPÕE SÔBRE A DEFINIÇÃO E NORMATIZAÇÃO DAS REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR DE RESPONSABILIDADE DO MUNICIPIO DE CANTAGALO-RJ, DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO, NOS TERMOS DO ART. 100, § 3° E § 4° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1° - Nos termos do Art.100, §3° e §4° da Constituição Federal do Brasil, - Redação da Emenda Constitucional n° 62 de 09/12/2009, são considerados como sendo de pequeno valor os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal de Cantagalo-RJ, Fundos, Autarquias e Fundações Públicas, em decorrência de sentença judicial transitada em julgado, à vista do Ofício Requisitório expedido pelo juízo competente (Requisição de Pequeno Valor-RPV).

Parágrafo único – Para fins desta Lei considera-se de pequeno valor os débitos ou obrigações cujo montante seja equiparado ou inferior ao maior benefício do Regime Geral da Previdência Social cujo valor atual é R$ 4.157,05 (quatro mil cento e cinquenta e sete reais e cinco centavos).

Art. 2° - O pagamento das RPVs que a Fazenda Municipal deva quitar, de que trata esta Lei, serão realizadas de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidas conforme a ordem cronológica dos Ofícios Requisitórios protocolizados na Secretaria de Fazenda e de conformidade com a Lei Municipal n° 1.053/2011, de 12.09.2011, não ultrapassando 60 (sessenta) dias da data da intimação pessoal do Município.

Art. 3° - A Procuradoria do Município velará para que, nos autos dos processos respectivos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, vedados no §8° do Art. 100 da Constituição Federal.

Art. 4° - Fica facultada às partes exequentes a renúncia ao crédito no que exceder ao valor estabelecido nesta Lei, para que possam optar pelo recebimento como Requisição de Pequeno Valor-RPV.

Parágrafo único – A opção pelo recebimento do crédito na forma prevista neste artigo, a ser exercida nos autos do processo, implica a renúncia do restante dos créditos porventura existentes e que sejam oriundos do mesmo processo.

Art. 5° - Aos valores já inscritos em Precatório serão aplicadas as disposições da presente Lei.

Art. 6° - Para o pagamento das obrigações consideradas como sendo de pequeno valor, de que trata esta Lei, será utilizada a dotação própria do Orçamento Municipal.

Art. 7° - A presente Lei será regulamentada através de Decreto do Executivo Municipal no que couber.

Art. 8° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de dezembro de 2013.

SAULO DOMINGUES GOUVEA
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição 1.159 PG: 5, 6 e 7
Data 02/10/13 a 03/10/13
Rubrica

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

LEI N.º1.164/2013.

PROPÕE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO-RJ, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE INSTITUIU O ESTATUTO NACIONAL DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Esta lei regulamenta o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado ao microempreendedor individual (MEI), às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP), em conformidade com os arts. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 2º- Esta lei estabelece normas relativas:

I – à simplificação, à racionalização e à unificação dos processos de abertura e de baixa de empresas no município;
II – à cobrança do Imposto Sobre Serviços através do SIMPLES NACIONAL;
III – ao apoio à inovação;
IV – ao associativismo;
V – ao acesso à justiça;
VI – ao estímulo ao crédito e à capitalização.

CAPÍTULO II
DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO
SEÇÃO I
DOS PRINCÍPIOS ADOTADOS NO MUNICÍPIO

Art. 3º- Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo articular as competências próprias com as dos demais órgãos de outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

Parágrafo único - Nos processos de legalização e de baixa de empresas, não poderá ser instituída:

I – qualquer exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de registro, inscrição, licenciamento, alteração ou baixa da empresa;
II – exigência de comprovação da regularidade fiscal do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem como condição para registro, inscrição ou licenciamento e suas respectivas alterações, sem prejuízo das responsabilidades por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção;

III - documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
IV - documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo para comprovação do endereço indicado.

Art. 4º- Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Parágrafo único - Sempre que possível, os órgãos municipais responsáveis pela legalização e baixa de empresários e de pessoas jurídicas realizarão visitas conjuntas.

Art. 5º- Para efeitos desta Lei consideram-se de alto risco, as atividades prejudiciais ao sossego público e que tragam alto risco ao meio ambiente e que:
I – utilizem material inflamável;
II – envolvam aglomeração de pessoas;
III – possam produzir nível sonoro superior ao estabelecido em Lei;
IV – utilizem material explosivo, ou;
V – venham a ser definidas em Lei Municipal.

§1º- O Chefe do Poder Executivo relacionará as atividades cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia.

§2º- Definidas as atividades de alto risco, as demais serão consideradas de baixo risco, e dispensada **à obrigatoriedade** de vistorias prévias.

Art. 6º- A administração pública municipal criará, em 6 (seis) meses contados da publicação desta lei, um banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover ao usuário a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou da inscrição.

Parágrafo único – O banco de dados de que trata o caput poderá ser vinculado aos sistemas desenvolvidos pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, instituída pela Lei federal 11.598, de 3 de dezembro de 2007.

Art. 7º- Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental, ocupação do solo, inscrição municipal e prevenção contra incêndios, quando existirem, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos nos processos de abertura e de fechamento de empresários e de pessoas jurídicas, no âmbito de suas competências.

Parágrafo único - O Chefe do Poder Executivo instituirá licenciamentos simplificados, sanitário e ambiental, para as atividades de baixo risco, considerando os dados e informações inseridos no sistema de emissão do Alvará de Funcionamento Provisório de que trata o artigo 11 desta lei.

Art. 8º- Os órgãos envolvidos nos processos de legalização e baixa de empresários e de pessoas jurídicas, observados o disposto nesta lei e a legislação municipal, deverão orientar-se pelas normas do Comitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

Parágrafo único - Poderão ser realizadas parcerias ou convênios com órgãos de outros entes federativos envolvidos nos processos de legalização de empresários e de pessoas jurídicas visando ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 9º- Será autorizado o exercício de atividades de baixo risco para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte:
I– instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária, ou;
II – em residência do titular ou sócio da empresa individual ou da sociedade, se a atividade não gerar grande circulação de pessoas.

Parágrafo único – O funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços em imóveis residenciais observará as normas relativas às Posturas Municipais, à Vigilância Sanitária e ao Meio Ambiente.

Art.10- Administração municipal deverá instituir procedimento para concessão de licenças municipais que:
I – permita pesquisas prévias às etapas de registro, inscrição ou licenciamento de estabelecimentos de empresários e de pessoas jurídicas que sejam suficientes para informar ao usuário sobre:
a) a descrição oficial do endereço de seu interesse e a possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;

b) todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção das licenças municipais destinadas a autorizar o funcionamento de estabelecimentos empresariais, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização;
c) os fundamentos do indeferimento das pesquisas e a adequação à exigência legal;

II– viabilize ferramentas para entrada única de dados cadastrais e de documentos, emissão de guias e serviços de licenciamento municipal, observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades municipais.

Parágrafo único - Para realização de pesquisas prévias e entrada única de dados cadastrais e de documentos, a Administração Municipal poderá assinar convenio com a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro para utilização do Sistema REGIN - Integrador Mercantil da REDESIM.

SEÇÃO II
DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO

Art. 11- Na constituição de microempresa e empresa de pequeno porte com atividade de baixo risco será emitido Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início das operações do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.

§1º- O Alvará de Funcionamento Provisório terá prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias.

§2º O Alvará de Funcionamento Provisório será liberado no prazo de 72 (setenta e duas) horas após o registro da empresa na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, **cujo prazo passará a fluir do Requerimento do Interessado no órgão competente municipal.**

§3º Para emissão do Alvará de Funcionamento Provisório, a Administração Municipal poderá instituir mecanismo eletrônico próprio que funcione na rede mundial de computadores ou utilizar os sistemas desenvolvidos pelo Comitê Gestor da REDESIM.

§4º- O Alvará de Funcionamento Provisório será concedido inclusive para as empresas estabelecidas nos imóveis de que trata do artigo 9º desta lei.

Art. 12- A concessão do Alvará de Funcionamento Provisório dependerá da prévia aprovação do Pedido de Viabilidade realizado no Sistema REGIN - Integrador Mercantil da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas.

Parágrafo único – Os órgãos municipais envolvidos no processo de legalização e baixa de empresas deverão responder ao Pedido de Viabilidade no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do início do expediente seguinte.

Art. 13- Desde que cumpridos os requisitos legais exigidos no Pedido de Viabilidade, no prazo de que trata o §1º do artigo 11, o Alvará de Funcionamento Provisório será convertido em Alvará de Funcionamento de Estabelecimento Definitivo, independentemente do requerimento do interessado.

Art. 14- O Alvará de Funcionamento Provisório será declarado nulo se:

I – Expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;
II – Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado;
III – Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais.

1º- O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela Administração Municipal, nos prazos por ela definidos.

2º- O Alvará de Funcionamento Provisório subordina-se à legislação relativa ao uso e ocupação do solo, ao Código de Posturas Municipais e ao Código Tributário do Município.

§3º- O Município poderá restringir, a qualquer momento, a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório, visando resguardar o interesse público.

SEÇÃO III
DO TRÂMITE ESPECIAL PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Art. 15- O processo de legalização do Microempreendedor Individual e as respectivas alterações e baixas deverão ter trâmite especial.

Parágrafo único - Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará o trâmite especial para concessão e baixa de licenças e inscrições municipais do microempreendedor individual segundo as normas do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM.

Art. 16- Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto no artigo15 desta lei.

SEÇÃO IV
DA BAIXA SIMPLIFICADA

Art. 17- A microempresa ou a empresa de pequeno porte que se encontrar sem movimento há mais de 12 (doze) meses poderá solicitar a baixa das licenças municipais, independentemente da comprovação da respectiva regularidade fiscal ou tributária.

§1º- O disposto no *caput* será aplicado ao microempreendedor individual a qualquer momento.

§2º- Para os efeitos do *caput* deste artigo, considera-se sem movimento a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

Art. 18- A baixa não impedirá que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus titulares, sócios ou administradores.

Art. 19- A baixa deverá ser efetivada no prazo de 60 (sessenta) dias pelos órgãos encarregados do licenciamento, sob pena de ser considerada presumida.

SEÇÃO V
DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 20- Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor, com as seguintes atribuições:

I – Disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;
II – orientar sobre os procedimentos necessários à regularização da situação fiscal e tributária das empresas e manter mecanismos para emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;
III – orientar sobre as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas a serem cumpridas pelo microempreendedor individual;
IV – disponibilizar mecanismos para consultas de informações pelo interessado à abertura de empresas no Município;
V – alocar o agente de desenvolvimento;
VI – orientar sobre as formas de acesso à Justiça, ao crédito e aos mecanismos de fomento à inovação e ao associativismo, bem como aos incentivos previstos no Município;
VII – outras atribuições fixadas em regulamento.

Parágrafo único - Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a administração municipal **poderá firmar** parceria com outras instituições para oferecer orientação acerca da abertura, do funcionamento e do encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação acerca de crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no município.

SEÇÃO VI

DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art.21- Caberá ao **Chefe do Poder Executivo Municipal** designar Agente de Desenvolvimento para a efetivação do disposto nesta lei.

Paragrafo único - O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I – residir na área da comunidade em que atuar;
II – haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento, e;
III – haver concluído o ensino fundamental.

Art. 22- A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pela articulação de ações que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único - Caberá ao Agente de Desenvolvimento buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e demais entidades de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e de experiências.

CAPÍTULO III
DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 23- As ME e EPP poderão optar por recolher o Imposto sobre Serviços – ISS através do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§1º- Para efeito do caput deste artigo ficam recepcionados pela legislação municipal os dispositivos da Lei Complementar federal 123, de 2006, relativos:

I - à definição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual, à abrangência, às vedações ao regime, à forma de opção e às hipóteses de exclusões;
II - às alíquotas, à base de cálculo, à apuração, ao recolhimento do ISS e ao repasse do produto da arrecadação;
III - à fiscalização e aos processos administrativo-fiscal e judiciário pertinentes;
IV - aos acréscimos legais, juros e multa de mora e de ofício, e à imposição de penalidades previstas pela Legislação Federal do Imposto de Renda;
V – ao recolhimento fixo mensal dos escritórios de contabilidade;
VI – ao parcelamento dos débitos relativos ao ISS, que ficará subordinado ao disposto nos §§ 15 a 18 e 20 a 24 do artigo 21 da Lei Complementar federal 123/2006;
VII – à restituição e à compensação de créditos relativos ao ISS;
VIII – à comunicação eletrônica dos contribuintes **a ser regulamentado.**

§2º- O recolhimento do tributo no regime de que trata este artigo não abrange às seguintes formas de incidências do ISS, em relação às quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas no Município:

I - substituição tributária ou retenção na fonte;
II - importação de serviços.

§3º- A retenção na fonte de ISS das microempresas ou das empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 2º da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003.

Art. 24- Em relação ao ISS devido no SIMPLES NACIONAL serão desconsideradas as normas vigentes no município que prevejam redução de bases de cálculo ou de alíquotas ou outros fatores que alterem o valor devido.

§1º - Lei Municipal especifica **poderá estabelecer** sobre isenções ou reduções de base de cálculo ou de alíquotas para microempresas e empresas de pequeno porte optantes.

§2º A opção de que trata o artigo 23 desta lei não impede a fruição de incentivos fiscais relativos a tributos não abrangidos pelo SIMPLES NACIONAL.

Art. 25- O Chefe do Poder Executivo regulamentará a cobrança do ISS devido por microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no

Município, observando as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e as orientações do Comitê Gestor do SIMPLES NACIONAL.

Art. 26- As empresas excluídas do Simples Nacional sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas municipais de tributação aplicáveis às demais personalidades jurídicas.

Art. 27- O Imposto Sobre Serviços – ISS do Microempreendedor Individual será recolhido em valores fixos mensais, de acordo com as normas baixadas pelo Comitê Gestor do SIMPLES NACIONAL.

§1º- Não se aplica ao Microempreendedor Individual a retenção na fonte do ISS em relação aos serviços por ele prestados a terceiros.

§2º- O Microempreendedor Individual:

I - comprovará a receita bruta mediante apresentação de relatório mensal e da declaração anual, de acordo com as normas expedidas pelo Comitê Gestor do SIMPLES NACIONAL;
II – estará obrigado a emitir documento fiscal para destinatário inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ficando dispensado da emissão quando o destinatário for pessoa física.

Art. 28- O Poder Executivo, por intermédio dos seus órgãos técnicos competentes, estabelecerá os controles necessários para acompanhamento da arrecadação do ISS através do SIMPLES NACIONAL, inclusive em relação aos pedidos de restituição ou de compensação dos valores do ISS recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido.

§1º- É vedado o aproveitamento de créditos tributários não apurados no SIMPLES NACIONAL, inclusive de natureza não tributária, para extinção de débitos do SIMPLES NACIONAL.

§2º- Os créditos do ISS no SIMPLES NACIONAL não serão utilizados para extinguir outros débitos para com a Fazenda Municipal, salvo por ocasião da compensação de ofício oriunda de deferimento em processo de restituição ou após a exclusão da empresa do sistema simplificado.

§3º - A compensação e a restituição de débitos do ISS apurados no SIMPLES NACIONAL subordinam-se ao disposto nos §§ 6º a 8º e 12 a 14 do artigo 21 da Lei Complementar federal 123/2006.

Art. 29- A Procuradoria do Município poderá firmar convênio com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para manter sob seu controle os procedimentos de inscrição em dívida ativa Municipal e de cobrança judicial do ISS de empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL.

§ 1º A Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Fazenda prestarão auxílio à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ao contencioso judicial que incluir o ISS devido no SIMPLES NACIONAL, na forma do artigo 41 da Lei Complementar federal 123/2006.

§2º- O Município, mediante convenio, poderá transferir a atribuição de julgamento do contencioso administrativo fiscal ao Estado do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO III
DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 30- A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, do uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individuais, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Art. 31- Quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço.

Parágrafo único - Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 12 (doze) meses, contados do ato anterior.

Art. 32- A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art. 33- Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

CAPÍTULO IV

DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Art. 34- O Poder Público Municipal poderá instituir incubadoras de empresas com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.

Art. 35- O Poder Público Municipal apoiará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno situada no Município para essa finalidade.

Art. 36- Para consecução dos objetivos, a Prefeitura Municipal poderá celebrar convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

CAPÍTULO VI

DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO

Art. 37- Para estimular o crédito e a capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno porte, a Administração Pública Municipal poderá reservar em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou pela União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 38- A Administração Pública Municipal apoiará a instalação e a manutenção, no Município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, público e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

CAPÍTULO VII

DO ACESSO À JUSTIÇA

Art. 39- O Município **poderá realizar** parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar o acesso de empresas de pequeno porte e de microempresas à justiça.

Art. 40- O Município **poderá celebrar** parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário, para estimular a utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

Parágrafo único - O Município também poderá formar parcerias com a OAB e Universidades para criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, bem como postos avançados do mesmo.

CAPITULO VIII

DO ASSOCIATIVISMO

Art. 41- O Poder Executivo incentivará microempresas e empresas de pequeno porte a organizarem-se em Sociedades de Propósito Específico, na forma prevista no artigo 56 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo único - O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

Art. 42- A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais a ela relacionadas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43- Fica instituído o "Dia Municipal da Micro e Pequena Empresa e do Desenvolvimento", que será comemorado **no dia 05 de outubro de cada ano**.

Parágrafo único - Nesse dia, será realizada audiência pública na Câmara dos Vereadores, amplamente divulgada, em que serão ouvidas lideranças empresariais e debatidas propostas de fomento aos pequenos negócios e melhorias da legislação específica.

Art. 44- A Administração Pública Municipal, como forma de estimular a criação de novas micro e pequenas empresas no município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas de específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 45- Os órgãos da Administração Pública Municipal deverão acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Comitê Gestor de Integração do Registro Empresarial – COGIRE, de que trata o artigo 11 da Lei estadual 6.426, de 05 de abril de 2013, e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

Art. 46- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a editar norma regulamentando os dispositivos desta Lei Complementar.

Art. 47- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 26 de setembro de 2013.

Sathô Domingues Gouvêa
Prefeito Municipal

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento

LEI N.º 1.154/2013

DISPÕE SÕBRE A ATIVIDADE DO COMÉRCIO AMBULANTE NO MUNICIPIO DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1° - Estão sujeitos aos dispositivos desta Lei os vendedores ou comerciante ambulante eventual e similares.

§ 1° - considera-se vendedor ou comerciante ambulante aquele que exerce a atividade de venda a varejo de mercadorias, individualmente, sem estabelecimento, instalações ou localização permanente, realizada em vias e logradouros públicos. Somente serão admitidos nesta categoria residentes no município de Cantagalo-RJ e possuidores de cadastro ativo Secretaria Municipal de Fazenda.

§ 2° - Considera-se vendedor ou comerciante ambulante eventual aquele que exerce a atividade de venda a varejo de mercadorias em determinadas épocas do ano, por ocasião de festejos ou comemorações cívicas, esportivas ou religiosas, e os exercidos em campanhas com fins educativos, artísticos e beneficentes.

§ 3° - Excetua-se do âmbito de aplicação desta Lei a distribuição domiciliaria efetuada por conta de comerciantes com estabelecimento fixo, a venda de jornais e outras publicações periódicas.

Art. 2° - Equiparam-se, para efeitos desta Lei, os engraxates, jornaleiros, sorveteiros, pipoqueiros e similares, bilheteiros, expositores e vendedores de trabalhos artisticos, educativos e culturais, artesãos, incluindo os das feiras de artesanato e feiras livres.

Art. 3° - O exercicio do comércio ambulante dependerá de licença especial e prévia da Secretaria Municipal de Fazenda e a fiscalização do exercício do comercio ambulante e equiparados caberá, também, à Secretaria Municipal de Fazenda, com apoio da Guarda Municipal.

§ 1° - A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições desta Lei e as da legislação municipal.

§ 2° - A licença será para o interessado exercer o comercio ambulante nos logradouros públicos em área previamente demarcada pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

§ 3° - Em hipótese alguma o espaço ocupado poderá ser comercializado como ponto por tratar-se de área de dominio público, sob pena, de cassação da licença.

Art. 4° - O pedido de licença para comercio ambulante deverá ser feito através de requerimento padronizado e instruido com os seguintes documentos:

a) Carteira de identidade;
b) Carteira de trabalho e previdência;
c) Carteira de saúde, atualizada;
d) Comprovante de residência;
e) Quando for comercializar mercadorias industrializadas, deverá apresentar Nota Fiscal que comprove a origem do produto.

§ 1° - No caso de comercialização de produtos de artesanato, fica dispensada a apresentação do documento do item "e".

§ 2° - Para a expedição da licença para comercio ambulante será cobrada a taxa prevista para tal fim no Código Tributário do Municipio.

§ 3° - A renovação da licença será feita anualmente, mediante a apresentação dos documentos referidos no Art. 4º.

§ 4° - O Alvará de Localização e Funcionamento conterá:

a) Nome, qualificação e endereço do vendedor ambulante;
b) Numero de inscrição;
c) Indicação das mercadorias que serão objeto de comercialização e, no caso de artesanato, material que será utilizado em sua confecção;
d) Horário e local de funcionamento.

Art. 5° - A licença do vendedor ambulante ou equiparado tem caráter pessoal, intransferível e precário, passível de cancelamento, alteração ou remanejamento, desde que assim exija o interesse público, por julgamento da Administração Municipal.

Art. 6° - A concessão de licença para comércio ambulante de "trailer" está condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos:

a) Que seja requerida pelo proprietário do "trailer" e em seu nome;

b) Que o "trailer" esteja em perfeito estado de conservação e pintura;

c) A existência de propaganda comercial de terceiros no "trailer" somente será permitida mediante pagamento da respectiva taxa de publicidade;

d) O uso do "trailer" somente será permitido com autorização e padronização imposta pela Secretaria Municipal Obras e Serviços Públicos;

e) Permanente possibilidade de remoção;

f) Deverão estar fixadas à vista do público o Alvará de Licença e Funcionamento e o BOF (Boletim de Ocupação e Funcionamento) da Defesa Sanitária.

Art. 7° - Qualquer atividade comercial ambulante ou equiparada deverá atender aos princípios básicos de higiene e saúde pública, sob pena de cassação da licença para comercio ambulante.

§ 1° - Diariamente, após a utilização do ponto, o vendedor ambulante deverá retirar todo seu equipamento de trabalho, alem de proceder à limpeza do local, sob pena da sanção acima prevista.

Art. 8° - Fica proibido ao vendedor ambulante vender qualquer tipo de mercadoria nas localidades ou vias públicas, fora dos locais especificados pela Administração Municipal e sem o respectivo Alvará de Localização e Funcionamento.

Art. 9° - Somente será concedido o Alvará de Localização e Funcionamento a vendedor ambulante não residente no município para venda de mercadorias não encontradas no comércio de Cantagalo-RJ.

Art. 10 - Desde que no município de Cantagalo-RJ encontrem-se estabelecimentos comerciais habilitados à prestação de serviços de som ambulante, não será admitida a utilização de empresas de outros municípios prestando esse tipo de serviço.

Art. 11 - O vendedor ambulante não licenciado ficará sujeito à multa e apreensão das mercadorias, bem como do veiculo objeto do comercio.

§ 1° – A devolução dos bens apreendidos somente será feita depois do pagamento da multa imputada.

§ 2° - As mercadorias não reclamadas nos seguintes prazos, conforme o tipo serão doadas a estabelecimentos de assistência social do município de Cantagalo-RJ, mediante recibo comprobatório, que ficará à disposição do interessado, cancelando-se a multa aplicada:

I – mercadorias perecíveis, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
II – mercadorias não perecíveis, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 12 - A licença de vendedor ambulante poderá ser cassada a qualquer tempo pela Prefeitura nos seguintes casos:

I – quando o comercio for realizado sem as necessárias condições de higiene e se tornar prejudicial à saúde, ordem, moralidade ou sossego público;

II – quando o ambulante for autuado no mesmo exercício por mais de 02 (duas) infrações;

III – quando o ambulante deixar de recolher as taxas devidas para obtenção de licença anual, obrigatória para o exercício da atividade;

IV – perturbação do sossego e bem-estar públicos quando no exercício da atividade autorizada;

V – solicitação motivada por parte de autoridade pública no exercício de suas competências.

Art. 13- Fica vedado o comercio ambulante ou eventual das seguintes mercadorias:

a) Quaisquer mercadorias, objetos ou correlatos não mencionados no Alvará de Localização e Funcionamento;

b) Armas, munições, pólvora e brinquedos assemelhados;

c) Combustiveis liqüidos, sólidos e gasosos, inflamáveis, explosivos, corrosivos e/ou assemelhados, inclusive gás de cozinha, engarrafado e de uso doméstico;

d) Pássaros e outros animais; vedada, também, a exploração de seus instintos e habilidades, sob qualquer forma;

e) Sementes, ervas medicinais e respectivos preparados, mudas para arborização ou frutíferas, antes de cumprir um período de quarentena nunca inferior a (30) trinta dias;

f) Produtos pereciveis oriundos de outros estados;

g) Medicamentos e especialidades farmacêuticas;

h) Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas, raticidas e semelhantes;

i) CDs, DVDs e BLUE RAYs pirateados;

j) Carnes cruas, ensacadas, defumadas e enlatadas e miudezas comestiveis, alimentos pereciveis.

Art. 14 - Ao abrigo desta Lei poderá municipio:

I – Restringir, condicionar ou proibir a venda ambulante, tendo em atenção os aspectos higienico-sanitários, estéticos e de comodidade para o publico;

II – Interditar zonas ao exercício do comercio ambulante, atendendo às necessidades de segurança e de trânsito de veiculos;

III – Estabelecer zonas e locais fixos para neles ser exercida, com meios próprios, a atividade de vendedor ambulante;

IV – Estabelecer zonas e locais especialmente destinados ao comercio ambulante de determinadas categorias de produtos.

Art. 15 – A Vigilância Sanitária fica autorizada a realizar a apreensão de produtos pereciveis que estiverem sujeitos a causar danos à saúde publica.

Art. 16 - Eventuais Alvarás já concedidos serão revistos para adequação à presente Lei.

Art. 17 - O exercício da atividade de vendedor ambulante sem a autorização válida, prevista nesta Lei, constitui contravenção punível com multa de 50 (cinquenta) UFICANs a 100(cem) UFICANs.

Art. 18 - Aplicam-se ao comercio ambulante, no que couber, as disposições da Legislação Tributaria Municipal e, aos casos omissos nesta Lei, o Código de Defesa do Consumidor, a Legislação Estadual e Federal, referentes à Saúde e Proteção de Alimentos e Consumidores

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revocadas todas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de agosto de 2013.

Saulo Domingues Gouvea
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição: 747 PG: 5
Data: 27/11/10 a
Rúbrica

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
S. M. Governo, Planejamento e Desenv. Econômico

LEI Nº 1007/2010.

DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS JUDICIAIS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E FIXA O VALOR NO ÂMBITO DAS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA APROVOU, E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art.1º. A celebração de acordos judiciais pelo Município e pelas Entidades da Administração Municipal indireta nos Juizados Especiais da Fazenda pública observará o disposto na presente Lei.

Art.2º. O Município, suas Autarquias, Fundações, e Empresas Estatais, poderão celebrar acordos quando o interesse público assim o recomendar, nas hipóteses e nos termos disciplinados por ato do Procurador Municipal, observado o seguinte:

I – o limite máximo do valor do acordo será de 20 (vinte) salários mínimos;

II – os acordos celebrados pelo próprio Município ou por suas Autarquias deverão ser subscritos por Procurador efetivo ou por Procurador Geral do Município;

Art.3º. São obrigações de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, as que tenham como limite máximo o valor de 20 (vinte) salários mínimos.

Art.4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sem prejuízo do ato jurídico perfeito.

Gabinete do Prefeito, em 24 de novembro de 2010.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição: 368 PG: Anexo 5
Data 22/12/07 a / /
Rúbrica

LEI N°840/2007.

"Dispõe sobre a alteração do artigo 146 e seus parágrafos do Código Tributário Municipal, Lei 20/77, alterado pela Lei Municipal 522/02 de 16 de abril de 2002".

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte Lei.

Art. 1° - Atendendo o interesse público, o Artigo 146 e seus Parágrafos, Lei Municipal 20/77, bem como o Artigo 1° e seus Parágrafos referentes à Lei Municipal 522/2002, passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 146 Lei 20/77 e Art. 1° Lei 522/02 – O débito vencido, objeto de cobrança administrativa ou judicial, poderá a critério do órgão fazendário, ser parcelado em até 60 (sessenta) pagamentos mensais e sucessivos".

§ 1° - O parcelamento só será deferido mediante requerimento administrativo dirigido ao senhor Secretário Municipal de Fazenda ou petição judicial firmada pelo interessado o que, em ambos os casos, implicará no reconhecimento da dívida.

§ 2° - O não pagamento de qualquer das parcelas na data fixada no respectivo acordo, importará no vencimento antecipado das parcelas remanescentes e na imediata retomada da cobrança administrativa e judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para novo débito.

§ 3° - Os débitos já parcelados poderão ser renegociados nos mesmos termos dos Parágrafos anteriores."

§ 4° - O valor mínimo da parcela será equivalente aquele fixado pela Receita Federal.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2007.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição: 368 PG: 03 Anexo
Data 22/12/07 a
Rúbrica

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º837/2007

" Altera disposições da Lei Municipal n.º 28/89 de 15 de dezembro de 1989."

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o **ANEXO II**, Cobrança da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos, estabelecido no Art. 5º da Lei Municipal n.º 028/89 de 15 de dezembro de 1989, conforme tabela em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de dezembro de 2007.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito Municipal

ANEXO II

COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

(Nova redação dada pela Lei n.º 837/07 de 18/12/2007)

	ESTABELECIMENTOS INDÚSTRIAIS, COMERCIAIS E OUTROS, SUJEITOS A COBRANÇA DESTA TAXA	UNIDADE FISCAL " UFICAN " AO ANO	CORRESPONDÊNCIA EM REAIS R$	REAIS AO MÊS R$
		SITUAÇÃO PROPOSTA		
1	INDÚSTRIA			
1.1	ATÉ 10 EMPREGADOS	4	R$ 309,76	R$ 25,81
1.2	ACIMA DE 10 ATÉ 30 EMPREGADOS	6	R$ 464,64	R$ 38,72
1.3	ACIMA DE 30 ATÉ 70 EMPREGADOS	8	R$ 619,52	R$ 51,63
1.4	ACIMA DE 70 ATÉ 150 EMPREGADOS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
1.5	ACIMA DE 150 EMPREGADOS	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
2	COMÉRCIO			
2.1	BARES E RESTAURANTES ATÉ 500 m2.	6	R$ 464,64	R$ 38,72
2.2	SUPERMERCADOS, ATÉ 500m2.	12	R$ 929,28	R$ 77,44
2.3	EXTRAÇÃO DE AREIA :			
2.3.1	ATÉ 1.000 m2	6	R$ 464,64	R$ 38,72
2.3.2	DE 1.001 a 5.000 m2	8	R$ 619,52	R$ 51,63
2.3.3	DE 5.001 a 10.000 m2	12	R$ 929,28	R$ 77,44
2.3.4	ACIMA DE 10.000 m2	14	R$ 1.084,16	R$ 90,35
2.4	ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	25	R$ 1.936,00	R$ 161,33
2.5	QUAISQUER OUTROS RAMOS DE ATIVIDADES NÃO CONSTANTES NO ITEM 2, C/ ATÉ 500m2.	6	R$ 464,64	R$ 38,72
2.6	QUAISQUER OUTROS RAMOS DE ATIVIDADES NÃO CONSTANTES NO ITEM 2, C/ MAIS DE 500m2.	12	R$ 929,28	R$ 77,44
2.7	HOTÉIS, MOTÉIS, POUSADAS E SIMILARES			
2.7.1	ATÉ 10 QUARTOS	6	R$ 464,64	R$ 38,72
2.7.2	ACIMA DE 10 ATÉ 20 QUARTOS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
2.7.3	ACIMA DE 20 QUARTOS	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
3	REPRESENTANTES COMERCIAIS AUTÔNOMOS CORRETORES, DESPACHANTES, AGENTES E PREPOSTOS EM GERAL.	2,5	R$ 193,60	R$ 16,13
4	PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS QUE EXERCEM ATIVIDADES SEM APLICAÇÃO DE CAPITAL	2	R$ 154,88	R$ 12,91
5	PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS QUE EXERCEM ATIVIDADES C/ APLICAÇÃO DE CAPITAL	2,5	R$ 193,60	R$ 16,13
6	CASAS LOTÉRICAS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
7	OFICINAS DE CONSERTOS EM GERAL			
7.1	ATÉ 20 m2	2	R$ 154,88	R$ 12,91
7.2	DE 21 m2 até 75 m2	3		
7.3	DE 76 m2 até 150 m2	4	R$ 309,76	R$ 25,81
7.4	ACIMA DE 150 m2	5	R$ 387,20	R$ 32,27
8	POSTOS DE SERVIÇOS PARA VEÍCULOS	5	R$ 387,20	R$ 32,27
9	DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS E SIMILARES.	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
10	TINTURARIA E LAVANDERIA	2	R$ 154,88	R$ 12,91
11	SALÕES E ENGRAXATE	1		
12	ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO, GINÁSTICAS, DUCHAS, MASSAGENS	7	R$ 542,08	R$ 45,17
13	BARBEARIAS E SALÕES DE BELEZA	1	R$ 77,44	R$ 6,45
14	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA, POR SALA DE AULA	6	R$ 464,64	R$ 38,72
15	ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES			
15.1	COM ATÉ 25 LEITOS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
15.2	COM MAIS DE 25 LEITOS	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
16	LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICA	5	R$ 387,20	R$ 32,27
17	DIVERSÕES PÚBLICAS			
17.1	CINEMAS E TEATROS COM ATÉ 150 LUGARES	6	R$ 464,64	R$ 38,72
17.2	IDEM, ACIMA DE 150 LUGARES	12	R$ 929,28	R$ 77,44
17.3	RESTAURANTES DANÇANTES, BOATES, ETC	8	R$ 619,52	R$ 51,63
17.4	BILHARES E QUAISQUER OUTROS JOGOS DE MESA			
17.4.1	COM ATÉ 3 MESAS	3	R$ 232,32	R$ 19,36
174.2	ACIMA DE 3 MESAS	5	R$ 387,20	R$ 32,27
17.5	BOLICHES POR NUMERO DE PISTAS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
17.6	EXPOSIÇÕES, FEIRAS E QUERMECES	2	R$ 154,88	R$ 12,91
17.7	CIRCOS E PARQUES DE DIVERSÕES	5	R$ 387,20	R$ 32,27
17.8	QUAISQUER ESPETÁCULOS DE DIVERSÃO NÃO INCLUÍDOS NO ITEM ANTERIOR	3	R$ 232,32	R$ 19,36
18	EMPREITEIRAS E INCORPORADORAS:			
18.1	ATÉ 500 m2	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
18.2	ACIMA DE 500 m2	20	R$ 1.548,80	R$ 129,07
19	LATICÍNIOS			
19.1	ATÉ 100 EMPREGADOS	8	R$ 619,52	R$ 51,63
19.2	ACIMA DE 100 EMPREGADOS	12	R$ 929,28	R$ 77,44
20	FRIGORÍFICOS OU MATADOUROS	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
21	DEMAIS ATIVIDADES SUJEITAS A TAXA DE LOCALIZAÇÃO NÃO CONSTANTES NOS ITENS ANTERIORES	3	R$ 232,32	R$ 19,36

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição: 324 PG: Anexo 16
Data 14.07.07 a 17.07.07
Rúbrica

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 815/2007

Dispõe sobre abertura a alteração da Lei Municipal nº 20/77 de 28/11/77, Código Tributário Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e assim sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- O Artigo 143 da Lei Municipal n°20/77, de 28/11/77, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.143º- A falta de pagamento de débito tributário nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de procedimentos tributários, importará na cobrança, em conjunto, os seguintes acréscimos:
...
I- Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do tributo pago em atraso.

II- Juros de Mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês, devido a partir do mês imediato ao seu vencimento, considerando-se mês qualquer fração de tempo."
...

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de julho de 2007.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Jornal O Bandeirante
Edição 99 Pg 05 Data 1/08/05
Rubrica

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

LEI N°694/2005.

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MINICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO RIO DE JANEIRO FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art.1°- Esta Lei rege o procedimento administrativo de lançamento e constituição dos créditos tributários do Município e o de consulta sobre a aplicação da legislação tributária Municipal.

CAPÍTULO I
DO PROCEDIMENTO FISCAL

SEÇÃO I
DOS PRAZOS

Art.2°- Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único - Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

SEÇÃO II
PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art.3°- O procedimento fiscal tem início com:
I – a lavratura de ofício nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício onde, a autoridade, ou o funcionário fiscal que presidir, ou proceder a exames, fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, do qual constarão, além de mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e informações cadastrais assentadas na Prefeitura Municipal examinadas;
II – a lavratura de ofício, nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, onde o contribuinte não tenha procedido ao lançamento tributário ou antecipado o pagamento. Neste caso, a autoridade, ou o funcionário que presidir, ou proceder a exames, fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, do qual constarão, além de mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e informações cadastrais assentadas na Prefeitura Municipal examinadas;
III – a lavratura de ofício através do auto de infração;
IV – a lavratura do termo de apreensão de livros ou de documentos fiscais.

§1º- Quando, na apuração dos fatos, for verificada a prática de infrações a dispositivos legais relativos a um imposto, que impliquem a exigência de outros impostos da mesma natureza ou de contribuições, e a comprovação dos ilícitos depender dos mesmos elementos de prova, as exigências relativas ao mesmo sujeito passivo serão objeto de um só processo, contendo todas as notificações de lançamento e auto de infração.

Art.4°- O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente, no local da verificação da falta, e conterá obrigatoriamente:
I - a qualificação do autuado, com a respectiva inscrição no cadastro municipal quando houver;
II - o local, a data e a hora da lavratura;
III - a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração, e, se necessário às circunstâncias pertinentes;
IV - a capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido que defina a infração, e do que lhe comine penalidade;
V - a intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com acréscimos legais, ou penalidades, dentro do prazo de 10 (dez) dias;
VI - a assinatura do autuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

§1°- As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.
§2°– A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.
§3°– Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Art.5°- A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterá obrigatoriamente:
I - a qualificação do notificado;
II - o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;
III - a disposição legal infringida, se for o caso;
IV - a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

Parágrafo Único - Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.

Art.6°- O autuado será intimado da lavratura do auto de infração ou lançamento de ofício:
I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo dado no original;
II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com Aviso de Recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;
III - por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator ou quando improfícuos os meios previstos nos incisos anteriores. A publicação do edital se dará no diário Oficial do município, além de afixado na sede da Prefeitura.

Art.7°- A intimação presume-se em feita:
I - quando pessoal, na data do recibo;
II - quando por carta, na data do recibo de volta;
III - quando por edital, no termo do prazo, contado este da data de afixação ou da publicação.

SEÇÃO III

DA DEFESA

Art.8°- A impugnação da exigência instaura a fase litigiosa do procedimento.

Art.9°- A impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, será apresentada para a devida apreciação da Autoridade Administrativa Superior, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que for feita a intimação do lançamento tributário.

§1º - Conformando-se o autuado com o auto de infração ou o lançamento de ofício e efetuando o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para defesa (10 dias), o valor das multas, exceto a moratória, será reduzida de 50% (cinqüenta por cento).
§2º - A impugnação terá efeito suspensivo quanto aos valores contidos no lançamento tributário.

Art.10 - A impugnação mencionará:
I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;
II - a qualificação do impugnante;
III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta, os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;
IV - as diligências, ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito.

§1º - Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso IV do Art. 10 da presente Lei.
§2º- A prova documental será apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual.
§3º- Caso o impugnante venha requerer a juntada de documentos intempestivos, os mesmos permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.

Art.11- Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

Art.12- A autoridade julgadora de primeira instância determinará, de ofício ou a requerimento do impugnante, a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerarem prescindíveis ou impraticáveis, através de decisão fundamentada.

§1º- Deferido o pedido de perícia, ou determinada de ofício, sua realização, a autoridade designará servidor para, como perito do Município, a ele proceder e intimará o perito do sujeito passivo a realizar o exame requerido, cabendo a ambos apresentar os respectivos laudos em prazo que será fixado segundo o grau de complexidade dos trabalhos a serem executados.
§2º- Quando, em exames posteriores, diligências ou perícias, realizados no curso do processo, forem verificadas incorreções, omissões ou inexatidões de que resultem agravamento da exigência inicial, inovação ou alteração da fundamentação legal da exigência, será lavrado auto de infração ou emitida notificação de lançamento complementar, devolvendo-se, ao sujeito passivo, prazo para impugnação no concernente à matéria modificada.

Art.13- No caso de impugnação parcial, não cumprida a exigência relativa à parte não litigiosa do crédito, o órgão preparador, antes da remessa dos autos a julgamento, providenciará a formação de autos apartados para a imediata cobrança da parte não contestada, consignando essa circunstância no processo original.

SEÇÃO IV
DA SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art.14- Da decisão da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes.

Parágrafo Único - O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão de primeira instância, mediante depósito, à conta do Tesouro Municipal, de valor correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do crédito exigido.

Art.15- Os recursos protocolados intempestivamente somente serão julgados pelo Conselho de Contribuintes mediante o prévio depósito do total da importância devida.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA E COMPOSIÇÃO

Art.16- O Conselho Municipal de Contribuintes é o órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória, e têm a incumbência de julgar, em segunda instância, os recursos voluntários referentes aos processos tributários interpostos pelos contribuintes do Município

contra atos ou decisões sobre matéria fiscal, praticada pela autoridade administrativa de primeira instância, por força de suas atribuições.

Art.17- O Conselho Municipal de Contribuintes será composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes do Poder Executivo e 3 (três) dos contribuintes, e reunir-se-á nos prazos fixados em regulamento.

Parágrafo Único - Será nomeado um suplente para cada membro do Conselho, convocado para servir nas faltas ou impedimentos dos titulares.

Art.18- Os membros titulares do Conselho Municipal de Contribuintes e seus suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos.

§1º- Os membros do Conselho deverão ser portadores de título universitário e de reconhecida experiência em matéria tributária.
§2º - Os membros representantes dos contribuintes, tanto os titulares como os suplentes, serão indicados por entidades representativas de classe.
§3º - Os membros representantes do Município, tanto os titulares como os suplentes, serão indicados pelo Secretário de Fazenda dentre servidores efetivos do Município versados em assuntos tributários, sendo obrigatoriamente definido entre eles o membro que representará a Fazenda Municipal.

§4º - O Presidente e o Vice-presidente do Conselho serão escolhidos pelo plenário do Conselho dentre os seus membros.

Art.19- A posse dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes realizar-se-á mediante termo lavrado em livro próprio ao se instalar o Conselho ou, posteriormente, quando ocorrer substituição de alguns dos membros, perante o Prefeito.

Art.20- Perderá o mandato o membro que:
I - deixar de comparecer a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas, no mesmo exercício, sem motivo justificado por escrito;
II - usar de meios ou atos de favorecimento, bem como proceder no exercício de suas funções com dolo ou fraude;
III - recusar, omitir ou retardar o exame e o julgamento do processo, sem justo motivo;
IV - contrariar normas regulamentares do Conselho.

§1º- A perda do mandato será precedida de processo administrativo regular que, uma vez instaurado, importará no imediato afastamento do membro.
§2º- O Secretário de Fazenda ou o Presidente do Conselho determinará a apuração dos fatos referidos neste artigo.

Art.21- Os membros do Conselho Municipal de Contribuintes não serão remunerados, constituindo a participação no Conselho relevante serviço público.

Art.22- A fim de atender aos serviços de expediente, o titular da Secretaria Municipal de Fazenda designará um servidor do Município para secretariar o Conselho.

Art.23- O funcionamento e a ordem dos trabalhos do Conselho reger-se-ão pelo disposto neste Código e por Regulamento próprio baixado pelo Prefeito.

SEÇÃO II
DO JULGAMENTO PELO CONSELHO

Art.24- O Conselho Municipal de Contribuintes só poderá deliberar quando reunido com a maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo Único - Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto adicional de minerva.

Art.25- Os processos serão distribuídos aos membros do Conselho mediante sorteio, garantida a igualdade numérica na distribuição.

§1º- O relator restituirá, no prazo determinado pelo Presidente, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório e o parecer.
§2º- O relator poderá solicitar qualquer diligência para completar o estudo ou parecer da autoridade administrativa que realizou o levantamento fiscal.

Art.26- Deverão se declarar impedidos de participar do julgamento os membros que:
sejam sócios, acionistas, interessados, membros da diretoria ou do conselho da sociedade ou empresa envolvidas no processo; sejam parentes do recorrente, até o terceiro grau.

Art.27- As decisões referentes a processo julgado pelo Conselho serão lavradas pelo relator no prazo de 8 (oito) dias após o julgamento e receberão a forma de acórdão, devendo ser anexadas aos processos para ciência do recorrente.

Parágrafo Único - Se o relator for vencido, o Presidente do Conselho designará para redigi-lo, dentro do mesmo prazo, um dos membros cujo voto tenha sido vencedor.

Art.28- As decisões do Conselho constituem última instância administrativa para recursos voluntários contra atos e decisões de caráter fiscal.

§1º- A decisão favorável ao contribuinte ou infrator obriga recurso de ofício ao Prefeito.
§2º- O recurso de que trata o parágrafo anterior será interposto no próprio ato da decisão, independentemente de novas alegações e provas, pelo representante da Fazenda Municipal.
§3º- O recurso de ofício devolve à instância superior o exame de toda a matéria em discussão.
§4º - Não haverá recurso de ofício nos casos em que a decisão apenas procura corrigir erro manifesto.

§5º- As decisões do Conselho serão objeto de ato homologatório do Prefeito Municipal, precedido de manifestação do Secretário de Fazenda.

CAPÍTULO III
DA CONSULTA TRIBUTÁRIA

Art.29- Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que protocolada antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

Art.30- A consulta será dirigida ao Secretário de Fazenda, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao atendimento da situação de fato, indicando os dispositivos legais e instruída com documentos, se necessário.

Art.31- Nenhum procedimento tributário ou ação fiscal será iniciado contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Art.32- A consulta suspende o prazo para recolhimento do tributo e os respectivos acréscimos pecuniários, exclusive a atualização monetária do débito.

Art.33- Os efeitos previstos no artigo anterior não se produzirão em relação às consultas:
I - meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado;
II - que não descrevam completa e exatamente a situação de fato;
III - formuladas por consulentes que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscal, notificados de lançamento, de auto de infração ou termo de apreensão, ou citados para ação judicial de natureza tributária, relativamente à matéria consultada.

Art.34- Na hipótese de mudança de orientação fiscal a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvando o direito daqueles que procederem de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.

Art.35- A autoridade administrativa dará solução à consulta no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da sua apresentação, encaminhando o processo ao Secretário de Fazenda, que decidirá.

Art.36- A autoridade administrativa, ao decidir a solução dada à consulta, fixará ao sujeito passivo prazo não inferior a 30 (trinta) nem superior a 60 (sessenta) dias para o cumprimento de eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Único - O consultante poderá fazer cessar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, efetuando o respectivo depósito, cuja importância, se indevida, será restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consultante.

Art.37- A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consultante.

CAPÍTULO IV
DAS DEMAIS NORMAS CONCERNENTES À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.38- Os prazos fixados nesta Lei serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

Art.39- Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato.

Art.40- Não atendida à solicitação ou exigência a cumprir, o processo poderá ser arquivado, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.

Art.41- Os benefícios da imunidade e da isenção deverão ser requeridos pelo interessado anualmente.

Art.42- Os valores constantes desta Lei serão atualizados nas forma e prazos dispostos na legislação municipal.

Art.43- Ato do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, normatizando a sua aplicação e interpretando os casos omissos.

Art.44- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ou seja, Título III, artigo 164 ao 184 e 193 a 199 da Lei Municipal n° 20 de 28 de novembro de 1977.

Gabinete do Prefeito, em 12 de agosto de 2005.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito Municipal

LEI Nº187/94.

DEFINE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ESTABELECIDAS NO MUNICIPIO DE CANTAGALO, ASSEGURANDO-LHES TRATAMENTO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO DIFERENCIADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGLO.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1º- Considera-se, para efeito desta Lei, como Micro empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):
I- Micro Empresa (ME) – quando a receita bruta anual não exceder quantia correspondente a 10.000 UFICAN;
II- Empresa de Pequeno Porte (EPP) – quando a receita bruta anual ultrapassar a quantia correspondente a 10.000 UFICAN, e não exceder ao limite da quantia correspondente a 25.000 UFICAN;

Parágrafo Único – Considera-se receita bruta, toda receita obtida entre 1° de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, excluídos os valores de mercadorias em regime de compensação tributária, tomando como ano fiscal para fins desta Lei, independente do fixado no contrato social da Empresa.

Art.2º- Os limites fixados para definição das Empresas tratadas nesta Lei estende-se sempre proporcionais aos meses, inclusive frações destes, de seu efetivo funcionamento no exercício considerado do ano anterior ao enquadramento.

§1º- Caso a Empresa não tenha operado no ano anterior ao pedido de enquadramento, será considerado como receita o faturamento relativo aos meses realizados no mesmo período, apurando, na base de 1/12 (um doze avos).

§2º- Em se tratando de novas Empresas, o enquadramento será obtido mediante a declaração de sua estimativa pelo titular da empresa, que não apresentará os documentos fiscais ao final do exercício fiscal, para fins de verificação.

§3º- A cada mês de faturamento corresponderá a sua tran sposição dos valores obtidos, em UFICAN daquele mês para fixação do enquadramento, sua mudança ou cancelamento.

§4º- O enquadramento em outra faixa, ou cancelamento do enquadramento, poderá ser requerido a qualquer tempo pela Empresa interessada, ou procedido de ofício, pela autoridade administrativa.

§5°- O enquadramento de que tratam os parágrafos anteriores obedecerá a seguinte tabela:

CATEGORIA	FAIXA	RECEITA BRUTA ANUAL EM UFICAN
MICRO EMPRESA (ME)	1 2 3	Até 3.000 Acima de 3.000 até 6.000 Acima de 6.000 até 10.000
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	4 5 6	Acima de 10.000 até 15.000 Acima de 15.000 até 20.000 Acima de 20.000 até 25.000

Art.3°- Fica assegurado às firmas consideradas como Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) estabelecidas no Município de Cantagalo, tratamento tributário e administrativo diferenciado, como forma de incentivar e apoiar o surgimento de novas Empresas, e o melhoramento da capacidade empresarial das existentes.

Art.4°- As ME e EPP gozarão das seguintes facilidades administrativas:
I- Na concessão de Alvará de Localização e funcionamento somente serão exigidos os seguintes documentos:

a)- Contrato Social ou Firma Individual devidamente registrado;
b)- Cópia do cartão de Inscrição Estadual e ou do CGC;
c)- Cópia do documento de identidade e do CPF;
d)- Cópia do protocolo expedido pelo Corpo de Bombeiro;
e)- Boletim de Saúde Pública, caso a atividade a ser desenvolvida se relacione com alimentos, produtos de higiene, químicos e farmacêuticos e outras atividades em face da saúde dos funcionários e consumidores;
f)- Apresentação dos Livros de Registro de Entrada e Saída de Mercadorias para conferencia, e do livro de Registro de ISS, quando as atividades forem pertinentes;
g)- Comprovação de propriedade de posse do imóvel onde for se instalar a ME ou EPP.

II- Ao recolhimento mensal do imposto devido, fixado conforme estabelecido no art.7°.
III- Emissão de Nota Fiscal simplificada, assegurada a possibilidade de aferição periódica de suas receitas, ou substituição por livro de lançamento de receita, devidamente registrado.
IV- Guarda, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em ordem cronológica, dos documentos fiscais.

Parágrafo Único – È facultado a manutenção de livros e documentos fiscais, exceto:
a)- O livro de registro de ISS, no caso de prestadores de serviço;
b)- Os livros de registro de Entrada e Saída de Mercadorias;
c)- Os documentos pertinentes às operações previstas nos incisos.

Art.5°- È concedida a isenção total da Taxa de Funcionamento e Localização (Alvará) às Empresas beneficiárias desta Lei que vierem a se instalar no Município, no ano de sua instalação.

Art.6º- È concedida a redução da Taxa de Funcionamento e Localização (Alvará) às Empresas beneficiárias desta Lei, conforme a tabela abaixo:

CATEGORIA	FAIXA	REDUÇÃO DAS TAXAS
MICRO EMPRESA (ME)	1 2 3	100% 75% 50%
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	4 5 6	35% 30% 25%

Art.7º- Fica simplificado o recolhimento mensal do ISS das Empresas beneficiárias desta Lei, que passará a ser conforme tabela abaixo, podendo haver redução regulamentada pelo Poder Executivo.

TABELA DE ENQUADRAMENTO DO REGIME SIMPLIFICADO DE ISS

CATEGORIA	FAIXA	RECOLHIMENTO MENSAL EM UFICAN
MICRO EMPRESA (ME)	1 2 3	0 1 2
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	4 5 6	5 10 15

Art.8º- Será concedido Alvará de Localização e Funcionamento em unidade residências uni-familiares de propriedade de um dos sócios ou da firma individual, respeitada a Lei de Zoneamento Urbano.

§1º- O benefício de que trata este artigo poderá ser estendido a unidades provenientes de locação, se expressamente autorizado o funcionamento e a atividade, pelo proprietário do imóvel.

§2º- As empresas beneficiárias desta concessão somente poderão funcionar com até 10(dez) empregados, respeitadas as normas que regulem o direito de vizinhança, notadamente quando à ruídos, expedição de qualquer matéria orgânica ou não, que ultrapasse os limites do estabelecimento e luminosidade, entre outros.

§3º- Excluem-se do beneficio de que trata este artigo as empresas que exerçam atividades de: casa de diversões, hotéis e similares, escolas, hospitais e similares, transportes urbanos ou de cargas, bancos de sangue, deposito de combustíveis ou explosivos, comércio de material de construção ou tintas, e outras que por suas características possam ocasionar danos a coletividade.

Art.9º- Fica criado o Alvará Especial de Localização de Representação para ME e EPP, que será concedido em caráter discricionário e precário e poderá ser cancelado a todo e qualquer tempo, após notificação ou aviso.

§1º- O Alvará de que trata este artigo, se destina exclusivamente a residência multifamiliar de propriedade de um dos sócios, ou do titular de firma individual, funcionando tão somente como ponto de referência.

§2º- È vedada a utilização ou exercício de qualquer atividade ou serviço que implique no ir e vir de pessoas, deposito de mercadorias, enfim, qualquer atividade que não a de ser ponto de referencia para fins de correspondência postal ou contato telefônico, proibida a publicidade local.

Art.10- Fica assegurada a participação das ME e EPP nas licitações, em todas as suas modalidades, promovidas pelos órgãos da administração direta, indireta, autárquicas e fundacionais, do Município de Cantagalo.

§1º- As ME e EPP poderão consorciar-se para fins de obtenção da capacitação técnica-financeira.

§2º- A comprovação do consorcio deverá ser através de documento hábil firmado pelas consorciadas, juntando-se os contratos individuais de cada uma, além de requisito de pré-cadastramento na Prefeitura Municipal de Cantagalo..

Art.11- È assegurado a ME e EPP cadastradas neste Município, a preferência, em igualdade de condições com terceiros, na aquisição de bens e serviços decorrentes de qualquer modalidade de aquisição, salvo aquelas em que se estabelecer preço mínimo.

Parágrafo Único – havendo empate entre ME e EPP, indistintamente, o desempate será apurado atreves de sorteio, a critério da Administração Pública.

Art.12- A Administração Municipal manterá um cadastro de ME e EPP, que se destinará:
I- A habilitação para fins de licitação e compras;
II- A análise e fiscalização de declarações e documentos, visando a obtenção da real arrecadação, através de sistema simplificado de fiscalização.

Art.13- A Administração Pública adotará sistema simplificado de fiscalização, adotando, entre outras medidas:
I- A convocação para comparecer às dependências municipais para prestar esclarecimentos sobre receitas e despesas.
II- Fiscalização direta aos estabelecimentos.

Parágrafo Único – O não atendimento da convocação no prazo que for marcado, ou a recusa ou ocultação de livros e documentos implicará em multa de até 10 (de) UFICAN para ME, e até 40 (quarenta) UFICAN para EPP, a critério da Fazenda Municipal, aplicável em dobro em caso de reincidência, além da perda da condição de tratamento especial e diferenciado.

Art.14- Ultrapassado o limite anual da faixa em que estiver em quadrada, a ME e EPP deverá comunicar o fato à Fazenda Municipal, no Prazo de 30 (trinta) dias, para ajuste da faixa correspondente, ou seu desenquadramento, a partir da data dessa ocorrência, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre imposto devido, e acréscimo legais.

Parágrafo Único – Caso, no final do exercício, não de alcance o limite mínimo da faixa em que estiver enquadrada, poderá se efetuar seu enquadramento para a faixa adequada, que valerá parar o próximo exercício.

Art.15- A perda da condição de ME ou EPP em razão da receita realizada, deverá ser comunicada à Fazenda Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fato gerador , sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre tributos devido e acréscimos legais.

Art.16- As empresas que não se enquadrarem como ME ou EPP, na forma desta Lei, e que estiverem operando infração à esta lei, estarão sujeitas às seguintes penalidades.
I- Cancelamento do seu registro como ME ou EPP.
II- Pagamento dos tributos devidos, como empresa não beneficiada por esta Lei, acrescidos de multa de 30% (trinta por cento) e cominações legais.
III- O impedimento, pelo período de 2 (dois) anos de seus sócios, ou titular, a virem a construir nova empresa ou participação em empresa já existente, beneficiada por esta Lei.

Art.17- Na hipótese de arbitramento do Imposto sobre serviços face à infração desta Lei, serão aplicadas todas as disposições do Código Tributário deste Município, além das cominações expressas nesta Lei.

Art.18- O titular ou sócio de ME e EPP para se beneficiar desta Lei, renuncia a condição de participação limitada no capital social, de modo que possa responder solidária e ilimitadamente pelo pagamento dos tributos e multas devidos.

Art.19- São excluídas do tratamento estabelecido nesta Lei as empresas:
I- Que se constituem na forma de Sociedade Anônima;
II- As que um dos sócios seja pessoa jurídica;
III- As que um dos sócios, ou titular, participe de outra pessoa jurídica, desde que o somatório dos faturamentos anuais ultrapasse 20.000 UFICAN;
IV- As que participem do capital de outra empresa.

Art.20- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1994.

NILO GUZZO
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO
Jornal O Popular Notícia
Edição 210 PG: 021
Data 02/09/16 a ___/___/___
Rubrica

Decreto nº 3.061/2016

ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE E CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

O Prefeito de Cantagalo, estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO que cabe ao município instituir, arrecadar e regulamentar os tributos de sua competência, de acordo com a Constituição Federal e o Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 150 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 20/77, de 28/11/1977, que instituiu o Código Tributário Municipal; e

CONSIDERANDO que o Poder Público, por isso mesmo, não pode negligenciar na cobrança de suas rendas e direitos,

DECRETA:

Art. 1º – Os pedidos de reconhecimento de imunidade ou de isenção de tributos municipais deverão ser formalizados por meio de requerimento junto ao SAT (Serviço de Administração Tributária), da Secretaria Municipal de Fazenda, acrescido da documentação estabelecida neste Decreto, desde que haja enquadramento em Lei Municipal específica concedendo a isenção.

Art. 2º – Reconhecida a imunidade tributária prevista nas alíneas "a" e "b" do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal, o beneficiário ficará dispensado da apresentação do

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204/4889
E-mail: gabinetedoprefeito@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

requerimento a que se refere o artigo 1°, devendo fazê-lo apenas quando convocado pelo Serviço de Administração Tributária (SAT), da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 3° – Reconhecida a imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal, o beneficiário deverá:

I – anualmente, apresentar declaração, sob as penas da lei, em especial daquelas previstas no artigo 299 do Código Penal (falsidade ideológica), no artigo 1° da Lei Federal n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária), de que cumpre os requisitos necessários ao reconhecimento da imunidade tributária previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional;

II – sempre que convocado pelo SAT, e sem prejuízo do disposto no inciso I deste artigo, apresentar a documentação comprobatória da observância dos requisitos previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

Art. 4° – Os pedidos de reconhecimento de imunidade ou de isenção de tributos municipais, quando, nos termos do inciso III do artigo 151 do Código Tributário Nacional, forem protocolados no prazo para impugnação ao respectivo lançamento, suspenderão a exigibilidade do crédito tributário.

Art. 5° – Uma vez deferido o pedido de concessão de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o benefício será válido para o exercício em que for concedido, devendo o beneficiário comprovar o cumprimento das exigências legais para nova concessão.

Parágrafo único – Para os exercícios em que o contribuinte não comprovar o cumprimento das exigências legais para a concessão do benefício, cessará automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do ano para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

Art. 6° – A isenção poderá ser revogada a qualquer tempo, caso fique comprovado que o beneficiário deixou de atender aos requisitos legais ou regulamentares referentes à matéria, ou caso o beneficiário não atenda à convocação formulada pelo SAT para comprovação da manutenção do benefício.

Art. 7° – A imunidade ou a isenção dos tributos municipais não exonera os beneficiários do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação.

Art. 8° – Cabe ao beneficiário informar ao SAT que o benefício tornou-se indevido, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do momento em que as condições que justificaram a sua concessão deixarem de ser preenchidas.

PREFEITURA
Municipal de
Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204/4889
E-mail: gabineteprefeito@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 9º – Salvo disposição específica em contrário, todos os pedidos de isenção deverão ser protocolados até o último dia útil do mês de novembro de cada exercício, sob pena de extemporaneidade.

Art. 10 – Deve ser apresentada, por ocasião do requerimento de isenção do IPTU, a seguinte documentação:

I – Sociedades Civis sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas: cópia do CNPJ; cópia do Estatuto Social e alterações; ata de constituição da diretoria; cópia do RG, CPF e comprovante de residência do representante legal; procuração, com firma reconhecida, se o requerimento for assinado por procurador; certidão de propriedade atualizada, aforamento, escritura ou documento equivalente, com firma reconhecida; documentos contábeis que comprovem a não distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e a aplicação integral de seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; carnê do IPTU do exercício.

II – Isenção de Imóvel Tombado (art. 29 da Lei 045/2001): cópia do RG e CPF do requerente/procurador; procuração, com firma reconhecida, se o requerimento for assinado por procurador; comprovante de residência referente ao exercício em que foi solicitada a isenção; certidão de propriedade atualizada, aforamento, escritura de compra e venda, auto de imissão de posse ou documento equivalente, com firma reconhecida; laudo do IPHAN comprovando a restauração, conservação ou reparação do imóvel tombado; carnê do IPTU do exercício.

Art. 11 – Para os exercícios posteriores ao primeiro cadastramento, a Secretaria de Fazenda poderá simplificar a documentação listada no art. 10 deste Decreto, podendo, ainda, exigir novos documentos, se necessários.

Art. 12 – Para todas as hipóteses de imunidade tributária e isenção do IPTU para imóveis de particulares, quando cedidos em comodato ao Município, ou locados para seu uso, o benefício poderá ser aplicado de ofício pela autoridade competente, caso entenda que a situação encontra-se suficientemente esclarecida, podendo dispensar a apresentação de documentos inicialmente exigidos.

Art. 13 – Serão punidas com multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do imposto calculado com base nos dados corretos do imóvel, as seguintes infrações:

I – o não comparecimento do contribuinte à Prefeitura para solicitar a inscrição do imóvel no cadastro fiscal imobiliário ou a anotação de suas alterações, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do surgimento da nova unidade ou das alterações das unidades já existentes;

PREFEITURA
Municipal de
Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204/4889
E-mail: gabineteprefeito@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

II – erro ou omissão dolosa, bem como falsidade de informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel.

Art. 14 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de agosto de 2016.

Saulo Domingues Gouvêa
Prefeito

PREFEITURA
Municipal de
Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204/4889
E-mail: gabineteprefeito@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

PUBLICADO

Jornal Fogus notícias
Edição 210 PG: 4
Data 24/06/15 a 25/06/15

Rúbrica

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

200 ANOS Cantagalo-RJ 1814 - 2014

DECRETO N°2.931/2015

Disciplina e normatiza as atribuições dos Fiscais de Tributos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a inexistência de normas disciplinadoras relativas às atribuições e competência do cargo de Fiscal de Tributos;

CONSIDERANDO que é absolutamente necessário fixar as atribuições e competência dos Fiscais de Tributos de modo a que possam exercer eficazmente as funções de seus cargos;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar conflitos de fiscalização; e

CONSIDERANDO a recomendação do TCE/RJ,

DECRETA:

Art. 1° - A fiscalização tributária será exercida pelos Fiscais de Tributos, sob a Chefia do órgão do Serviço de Administração Tributária – SAT, que terão seus titulares designados entre seus próprios agentes e nomeados pelo Prefeito.

Art. 2° - Aos Fiscais de Tributos compete Tributar e Fiscalizar especificamente:
a) Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
b) Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
c) Taxa de licença para localização de estabelecimento Comercial, Industrial ou de Prestação de Serviço;
d) Taxa de Licença para exercício de Comércio Eventual ou Ambulante;
e) Taxa de Licença para Publicidade;
f) Taxa de Licença para Ocupação do Solo ou nas Vias e Logradouros Públicos;
g) Taxa de Limpeza e Conservação de Vias e Logradouros Públicos;
h) Taxa de Serviços Diversos;
i) Tarifa de Utilização de Terminais Rodoviários;
j) Quaisquer rendas municipais que provenham do exercício das atribuições do Município e da utilização dos seus bens e serviços, bem como as provenientes de quaisquer impostos, taxas e contribuições que a lei vier a criar, ressalvando as delegações de competência a outros órgãos.

Art. 3° - São atribuições dos Fiscais de Tributos:

I – Examinar pedidos de inscrição no Cadastro de Contribuintes do ISSQN e da Taxa de Localização e Funcionamento de Estabelecimentos;

II – Manter atualizado e completo o cadastro dos contribuintes do ISSQN e da Taxa de Localização e Funcionamento;

III – Efetuar levantamento de campo e vistorias fiscais;

IV – Analisar documentos fiscais apresentados pelos contribuintes com vistas à homologação dos lançamentos;

V – Manter atualizados os dossiês dos contribuintes;

VI – Elaborar análises comparativas dos contribuintes buscando identificar possíveis evasões de receitas;

VII – Estudar indicadores de comportamento dos contribuintes para orientar a ação fiscal externa;

VIII – Realizar levantamentos fiscais junto a contribuintes;

IX – Elaborar os relatórios pertinentes e lavrar os atos cabíveis;

X – Notificação, intimação e autos de infração e apreensão;

XI – Realizar levantamentos de campo por coleta das características físicas das unidades imobiliárias que englobem dimensões do terreno e da edificação e os componentes dos materiais empregados na construção;

XII – Desenhar o croqui das unidades imobiliárias e da quadra onde se localizam;

XIII – Efetuar o calculo de áreas, do valor venal dos imóveis, dos tributos imobiliários e demais cálculos que se façam necessários;

XIV – Realizar levantamento junto a Cartórios de notas e de registro de imóveis, repartições governamentais e demais órgãos, sob orientação da chefia imediata;

XV – Orientar contribuintes quanto às suas obrigações;

XVI – Informar processos fiscais, orientar os servidores que auxiliem na execução de atribuições típicas da classe;

XVII – Executar outras tarefas afins.

Art. 4º - São deveres dos Fiscais de Tributos:

I – Comparecer diariamente ao órgão fiscal onde esteja em exercício para receber a tarefa a desempenhar;

II – Apresentar mensalmente, ao órgão fiscal em que esteja subordinado, relatório escrito, nos quais enumere os contribuintes fiscalizados, as falhas encontradas, as medidas tomadas, as evasões de renda verificadas e as multas impostas, bem como a menção das tarefas que lhes forem especialmente confiadas;

Parágrafo Único – Os Fiscais de Tributos deverão cumprir as determinações do inciso II. Para tanto, o Chefe do SAT recolherá os relatórios mensais com os respectivos mapas de produtividade fiscal, visando-os e encaminhando-os ao Secretário Municipal de Fazenda com a relação dos que apresentam os relatos e mapas de produção e dos que deixaram de fazê-lo.

III – Ter catalogada e para uso pessoal, uma coletânea municipal referente á Legislação Tributária, cuja fiscalização lhes compete;

IV – Construir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, de terminar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a penalidade cabível.

Parágrafo Único – A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 5° - São direitos dos Fiscais de Tributos:

a) quando no efetivo exercício na Secretaria Municipal de Fazenda e nomeados para cargos em confiança da administração direta do Poder Executivo Municipal, o recebimento da gratificação na forma da legislação pertinente;

b) quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido como crime, os agentes fiscalizadores, diretamente ou por intermédio das repartições a que pertencerem, poderão requisitar auxílio das autoridades policiais.

Art. 6° - Fica instituído documento de identificação fiscal, de uso exclusivo dos Fiscais de Tributos, conforme modelo aprovado.

Art. 7° - Este Decreto entra em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de junho de 2015.

SAULO DOMINGUES GOUVEA
PREFEITO

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição: 1.218 PG: 7
Data: 24/02/14 a 25/02/14
Assinatura

200 ANOS Cantagalo-RJ 1814 - 2014

DECRETO N°2.764/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E TENDO EM VISTA A LEI MUNICIPAL N° 20/77, DE 28/11/1977,

CONSIDERANDO que cabe ao município instituir, arrecadar e regulamentar os tributos de sua competência, de acordo com a Constituição Federal e o Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO que o Poder Público, por isso mesmo, não pode negligenciar na cobrança de suas rendas e direitos;

CONSIDERANDO finalmente, que estabelecer e divulgar o calendário para recolhimento dos tributos municipais é dever do Governo e direito do contribuinte.

D E C R E T A:

ART.1° - A partir do exercício 2014 os Créditos Tributários correspondentes a IPTU/TSU (Imposto Predial e Territorial Urbano/Taxas de Serviços Urbanos), constantes dos carnês a serem enviados aos contribuintes, compreendendo o principal, multa e juros, cujo total alcancem o valor de até R$ 30,00 (trinta reais), deverão ser pagos em uma única parcela com vencimento em 31 de novembro de 2014.

§ Único – O referido valor será atualizado, anualmente, pelo mesmo índice de atualização do IPTU/TSU, ou seja, o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas no período compreendido de dezembro do ano em curso a novembro do ano seguinte.

ART.2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de Fevereiro de 2014.

SAULO DOMINGUES GOUVEA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado
Jornal da Região
Edição 665 pg 9
ata 18/09/02a / /
brisa da Região

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

=D E C R E T O N.º 1.352 /02=

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA A LEI MUNICIPAL N.º 20/77 DE 28/11/77,

D E C R E T A:

Art.1º- Fica instituído o novo modelo de Auto de Infração, conforme Anexo Único do presente Decreto, que deverá conter e respeitar as exigências dos artigos 164 e seguintes da Lei Municipal nº 20/77.

Art. 2º - O Auto de Infração deverá ser numerado em ordem crescente, a partir de número 01, sendo aberta nova seqüência a cada início de exercício financeiro.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Setembro de 2002.

Geraldo Pires Guimarães
Prefeito Municipal

LEI Nº 20/77

Institui o Código Tributário do Município de Cantagalo.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O sistema tributário do Município é regido pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25/10/1966), leis complementares e por este Código, que institui os tributos, define as obrigações principais e acessórias das pessoas a ele sujeitas e regula o procedimento tributário.

Art. 2º - O presente Código é constituído de quatro Títulos*, com a matéria assim distribuída:

A Lei nº 1.285/2015, que altera o Código Tributário Municipal, acrescentou o TÍTULO V.

I - Título I, que regula os diversos tributos, dispondo sobre:

a) Incidência tributária, pela definição do fato gerador da respectiva obrigação e, quando necessário, de seus elementos essenciais;
b) Sujeição passiva tributária, pela definição do contribuinte e do responsável;
c) Sistemática de cálculo, pela definição da base d e cálculo e da alíquota do tributo;
d) Instituição do crédito tributário, contendo disposições sobre inscrição e lançamento;
e) Arrecadação tributária, contendo disposições sob reformas e prazos de pagamento;
f) Ilícito tributário, pela definição das infrações e das respectivas penalidades;
g) Dispensa de pagamento dos tributos, pela definição das isenções fiscais.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

II - Título II, que dispõe quanto às normas gerais aplicáveis aos tributos, abrangendo regras sobre:

a) Sujeito passivo tributário;
b) Lançamento;
c) Arrecadação;
d) Restituição;
e) Infrações e penalidades;
f) Imunidades e isenções.

III - Título III, que determina o procedimento fiscal e as normas de sua aplicação.

IV - Título IV, que dispõe sobre a Administração Tributária.

TÍTULO I
DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 3º - Ficam instituídos os seguintes tributos:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano;
II - Imposto sobre Serviço;
III - Taxa de Coleta de Lixo;
IV - Taxa de Limpeza Urbana;
V - Taxa de Conservação e Calçamento;
VI - Taxa de Iluminação Pública;
VII - Taxa de Serviços de Pavimentação;
VIII - Taxa de Licença para Localização e Funcionamento;
IX - Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial;
X - Taxa de Licença para Publicidade;
XI - Taxa de Licença para Execução de Obras;
XII - Taxa de Abate de Gado;
XIII - Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em Via s e Logradouros Públicos;
XIV - Contribuição de Melhoria.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

CAPÍTULO II
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 4º - O Imposto Predial e Territorial Urbano é devido pela propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel localizado na zona urbana.

Art. 5º - O bem imóvel, para efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§1º - Considera terreno o bem imóvel:

a) Sem edificação;
b) Em que houver construção paralisada ou em andamento;
c) Em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;
d) Cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§2º - Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 6º - Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana:

I - A área em que existam, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

a) Meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
b) Abastecimento de água;
c) Sistemas de esgotos sanitários;
d) Rede de iluminação pública, com ou seu posteamento, para distribuição domiciliar;
e) Escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do bem imóvel considerado.

I - A área que, independentemente de sua localização, não seja destinada à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

II - A área urbanizável ou de expansão urbana, constante de loteamento aprovado pelo órgão competente, destinada à habilitação, à indústria ou ao comércio.

Art. 7º - A lei municipal fixará a delimitação da zona urbana.

Art. 8º - A incidência do imposto independe:

I - Da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel;

II - Do resultado econômico da exploração do bem imóvel;

III - Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 9º - Contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

Parágrafo Único - São também contribuinte o promitente comprador imitido na posse, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à União, Estados ou Municípios ou a quaisquer outras pessoas isentas ou imunes.

SEÇÃO III
CÁLCULO DO IMPOSTO

Art. 10 - O Imposto, devido anualmente, será calculado sobre o valor venal do bem imóvel.

Art. 11 - O valor venal do bem imóvel será determinado;

XV - Tratando-se de prédio, pelo valor das construções, obtido através da multiplicação da área construída pelo valor unitário de metro quadrado equivalente ao tipo e ao padrão da construção, aplicados aos fatores de correção, somado ao valor do terreno, ou de sua parte ideal, obtido nas condições fixadas no inciso seguinte.

XVI - Tratando-se de terreno, pela multiplicação de sua área pelo valor unitário de metro quadrado de terreno, aplicados os fatores de correção.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

§1º - O Poder Executivo poderá instituir fatores de correção, relativos às características próprias ou à situação do bem imóvel, que serão aplicados, em conjunto ou isoladamente, na apuração do valor venal.

Art. 12 - Constituem instrumentos para a apuração da base de cálculos do Imposto:
e) Planta de valores de terrenos, estabelecida pelo Poder Executivo, que indique o valor do metro quadrado dos terrenos em função de sua localização;

f) As informações de Órgãos Técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções em função dos respectivos tipos;

g) Fatores de correção de acordo com a situação pedologia e topografia dos terrenos e fatores de correção de acordo com a categoria e estado de conservação dos prédios.

Art. 13 - Sem prejuízo da edição da planta de valores, o Poder Executivo atualizará os valores unitários de metro quadrado de terreno e de construção.

Art. 14 - No cálculo do Imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

I - 1% (um por cento) tratando-se de terreno;
II - 0,5% (meio por cento) tratando-se de prédio.

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 15 - Os imóveis situados na zona urbana do Município serão cadastrados pela Administração.

Art. 16 - A inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória, devendo ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

Art. 17 - Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel abstraindo-se a descrição contida no respectivo título de propriedade.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 18 - O cadastro imobiliário, sem prejuízos de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

§1º - O contribuinte promoverá inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária, nos termos do artigo 17, e a alteração, quando ocorrer modificação nos dados contidos no cadastro.

§2º - A inscrição será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias, contados da formação da unidade imobiliária, ou, quando for o caso, da convocação por edital ou do despacho publicado no órgão oficial do Município.

§3º - A alteração será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias, contados da data da ocorrência da modificação, inclusive nos casos de:

I - Conclusão da construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;
II - Aquisição da propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel.

§4º - A Administração poderá promover, de ofício, inscrições e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, por não terem sido efetuadas pelo contribuinte ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 19 - Serão objeto de uma única inscrição:

II - A gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização.
III - A quadra indivisa de áreas arruadas.

Art. 20 - A retificação da inscrição, ou de sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado, só é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamente.

Art. 21 - O lançamento do Imposto será:

I - Anual, ocorrendo o fato gerador no primeiro dia de cada exercício;
II - Distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo.

Art. 22 - O Imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro, levando em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

§1º - Tratando-se de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do Imposto poderá ser procedido, indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador;

§2º - O lançamento do bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§3º - Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:

a) Quando "puro indiviso", em nome de um ou de qualquer dos coproprietários;
b) Quando "prodiviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 23 - Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, arbitrados os dados físicos do bem imóvel, sem prejuízo de outras cominações ou penalidades.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 24 - O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

SEÇÃO VI
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 25 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - Multas de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Imposto, nas hipóteses de:

a) Falta de inscrição do imóvel ou de alteração nos seus dados cadastrais;
b) Erro, omissão ou falsidade nos dados de inscrição, do imóvel ou nos dados da alteração.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO VII
ISENÇÕES

Art. 26 - Desde que cumpridas as exigências da legislação, fica isento do Imposto o bem imóvel:

a) Pertencente a particular, quando cedido gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou do Município, ou de suas Autarquias;

b) Pertencente a agremiação desportiva licenciada e filiada à federação esportiva estadual, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício das suas atividades sociais;

c) Pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;

d) Pertencente às sociedades civis sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;

e) Declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

f) Cujo valor venal não ultrapasse a 500% da Unidade de Referência definida para as taxas;

g) Pertencente ou cedido gratuitamente, em sua totalidade, a sociedade ou instituição de fins filantrópicos, comprovados. ***(Inserido pela Lei nº 01/81, de 12/05/1981).***

CAPITULO III*
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN
SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO

****Capítulo inserido pela Lei nº 1.285/2015, de 08/09/2015***

Art. 27 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

§ 2º - Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º - O imposto de que trata esta Lei incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º - A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 28 - O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;
II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos Sócios Administradores;
III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único - Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 29 - O serviço considera–se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 122 desta Lei;
II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa;
III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa; das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

V - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VI - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

VIII - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

IX - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

X - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XI - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIII - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XIV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XV - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVI - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XVII - do estabelecimento do tomador da mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XVIII - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XIX - do porto, aeroporto, aeroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, considera–se ocorrido o fato gerador e devido neste Município, o imposto

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

proporcionalmente à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º - No caso dos serviços a que se refere o item 22 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, considera–se ocorrido o fato gerador e devido neste Município, o imposto proporcionalmente à extensão de rodovia nele explorada.

§ 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 30 – Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracteriza-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Parágrafo único – Configura-se unidade econômica ou profissional aquela em que exista a conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;
II - estrutura organizacional ou administrativa;
III - inscrição nos órgãos previdenciários;
IV - indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;
V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

Art. 31 - A incidência do imposto independe:

I - da existência de estabelecimento fixo;
II - do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa ao prestador ou à prestação de serviços;
III - do fornecimento de material;
IV - do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação;

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

V - do caráter permanente ou eventual da prestação.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 32 - O contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Art. 33 - Fica responsável pelo crédito tributário, obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multas e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10,7.11, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16,7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista anexa.

Art. 34 - Ficam responsáveis supletivamente pelo pagamento do imposto, qualificados como substitutos tributários, obrigados à retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - em relação aos serviços que lhes forem prestados sem emissão obrigatória de Nota Fiscal:

a) as pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, tomadoras ou intermediárias de serviços;

b) as associações e fundações tomadoras ou intermediárias de serviços;

c) o proprietário do imóvel ou possuidor a qualquer título pela execução material de projeto de engenharia;

d) os condomínios residenciais ou comerciais.

II - em relação a quaisquer serviços que lhes sejam prestados, inclusive com emissão de Nota Fiscal:

a) as pessoas jurídicas beneficiadas por imunidade ou isenção tributária;

b) as entidades ou órgãos de administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Público Federal, Estadual e Municipal;

c) as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

d) as instituições financeiras;
e) as empresas de grande porte, conforme conceito da Legislação Federal ou Estadual;
f) as indústrias.

III - As empresas de construção civil, em relação aos serviços empreitados, e os empreiteiros da construção civil, em relação aos serviços subempreitados.

§ 1º - Responde pela obrigação tributária, o contribuinte substituído que der causa à retenção e ao recolhimento do tributo em valor menor que o devido pelo substituto, quando:

I - omitir ou prestar declarações falsas;
II - falsificar ou alterar quaisquer documentos relativos à operação tributável;
III - seja-lhe concedida liminar em processo judicial que impeça a retenção do imposto na fonte, durante o período do impedimento.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 35 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Parágrafo único - Não se inclui na base de cálculo do imposto o valor das mercadorias produzidas fora do local da prestação do serviço e comercializadas pela contribuinte, para os serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei.

Art. 36 – Considera-se preço do serviço, para efeito de cálculo do imposto, a receita bruta, recebida ou não, devida pela prestação de serviços.

§ 1° - Constitui parte integrante do preço:

I - os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;
II - os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a prazo, sob qualquer modalidade;
III - o montante do imposto transferido ao tomador do serviço.

§ 2° - Quando o pagamento do serviço se der mediante o fornecimento de serviços, mercadorias ou bens de qualquer natureza, o preço dos serviços será o preço corrente na praça.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 37 - A concessão de desconto, abatimento ou dedução não será levada em consideração no cálculo do preço de serviço, ressalvados o disposto no parágrafo único do art. 130 desta Lei e os descontos concedidos incondicionalmente.

Art. 38 - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado pela aplicação da alíquota sobre uma base de cálculo estimada, conforme Tabela de Receita nº II, anexa a esta Lei.

§ 1° - Para efeito de aplicação deste artigo, considera-se como forma de trabalho pessoal, sob a denominação de profissional autônomo:

I - o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realiza trabalho ou ocupação intelectual (científica, técnica ou artística), de nível superior ou a este equiparado, com objetivo de lucro ou remuneração;

II - o profissional não liberal compreendendo todo aquele que, embora não tenha diploma de nível superior, desenvolva atividade lucrativa de forma autônoma.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos profissionais autônomos que:

I - prestem serviços alheios ao exercício da profissão para a qual sejam habilitados;

II - utilizem mais de 02 (dois) empregados, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados;

III - não estejam cadastrados no Município como tal.

SUBSEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA BASE DE CÁLCULO

Art. 39 - Nas prestações de serviços de difícil controle ou fiscalização, definidas em regulamento, a base de cálculo será estimada, conforme critérios estabelecidos em Ato do Poder Executivo.

Art. 40 - Os critérios para aplicação do regime de estimativa da base de cálculo deverão ser publicados até o último dia útil do mês de setembro de cada exercício, para vigência nos exercícios seguintes.

Parágrafo único - O Chefe do Poder Executivo atualizará monetariamente os valores estimados, nos mesmos índices aplicados para atualização dos tributos.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 41 - Os sujeitos passivos abrangidos pelo regime de estimativa poderão impugnar os critérios estabelecidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados na data de publicação.

Parágrafo único - A Administração Tributária deverá analisar a impugnação e responde-la em até 90 (noventa) dias, contados de sua interposição.

Art. 42 - Poderá, o sujeito passivo alcançado pelo regime de estimativa, optar pelo regime normal de tributação, desde que:

I - peticione a opção em até 30 (trinta) dias, após a publicação dos critérios da estimativa;
II - Antes do recebimento do pagamento, quando tratar-se de retenção na fonte;
III - apresente, referente aos 2 (dois) anos anteriores e em quanto vigorar o regime de estimativa:

a) Livro Diário e Razão, revestidos das formalidades legais;
b) Documentos fiscais, revestidos das formalidades legais;
c) Documentos e extratos de movimentação financeira e bancária.

Art. 43 - Poderá o Chefe do Poder Executivo dispensar a utilização e apresentação de livros contábeis e fiscais e a obrigatoriedade de emissão de notas fiscais para sujeitos passivos alcançados pelo regime de estimativa.

Art. 44 - Fica, ainda, autorizado o Chefe do Poder Executivo a estabelecer critérios de estimativa da base de cálculo para as atividades de pequena expressão econômico-financeira ou de rudimentar organização.

SUBSEÇÃO II
DO ARBITRAMENTO DA BASE DE CÁLCULO

Art. 45 - A base de cálculo do imposto será apurada mediante arbitramento quando:

I - o contribuinte não dispuser de elementos de contabilidade ou de qualquer outro dado que comprove a exatidão do montante da matéria tributável;
II - recusar-se o contribuinte a apresentar ao Preposto Fiscal os livros da escrita comercial ou fiscal e documentos outros indispensáveis à apuração da base de cálculo, ou não possuir os livros ou documentos fiscais, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização;

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

III - o exame dos elementos fiscais ou contábeis levar à convicção da existência de fraude ou indicio de sonegação;

IV - forem omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo.

§1° - Na hipótese de arbitramento será obrigatória à lavratura de termo de fiscalização circunstanciado em que o Preposto Fiscal indicará, de modo claro e preciso, os critérios que adotou para arbitrar a base de cálculo do tributo, observado o disposto em Regulamento.

§2° - Do imposto apurado com base na receita arbitrada, para cada período ou exercício, serão deduzidos os valores que já tenham sido objeto de lançamento e os efetivamente recolhidos.

SEÇÃO IV
DAS ALÍQUOTAS

Art. 46 - O imposto terá o seu cálculo efetuado de acordo com as alíquotas fixadas na Tabela anexa a esta Lei.

Art. 47 - Na hipótese de serviço prestado por empresa enquadrável em mais de um dos itens a que se refere à Lista de Serviços, o imposto será calculado de acordo com as diversas incidências e alíquotas estabelecidas na Tabela, anexa a esta Lei.

Parágrafo único - O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena do imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

SEÇÃO V
DO LANÇAMENTO

Art. 48 - O lançamento será feito com base na declaração do contribuinte ou de ofício de acordo com critérios e normas previstos nesta Lei.

§ 1º - A declaração é obrigatória, mesmo que não tenha ocorrido o fato gerador do imposto, com a devida anotação no documentário fiscal.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

§ 2º - Serão invalidadas as declarações irregularmente preenchidas, que contenham borrões, rasuras ou escritas de modo ilegível, que venham a prejudicar a análise do documento.

SEÇÃO VI
DO PAGAMENTO

Art. 49 - O imposto será pago na forma e prazos estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 50 - Consideram-se contribuintes distintos, para efeito de pagamento do imposto, os que, embora no mesmo local, com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes sujeitos passivos.

Art. 51 - Considera-se devido o imposto dentro de cada mês, a partir da data:

a) da prestação do serviço;
b) da emissão de nota fiscal, nota fiscal fatura ou título de crédito que a dispense;
c) do recebimento do preço do serviço ou do aviso de crédito.

SEÇÃO VII
DO DOCUMENTO FISCAL

Art. 52 - Os contribuintes do imposto ficam obrigados a manter em uso escrita fiscal, destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.

Art. 53 - Ficam instituídos os Livros de Registro do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Nota Fiscal de Prestação de Serviços, a Nota Fiscal-Fatura de Prestação de Serviços, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, o Cupom Fiscal e a Declaração Mensal de Serviços do ISSQN.

Art. 54 - Ato do Poder Executivo estabelecerá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

Parágrafo único - Os livros, notas fiscais e outros documentos fiscais deverão ter sua impressão autorizada, bem como serão autenticados, salvo se dispensados por ato de Poder Executivo.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 55 - Os livros e documentos fiscais e comerciais, que são de exibição obrigatória ao agente fiscal, não poderão ser retirados do estabelecimento sob qualquer pretexto.

Parágrafo único – Consideram-se retirados os livros que não forem exibidos ao agente fiscal, no momento em que forem solicitados.

Art. 56 - Compete ao Poder Executivo, através de ato administrativo, permitir a dispensa de utilização de documentos fiscais.

Art. 57 - ***Revogado pela Lei nº 1.285/2015, de 08/09/2015.***

CAPÍTULO IV
TAXA DE SERVIÇOS URBANOS
TAXA DE COLETA DE LIXO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 58 - A taxa de coleta de lixo em como fato gerador a coleta e remoção do lixo do imóvel edificado.

Parágrafo único - As emoções especiais de lixo que excedam a quantidade máxima fixada pelo Executivo serão feitas mediante o pagamento de preço público.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 59 - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel edificado situado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 60 - A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado à sua disposição e será calculada em função da utilização e da área edificada do imóvel, de acordo com a tabela do anexo VIII. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 61 - A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 62 - A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO V
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 63 - A taxa tem como fato gerador os serviços prestados em logradouros públicos, que objetivem manter limpa a cidade, tais como:

a) Varrição, lavagem e irrigação;
b) Limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e córregos;
c) Capinação;
d) Desinfecção de locais insalubres.

Parágrafo único - Na hipótese da prestação de mais de um serviço, haverá uma única incidência.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 64 - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel lindeiro a logradouro público onde a Prefeitura mantenha, com regularidade necessária, qualquer dos serviços mencionados no artigo anterior.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Parágrafo único - Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 65 - A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado à sua disposição, e será calculada à razão de 0,4% da unidade de referência, definida nas Disposições Finais deste Código, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 66 - A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 67 - A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO VI
TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 68 - A taxa tem como fato gerador a prestação dos serviços de reparação e manutenção das vias e logradouros públicos pavimentados, inclusive os de recondicionamento de meio-fio, na zona urbana do Município.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 69 - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro a logradouro público, onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços especificados no artigo anterior.

Parágrafo único - Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 70 - A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte, ou posto a sua disposição e será calculada à razão de 0,4% da unidade de referência definida nas Disposições Finais deste Código, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelos serviços. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 71 - A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 72 - A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

CAPÍTULO VII
TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 73 - A taxa tem como fato gerador o fornecimento de iluminação nas vias e logradouros públicos.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 74 - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro a logradouro público beneficiado pelo serviço.

Parágrafo único - Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 75 - A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto à sua disposição, e será calculada em razão de 0,8% da unidade de referência definida nas Disposições finais deste Código, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 76 - As taxas serão lançadas anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados constantes do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 77 - A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

CAPÍTULO VIII
TAXA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 78 - A taxa é devida, uma única vez, pela utilização, efetiva ou potencial, de qualquer dos seguintes serviços:

I - Pavimentação da parte carroçável das vias e logradouros públicos;
II - Substituição da pavimentação anterior por outra;
III - Terraplanagem superficial;
IV - Obras de escoamento local;
V - Colocação de guias e sarjetas;
VI - Consolidação do leito carroçável.

Art. 79 - Antes de iniciados os serviços de pavimentação, a Prefeitura divulgará aviso, pela imprensa oficial ou em órgão de circulação local, especificando:

I - As ruas, trechos ou áreas que serão pavimentadas;
II - O custo orçado da obra e o seu prazo de duração;
III - A firma empreiteira, subempreiteira ou contratante que realizará o serviço, se o serviço for executado por terceiros;
IV - A área total a ser pavimentada e o custo do metro quadrado de pavimentação;
V - O tipo de pavimentação, bem como outras características que sirvam para identificá-la.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 80 - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro a logradouro público beneficiado pelos serviços.

Parágrafo único - Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada a logradouro público.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 81 - A taxa será calculada multiplicando-se o número de metros de testada ideal do imóvel beneficiado pela pavimentação, pela metade da largura da faixa carroçável e pelo custo do metro quadrado pavimentado.

Art. 82 - A testada ideal e seu cálculo serão objeto de regulamento.

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 83 - Realizado o serviço de pavimentação e conhecido o seu custo, este será publicado e serão fixadas as respectivas cotas pela repartição competente.

Art. 84 - A taxa será lançada em nome do contribuinte, no exercício seguinte, com base nos dados do cadastro imobiliário.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 85 - A taxa será paga parceladamente, de conformidade com o disposto em regulamento.

Parágrafo Único - O pagamento feito de uma só vez e até a data de vencimento da primeira parcela gozará do desconto de 20%.

CAPÍTULO IX
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 86 - Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestado de serviços, agropecuário e de demais atividades poderá localizar-se no Município, sem prévio exame e

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou permissão do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

Parágrafo Único - Pela prestação dos serviços de que trata o *caput* deste artigo cobrar-se-á a taxa independentemente da concessão da licença.

Art. 87 - A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação no exercício seguinte.

Parágrafo Único - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 88 - Contribuinte da Taxa é a pessoa tísica ou jurídica que explore qualquer atividade em estabelecimento sujeito à fiscalização.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 89 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo II a esta lei.

§ 1º - No caso de atividades múltiplas exercidas no mesmo local, a Taxa será calculada e devida sobre a que estiver sujeita ao maior ônus fiscal.

§ 2º - No caso de despacho desfavorável definitivo, ou desistência do pedido de licença, a Taxa será devida em 25% do seu valor, equiparando-se a abandono do pedido, falta de qualquer providência da parte interessada que importe em arquivamento do processo. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 90 - A Taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal.

Art. 91 - O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 20 dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I - alteração da razão social ou do ramo de atividade;
II - alteração na forma societária.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 92 - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPITULO X
TAXA DE LICENÇA PARA O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 93 - A Taxa é devida pela atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 94 - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito a fiscalização.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 95 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo III a esta lei. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 96 - A Taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 97 - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPITULO XI
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 98 - A Taxa tem como Fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, seja em vias e logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso ao público.

Art. 99 - Não estão sujeitos à Taxa os dizeres indicativos relativos a:

a) hospitais, casas de saúde e congêneres, sítios, granjas, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas;

b) propaganda eleitoral e política, atividade sindical, culto religioso e atividades da administração pública;

c) expressões de propriedade e de indicação.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 100 - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade definida na Seção I deste capitulo.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 101 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo IV. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 102 - A Taxa será lançada em nome da pessoa que desempenhe a atividade de publicidade.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 103 - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPÍTULO XII
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 104 - A Taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que pretenda realizar obras particulares de construção civil, de qualquer espécie bem como pretenda fazer arruamentos ou loteamentos em terrenos particulares.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 105 - Contribuinte da Taxa é a pessoa interessada na realização das obras sujeitas a licenciamento ou a fiscalização do Poder Público.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 106 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo V. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 107 - A Taxa será lançada em nome do contribuinte uma única vez.

Parágrafo único - Na hipótese do deferimento do pedido e não início da obra no prazo de 6 meses, ocorrerá nova incidência da Taxa.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 108 - A Taxa será arrecadada na entrada do requerimento de concessão da respectiva licença.

CAPÍTULO XIII
TAXA DE ABATE DE GADO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 109 - O abate de gado destinado ao consumo público, quando feito fora de matadouro municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, precedida de inspeção sanitária.

Art. 110 - A Taxa tem como fato gerador a inspeção sanitária de que trata o artigo anterior.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 111 - O contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no abate do gado.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 112 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VI. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 113 - A Taxa será lançada em nome do contribuinte sempre que for requerida a respectiva licença.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 114 - A Taxa será arrecadada no ato do requerimento, independentemente da concessão da licença.

CAPÍTULO XIV
TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 115 - A Taxa tem como fato gerador a permissão e fiscalização da ocupação em vias e logradouros públicos.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 116 - Contribuinte da Taxa é a pessoa que ocupa as áreas referidas no artigo anterior, incluídos entre outros os feirantes, ambulantes que ocupem áreas superiores a 1 (um) m², os proprietários de barraquinhas ou quiosques e de veículos destinados a atividades comerciais ou de prestação de serviços.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 117 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VII. ***(Vide alterações da Lei nº 28, de 15/12/89).***

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 118 - A Taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 119 - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPITULO XV
INFRAÇÕES E PENALIDADES RELATIVAS ÀS TAXAS DE PODER DE POLICIA

Art. 120 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I - Cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão;

II - Multa de 100% do valor da Taxa, no exercício de qualquer atividade sujeita ao poder de polícia sem a respectiva licença;

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

III - Multa de 25% do valor da Taxa no caso de não observância do disposto no art.91.

Parágrafo único - O contribuinte da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento estará sujeito ao fechamento do estabelecimento quando deixar de cumprir as intimações expedidas pela Prefeitura.

CAPITULO XVI
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 121 - A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 122 - O Executivo Municipal, com base em critérios de oportunidade de conveniência, e observadas as normas fixadas no Decreto-lei nº 195, de 24/02/1967, determinará, em cada caso, mediante decreto as obras que deverão ser custeadas, no todo ou em parte, pela contribuição de melhoria.

TÍTULO II
DAS NORMAS GERAIS
CAPÍTULO I
SUJEITO PASSIVO

Art. 123 - A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre de a pessoa encontrar-se nas situações previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

Parágrafo único - A capacidade tributária passiva independe:

I - Da capacidade civil das pessoas naturais;
II - De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
III - De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 124 - São pessoalmente responsáveis:

I - O adquirente ou remitente, pelos débitos relativos a bem imóvel, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II - Sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do *"de cujus"*, existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III - Espólio, pelos débitos tributários do *"de cujus"* existentes à data de abertura da sucessão.

Art. 125 - A pessoa jurídica de direito privado, que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual.

Art. 126 - Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade e bem imóvel já lançado for pessoa jurídica imune, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano respondendo por elas o alienante.

Art. 127 - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial, ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

I - Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributados;

II - Subsidiariamente com o alienante se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 128 - Respondem solidariamente com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I - Os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

II - Os tutores e curadores, pelos débitos tributários dos seus tutelados ou curatelados;

III - Os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV - Inventariante pelos débitos tributários do espólio;

V - Síndico e o comissário, pelos débitos tributários da massa falida ou do concordatário.

VI - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados, por eles ou perante eles em razão de seu ofício;

VII - Os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Parágrafo único - O disposto neste artigo somente se aplica, quanto a penalidades, as de caráter moratório.

Art. 129 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes e atos praticados com excesso de poder ou infração de lei contrato social ou estatutos:

I - As pessoas referidas no artigo anterior;

II - Os mandatários os prepostos e empregados;

III - Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

CAPÍTULO II
LANÇAMENTO

Art. 130 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 131 - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

§ 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 132 - O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§ 1º - Quando o contribuinte eleger domicilio tributário fora do território do Município, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

§ 2º - A notificação far-se-á por edital na impossibilidade de entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

Art. 133 - A notificação de lançamento conterá:

I - nome do sujeito passivo;
II - valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
III - A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
IV - prazo para recolhimento do tributo;
V - comprovante para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
VI - domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 134 - O lançamento do tributo independe:

I - Da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
II - Dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 135 - O lançamento do tributo não implica em reconhecimento da legitimidade de propriedade, de domínio útil ou de posse de bem imóvel, nem da regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos e obras.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 136 - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

CAPÍTULO III
ARRECADAÇÃO

Art. 137 - O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte, responsável o terceiro, em moeda corrente, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - Será permitido o pagamento por meio de cheque, respeitadas as normas legais pertinentes, considerando-se extinto o débito somente com o resgate da importância, pelo sacado.

§ 2º - Considera-se pagamento do respectivo tributo, por parte do contribuinte, recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previstos em lei, e desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, ressalvada a responsabilidade do contribuinte quanto à liquidação do crédito fiscal.

Art. 138 - O contribuinte que optar pelo pagamento do débito em quota única poderá gozar do desconto de 10%.

Art. 139 - Todo recolhimento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador da Prefeitura ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de sua nulidade.

Art. 140 - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I - Quando parcial, das prestações em que se decomponha;
II - Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 141 - É facultada à Administração a cobrança em conjunto, de Impostos e Taxas, observadas as disposições da legislação tributária.

Art. 142 - A aplicação de penalidade não dispensa o cumprimento da obrigação tributária principal ou acessória.

Art. 143 - A falta de pagamento do débito tributário nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de procedimento tributário, importará na cobrança, em conjunto, os seguintes acréscimos:

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

I - Multas de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta) dias após o vencimento;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 60 (sessenta) dias após o vencimento;

c) 30% (trinta por cento), sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II - Juros de mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao do seu vencimento, considerado mês qualquer fração;

III - Correção monetária do débito, mediante a aplicação dos coeficientes de atualização aprovados pela Administração Federal.

Parágrafo único - Na existência de depósito administrativo premonitório da correção monetária, o acréscimo previsto no inciso III deste artigo será exigido apenas sobre o valor da importância não coberta pelo depósito.

Art. 144 - O débito não recolhido no seu vencimento, respeitado o disposto no artigo anterior, se constituirá em Dívida Ativa para efeito de cobrança judicial, desde que regularmente inscrito na repartição administrativa competente.

Art. 145 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único - A prescrição se interrompe:

I - Pela citação pessoal feita ao devedor;

II - Pelo protesto judicial;

III - Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 146 - O débito vencido poderá, a critério do órgão fazendário, ser parcelado em até 10 pagamentos iguais, mensais e sucessivos.

§ 1º - O parcelamento só será deferido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

§ 2º - O não pagamento da prestação na data fixada no respectivo acordo importa na imediata cobrança judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

CAPÍTULO IV
RESTITUIÇÃO

Art. 147 - O sujeito passivo terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a título de tributo, nos seguintes casos:

I - Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferencia de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - Reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória.

Art. 148 - O pedido de restituição, que dependerá de requerimento da parte interessada, somente será conhecido desde que juntada notificação da Prefeitura, que acuse crédito do contribuinte, ou prova de pagamento do tributo, com apresentação das razões da ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

Art. 149 - A restituição do tributo que, por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 150 - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias que tiverem sido recolhidas, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 1º - A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

§ 2º - Será aplicada a correção monetária relativamente à importância restituída.

Art. 151 - O despacho em pedido de restituição deverá ser efetivado dentro do prazo de um ano, contado da data do requerimento da parte interessada.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 152 - A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação com crédito tributário do sujeito passivo.

Art. 153 - O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I - Nas hipóteses dos incisos l e II do artigo 147, da data da extinção do crédito tributário;

II - Na hipótese do inciso III do artigo 147, da data em que se tornar definitiva decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

CAPÍTULO V
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 154 - Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo único - A responsabilidade por infrações da legislação tributária, independe da intenção do agente, ou do responsável, e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 155 - Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiem.

Art. 156 - O contribuinte, o responsável, ou demais pessoas envolvidas em infrações, poderão apresentar denúncia espontânea da infração da obrigação acessória, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§ 2º - A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 157 - A lei tributária que define infração ou comina penalidade, aplica-se a fatos anteriores à sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando:

I - Exclua a definição do fato como infração;
II - Comina penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato.

CAPÍTULO VI
IMUNIDADE E ISENÇÕES

Art. 158 - É vedado ao Município instituir Imposto sobre:

I - O patrimônio ou os serviços da União, dos Estados e do Distrito Federal;
II - Os templos de qualquer culto, assim considerados os locais onde se celebram as cerimônias públicas;
III - Patrimônio ou os serviços dos partidos políticos e de Instituições de educação ou de assistência social.

Parágrafo único - O disposto no inciso I é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, mas não se estende aos serviços públicos concedidos nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incida sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

Art. 159 - O disposto no inciso III do artigo anterior é subordinado a observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidos:

I - Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
II - Aplicarem integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
III - Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo único - Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente suspenderá a aplicação do benefício.

Art. 160 - A imunidade não exclui o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, sujeitando-se a sua desobediência à aplicação de penalidades.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Parágrafo único - O disposto neste artigo abrange também a prática do ato, previsto em lei, assecuratório do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art. 161 - A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 162 - A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 163 - A documentação do primeiro pedido de reconhecimento de imunidade ou de isenção que comprove os requisitos para a concessão do benefício, poderá servir para os exercícios fiscais subsequentes, devendo o contribuinte, no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior e, se for o caso, oferecer as provas relativas ao novo exercício fiscal.

TÍTULO III
DO PROCEDIMENTO FISCAL
CAPÍTULO I
PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 164 - O procedimento fiscal terá início com:

I - A lavratura do auto de infração;
II - A lavratura do termo de apreensão de livros ou de documentos fiscais;
III - A impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente.

Art. 165 - Verificando-se Infração de dispositivo da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal lavrar-se-á auto de infração.

Art. 166 - O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I - local, a data e a hora da lavratura;
II - nome e o endereço do infrator, com a respectiva inscrição, quando houver;
III - a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração, e, se necessário as circunstâncias pertinentes;

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

IV - a capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido que defina a infração, e do que lhe comine penalidade;

V - a intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais, ou penalidades, dentro do prazo de 20 (vinte) dias;

VI - a assinatura o agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

VII - a assinatura do autuante ou infrator, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pôde ou se recusou a assinar.

§ 1º - A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

§ 2º - As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam quando do processo constem elementos suficientes para a determinação da infração e a identificação da pessoa do infrator.

Art. 167 - O processamento do auto terá um curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres.

Art. 168 - O autuado será intimado da lavratura do auto de infração:

I - pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante ou mandatário, contra assinatura recibo datado no original;

II - por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;

III - por publicação feita em qualquer meio de divulgação oficial do Município, na sua integra ou de forma resumida, quando improfícuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Art. 169 - Conformando-se o autuado com o auto de infração, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 50% (cinquenta por cento).

Art. 170 - Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração da legislação tributária.

Parágrafo único - A apreensão pode compreender livros ou documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art. 171 - A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficaram depositados, e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos

Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

indispensáveis à identificação do contribuinte e, descrição clara e precisa do fato, e a indicação das disposições legais.

Parágrafo único - O autuado será intimado da lavratura do termo de apreensão, na forma da intimação da lavratura do auto de infração.

Art. 172 - A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo.

Art. 173 - O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

§ 1º - A impugnação da exigência fiscal mencionará:

1) a autoridade julgadora a quem á dirigida;
2) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
3) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
4) as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
5) o objetivo visado.

§ 2º - A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Art. 174 - A autoridade administrativa determinada, de oficio ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo único - Julgada improcedente a impugnação, arcará com as custas o sujeito passivo.

Art. 175 - Preparado o processo para decisão a autoridade administrativa proferirá despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando-se sobre a procedência ou improcedência da impugnação.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

§ 1º - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

§ 2º - O impugnador será notificado dó despacho mediante assinatura no próprio processo, por via postal registrada ou por edital quando se encontrar em local incerto e não sabido.

Art. 176 - Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa denegatório da impugnação, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzida de 25% (vinte e cinco por cento) e o procedimento tributário arquivado.

CAPÍTULO II
SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 177 - Do despacho da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário para Instância Administrativa Superior.

Parágrafo único - O recurso terá efeito suspensivo da cobrança e deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação do despacho de primeira instância.

Art. 178 - Quando o despacho da autoridade administrativa exonerar o sujeito passivo, ou o autuado, do pagamento do tributo ou de multa de valor originário superior a 25% (vinte e cinco por cento) da Unidade de Referência referida no art. 210, seu prolator recorrerá de oficio, mediante declaração no próprio despacho.

Art. 179 - A decisão da instância Administrativa Superior será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para primeira instância.

Parágrafo único - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

Art. 180 - A Instância Administrativa Superior será constituída na forma que a lei determinar.

Art. 181 - Da decisão da Instância Administrativa Superior caberá pedido de reconsideração ao Prefeito no prazo e 30 (trinta) dias.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.182 - São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art. 183 - Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa.

Art. 184 - Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º - O sujeito passivo, ou o autuado poderão evitar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetuem o pagamento do débito e a multa exigidos, ou o depósito premonitório da correção monetária.

§ 2º - Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo ou autuado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do despacho ou decisão, as importâncias referidas no parágrafo anterior, acrescidas da correção monetária a partir da data em que foi efetuado o pagamento ou o depósito.

TÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
CAPÍTULO I
FISCALIZAÇÃO

Art. 185 - Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Art. 186 - A fiscalização será exercida sobre toda as pessoas sujeitas a obrigação Tributária, inclusive nos casos de imunidade e isenção.

Art. 187 - A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, podendo especialmente:

I - Exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente, para prestar informações ou declarações;

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

II - Apreender livros e documentos fiscais, nas condições e forma regulamentares.

Art. 188 - A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada, facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 189 - O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligencias da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art. 190 - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

I - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de oficio;
II - Os bancos, Caixas Econômicas e demais instituições. Financeiras;
III - As empresas de administração de bens;
IV - Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
V - Os inventariantes;
VI - Os síndicos comissários e liquidatários;
VII - Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, oficio, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações, quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo em razão do cargo, oficio, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 191 - Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária, e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município, e entre a União, Estada e outros Municípios.

§ 2º - A divulgação das informações, obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita a penalidade da legislação pertinente.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 192 - As autoridades da Administração Fiscal do Município poderão requisitar auxilio e força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

CAPÍTULO II
CONSULTA

Art. 193 - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência de normas estabelecidas.

Art. 194 - A consulta será dirigida a autoridade administrativa tributária, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 195 - Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo único - Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claro de legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 196 - Na hipótese de mudança da orientação fiscal, a nova orientação atingirá a todos os casos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Art. 197 - A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Do despacho proferido em processo de consulta não caberá recurso nem pedido de reconsideração.

Art. 198 - Respondida a consulta, o consulente será notificado para no prazo de 30 (trinta) dias para dar cumprimento de eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação de cominações ou penalidades.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Parágrafo único - O consulente poderá evitar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, por multa, juros de mora e correção monetária, efetuando o seu pagamento, ou depósito premonitório de correção monetária, importâncias que se indevidas serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consulente.

Art. 199 - A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

CAPÍTULO III
DÍVIDA ATIVA

Art. 200 - A Fazenda Municipal providenciará para que sejam inscritos na dívida ativa os contribuintes inadimplentes com as obrigações tributárias.

Art. 201 - Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo para pagamento, pelo regulamento ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo único - A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, liquidez do crédito.

Art. 202 - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
IV - a data em que foi inscrita;
V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 203 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo da cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo par defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

CAPÍTULO IV
CERTIDÃO NEGATIVA

Art. 204 - A pedido do contribuinte será fornecida certidão negativa dos tributos Municipais, nos termos do requerido.

Art. 205 - Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos não vencidos, sujeitos a reclamação ou recursos com efeito suspensivo, ou e curso de cobrança executiva com efetivação de penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art. 206 - A certidão negativa fornecida não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 207 - O Município não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova por certidão negativa, da quitação de todos os Tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 208 - Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

§ 1º - Os prazos serão contínuos, excluído, no seu cômputo, o dia do início e incluído o do vencimento.

§ 2º - Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, prorrogando-se se necessário, até o primeiro dia útil.

Art. 209 - Consideram-se integradas à presente Lei as Tabelas dos Anexos que a acompanham.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 210 - Além da Base de Cálculo utilizada para o Imposto Sobre Serviços fica Instituída a Unidade de Referência de Cr$ 1.000,00 para o cálculo das Taxas.

Parágrafo único - A base de cálculo e, bem como a Unidade de Referência mencionados neste artigo serão corrigidos anual e automaticamente em 1º de janeiro, em função dos índices de atualização monetária baixados por decreto do Poder Executivo Federal.

Art. 211 - O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer preços públicos, não submetidos a disciplina jurídica dos tributos, para quaisquer outros serviços cuja a natureza não compete a cobrança de Taxas.

Art. 212 - ***Revogado pela Lei nº 1.285/2015, de 08/09/2015.***

TÍTULO V*
DOS INCENTIVOS FISCAIS

Título incluído pela Lei nº 1.285/2015, de 08/09/2015

Art. 213 - Desde que cumpridas às exigências legais da legislação, ficam isentos do ISSQN:

I - os microempresários individuais;
II - engraxates ambulantes;
III - associações culturais;
IV - de diversão pública, consistentes em espetáculos desportivos, sem venda de ingresso, pules ou talões de apostas, ou em jogos e exibições competitivas, realizados entre associações ou conjuntos;
V - de diversão pública, com fins beneficentes, ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;
VI - prestados por sociedade ou instituição de fins filantrópicos, comprovados.

Art. 214 - Considera-se para efeito desta Lei, como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

I - Microempresa (ME): quando a receita bruta anual não exceder a 2.260 (duas mil, duzentos e sessenta) Ufican’s;
II - Empresa de Pequeno Porte (EPP): quando a receita bruta anual ultrapassar a quantia correspondente a 2.260 (duas mil, duzentos e sessenta) Ufican’s e não exceder a quantia correspondente a 4.280 (quatro mil, duzentos e oitenta) Ufican’s.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Parágrafo único - Considera-se Receita Bruta toda receita obtida entre 1° de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, excluídos os valores de mercadorias em regime de compensação tributária, tomando como ano fiscal para fins desta Lei, independente do fixado no contrato social da Empresa.

Art. 215 - Os limites fixados para definição das Empresas tratadas nesta Lei estendem-se sempre proporcionais aos meses, inclusive frações destes, de seu efetivo funcionamento no exercício considerado do ano anterior ao enquadramento.

§ 1° - Caso a empresa não tenha operado no ano anterior ao pedido de enquadramento, será considerado como receita o faturamento relativo aos meses realizados no mesmo período, apurando, na base de 1/12 (um doze avos).

§ 2° - Em se tratando de novas empresas, o enquadramento será obtido mediante declaração de sua estimativa pelo titular da empresa, que deverá apresentar os documentos fiscais ao final do exercício fiscal caso a Administração Pública entenda necessário para fins de fiscalização.

§ 3° - A cada mês de faturamento corresponderá a sua transposição dos valores obtidos, em Ufican's daquele mês, para fixação do enquadramento, sua mudança ou cancelamento.

§ 4° - O enquadramento em outra faixa, ou cancelamento do enquadramento, poderá ser requerido a qualquer tempo pela Empresa interessada, ou procedido de ofício, pela autoridade administrativa.

§ 5° - O enquadramento de que tratam os parágrafos anteriores obedecerá a seguinte tabela:

CATEGORIA	FAIXA	RECEITA BRUTA ANUAL EM UFICANS
MICROEMPRESA	**1**	Até 565 Ufícans
	2	Acima de 565 Ufícans até 1.130 Ufícans
	3	Acima de 1.130 Ufícans até 1.695 Ufícans
EMPRESA DE PEQUENO PORTE	**4**	Acima de 1.695 Ufícans até 2.260 Ufícans
	5	Acima de 2.260 Ufícans até 2.888 Ufícans
	6	Acima de 2.888 Ufícans até 3.515 Ufícans
	7	Acima de 3.515 Ufícans até 4.280 Ufícans

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 216 - Fica assegurado às firmas consideradas como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) estabelecidas no município de Cantagalo, tratamento tributário e administrativo diferenciado, como forma de incentivar e apoiar o surgimento de novas empresas, e o melhoramento da capacidade empresarial das existentes.

Art. 217 - As ME e EPP gozarão das seguintes facilidades administrativas:

I - Na concessão de Alvará de Localização e Funcionamento somente serão exigidos os seguintes documentos:

a) Contrato Social ou Firma Individual devidamente registrado;
b) Cópia do Cartão de Inscrição Estadual e/ou do CNPJ;
c) Cópia do documento de identidade e do CPF;
d) Cópia do protocolo expedido pelo Corpo de Bombeiros;
e) Boletim de Saúde Pública, caso a atividade a ser desenvolvida se relacione com alimentos, produtos de higiene, químicos e farmacêuticos e outras atividades em face da saúde dos funcionários e consumidores;
f) Apresentação dos Livros de Registro de Entrada e Saída de Mercadorias para conferência, e do Livro de Registro de ISSQN, quando as atividades forem pertinentes;
g) Comprovação de propriedade de posse do imóvel onde for se instalar a ME ou EPP.

II - Ao recolhimento mensal do imposto devido, fixado conforme estabelecido no art.
III - Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, assegurada à possibilidade de aferição periódica de suas receitas.
IV - Guarda pelo prazo de 05 anos, em ordem cronológica, dos documentos fiscais.

Parágrafo único - São obrigatórios os seguintes livros e documento fiscais abaixo arrolados:

a) o livro de registro de ISSQN, no caso de prestadores de serviço;
b) os livros de registro de Entrada e Saída de Mercadorias;
c) os documentos pertinentes às operações previstas nos incisos.

Art. 218 - Será concedida a isenção total da Taxa de Funcionamento e Localização (ALVARÁ) às empresas beneficiárias desta Lei que vierem a se instalar no Município, no ano de sua instalação e no seguinte, caso permaneçam desenvolvendo a mesma atividade empresarial.

Art. 219 - Fica simplificado o recolhimento mensal do ISSQN das empresas beneficiárias desta Lei, observado do disposto no Art. 213, que se enquadrarão conforme a tabela abaixo:

Tabela de Enquadramento do Regime Simplificado de ISSQN		
CATEGORIA	**FAIXA**	**ALÍQUOTA DE RECOLHIMENTO MENSAL (%)**
MICROEMPRESAS	1	2,0%
	2	2,0%
	3	2,0%
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	4	2,0%
	5	2,0%
	6	2,5%
	7	3,0%

Art. 220 - Será concedido Alvará de Localização e Funcionamento em unidades residenciais unifamiliares de propriedade de um dos sócios ou da firma individual, respeitada a Lei de Zoneamento Urbano.

§ 1° - O benefício de que trata este artigo poderá ser estendido a unidades provenientes de locação, se expressamente autorizado o funcionamento e a atividade pelo proprietário do Imóvel.

§ 2° - As empresas beneficiárias desta concessão somente poderão funcionar com até 10 (dez) empregados, respeitadas as normas que regulem o direito de vizinhança, notadamente quanto a ruídos, expedição de qualquer matéria orgânica ou não, que ultrapasse os limites do estabelecimento e luminosidade, entre outros.

§ 3° - Excluem-se do benefício de que trata este artigo as empresas que exerçam atividades de: casa de diversões, hotéis e similares, escolas, hospitais e similares, transportes urbanos ou de cargas, bancos de sangue, depósito de combustíveis ou explosivos, comércio de material de construção ou tintas, e outras que por suas características possam ocasionar danos à coletividade.

Art. 221 - Fica criado o Alvará Especial de Localização de Representação para ME e EPP, que será concedido em caráter discricionário e precário e poderá ser cancelado a todo e qualquer tempo, após notificação e aviso.

§ 1° - O Alvará de que trata este artigo, se destina exclusivamente a residência multifamiliar de propriedade de um dos sócios, ou do titular de firma individual, funcionando tão somente como ponto de referência.

§ 2° - É vedada a utilização ou exercício de qualquer atividade ou serviço que implique no ir e vir de pessoas, depósito de mercadorias, enfim, qualquer atividade que não a de ser ponto de referência para fins de correspondência postal ou contato telefônico, proibida a publicidade local.

Art. 222 - Fica assegurada a participação das ME e EPP nas licitações, em todas as suas modalidades, promovidas pelos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacionais, o município de Cantagalo.

§ 1° - As ME e EPP poderão consorciar-se para fins de obtenção da capacitação técnica-financeira.

§ 2° - A comprovação do consórcio deverá ser através de documento hábil firmado pelas consorciadas, juntando-se os contratos individuais de cada uma, além de requisito de pré-cadastramento na Prefeitura Municipal de Cantagalo.

Art. 223 - É assegurado às ME e EPP cadastradas neste Município, a preferência, em igualdade de condições com terceiros, na aquisição de bens e serviços decorrentes de qualquer modalidade de aquisição, salvo aquelas em que se estabelecer preço mínimo.

Parágrafo único - Havendo empate entre ME e EPP, indistintamente, o desempate será apurado através de sorteio, a critério da Administração Pública.

Art. 224 - A Administração Municipal manterá um cadastro de ME e EPP que se destinará:

I - A habilitação para fins de licitação e compras;

II - A análise e fiscalização de declarações e documentos, visando à obtenção da real arrecadação, através de sistema simplificado de fiscalização.

Art. 225 - A Administração Pública adotará sistema simplificado de fiscalização, adotando, entre outras medidas.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

I - A convocação para comparecer às dependências municipais para prestar esclarecimentos sobre receitas e despesas;

II - Fiscalização direta aos estabeleci mentos.

Parágrafo único - O não atendimento da convocação no prazo que for marcado, ou a recusa ou ocultação de livros e documentos implicará em multa de até 02 (duas) Ufican's para EPP, a critério da Secretaria de Fazenda Municipal, aplicável em dobro em caso de reincidência, além da perda da condição de tratamento especial e diferenciado.

Art. 226 - Ultrapassado o limite anual da faixa em que estiver enquadrada, a ME e EPP deverá comunicar o fato à Fazenda Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, para ajuste da faixa correspondente, ou seu desenquadramento, a partir da data dessa ocorrência, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o imposto devido e acréscimos legais.

Parágrafo único - Caso, no final do exercício, não se alcance o limite mínimo da faixa em que estiver enquadrada, poderá se efetuar seu enquadramento para a faixa adequada, que valerá para o próximo exercício.

Art. 227 - A perda da condição de ME ou EPP em razão da receita realizada, deverá ser comunicada à Fazenda Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fato gerador sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre tributos devidos e acréscimos legais.

Art. 228 - As empresas que não se enquadrarem como ME ou EPP, na forma desta Lei, e que estiverem operando em infração a esta Lei, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - Cancelamento do seu registro como ME ou EPP;

II - Pagamento dos tributos devidos, como empresa não beneficiada por esta Lei, acrescidos de multa de 30% (trinta por cento) e cominações legais;

III - O impedimento, pelo período de 02 (dois) anos de seus sócios, ou titular, a virem a construir nova empresa ou participação em empresa já existente, beneficiada por esta Lei.

Art. 229 - Na hipótese do arbitramento do ISSQN face à infração desta Lei, serão aplicadas todas as disposições do Código Tributário deste Município, além das cominações expressas nesta Lei.

Art. 230 - O titular ou sócio de ME ou EPP para se beneficiar desta Lei, renuncia a condição de participação limitada no capital social, de modo que possa responder solidária e ilimitadamente pelo pagamento dos tributos e multas devidos.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Art. 231 - São excluídas do tratamento estabelecido nesta Lei as empresas:

I - Que se constituem na forma de Sociedade Anônima;
II - As que um dos sócios seja pessoa jurídica;
III - As que um dos sócios, ou o titular, participe de outra pessoa jurídica, desde que o somatório dos faturamentos anuais ultrapasse 10.000 (dez mil) Uficans's;
IV - As que participem do capital de outra empresa.

Art. 232 - São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades básicas:

I - no valor de 05 (cinco) Ufican's:

a) a falta de declaração do contribuinte quando não tenha exercido atividade tributável ou cujo imposto tenha sido retido na fonte, por mês não declarado;
b) a falta de apresentação da Declaração Mensal de Apuração do ISSQN, por mês não declarado;
c) o embaraço à ação fiscal.
II - no valor de 01 (uma) Ufican por cada nota fiscal ou nota fiscal fatura emitida fora dos padrões definidos em regulamento, limitada a 40 (quarenta) Ufican's por ano;
III - no valor de 0,5 (meia) Ufican:

a) por cada nota fiscal não entregue ao tomador do serviço, limitada a 40 (quarenta) Ufican's por ano;
b) por nota fiscal emitida sem a descrição completa das seguintes especificações do tomador do serviço: nome, endereço, CNPJ ou CPF, valor e quantidade do serviço, limitada a 40 (quarenta) Ufican's por ano.

IV - no valor de 3,5 (três e meia) Ufican's:

a) falta do Livro de Registro do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
b) falta de escrituração do Livro de Registro do imposto ou o seu uso sem a devida autenticação pela autoridade competente.
V - no valor de 1,5 (uma e meia) Ufican:

a) por mês de funcionamento, o estabelecimento sem inscrição no cadastro fiscal;
b) a falta de retenção na fonte, por mês não retido;
c) falta do pedido de baixa da inscrição, no caso de encerramento da atividade.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

VI - no valor de l00% (cem por cento) do tributo atualizado, a falta de lançamento, declaração ou pagamento do tributo;

VII - no valor de 200% (duzentos por cento), do tributo atualizado, a retenção na fonte sem o recolhimento à Fazenda Municipal, a sonegação verificada em face do documento, exame de escrita mercantil e/ou fiscal ou elementos de qualquer natureza que a comprove;

VIII - no valor de 100% (cem por cento), do tributo atualizado, em todos os demais casos de infrações qualificadas;

IX - no valor de 8,5 (oito e meia) Ufican's a inexistência de notas fiscais ou notas fiscais fatura de prestação de serviços;

X - no valor de 1,5 (uma e meia) Ufican a falta de comunicação de alteração dados cadastrais;

XI - no valor de 20 (vinte) Ufican's:

a) a notificação simulada de extravio de documentos fiscais;
b) destruição indevida de documentos fiscais;
c) calçamento de nota fiscal de prestação de serviços;
d) confecção e utilização de mais de um talão com a mesma numeração.

§ 1º - A apuração da simulação dar-se-á mediante a técnica de circularização ou qualquer meio de prova legalmente admitida.

§ 2º - Quando o contribuinte for de movimento econômico reduzido, microempresário individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, a multa será reduzida a conforme definido em regulamento.

Art. 233 - Esta lei entrará em vigor em 31 de dezembro de 1977, revogando-se as disposições em contrário.

Cantagalo, em 28 de novembro de 1977.

Wilder Sebastião de Paula
Prefeito

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

LISTA DE SERVIÇOS E ALÍQUOTAS

1 - Serviços de informática e congêneres		
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas	5%
1.02	Programação	5%
1.03	Processamento de dados e congêneres	5%
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos	5%
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	5%
1.06	Assessoria e consultoria em informática	5%
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	5%
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas	5%
2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza		
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	5%

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres		
3.01	**VETADO** pela Lei Complementar nº 116/2003	
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	5%
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza	5%
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	5%
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	5%

4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres		
4.01	Medicina e biomedicina	5%
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	5%
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos socorros, ambulatórios e congêneres	3%
4.04	Instrumentação cirúrgica	5%
4.05	Acupuntura	5%
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	3%

Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

4.07	Serviços farmacêuticos	5%
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	5%
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	5%
4.10	Nutrição	5%
4.11	Obstetrícia	5%
4.12	Odontologia	5%
4.13	Ortóptica	5%
4.14	Próteses sob encomenda	3%
4.15	Psicanálise	5%
4.16	Psicologia	5%
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres	3%
4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	5%
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres	3%
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3%
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	5%
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	3%
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	3%

5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres		
5.01	Medicina veterinária e zootecnia	3%
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, pronto-socorros e congêneres, na área veterinária	3%
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária	3%
5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	3%
5.05	Bancos de sangue e de órgãos congêneres	3%
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3%
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	3%
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	5%
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária	5%

6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres		
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	5%
6,02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	5%
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	4%

6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	5%
6.05	Centros de emagrecimento, SPA e congêneres	5%
7 - Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres		
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	5%
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia	5%
7.04	Demolição	3%
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	3%
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço	5%
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres	3%
7.08	Calafetação	3%
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer	5%
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres	5%
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores	3%
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos	5%
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres	5%
7.14	**VETADO** pela Lei Complementar n° 116/2003	
7.15	**VETADO** pela Lei Complementar n° 116/2003	
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres	2%
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	3%
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e	

	congêneres topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	5%
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo	5%
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	5%
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais	3%
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	5%

8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza		
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior	3%
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	3%

9 - Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres		
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)	5%
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	5%
9.03	Guias de turismo	5%

10 - Serviços de intermediação e congêneres		
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	5%
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	5%
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	5%
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)	5%
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não	

	abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios	5%
10.06	Agenciamento marítimo	5%
10.07	Agenciamento de notícias	5%
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios	5%
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	5%
10.10	Distribuição de bens de terceiros	5%

11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres		
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações	3%
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas	5%
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas	5%
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie	5%

12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres		
12.01	Espetáculos teatrais	5%
12.02	Exibições cinematográficas	5%
12.03	Espetáculos circenses	5%
12.04	Programas de auditório	5%
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres	5%
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres	5%
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	5%
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres	5%
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não	5%
12.10	Corridas e competições de animais	5%
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador	5%
12.12	Execução de música	5%
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	5%
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	5%
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e	3%

Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

	congêneres	
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	5%
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	3%

13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia		
13.01	**VETADO** pela Lei Complementar n° 116/2003	
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	5%
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	5%
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização	5%
13.05	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia	5%

14 - Serviços relativos a bens de terceiros		
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	5%
14.02	Assistência Técnica	5%
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	5%
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus	5%
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	5%
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	5%
14.07	Colocação de molduras e congêneres	5%
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	5%
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	5%
14.10	Tinturaria e lavanderia	5%
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	5%
14.12	Funilaria e lanternagem	5%
14.13	Carpintaria e serralheria	5%

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito		
15.01	Administração de fundos quaisquer (exceto fundos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	5%
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta–corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	5%
15.03	**VETADO** pela Lei Complementar n° 116/2003	
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	5%
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	5%
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral, abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	5%
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fax–símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada, fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo	5%
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)	5%
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	5%
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados	5%

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários	5%
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio	5%
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres	5%
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento	5%
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entrecontas em geral	5%
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	5%
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário	5%

16 - Serviços de transporte de natureza municipal		
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal	5%

17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres		
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	5%
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres	5%
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	5%
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra	5%
17.05	Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de	5%

	serviço	
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	5%
17.07	**VETADO** na Lei Complementar n° 116/2003	
17.08	Franquia (franchising)	5%
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	5%
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	5%
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)	5%
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	5%
17.13	Leilão e congêneres	5%
17.14	Advocacia	5%
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	5%
17.16	Auditoria	5%
17.17	Análise de Organização e Métodos	5%
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza	5%
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	5%
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira	5%
17.21	Estatística	5%
17.22	Cobrança em geral	5%
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	5%
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	5%

18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres		
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	5%

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres		
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	5%

20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários		
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres	5%
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres	5%
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	5%

21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais		
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	5%

22 - Serviços de exploração de rodovia		
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais	5%

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres		
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	5%

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres		
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners,	5%

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

	adesivos e congêneres	

25 - Serviços funerários		
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela, transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos, desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	5%
25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos	5%
25.03	Planos ou convênio funerários	5%
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	5%

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres		
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos Correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres	5%

27 - Serviços de assistência social		
27.01	Serviços de assistência social	5%

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza		
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	5%

29 - Serviços de biblioteconomia		
29.01	Serviços de biblioteconomia	
30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química		
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química	5%
31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres		
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	5%

32 - Serviços de desenhos técnicos		
32.01	Serviços de desenhos técnicos	5%

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres		
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, congêneres	5%

Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres		
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	5%

35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas		
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	5%

36 - Serviços de meteorologia		
36.01	Serviços de meteorologia	5%

37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins		
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	5%
38 - Serviços de museologia		
38.01	Serviços de museologia	5%

39 - Serviços de ourivesaria e lapidação		
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)	5%

40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda		
40.01	Obras de arte sob encomenda	5%

ANEXO II[1]
COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15/12/89)

	% sobre a Unidade Fiscal – Ufican	
	Ao mês ou Fração	**Ao Ano**
1- Indústria		
1.1 - até 10 empregados	30	300
1.2 - de 11 a 30 empregados	50	500
1.3 - de 31 a 70 empregados	70	700
1.4 - de 71 a 150 empregados	85	850
1.5 - mais de 150 empregados	100	1000

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

2- Comércio		
2.1 - Bares e Restaurantes por m²	0,7	5
2.2 - Supermercados, por m²	0,7	5
2.3 - Extração de areia por m² Até 1.000 m² De 1.001 a 5.000 m² De 5.001 a 10.000 m² Mais de 10.000 m²	 50 70 100 120	 500 700 1000 1200
2.4 - Quaisquer outros ramos de atividades comerciais não constantes nesta tabela, p/ m²	0,5	5
Estabelecimentos bancários, de créditos, financiamento e investimento	0,5	
2.5 - Hotéis, Motéis, Pensões, similares		
até 10 quartos De 11 a 20 quartos Mais de 20 quartos Com apartamentos	20 30 50 3	200 300 500 30
3 - Representantes comerciais autônomos, corretores, despachantes, agentes e prepostos em geral	10	100
4 - Profissionais autônomos que exercem atividades sem aplicação de capital	10	100
5 - Profissionais autônomos que exercem atividade com aplicação de capital (não incluídos em outro item desta tabela)	15	150
6 - Casa de loterias	15	150
7 - Oficinas de consertos em geral		
Até 20 m² De 21 m² até 75 m² De 76 m² até 150 m² De 150 m² em diante	15 20 30 50	150 200 300 500
8 - Postos de serviços para veículos	40	400
9 - Depósitos de inflamáveis explosivos e similares	50	500
10 - Tinturarias e Lavanderias	10	100
11 - Salões e Engraxate	5	50

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

12 - Estabelecimentosde banhos, duchas, massagens, ginásticas, etc.	15	150
13 - Barbearias e salões de beleza	10	100
14 - Ensino de qualquer grau ou natureza, por sala de aula	5	50
15 - Estabelecimentos Hospitalares		
15.1 - com até 25 leitos	70	700
15.2 - com mais de 25 leitos	100	1000
16 - Laboratórios de análise clínica	30	300
17 - Diversões Públicas		
17.1 - Cinemas e teatros com até 150 lugares	30	300
17.2 - Cinemas e teatros com mais de 150 lugares	50	500
17.3 - Restaurantes dançantes, boates, etc.	20	200
17.4 - Bilhares e quaisquer outros jogos de mesa		
17.4.1 - Estabelecimentos com até 3 mesas	30	300
17.4.2 - Estabelecimentos com mais de 3 mesas	35	350
17.5 - Boliches p/ número de pistas	15	150
17.6 - Exposições, feiras de amostras, quermesses	10	100
17.7 - Circos e parques de diversões	10	100
17.8 - Quaisquer espetáculos ou diversões não incluídos no item anterior	10	100
18 - Empreiteiras e incorporadoras por m^2	0,5	5
19 - Agropecuária		
19.1 - Até 100 empregados 19.2 - Mais de 100 empregados	60 100	600 1000
20 - Demais atividades sujeitas a taxa de localização não constantes dos itens anteriores	20	200

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

[1]A taxa de localização dos estabelecimentos terá como limite mínimo 50% da Unidade Fiscal.

ANEXO III
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15/12/1989)

1 - Para prorrogação de horário	**% sobre a Unidade Fi scal – UFICAN**
I - Até às 22 horas	10 ao dia
	20 ao mês
	100 ao ano
II - Além das 22 horas	20 ao dia
	40 ao mês
	200 ao ano
2 - Para antecipação de horário	10 ao dia
	20 ao mês
	100 ao ano

ANEXO IV
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE ESPÉCIE DE PUBLICIDADE

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15/12/1989)

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	**% sobre a UFICAN**
1 - Publicidade afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros – qualquer espécie ou quantidade, por produto anunciado.	40% ao ano
2 - Publicidade:	
I - No interior de veículos de uso público não destinados à publicidade como ramos de negócio – qualquer espécie ou quantidade, por produto anunciado.	20% ao ano
II - Publicidade sonora, em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade. Qualquer espécie ou qualidade.	3% ao dia

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

III - Publicidade escrita em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade. Qualquer espécie ou qualidade, por matéria anunciada.	40% ao mês
IV - Em cinemas teatros, circos, boates e similares, por mais projeção de filmes ou dispositivos por matéria anunciada.	20% ao mês 200% ao ano
3 - Publicidade, colocados em terrenos, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais – por matéria anunciada.	200% ao ano
4 - Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos – por matéria anunciada.	100% ao ano

ANEXO V
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15.12.1989)

1 – CONSTRUÇÃO DE:	**% sobre Ufican**
a) Edificações até dois pavimentos, por m² de área construída	1,5
b) Edificações com mais de dois pavimentos por m² de área construída	2
c) Dependência em prédios residenciais, por m² de área construída	2
d) Dependências em quaisquer outros prédios para quaisquer finalidades, por m² de área construída	2
e) Barracões e galpões, por m² de área construída	1,5
f) Fachadas e muros, por metro linear	2
g) Marquises, cobertas e tapumes, por metro linear	2
h) Reconstruções, reformas, reparos e demolições, por m²	1,5
2 – ARRUAMENTOS	
a) Com área até 20.000 m², excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos, por m²	0,1
b) Com área superior a 20.000 m², excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos, por m²	0,3

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

3 – LOTEAMENTO	
a) Com área até 10.000 m², excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m²	0,2
b) Com área superior a 10.000 m², excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município por m²	0,1
4 – QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA	
a) Por metro linear	2
b) Por metro quadrado	1,5

ANEXO VI
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE ABATE DE GADO % SOBRE A UNIDADE DE REFERÊNCIA POR CABEÇA

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15/12/1989)

GADO	%
Bovino ou Vacum	10
Ovino	5
Caprino	5
Suíno	10
Equino	10
Aves	0,1
Outros	0,5

ANEXO VII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇ ÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15/12/1989)

1 – FEIRANTES	**% da UR**
1.1 - Por dia	10
1.2 - Por mês	50
1.3 - Por ano	100
2 – VEÍCULOS	
2.1 - Por dia	10

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

2.2 - Por mês	50
2.3 - Por ano	100
3 – BARRAQUINHAS E QUIOSQUES	
3.1 - Por dia	10
3.2 - Por mês	50
3.3 - Por ano	100
4 – AMBULANTE QUE OCUPE ÁREA EM LOGRADOURO PÚBLICO SUPERIOR A 1 M²	
4.1 - Por dia	10
4.2 - Por mês	50
4.3 - Por ano	100
5 – QUAISQUER OUTROS CONTRIBUINTES NÃO COMPREENDIDOS NOS ITENS ANTERIORES	
5.1 - Por dia	10
5.2 - Por mês	50
5.3 - Por ano	100
6 – TRAILLER	
6.1 - Por dia	50
6.2 - Por ano	300

ANEXO VIII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE COLETA DE LIXO

	% da UR M²/ANO
1 – Unidades residenciais	0,08
2 – Comércio/Serviço	0,1
3 – Industrial	0,06
4 – Agropecuária	0,04

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

DECRETO Nº 04/78

Institui os preços públicos, fixa os seus valores e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe conferem os dispositivos da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica dos Municípios e no Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - As receitas municipais provenientes de preços públicos são os de:

I. Expediente;
II. Serviços Diversos;
III. Cemitério.

Parágrafo único - A tarifa é devida pela pessoa que se utilizar dos serviços constantes do *caput* deste artigo.

Art. 2º - Os preços de bens e serviços estarão sob controle do Conselho Interministerial de Preços (CIP), de acordo com o Decreto nº 79.706, de 18 de maio de 1977, que dispõe sobre os atos da administração pública relativamente ao controle de preços.

Art. 3º - Os preços públicos cobrados pelo Município por serviço que preste são os constantes da tabela anexa a este Decreto.

Parágrafo único - Os preços constantes da tabela referida neste artigo sofrerão reajustes sempre que necessário, nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº 808, de 04 de setembro de 1969, onde serão submetidos seus estudos ao Conselho Interministerial de Preços (CIP), antes de sua aprovação final pelos órgãos ou entidades competentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de janeiro de 1978.

Wilder Sebastião de Paula
Prefeito

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

TABELA

Tarifas previstas no artigo 1º do Decreto nº 04/78, de 23 de janeiro de 1978.

DISCRIMINAÇÃO	Cr$
I – Tarifas de Expediente	
1 – Atestados e Certidões	
a) negativa de tributos	30,00
b) por laudos	5,00
2 – Requerimentos	
a) protocolização de requerimento para inscrição, fornecimento de atestados, diploma e certidão de concurso público	5,00
b) protocolização de requerimento dirigido a qualquer autoridade municipal, para os demais fins	5,00
3 – Segunda Vias	10,00
4 – Baixa de qualquer natureza	5,00
II – Tarifas de Serviços Diversos	
1 – De numeração e remuneração de prédios	
a) pela numeração, além da placa	6,00
b) pela renumeração, além da placa	4,00
2 – De alinhamento e nivelamento	
a) por serviços de extensão até 20 metros lineares	20,00
b) por serviços de extensão pelo que exceder cada 20 metros lineares	2,00
c) rebaixamento e colocação de guias, por metro linear	5,00
3 – Da liberação de bens apreendidos ou depositados	
a) de bens e mercadorias, por dia ou fração	25,00
b) de cães, por cabeça e por dia ou fração	15,00
c) e outros animais, por cabeça e por dia ou fração	20,00
4 – Transferência e averbação	20,00
5 – Habite-se	50,00
III – Tarifa de Cemitério (sendo fora da sede será cobrada pela metade da tarifa)	
1 – Inumação em sepultura rasa	
a) de adulto, por cinco anos	20,00
b) de menores, por três anos	10,00
c) de indigentes	Isento
2 – Inumação em carneiro	
a) de adulto, por cinco anos	50,00
b) de menores, por três anos	25,00

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

c) de adultos ou menores, perpétuas	20,00
3 – Prorrogação do prazo	
a) de sepultura rasa (adulto) por cinco anos	60,00
b) de sepultura rasa (menores) por três anos	30,00
c) de carneiro (adulto) por cinco anos	20,00
d) de carneiro (menores) por três anos	15,00
4 – Perpetuidade	
a) de sepultura rasa, por m²	300,00
b) de carneiro, por m²	400,00
c) jazigo (carneiro duplo) por m²	600,00
d) nicho	180,00
5 – Exumação	
a) após cinco anos	80,00
b) antes de cinco anos	120,00

Lei Municipal nº 028
(15 de dezembro de 1989)

Altera disposições da Lei Municipal nº 20/77 de 28/ 11/77, e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, no uso das atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criada a Unidade Fiscal do Município de Cantagalo – Ufican -, em substituição à Unidade de Referência – UR -, descrita no art. 210, para efeito da cobrança das Taxas de Serviços Urbanos, de Poder de Polícia e dos Preços Públicos.

Parágrafo único - O valor da Ufican, equivale ao da Uferj, Unidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Fica alterada a Base de Cálculo do Imposto Sobre Serviços, prevista no art. 34, para NCZ$ 2.000,00 (dois mil cruzados novos), quando os serviços forem prestados por profissionais autônomos.

Art. 3º - Ficam alteradas as alíquotas do Imposto Sobre Serviços descritas no art. 27, de acordo com a Tabela do Anexo I.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

II - Quando os serviços forem prestados sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será devido da seguinte maneira:

a) Profissionais de nível universitário	15% da BC
b) Profissionais de nível médio	7% da BC
c) Demais autônomos	3% da BC

Art. 4º - Ficam alteradas as alíquotas das Taxas de Serviços Urbanos, descritas nos art. 60, art. 65, art. 70 e art. 75, respectivamente.

§ 1º - Coleta de lixo, será calculada em função da utilização e da área edificada do imóvel, de acordo com a Tabela do Anexo VIII:

a) Unidades Residenciais	0,3% da UF
b) Comercio/Serviço	0,5% da UF
c) Industrial	0,2% da UF
d) Agropecuária	0,1% da UF

§ 2º - Limpeza Pública, será calculada por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço – 2% da UF.

§ 3º - Conservação de Calçamento, será calculada por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço – 1,5% da UF.

§ 4º - Iluminação Pública, será calculada por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço – 1,5% da UF.

Art. 5º - Ficam alteradas as alíquotas das Taxas de Licença, previstas nos art. 89, art. 95, art. 101, art. 106, art.112 e art. 117, de acordo com as Tabelas dos Anexos II ao VII.

Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1990, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 1989.

Geraldo Pires Guimarães
Prefeito

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

LEI Nº 027/88
(06 de dezembro de 1988)

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: INSTITUI O IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTILO ÚNICO
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Artigo 1º - Fica instituído o imposto sobre transmissão de bens imóveis, mediante ato oneroso "intervivos", que tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física como definido no Código Civil;
II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Artigo 2º - A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;
II - dação em pagamento;
III - permuta;
IV - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;
V - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos previstos nos incisos III e IV do Artigo 3º;
VI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
VI - tornas ou reposições que ocorram:

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiros receber, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte ideal.

VIII - mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e venda;

IX - instituição de fideicomisso;

X - enfiteuse e subenfiteuse;

Xl - rendas expressamente constituídas sobre imóvel;

XII - concessão real de uso;

XIII - cessão de direitos de usufruto;

XIV - cessão de direitos ao usucapião;

XV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

XVI - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XVII - acessão física quando houver pagamento de indenização;

XVIII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XIX - qualquer ato judicial ou extrajudicial "intervivos" não especificado neste artigo, que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior.

§ 1º - Será devido novo imposto:

I - quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II - no pacto de melhor comprador;

III - na retrocessão;

IV - na retrovenda.

§ 2º - Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens situados fora do território do Município;

III - a transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO II
DAS IMUNIDADES E DA NÃO INCIDÊNCIA

Artigo 3º - O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:

I - o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal, os municípios e respectivas Autarquias e Fundações;

II - o adquirente for partido político, templo de qualquer culto instituição de educação e assistência social, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III - efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

IV - decorrentes de fusão, incorporação ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º - O disposto nos incisos III e IV deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2º - Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 02 (dois) anos seguintes à aquisição, decorrer de vendas administração ou cessão de direitos à aquisição de imóveis.

§ 3º - Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

§ 4º - As instituições de educação e assistência social deverão observar, ainda, os seguintes requisitos:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado;

II - aplicarem integralmente no pais os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

III - manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidade capazes de assegurar perfeita exatidão.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

SEÇÃO III
DAS ISENÇÕES

Artigo 4º - São isentos do imposto:

I - a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado da nua-propriedade;

II - a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;

III - a transmissão em que o alienante seja o Poder Público;

IV - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;

V - a transmissão de gleba rural de área não excedente a vinte e cinco hectares, que se destine ao cultivo pelo proprietário e sua família, não possuindo este, outro imóvel no Município;

VI - a transmissão decorrente de investidura;

VII - a transmissão decorrente da execução de plano de habitação para população de baixa renda, patrocinado ou executado por órgão público ou seus agentes;

VIII - as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

SEÇÃO IV
DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Artigo 5º - O imposto é devido pelo adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

Artigo 6º - Nas transmissões que se efetuaram sem o pagamento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis, por esse pagamento, o transmitente e o cedente, conforme o caso.

SEÇÃO V
DA BASE DE CÁLCULO

Artigo 7º - A base de cálculo do imposto é o valor pactuado n o negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pelo Município, se este for maior.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

§ 1º - Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

§ 2º - Nas tornas ou reposições, a base de cálculo será o valor da fração ideal.

§ 3º - Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% do valor venal do bem imóvel ou do direito transmitido, se maior.

§ 4º - Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio ou 30% do valor venal do imóvel, se maior.

§ 5º - Na concessão real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 6º - No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 70% do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 7º - No caso de adesão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou o valor da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

§ 8º - Quando a fixação do valor venal do bem imóvel ou direito transmitido tiver por base o valor da terra nua, estabelecido pelo Órgão Federal competente, poderá o Município atualizá-lo monetariamente.

§ 9º - A impugnação do valor fixado como base de cálculo do imposto será endereçada à repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada de laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido.

SEÇÃO VI
DAS ALÍQUOTAS

Artigo 8º - O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

I - transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação, em relação à parcela financiada - 0,5% (meio por cento);

II - demais transmissões - 2% (dois por cento).

SEÇÃO VII
DO PAGAMENTO

Artigo 9º - O imposto será pago até a data do fato translativo exceto nos seguintes casos:

I - na transferência de imóvel a pessoa jurídica ou desta para seus sócios ou acionistas ou respectivos sucessores, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da assembleia ou da escritura em que tiverem lugar aqueles atos;

II - na arrematação ou na adjudicação em praça ou leilão, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o auto ou deferida a adjudicação, ainda que exista recurso pendente;

III - na acessão física até a data do pagamento da indenização;

IV - nas tornas ou reposições e nos demais atos judiciais, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sentença que reconhecer o direito, ainda que exista recurso pendente.

Artigo 10 - Nas promessas ou compromissos de compra e venda é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qualquer tempo, desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do imóvel.

§ 1º - Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo de valor, verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º - Verificada a redução do valor, não se restituirá a diferença do imposto correspondente.

§ 3º - Não se restituirá o imposto pago:

I - quando houver subsequente cessão da promessa ou compromisso, ou quando qualquer das partes exercer o direito de arrependimento, não sendo, em consequência, lavrada a escritura;

II - àquele que venha a perder o imóvel em virtude de pacto de retrovenda.

Artigo 11 - O imposto, uma vez pago, será restituído nos casos de:

I - anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II - nulidade do ato jurídico;

III - rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no artigo 1.136 do Código Civil.

Artigo 12 - A guia para pagamento do imposto será emitida pelo órgão municipal competente, conforme dispuser regulamento.

SEÇÃO VIII
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Artigo 13 - O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição competente da Prefeitura, as informações e os documentos necessários ao lançamento do imposto conforme estabelecido em regulamento.

Artigo 14 - Os tabeliães e escrivães não poderão lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais, sem que o imposto devido tenha sido pago.

Artigo 15 - Os tabeliães e Escrivães transcreverão a guia de recolhimento do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais que lavrarem.

Artigo 16 - Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto, são obrigados a apresentar seu título à repartição fiscalizadora do tributo dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que for lavrado o contrato, carta de adjudicação ou de arrematação, ou qualquer outro título representativo da transferência do bem ou direito.

SEÇÃO IX
DAS PENALIDADES

Artigo 17 - O adquirente de imóvel ou direito que não apresentar o seu título à repartição fiscalizadora, no prazo legal, fica sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto.

Artigo 18 - O não pagamento do imposto nos prazos fixados nesta Lei sujeita o infrator à multa correspondente a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Artigo 19 - A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto, sujeitará o contribuinte à multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto sonegado.

Parágrafo único - Igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou declaração e seja conivente ou auxiliar de inexatidão ou omissão praticada.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 20 - O Prefeito expedirá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o regulamento da presente Lei.

Artigo 21 - O crédito tributário não liquidado na época própria fica sujeito à atualização monetária.

Artigo 22 - Aplicam-se no que couber, os princípios, normas e demais disposições da Legislação Tributária Municipal relativas a administração tributária.

Artigo 23 - Esta Lei Municipal entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de dezembro de 1988.

Nilo Guzzo
Prefeito

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

LEI Nº 02/67
(23 de janeiro de 1967)

Regulamenta o aforamento de terrenos foreiros à Municipalidade e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cantagalo Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO
DOS TERRENOS FOREIROS À MUNICIPALIDADE
CAPÍTULO I
DO AFORAMENTO

Artigo 1º - Esta lei regulamenta o aforamento de terrenos foreiros à Municipalidade, obedecendo o que dispõe o Artigo 678 do Código Civil Brasileiro, tratando da enfiteuse, o direito real de posse, uso e gozo pleno da coisa alheia, que o titular pode alienar e transmitir hereditariamente, com a obrigação de pagar uma pensão anual – o foro – ao senhorio direto.

Artigo 2º - São as seguintes as condições para o aforamento de terrenos foreiros à Municipalidade de Cantagalo, em hasta pública:

I - O aforamento será concedido ao licitante que oferecer o maior lance pelo domínio útil do terreno, acima da avaliação judicial, digo, oficial, que prevalecerá como taxa de preferência;

II - O aforamento é perpétuo e passará aos herdeiros do foreiro, obedecidas as formalidades legais;

III - Uma vez justo e contratado, o aforamento será registrado em livro próprio, sendo o foro calculado de acordo com a lei, proporcional ao preço obtido em haste pública;

IV - Obriga-se a Prefeitura a fornecer, através do órgão competente, ao foreiro ou contratante, a indispensável Carta de Aforamento, que deverá ser transcrita no Registro de Imóveis;

V - Os deveres que sujeitam o foreiro para com o senhorio direto, serão claramente mencionados no alvará e na carta de aforamento.

Parágrafo único - Os ocupantes de terreno s foreiros onde existam construções, cujos títulos de propriedade ainda não tenham sido concedidos, poderão requerer o aforamento independente de hasta pública, desde que a área a ser aforada não ultrapasse de trezentos metros quadrados (300 m²).

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Artigo 3º - Também estão sujeitos a foros e laudêmios, os terrenos municipais ocupados indevidamente, cobrando a Prefeitura sobre eles o que determina a presente lei.

§ 1º - Serão considerados como ocupados indevidamente, os terrenos integralmente ocupados, como os excessos de testada ou de área, além dos que constem do título de aforamento.

§ 2º - Constatada a situação irregular do ocupante, será este intimado a regularizá-la dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 3º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior e não regularizada a sua situação, a Prefeitura determinará providências sobre a enfiteuse dos terrenos referidos.

Artigo 4º - A Prefeitura, caso existam benfeitorias que pela sua natureza se achem incorporadas ao solo, procederá a avaliação das mesmas, com assistência da parte interessada ou de seu representante legal, depois do que, serão vendidas em concorrência pública, juntamente com a preferência ao aforamento.

§ 1º - Procedida a avaliação, dela será lavrado um termo, do qual constará a descrição minuciosa das benfeitorias com os respectivos valores que lhes forem atribuídos.

§ 2º - Uma vez cientificado o interessado da avaliação, terá ele obrigação de comparecer à mesma, não ficando a avaliação invalidada sem a sua presença.

§ 3º - Presente ou não à avaliação, o interessado terá o prazo de 08 (oito) dias para manifestar-se a respeito do preço arbitrado à benfeitoria.

§ 4º - Se o interessado apresenta r reclamação dentro do prazo a que se refere o parágrafo 3º deste artigo, será a mesma apreciada dentro dos motivos alegados, mantendo-se ou não o valor arbitrado.

§ 5º - Considerar-se-á de pleno acordo o interessado que, dentro do prazo estabelecido, não oferecer reclamação sobre a diligência realizada.

Artigo 5º - O interessado tem direito a ser ressarcido das benfeitorias, o que lhe será feito, de acordo com o preço obtido em concorrência, deduzidas as seguintes despesas efetuadas:

Parágrafo único - Tem-se como despesas no caso previsto por este capítulo, as que se referem a diárias do pessoal incumbido da avaliação, bem como de seu transporte, calculadas por arbitragem, de conformidade com a legislação vigente.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

CAPÍTULO II
DA LICENÇA PARA VENDER

Artigo 6º - Para alienar ou transferir o domínio útil do terreno, o foreiro terá que solicitar da Prefeitura a respectiva licença, mediante requerimento instruído com a escritura e carta de aforamento.

Artigo 7º - Para as escrituras lavradas antes de 1.924 não será necessário ao foreiro, no caso previsto no artigo anterior, juntar carta de aforamento.

Artigo 8º - Toda vez que houver desmembramento, o foreiro que desejar conservar parte do terreno, ficará sujeito às medidas estabelecidas para a lavratura de novo registro e carta de aforamento, de acordo com a Lei.

Artigo 9º - Sempre que a parte a ser alienada ou transferida for inferior ao constante da carta ou escritura, o foreiro será obrigado a juntar um croqui de todo o terreno constante da escritura, como também, o nome dos confrontantes, salvo em se tratando de terrenos loteados com planta aprovada.

Artigo 10 - O Alvará de Licença, extraído por ocasião do pagamento do laudêmio, discriminará os deveres e obrigações dos foreiros p ara com o senhorio direto, os quais serão transcritos nas escrituras, ficando o interessado sujeito ao pagamento de 1,5 % (um e meio por cento) sobre o valor da transação.

Artigo 11 - Os limites atuais do imóvel, os nomes antigos e atuais de ruas e outros elementos de identificação do mesmo, deverão consta r dos requerimentos, termos e cartas referentes à transação.

Artigo 12 - Quando houver desmembramento por cessão de terreno, para fins de utilidade pública, sem ônus para a Prefeitura, os foros serão os mesmos proporcionalmente, enquanto em poder do foreiro ou herdeiros.

Artigo 13 - A falta do competente alvará de licença da Prefeitura, sujeitará as escrituras que forem lavradas sem obediência deste dispositivo, quanto a transferência de adjudicação, de retificação de área de terrenos foreiros, a multa correspondente ao valor de 10% (dez por cento) sobre o salário mínimo vigente na região, a qual será aplicada ao tabelião, que também arcará com a responsabilidade do pagamento do prêmio devido, acrescido de 20% (vinte por cento).

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

CAPÍTULO III
DAS TRANSFERÊNCIAS

Artigo 14 - A Prefeitura tem o direito de opção, pelo que, o foreiro requerente vender, alienar ou transferir o terreno aforado, não o pode rá fazer sem requerer a senhoria direta, para que ela, no prazo de 30 (trinta) dias, se pronuncie sobre aquele direito, levando-se em consideração o mesmo preço e as mesmas condições a que o foreiro fizer jus.

Artigo 15º - Sempre que se realizar a transferência de domínio útil do terreno aforado, por venda, incorporação ou dação em pagamento, a Prefeitura terá o direito de receber do alienante o laudêmio respectivo, ficando, no entanto, isentas do laudêmio previsto, as transferências por sucessão hereditária e doação.

Parágrafo único - As transferências por sucessão hereditária e doação que apresentem diferenças entre si, sujeitam esta diferença ao laudêmio.

Artigo 16 - São as seguintes as regras a que se sujeita a transferência dos terrenos municipais:

I - se a transferência abranger todo o prazo ou couber a herdeiros naturais do foreiro, o contrato passará nas mesmas condições ao mesmo foreiro;

II - se houver desmembramento, cada porção será objeto de novo aforamento.

Artigo 17 - A cada terreno aforado, desmembrado ou transferido, será fornecida uma carta de aforamento.

CAPÍTULO IV
DO CONDOMÍNIO

Artigo 18 - Quando, em virtude de transferência por qualquer motivo, o prazo vier a pertencer a diversas pessoas, estas elegerão dentre eles um cabecel.

Artigo 19 - Quando se verificar a transferência de um quinhão, esta não modifica o condomínio, ficando sujeito, sem quebra de prazo, a novo registro e a averbação só recairá sobre o novo condômino.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

§ 1º - Se os interessados não providenciarem a escolha de um cabecel, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, que é o estipulado para a averbação do condomínio, o senhorio direto terá o direito de proceder à escolha do mesmo.

§ 2º - Realizada a escolha, as ações do senhorio contra o foreiro serão propostas ao cabecel, ficando assegurado a este o direito de haver dos outros as respectivas cotas.

Artigo 20 - Importa em desmembramento do terreno, as divisões feitas depois de sua transferência, ficando a Prefeitura com o direito d e proceder à cobrança de novos foros, com averbação de ofício, se os foreiros intimados não providenciarem a averbação dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO V
DA AVERBAÇÃO

Artigo 21 - Após transcrição da escritura no Registro de Imóveis, deverá o interessado promover a sua transferência na Prefeitura, tendo, para tanto, prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da transcrição, sob pena de multa de acordo com o Código Tributário do Município.

Parágrafo único - Caso seja do interesse da Fazenda Pública, poderá a autoridade municipal competente proceder a transferência de ofício, no ato da concessão do Alvará e do pagamento do laudêmio, sendo devolvido os tributos pagos se a transferência não vier a se efetivar.

CAPÍTULO VI
DO LOTEAMENTO

Artigo 22 - É permitido a venda de terrenos em lotes, o que será autorizado pela Prefeitura, depois de aprovada a planta respectiva e obedecidas as exigências legais.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

CAPÍTULO VII
DO COMISSO

Artigo 23 - Os foros deverão ser pagos anualmente e o foreiro que deixar de cumprir com esta obrigação durante 03 (três) anos consecutivos, ou alienar parte do prazo sem a devida autorização do senhorio, fica sujeito ao comisso, que será declarada em ato expresso do Prefeito.

§ 1º - Se a municipalidade achar conveniente não processar o comisso, poderá o foreiro requerer à Prefeitura uma nova avaliação do terreno em questão, a fim de receber nova carta de aforamento.

§ 2º - No caso previsto no Parágrafo anterior, estará o foreiro sujeito aos foros que a nova avaliação estipular, bem como às demais taxas que a transação exigir, não podendo, no entanto, receber a nova carta de aforamento sem se quitar primeiro pela dívida de foros em atraso.

§ 3º - No que se refere a enfiteuse o domínio da Municipalidade é pleno e, no caso de comisso, tal domínio se consolida por imediata imissão de posse, independente de ação judicial.

Artigo 24 - No cálculo do laudêmio, que é ônus real, ficam incluídos o valor da venda do terreno e o valor das benfeitorias que a ele estiverem incorporadas.

Artigo 25 - O laudêmio será de 2,5% (dois e meio por cento), caso não haja declaração expressa ao contrário.

Parágrafo único - Nas cartas de aforamento de terrenos foreiros constará expressamente que o laudêmio será de 2,5% (dois e meio por cento).

Artigo 26 - A exigência do laudêmio recai em toda a transferência operada, qualquer que seja a sua forma ou modalidade, incluindo-se nesta exigência, a procuração em causa própria e subestabelecimento.

CAPÍTULO VIII
DOS FOROS

Artigo 27 - O foro será pago anualmente e é perpétuo e invariável, em nome do foreiro ou de seus herdeiros, desde que não haja desmembramento.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Parágrafo único - No caso de desmembramento, cada porção ficará igualmente sujeita a foros na medida da tabela discriminativa de cobrança.

Artigo 28 - A tabela base para cobrança de foros é a seguinte:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	1º DISTRITO	DEMAIS DISTRITOS
1	Terreno medindo até 500 m²	Cr$ 100	Cr$ 50
2	De 500 m2 a 1.000 m²	Cr$ 200	Cr$ 100
3	De 1.000 m2 a 10.000 m²	Cr$ 400	Cr$ 200
4	Além de 10.000 m², por cada 1.000 m² ou fração	Cr$ 100	Cr$ 50

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 29 - Pelas dívidas de foros, laudêmios e outras quaisquer de interesse do Patrimônio Municipal, respondem as benfeitorias incorporadas aos terrenos foreiros.

Parágrafo único - Respondem os sucessores pela dívida dos antecessores.

Artigo 30 - Pertencem à Municipalidade as águas, pedreiras e caieiras existentes em terrenos foreiros, cabendo aos foreiros, ou a quem a lei conferir o domínio útil dos mesmos, dispor delas somente para as necessidades de uso e gozo.

Artigo 31 - A exploração de águas, pedreiras e caieiras, para qualquer fim, é proibida, a não ser que para tanto haja licença expressa do poder competente e de acordo com as posturas municipais.

Artigo 32 - Os proprietários de terrenos foreiros são obrigados a reservar 24 (vinte e quatro) metros em quadra, nas nascentes naturais, não podendo danificar a vegetação por qualquer modo, nem fazer qualquer obra nos limites indicados.

Parágrafo único - Os terrenos alodiais, cujas águas sirvam para consumo da Cidade ou das Vilas e Povoados, obrigam seus proprietários ao que determina este artigo.

Artigo 33 - Todas as obras e benfeitorias feitas em terrenos da municipalidade obrigam seus proprietários à sua demolição ou à sua remoção, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura, sem direito à indenização.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Artigo 34 - O alvará para a transferência do domínio aos foreiros será concedido pela Prefeitura, que assim o fará se os interessados estiverem quites de todos os impostos e taxas que vinculem o imóvel e as benfeitorias nele existentes.

Artigo 35 - O foro é o da Comarca onde se acha firmado o terreno foreiro, mesmo que este resida em outra jurisdição.

Artigo 36 - Os foros serão cobrados anual mente, juntamente com a primeira parcela do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Artigo 37 - No que se lhe aplicar, serão obedecidos os dispositivos da parte geral do Código Tributário do Município e o Código de Posturas do Município.

Artigo 38 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, expressamente, o Título III – Da Receita Patrimonial – do artigo 85 ao 128 da Resolução n.º 33/55, de 15 de setembro de 1.955, e o artigo 278 – Título XII – da Resolução n.º 32/63, de 26 de novembro de 1.963.

Prefeitura Municipal de Cantagalo, em 23 de janeiro de 1.967

Henrique Luiz Frauches
Prefeito

DECRETO N.º 10/89
(28 de fevereiro de 1989)

Regulamenta a cobrança do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Artigo 20º da Lei nº 027/88, de 06 de dezembro de 1988.

DECRETA:

SEÇÃO I
DO LANÇAMENTO DO IMPOSTO

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Artigo 1º - O lançamento do imposto sobre a transmissão de bens imóveis será realizado pelo órgão competente da Secretaria Municipal de Fazenda, tendo em vista as informações prestadas pelo contribuinte complementadas pelos:

I - Dados do cadastro imobiliário fiscal, para os imóveis situados na área urbana;
II - Dados da repartição Federal competente, para os imóveis situados na zona rural.

Artigo 2º - Em caso de inconsistência da informação ou de constatação de declaração de valores abaixo do mercado, a autoridade competente poderá determinar a avaliação do imóvel objeto da transmissão, servindo o valor apurado com a base de cálculo do imposto.

Artigo 3º - A guia para pagamento do imposto será emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda e fará remissão aos dispositivos da Lei instituidora do imposto, caracterizando o fato gerador, a base de cálculo, a alíquota aplicável, a data limite para pagamento ou dispositivo que se refira à não incidência, isenção ou imunidade.

SEÇÃO II
DO PAGAMENTO E DO CONTROLE DA ARRECADAÇÃO

Artigo 4º - O Pagamento deverá ser efetuado na Tesouraria da Prefeitura ou na rede bancária autorizada.
Artigo 5º - A repartição lançadora encaminhará ao órgão controlador da arrecadação, cópia da guia de lançamento para baixa no pagamento, quando da efetivação deste.
Artigo 6º - Esgotado o prazo para pagamento o órgão encarregado do controle da arrecadação encaminhará intimação ao contribuinte para que faça prova do pagamento do imposto.

Parágrafo único - O não atendimento da intimação no prazo nela fixado, implicará na aplicação da multa prevista em Lei e a inscrição do débito em dívida ativa.

Artigo 7º - A guia de pagamento autenticada pelos bancos autorizados ou pela Tesouraria da Prefeitura é documento hábil para mudanças que se fizerem necessárias na ficha cadastral do imóvel, se este estiver localizado na zona urbana, independentemente de requerimento do contribuinte.

SEÇÃO III
DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO

Artigo 8º - O imposto, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

I - Anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II - Nulidade do ato jurídico;

III - Rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no Artigo 1.136 do Código Civil.

Artigo 9º - Na ocorrência da hipótese prevista no Artigo anterior, o contribuinte deverá requerer a devolução anexando ao pedido:

I - Nos casos dos incisos I e II, cópia da sentença judicial;

II - No caso do inciso III, cópia da rescisão contratual lavrada em Cartório.

SEÇÃO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 10 - O Secretário Municipal de Fazenda baixa rá instruções complementares ao presente Decreto.

Artigo 11 - Este Decreto entrará em vigor na data d e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de fevereiro de 1989

Geraldo Pires Guimarães
Prefeito

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

PORTARIA Nº 01/89 – SMF
(28 de fevereiro de 1989)

Aprova a Guia de Lançamento e Pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.

O Secretário Municipal de Fazenda, tendo em vista o disposto no Artigo 10º do Decreto n.º 10/89 que regulamenta o Lançamento e Cobrança do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis.

RESOLVE:

Artigo 1º - A emissão de Guia de lançamento e Pagamento do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis será preenchida pelo Serviço de Administração Tributária – SAT, de acordo com as seguintes instruções:

1 – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES
1.1. ADQUIRENTE

Preencher com nome completo do comprador, donatário, adjudicado, cessionário, arrematante, outorgado, etc. No caso de mais de um adquirente, nominar o responsável acrescido da expressão "e outros".

1.2. CGC/CPF

Preencher, conforme o caso, com o número do Cadastro Geral de Contribuintes-CGC ou do Cadastro de Pessoa Física – CPF, do adquirente.

1.3. TRANSMITENTE/CEDENTE

Preencher com o nome completo do vendedor, doador, outorgante, cedente, etc., em se tratando de transmitente, ou com o nome completo do adquirente anterior que, não tendo lavrado a escritura definitiva cede a terceiro os seus direitos aquisitivos. No caso de mais de um transmitente/cedente, nominar o responsável acrescido da expressão "e outros".

1.4. CGC/CPF

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Preencher, conforme o caso, com o número do Cadastro Geral de Contribuintes – CGC - ou do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF -, do transmitente/cedente.

2. ENDEREÇO DO ADQUIRENTE

2.1. LOGRADOURO

Preencher com o nome da Rua, Avenida, Praça, Travessa, estrada.

2.2. NÚMERO

Preencher com o número do imóvel no logradouro.

2.3. COMPLEMENTO

Preencher com o número do apartamento, loja, cobertura, sala, bloco, conjunto que complemente o número do imóvel.

2.4. CIDADE, BAIRRO OU DISTRITO

Preencher com o nome da cidade em que reside o adquirente, se este residir em outro Município; com o nome do bairro ou distrito se for residente neste Município.

2.5. CEP

Preencher com o número do Código de Endereçamento Postal do logradouro, cidade ou distrito.

2.6. TELEFONE

Preencher com o n.º do telefone do adquirente ou qualquer outro que sirva de contato com o adquirente.

3 – LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

3.1. Preencher com o nome do logradouro (rua, avenida, praça, travessa, estrada, etc.), o número do logradouro e seu complemento, o nome do bairro, etc. Se for imóvel situado na zona rural, especificar as informações que possam identificar a localização do imóvel. Se o espaço for insuficiente, utilizar o quadro INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, ou anexar uma folha suplementar, fazendo referência ao número da Guia.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

3.2. ZONA

Preencher com um X a quadrícula, segundo a localização do imóvel, se na zona urbana ou na zona rural.

3.3. INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

Preencher com o número da inscrição imobiliária no cadastro do Município ou cadastro da repartição federal encarregada da cobrança do Imposto Territorial rural.

4 – ESPECIFICAÇÃO DO IMÓVEL

4.1. ÁREA

Preencher com os números que identifiquem as áreas do terreno e da respectiva construção, quando houver, seguido da respectiva unidade de medida (m², há, etc.). Se imóvel rural com utilização industrial, comercial ou ambas, preencher a área da construção com o somatório das áreas referentes à moradia e aos estabelecimentos nela existentes.

4.2. FRAÇÃO IDEAL

Preencher com o número ou fração que identifica a parte da área do terreno que está sendo transacionada. Somente preencher no caso de unidade em condomínio.

4.3. IDADE

Preencher com a idade da construção, em anos. Em se tratando de imóvel rural (chácara, sítio de recreio ou fazenda) não preenche r este campo, mesmo se houver construção.

4.4. UTILIZAÇÃO

Colocar X na quadrícula que identifica a utilização que é dada ao imóvel. Caso não haja utilização, assinalar a quadrícula “VAGO”. Caso haja mais de uma utilização para a construção, assinalar as quadrículas que as identifiquem.

5 – ESPECIFICAÇÃO DA TRANSAÇÃO

5.1. NATUREZA

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Preencher com a natureza da transação (compra e venda, promessa de venda, cessão, dação em pagamento, arrematação, adjudicação, torna, fideicomisso, etc.).

5.2 VALOR DECLARADO

Preencher com o valor pactuado entre as partes ou valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, preço pago nos casos de leilão ou adjudicação administrativa, valor da fração ideal ou do negócio jurídico.

5.3. VALOR VENAL

Preenchido pelo órgão municipal competente.

5.4. DOCUMENTO LEGAL

Colocar X na quadrícula SIM ou NÃO, conforme existir ou não documento relativo à transação.

5.5. CARTÓRIO

Informar o Ofício onde foi lavrado o documento. Se não existir documento, deixar em branco.

5.6. DATA

Informar a data em que foi lavrado o documento relativo à transação. Se não existir, deixar em branco.

5.7. LIVRO

Informar o número do livro em que foi lavrado o documento relativo à transação. Se não existir, deixar em branco.

5.8. FOLHAS

Informar o número da folha do livro em qu e foi lavrado o documento. Se não existir, deixar em branco.

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Artigo 2º - O espaço relativo ao lançamento do imposto se destina a determinar o valor da base de cálculo, a alíquota aplicável, a data em que foi feito o lançamento e a data derradeira para pagamento.

§ 1º - O pagamento efetuado após a data limite sofrerá os acréscimos legais.

§ 2º - No espaço próprio deverá ser feita anotação do dispositivo da Lei, utilizado para fixação da base de cálculo.

Artigo 3º - O servidor que efetuar o lançamento do imposto, bem como o que tiver feito a conferência do cálculo, deverá apor sua assinatura e carimbo no espaço próprio da Guia.

Artigo 4º - A Guia de lançamento será em 04 (quatro) vias, em cores diferentes, com a seguinte destinação:

a) A primeira via será entregue ao contribuinte par a recolhimento do tributo;
b) A segunda via ficará em pasta própria no Serviço de Administração Tributária, em ordem de data;
c) A terceira via será encaminhada à fiscalização d e rendas municipal;
d) A quarta via será encaminhada à contabilidade.

§ 1º - O servidor que fizer a entrega da Guia ao contribuinte ou seu representante legal, colherá a assinatura de um ou do outro no verso da Guia, anotando o número do documento de identidade e a data da entrega.
§ 2º - A primeira via é recibo do contribuinte.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigo r na data de sua publicação.

Joaquim Maurício de Souza Carvalho
Secretário Municipal de Fazenda

PREFEITURA Municipal de Cantagalo
Mais Trabalho, Novas Conquistas
Tels.: (22) 2555-4204 – Ramal 212
E-mail: fazenda@cantagalo.rj.gov.br
www.cantagalo.rj.gov.br

Alíquota de ISS para micro empresa e empresa de pequeno porte

Em resposta a solicitação encaminhada pelo Sr. Pablo, do setor de tributos da Prefeitura Municipal de Cantagalo-RJ, venho por meio desta, colocar o que foi solicitado e mostrar o que será feito no sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, além de levantar alguns questionamentos.

A a Lei 702/2005, estabelece um novo valor de receita bruta anual e as alíquotas de ISS para as micro empresas e empresas de pequeno porte, **tabela 1**.

Para resolver este item da Lei vamos criar uma opção, onde o usuário poderá enquadrar cada empresa a faixa correspondente, logo o a alíquota do ISS será aplicada conforme descrito na **tabela 1**.

Problema que isso vai gerar:

todo ano terá que ser feito o enquadramento para cada empresa se o faturamento da mesma não for oriundo apenas de serviço.

Caso a empresa seja optante do Simples Nacional, qual a alíquota que esta empresa vai declarar no sistema de declaração do simples nacional – DAS, visto que as alíquotas do Simples Nacional, conforme **tabela 2**, são totalmente distintas as do município?

O que foi feito no sistema para atender, porque entendi desta forma, foi liberar a alíquota da NFS-e, para quem é optante do simples nacional e está enquadrado como micro empresa ou empresa de pequeno porte.

Micro empresa	1	até 565	até R$ 53.957,50	0,00%
	2	acima de 565 até 1.130	acima de R$ 53.957,50 até R$ 108.010,50	0,50%
	3	acima de 1.130 até 1.695	acima de R$ 108.010,50 até R$ 161.968,00	1,00%
	4	acima de 1.695 até 2.260	acima de R$ 161.968,00 até R$ 215.925,50	1,50%
Empresa de Pequeno Porte	5	acima de 2.260 até 2.888	acima de R$ 215.925,50 até R$ 275.804,00	2,00%
	6	acima de 2.888 até 3.515	acima de R$ 275.804,00 até R$ 335.682,50	2,50%
	7	acima de 3.515 até 4.280	acima de R$ 335.682,50 até R$ 408.740,00	3,00%

Figura 1 - tabela de faixa e alíquota de iss de Cantagalo-RJ

Tabela do anexo III e IV

Receita Bruta em 12 meses (em R$)	ISS %
Até 120.000,00	2,00
De 120.000,01 a 240.000,00	2,79
De 240.000,01 a 360.000,00	3,50
De 360.000,01 a 480.000,00	3,84
De 480.000,01 a 600.000,00	3,87
De 600.000,01 a 720.000,00	4,23
De 720.000,01 a 840.000,00	4,26
De 840.000,01 a 960.000,00	4,31
De 960.000,01 a 1.080.000,00	4,61
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	4,65
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	5,00
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	5,00
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	5,00
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	5,00
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	5,00
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	5,00
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	5,00
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	5,00
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	5,00
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	5,00

Figura 2 - tabla de alíquota de iss do Simples Nacional

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

PUBLICADO

Jornal: DOE

Edição: 374 PG: 465

Data 11/10/19 a / /

Rúbrica

LEI Nº1.499/2019

ALTERA A LEI MUNICIPAL 20/77, CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, ACRESCENDO O ART. 6-A EM SUA REDAÇÃO QUE PREVÊ ISENÇÃO TEMPORÁRIA DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criado o art. 6-A na Lei Municipal 20/77 e passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6- A: Os loteamentos e condomínios residenciais, comerciais ou industriais localizados em áreas de expansão urbana e em área urbanizáveis gozarão de isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano por até 05 (cinco) exercícios a contar da respectiva aprovação pelo Município de Cantagalo.

Parágrafo Único: A isenção prevista no caput é improrrogável e deverá ser cessada antes do prazo previsto pelo Poder Executivo Municipal nos seguintes casos:

I- Quando ocorrer a venda, cessão, alienação ou qualquer outra modalidade de transferência da unidade para terceiros, ficando o responsável pelo empreendimento obrigado a comunicar a transferência ao Município de Cantagalo, sob pena de multa de 02 UFICAN'S por mês de atraso na comunicação;

II- Ficar constatado que o responsável pelo empreendimento não cumpriu quaisquer das determinações legais para a sua constituição;

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de outubro de 2019.

JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Jornal O Popular
Edição 460 PG: 9 e 10
Data 02/03/18 a ___
Rúbrica

LEI Nº1.380/2018

Institui o diário oficial eletrônico do município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, estabelece normas para envio, publicação e divulgação de matérias dos órgãos da administração pública direta e indireta e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ -DOE, como meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos comunicação dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

§ 1° - O Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ – DOE de que trata esta Lei atende ao princípio da transparência e da publicidade de acordo com a Lei Complementar nº 131/2009 e será veiculado no sítio eletrônico www.cantagalo,rj.gov.br na rede mundial de computadores, podendo ser consultado por qualquer interessado, em qualquer lugar, com equipamento que permita acesso à internet, sem custos e independentemente de qualquer tipo de cadastramento.

§ 2° - O Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ - DOE, composto de 1 (um) caderno, será publicado diariamente, de segunda a sexta-feira, a partir das 16h (dezesseis horas), exceto nos feriados nacionais, estaduais e municipais que ocorram no Município de Cantagalo-RJ e nos dias em que, mediante divulgação, não houver expediente.

§ 3° - O formato, características, sequência de ordem, tiragem e arte gráfica final do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ - DOE, dentre outros aspectos, serão definidos pelo Poder Executivo, mediante Decreto, obedecidas as disposições desta Lei.

§ 4° - O Diário Oficial Eletrônico do Município fica a partir desta Lei, definido como imprensa oficial do Município, nos termos do art. 121-A, da Lei Orgânica Municipal.

§ 5º - O Diário Oficial Eletrônico do Município, hospedado nos sites www.cantagalo.rj.gov.br, atenderá o disposto no art. 21, inciso III da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei nº 8.987/95, Lei 10.520/2002, bem como as contas públicas municipais, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 9755/98, dentre outras normas aplicáveis à matéria.

Art. 2º- Na primeira página de cada edição, o Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ conterá obrigatoriamente:

I – o Brasão do Município;
II – o título "Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ -DOE";
III – a Lei de instituição do Diário Oficial do Município – DOE;
IV - a data, o número da edição e a citação numérica desta Lei.

Art. 3º- As publicações serão assinadas digitalmente atendendo aos requisitos da autenticidade, integralidade, validade jurídica e interoperabilidade de infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, ou outra norma que vier a substituí-la.

§ 1º - As publicações do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ – DOE de que trata esta Lei serão assinadas digitalmente com base em certificado emitido por autoridade certificadora credenciada.

§ 2º - As publicações a que se refere o "caput" deste artigo serão assinadas digitalmente e, incumbe ao Prefeito de Cantagalo-RJ a assinatura dos cadernos do Executivo ou por servidor formalmente designado pelo mesmo.

§ 3º - A data constante no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ – DOE corresponderá à data de sua disponibilização;

§ 4º - Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da divulgação do Diário Oficial Eletrônico nos portais da Prefeitura de Cantagalo-RJ;

§ 5º - A contagem dos prazos terá início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Art. 4º- Nos casos em que houver expressa disposição legal as publicações também serão feitas na imprensa oficial do Estado ou União, nos termos do art. 21, incisos I e II da Lei 8666/93.

§ 1° - Havendo publicação simultânea no Diário Oficial Eletrônico do Município, e na imprensa oficial do Estado ou da União, os prazos serão aferidos a partir da última publicação;

§ 2° - O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação;

Art. 5º- O Poder Executivo deverá, obrigatoriamente, manter arquivo permanente contendo todas as edições do Diário Oficial do Município de Cantagalo-RJ – DOE, referente as suas publicações, em formato impresso e meio eletrônico.

Art. 6º- Após a publicação no Diário Oficial do Município de Cantagalo-RJ-DOE, os documentos não poderão sofrer modificações ou suspensões.

Parágrafo único: Eventuais retificações deverão constar em nova publicação.

Art. 7º- A responsabilidade pelas publicações, pelo conteúdo remetido à publicação e pelas atualizações de informações incumbirá ao ente, unidade ou Poder que os produziu.

Art. 8º- No caso de impossibilidade de disponibilização do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ -DOE, ocasionado por incidentes de ordem pública, haverá invalidação da edição por ato do Secretário Municipal de Governo.

§ 1° - No caso previsto do "caput" deste artigo, os documentos serão publicados na edição subsequente;

§ 2° - Na hipótese de problemas técnicos não solucionados até as vinte e três horas, a publicação do dia não será efetivada e o fato será comunicado aos gestores do sistema para que providenciem o reagendamento das matérias;

§ 3° - Caso o Diário Oficial Eletrônico do Município do dia corrente se torne indisponível para consulta nos portais da Prefeitura de Cantagalo-RJ, entre 16h00min (dezesseis horas) e 23h59min (vinte e três horas e

cinquenta e nove minutos), por período superior a quatro horas, considerar-se-á como data de divulgação o primeiro dia útil subsequente;

§ 4º - Na hipótese do parágrafo anterior, e sendo necessário, o Secretário de Governo, baixará ato de invalidação e determinará nova data para divulgação das matérias.

Art. 9º- Serão mantidas nos portais para acesso público, consulta e download, as trinta últimas edições do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ.

§ 1º - O acesso e a consulta às edições anteriores somente serão possíveis mediante requerimento formulado diretamente aos gestores dos órgãos publicadores;

§ 2º - A Secretaria Municipal de Governo definirá os procedimentos para guarda e conservação dos diários, bem como para atendimento dos requerimentos de que trata o parágrafo anterior;

Art. 10- O Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo será diagramado e editorado com recursos de informática, identificado por numeração sequencial, a partir do 01 (zero um), para cada edição, pela data da publicação e pela numeração da página.

Art. 11- O Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ será administrado pela Secretaria Municipal de Governo com as seguintes atribuições:

I – registrar e manter atualizado o calendário dos feriados nacionais, estaduais e municipais;
II – incluir, alterar e excluir os gestores designados pelo Prefeito Municipal;
III – incluir, alterar ou excluir tipos de matérias utilizados no sistema.

Art. 12- Ao Secretário Municipal de Governo compete:

I – cadastrar os responsáveis por publicação;
II – incluir, alterar e excluir os responsáveis por publicação;
III – incluir, alterar e excluir do calendário os dias de feriados nacionais, estaduais e municipais.

Art. 13- Cada Secretaria Municipal e entidade da Administração Indireta designarão os seus encarregados de encaminharem o extrato de seus atos administrativos ao coordenador do DOE para a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ.

Art. 14- Aos publicadores compete:

I – enviar ao coordenador do DOE- Cantagalo os atos oficiais para publicação no Diário Oficial Eletrônico de Cantagalo até as 12 horas do dia agendado para a divulgação;
II – Solicitar a exclusão dos atos oficiais enviadas por seu órgão antes da efetiva divulgação;

Art. 15- A publicação de matérias no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo terá início no prazo de trinta dias contados a partir da publicação da presente lei, com a divulgação de atos administrativos.

Parágrafo Único: Caso haja qualquer problema para disponibilização das publicações no DOE do município no prazo acima estabelecido, as publicações ocorrerão na forma impressa até a implantação definitiva do diário eletrônico.

Art. 16- O conteúdo ou a duplicidade das matérias publicadas no Diário Oficial Eletrônico de Cantagalo é de responsabilidade exclusiva do órgão/secretaria que o produziu.

Art. 17- As matérias enviadas para publicação deverão obedecer aos padrões de formatação estabelecidos pela coordenação do Diário Oficial do Município de Cantagalo.

Parágrafo único - Nos casos em que se exija publicação de matérias com formatação fora dos padrões estabelecidos, essas deverão ser enviadas como anexos.

Art. 18- Após a publicação no Diário Oficial Eletrônico de Cantagalo-RJ, não poderão ocorrer modificações ou supressões nos documentos e eventuais retificações deverão constar de nova publicação.

Art. 19- Fica transformada 01(uma) vaga de Função Gratificada de Secretária de Gabinete, símbolo CAI-1, em Coordenador do Diário Oficial, símbolo CAI- 1, vinculado a Secretaria Municipal de Governo, com as seguintes atribuições:

I – Receber dos órgãos da administração direta e indireta os itens a serem publicados e efetuar as publicações diárias no DOE, com a devida formatação e diagramação;

II- Planejar e organizar o editorial a ser publicado;

III – A manutenção e o funcionamento dos sistemas e programas informatizados relativamente ao Diário Oficial Eletrônico;

IV – O suporte técnico e de atendimento aos usuários do sistema;

V – A guarda e conservação das cópias de segurança do Diário Oficial Eletrônico de Cantagalo-RJ.

Parágrafo único- A transformação da função gratificada que trata o caput não acarretará nenhum aumento de despesas, dispensando a apresentação de impacto financeiro e orçamentário, nos termos do art. 16, I, §3° da lei complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 20- Serão de guarda permanente, para fins de arquivamento, as publicações no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ.

Art. 21- Além dos atos oficiais e institucionais do Município de Cantagalo-RJ, havendo comprovado interesse público, a Secretaria Municipal de Governo poderá autorizar a publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cantagalo-RJ de programas, obras, serviços e campanhas da Administração Pública Municipal e demais atos que venham demandar publicidade de matéria legal e de interesse público.

Art. 22- Fica autorizado o Poder Executivo adotar as alterações orçamentárias necessárias para a consecução do objeto da presente lei.

Art. 23- Fica o Poder Executivo Municipal, com base nas legislações federal e estadual em vigor, autorizado a editar decretos para organizar o serviço de divulgação dos atos oficiais, regulamentar a publicidade governamental municipal e o funcionamento do Diário Oficial Eletrônico.

Art. 24- O Diário Oficial Eletrônico de que trata esta lei substituirá definitivamente a versão impressa, decorridos 30 (trinta) dias da data da publicação desta lei.

Parágrafo único: Caso haja qualquer problema técnico para a implantação do DOE do município no prazo acima estabelecido, as publicações ocorrerão na forma impressa até a implantação definitiva do diário eletrônico.

Art. 25- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de fevereiro de 2018.

JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA
Prefeito Municipal

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

PUBLICADO
Jornal Regus notícias
Edição 359 PG: 4 e 5
Data 13/06/16 a 14/06/16
Dep. Def. P. novos
Rúbrica

Cantagalo·RJ

LEI Nº1.311/2016.

Dá nova redação à Lista de Serviços e Alíquotas anexa à Lei nº 1.285/2015.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a presente Lei:

Art. 1º A Lista de Serviços e Alíquotas anexa à Lei Municipal n° 1.285/2015, de 08 de setembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações em virtude de diversos VETOS ocorridos por ocasião da sanção da Lei Complementar n° 116/2003, não observados por ocasião da composição da Lei Municipal:

I – O item 3 passa a vigorar com a seguinte redação:

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – (VETADO na Lei Complementar 116/20003).

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.....5%.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.....5%.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.....5%.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.....5%.

II – O item 7 passa a ter a seguinte redação:

7.14 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/203).

7.15 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/2003).

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.....2%.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.....3%.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.....5%.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.....5%.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.....5%.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.....3%.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.....5%.

III – O item 13 passa a vigorar da forma seguinte:

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/2003).

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.....5%.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.....5%.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.....5%.

13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.....5%.

IV – O item 15 passa a ter a seguinte redação:

15.03 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/2003)

V – O item 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

"17.07 – (VETADO na Lei Complementar n° 116/2003).

17.08 – Franquia (**franchising**).....5%.

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.....5%.

17.10 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.....5%.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).....5%.

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.....5%.

17.13 – Leilão e congêneres.....5%.

17.14 – Advocacia.....5%.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.....5%.

17.16 – Auditoria.....5%.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.....5%.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.....5%.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.....5%.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.....5%.

17.21 – Estatística.....5%.

17.22 – Cobrança em geral.....5%.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).....5%.

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.....5%.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a disposições em contrário e produzindo seus efeitos imediatamente.

Gabinete do prefeito, 02 de Junho de 2016.

Saulo Domingues Gouvêa
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

PUBLICADO
Jornal: Lagoa Notícias
Edição: 276 PG: 04
Data 27/11/15 a 28/11/15
Rubrica

Cantagalo-RJ
1814 - 2014

LEI N°1.293 /2015.

Altera o Artigo 18 e parágrafos da Lei Municipal n° 694/2005, de 12 de agosto de 2005, que trata do Procedimento Administrativo Fiscal, cria o Conselho Municipal de Contribuintes e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - O Artigo 18 Capitulo II, DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, SEÇÃO I, DA COMPETENCIA E COMPOSIÇÃO, da Lei Municipal 694/2005, de 12 de agosto de 2005 passa a ter a seguinte redação:

Art. 18 – Os membros titulares do Conselho e seus suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 01 (um) ano podendo ser reconduzidos por mais um mandato.

§ 1° - Na recondução, devem ser mantidos, obrigatoriamente, no exercício da função 2/3 dos membros do Conselho que tenham atuado no mandato anterior, respeitada a paridade.

§ 2° - Os membros do Conselho deverão, preferencialmente, serem portadores de título universitário e terem conhecimento de matéria tributária.

§ 3° - Os membros titulares e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito, mediante Decreto, sendo:

I – 03 (três) representantes, e respectivos suplentes, indicados pela Secretaria de Fazenda dentre os servidores ativos da Prefeitura de Cantagalo-RJ.

II – 02 (dois) representantes, e respectivos suplentes, da classe de contribuintes.

III – 01 (um) representante, e respectivo suplente, da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Cantagalo-RJ.

§ 4° - Os representantes de que tratam os incisos II e III deste artigo, tanto titulares como suplentes, são indicados por entidades representativas de classe, devendo ser consultadas, dentre outras, a ACIACAN, o Sindicato dos Contabilistas e a Ordem dos Advogados do Brasil – subseção Cantagalo-RJ.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de novembro de 2015.

SAULO DOMINGUES GOUVEA
Prefeito

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

PUBLICADO
Jornal Logus notícias
Edição 250 PG: 4 a 9
Data 25/09/15 a 26/09/15
Rspa def. P. Novaes
Rúbrica

Cantagalo-RJ 200 ANOS 1814 - 2014

LEI N°1.285/2015

ALTERA O CAPÍTULO III DA LEI N° 20/77 DE 28/11/1977, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR N° 116/2003 DE 31 DE JULHO DE 2003 E INSTITUI O "TÍTULO V", DOS INCENTIVOS FISCAIS.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a presente Lei:

Art. 1° - O Capitulo III da Lei Municipal n° 20/77, de 28 de novembro de 1977, passa a ter a seguinte redação:

CAPITULO III

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO

Art. 27. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1° O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2° Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3° O imposto de que trata esta Lei incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4° A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 28. O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos Sócios Administradores;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 29. O serviço considera–se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 122 desta Lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa; das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

V – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VI – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

VIII – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

IX – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

X – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XI – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIII – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XIV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XV – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVI – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XVII – do estabelecimento do tomador da mão–de–obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XVIII – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XIX – do porto, aeroporto, aeroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, considera–se ocorrido o fato gerador e devido neste Município, o imposto proporcionalmente à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o item 22 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, considera–se ocorrido o fato gerador e devido neste Município, o imposto proporcionalmente à extensão de rodovia nele explorada.

§ 3º Considera–se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 30. Considera–se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracteriza-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Parágrafo único. Configura–se unidade econômica ou profissional àquela em que exista a conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II – estrutura organizacional ou administrativa;

III – inscrição nos órgãos previdenciários;

IV – indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

Art. 31. A incidência do imposto independe:

I – da existência de estabelecimento fixo;

II – do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa ao prestador ou à prestação de serviços;

III – do fornecimento de material;

IV – do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação;

V – do caráter permanente ou eventual da prestação.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 32. O contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Art. 33. Fica responsável pelo crédito tributário, obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multas e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10,7.11, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16,7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista anexa.

Art. 34. Ficam responsáveis supletivamente pelo pagamento do imposto, qualificados como substitutos tributários, obrigados à retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I – em relação aos serviços que lhes forem prestados sem emissão obrigatória de Nota Fiscal:

a) as pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, tomadoras ou intermediárias de serviços;

b) as associações e fundações tomadoras ou intermediárias de serviços;

c) o proprietário do imóvel ou possuidor a qualquer título pela execução material de projeto de engenharia;

d) os condomínios residenciais ou comerciais;

II – em relação a quaisquer serviços que lhes sejam prestados, inclusive com emissão de Nota Fiscal:

a) as pessoas jurídicas beneficiadas por imunidade ou isenção tributária;

b) as entidades ou órgãos de administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

c) as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

d) as instituições financeiras;

e) as empresas de grande porte, conforme conceito da Legislação Federal ou Estadual;

f) as indústrias.

III – As empresas de construção civil, em relação aos serviços empreitados, e os empreiteiros da construção civil, em relação aos serviços subempreitados.

§ 1º Responde pela obrigação tributária, o contribuinte substituído que der causa à retenção e ao recolhimento do tributo em valor menor que o devido pelo substituto, quando:

I – omitir ou prestar declarações falsas;

II – falsificar ou alterar quaisquer documentos relativos à operação tributável;

III – seja–lhe concedida liminar em processo judicial que impeça a retenção do imposto na fonte, durante o período do impedimento.

SEÇÃO III

DA BASE DE CALCULO E DAS ALIQUOTAS

Art. 35. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Parágrafo único. Não se inclui na base de cálculo do imposto o valor das mercadorias produzidas fora do local da prestação do serviço e comercializadas pela contribuinte, para os serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei.

Art. 36. Considera–se preço do serviço, para efeito de cálculo do imposto, a receita bruta, recebida ou não, devida pela prestação de serviços.

§ 1° Constitui parte integrante do preço:

I – os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;

II – os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a prazo, sob qualquer modalidade;

III – o montante do imposto transferido ao tomador do serviço.

§ 2° Quando o pagamento do serviço se der mediante o fornecimento de serviços, mercadorias ou bens de qualquer natureza, o preço dos serviços será o preço corrente na praça.

Art. 37. A concessão de desconto, abatimento ou dedução não será levada em consideração no cálculo do preço de serviço, ressalvados o disposto no parágrafo único do art.130 desta Lei e os descontos concedidos incondicionalmente.

Art. 38. Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado pela aplicação da alíquota sobre uma base de cálculo estimada, conforme Tabela de Receita nº II, anexa a esta Lei.

§ 1° Para efeito de aplicação deste artigo, considera–se como forma de trabalho pessoal, sob a denominação de profissional autônomo:

I – o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realiza trabalho ou ocupação intelectual (científica, técnica ou artística), de nível superior ou a este equiparado, com objetivo de lucro ou remuneração;

II – o profissional não liberal compreendendo todo aquele que, embora não tenha diploma de nível superior, desenvolva atividade lucrativa de forma autônoma.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos profissionais autônomos que:

I – prestem serviços alheios ao exercício da profissão para a qual sejam habilitados;

II – utilizem mais de 02 (dois) empregados, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados;

III – não estejam cadastrados no Município como tal.

SUBSEÇÃO I

DA ESTIMATIVA DA BASE DE CÁLCULO

Art. 39. Nas prestações de serviços de difícil controle ou fiscalização, definidas em regulamento, a base de cálculo será estimada, conforme critérios estabelecidos em Ato do Poder Executivo.

Art. 40. Os critérios para aplicação do regime de estimativa da base de cálculo deverão ser publicados até o último dia útil do mês de setembro de cada exercício, para vigência nos exercícios seguintes.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo atualizará monetariamente os valores estimados, nos mesmos índices aplicados para atualização dos tributos.

Art. 41. Os sujeitos passivos abrangidos pelo regime de estimativa poderão impugnar os critérios estabelecidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados na data de publicação.

Parágrafo único. A Administração Tributária deverá analisar a impugnação e responde–lá em até 90 (noventa) dias, contados de sua interposição.

Art. 42. Poderá, o sujeito passivo alcançado pelo regime de estimativa, optar pelo regime normal de tributação, desde que:

I – peticione a opção em até 30 (trinta) dias, após a publicação dos critérios da estimativa;

II – Antes do recebimento do pagamento, quando tratar–se de retenção na fonte;

III – apresente, referente aos 2 (dois) anos anteriores e em quanto vigorar o regime de estimativa:

a) Livro Diário e Razão, revestidos das formalidades legais;

b) Documentos fiscais, revestidos das formalidades legais;

c) Documentos e extratos de movimentação financeira e bancária.

Art. 43. Poderá o Chefe do Poder Executivo dispensar a utilização e apresentação de livros contábeis e fiscais e a obrigatoriedade de emissão de notas fiscais para sujeitos passivos alcançados pelo regime de estimativa.

Art. 44. Fica, ainda, autorizado o Chefe do Poder Executivo a estabelecer critérios de estimativa da base de cálculo para as atividades de pequena expressão econômico-financeira ou de rudimentar organização.

SUBSEÇÃO II

DO ARBITRAMENTO DA BASE DE CALCULO

Art. 45. A base de cálculo do imposto será apurada mediante arbitramento quando:

I – o contribuinte não dispuser de elementos de contabilidade ou de qualquer outro dado que comprove a exatidão do montante da matéria tributável;

II – recusar–se o contribuinte a apresentar ao Preposto Fiscal os livros da escrita comercial ou fiscal e documentos outros indispensáveis à apuração da base de cálculo, ou não possuir os livros ou documentos fiscais, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização;

III – o exame dos elementos fiscais ou contábeis levar à convicção da existência de fraude ou indicio de sonegação;

IV – forem omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo.

§1° Na hipótese de arbitramento será obrigatória à lavratura de termo de fiscalização circunstanciado em que o Preposto Fiscal indicará, de modo claro e preciso, os critérios que adotou para arbitrar a base de cálculo do tributo, observado o disposto em Regulamento.

§2° Do imposto apurado com base na receita arbitrada, para cada período ou exercício, serão deduzidos os valores que já tenham sido objeto de lançamento e os efetivamente recolhidos.

SEÇÃO IV

DAS ALIQUOTAS

Art. 46. O imposto terá o seu cálculo efetuado de acordo com as alíquotas fixadas na Tabela anexa a esta Lei.

Art. 47. Na hipótese de serviço prestado por empresa enquadrável em mais de um dos itens a que se refere à Lista de Serviços, o imposto será calculado de acordo com as diversas incidências e alíquotas estabelecidas na Tabela, anexa a esta Lei.

Parágrafo único. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena do imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO

Art. 48. O lançamento será feito com base na declaração do contribuinte ou de ofício de acordo com critérios e normas previstos nesta Lei.

§ 1º A declaração é obrigatória, mesmo que não tenha ocorrido o fato gerador do imposto, com a devida anotação no documentário fiscal.

§ 2º Serão invalidadas as declarações irregularmente preenchidas, que contenham borrões, rasuras ou escritas de modo ilegível, que venham a prejudicar a análise do documento.

SEÇÃO VI

DO PAGAMENTO

Art. 49. O imposto será pago na forma e prazos estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 50. Consideram–se contribuintes distintos, para efeito de pagamento do imposto, os que, embora no mesmo local, com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes sujeitos passivos.

Art. 51. Considera–se devido o imposto dentro de cada mês, a partir da data:

a) da prestação do serviço;

b) da emissão de nota fiscal, nota fiscal fatura ou título de crédito que a dispense;

c) do recebimento do preço do serviço ou do aviso de crédito.

SEÇÃO VII

DO DOCUMENTO FISCAL

Art. 52. Os contribuintes do imposto ficam obrigados a manter em uso escrita fiscal, destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.

Art. 53. Ficam instituídos os Livros de Registro do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Nota Fiscal de Prestação de Serviços, a Nota Fiscal–Fatura de Prestação de Serviços, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, o Cupom Fiscal e a Declaração Mensal de Serviços do ISSQN.

Art. 54. Ato do Poder Executivo estabelecerá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

Parágrafo único. Os livros, notas fiscais e outros documentos fiscais deverão ter sua impressão autorizada, bem como serão autenticados, salvo se dispensados por ato de Poder Executivo.

Art. 55. Os livros e documentos fiscais e comerciais, que são de exibição obrigatória ao agente fiscal, não poderão ser retirados do estabelecimento sob qualquer pretexto.

Parágrafo Único: Consideram–se retirados os livros que não forem exibidos ao agente fiscal, no momento em que forem solicitados.

Art. 56. Compete ao Poder Executivo, através de ato administrativo, permitir a dispensa de utilização de documentos fiscais.

Art. 2° - Fica instituído o TÍTULO V – DOS INCENTIVOS FISCAIS, com a seguinte redação:

TÍTULO V

DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 213. Desde que cumpridas às exigências legais da legislação, ficam isentos do ISSQN:

I – os microempresários individuais;

II – engraxates ambulantes;

III – Associações culturais;

IV – De diversão pública, consistentes em espetáculos desportivos, sem venda de ingresso, pules ou talões de apostas, ou em jogos e exibições competitivas, realizados entre associações ou conjuntos;

V - De diversão pública, com fins beneficentes, ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;

VI-Prestados por sociedade ou instituição de fins filantrópicos, comprovados.

Art. 214 – Considera-se para efeito desta Lei, como MICRO EMPRESAS (ME) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP):

I – Micro Empresa (ME) – quando a receita bruta anual não exceder a 2.260 (DUAS MIL DUZENTOS E SESSENTA) UFICAN'S;

II – Empresa de Pequeno Porte (EPP) – quando a receita bruta anual ultrapassar a quantia correspondente a 2.260 (DUAS MIL DUZENTOS E SESSENTA) UFICAN's e não exceder a quantia correspondente a 4.280 (QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA) UFICAN's.

Parágrafo único – Considera-se Receita Bruta toda receita obtida entre 1° de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, excluídos os valores de mercadorias em regime de compensação tributária, tomando como ano fiscal para fins desta Lei, independente do fixado no contrato social da Empresa.

Art. 215 – Os limites fixados para definição das Empresas tratadas nesta Lei estende-se sempre proporcionais aos meses, inclusive frações destes, de seu efetivo funcionamento no exercício considerado do ano anterior ao enquadramento.

§ 1° - Caso a empresa não tenha operado no ano anterior ao pedido de enquadramento, será considerado como receita o faturamento relativo aos meses realizados no mesmo período, apurando, na base de 1/12 (UM DOZE AVOS).

§ 2° - Em se tratando de novas empresas, o enquadramento será obtido mediante declaração de sua estimativa pelo titular da empresa, que deverá apresentar os documentos fiscais ao final do exercício fiscal caso a Administração Pública entenda necessário para fins de fiscalização.

§ 3° - A cada mês de faturamento corresponderá a sua transposição dos valores obtidos, em UFICAN's daquele mês, para fixação do enquadramento, sua mudança ou cancelamento.

§ 4° - O enquadramento em outra faixa, ou cancelamento do enquadramento, poderá ser requerido a qualquer tempo pela Empresa interessada, ou procedido de ofício, pela autoridade administrativa.

§ 5° - O enquadramento de que tratam os parágrafos anteriores obedecerá a seguinte tabela:

Categoria	Faixa	Receita Bruta Anual em UFICAN's
MICRO EMPRESA	1	ATÉ 565 UFICAN's
	2	ACIMA DE 565 ATÉ 1.130 UFICAN's
	3	ACIMA DE 1.130 ATÉ 1.695 UFICAN's
	4	ACIMA DE 1.695 ATÉ 2.260 UFICAN's
EMPRESA DE PEQUENO PORTE	5	ACIMA DE 2.260 ATÉ 2.888 UFICAN's
(EPP)	6	ACIMA DE 2.888 ATÉ 3.515 UFICAN's

7 **ACIMA DE 3.515 ATÉ 4.280 UFICAN's**

Art. 216 – Fica assegurado às firmas consideradas como Micro Empresas (ME) E EMPRESAS DE PEQUE PORTE (EPP) estabelecidas no município de Cantagalo, tratamento tributário e administrativo diferenciado, como forma de incentivar e apoiar o surgimento de novas empresas, e o melhoramento da capacidade empresarial das existentes.

Art. 217 – As ME e EPP gozarão das seguintes facilidades administrativas:

I – Na concessão de Alvará de Localização e Funcionamento somente serão exigidos os seguintes documentos:

a) Contrato Social ou Firma Individual devidamente registrado;
b) Cópia do Cartão de Inscrição Estadual e/ou do CNPJ;
c) Cópia do documento de identidade e do CPF;
d) Cópia do protocolo expedido pelo Corpo de Bombeiros;
e) Boletim de Saúde Pública, caso a atividade a ser desenvolvida se relacione com alimentos, produtos de higiene, químicos e farmacêuticos e outras atividade em face da saúde dos funcionários e consumidores;
f) Apresentação dos Livros de Registro de Entrada e Saída de Mercadorias para conferência, e do Livro de Registro de ISSQN, quando as atividades forem pertinentes;
g) Comprovação de propriedade de posse do imóvel onde for se instalar a ME ou EPP.

II – Ao recolhimento mensal do imposto devido, fixado conforme estabelecido no Art.

III – Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, assegurada à possibilidade de aferição periódica de suas receitas.

IV – Guarda pelo prazo de 05 (cinco) anos, em ordem cronológica, dos documentos fiscais.

Parágrafo único - São obrigatórios os seguintes livros e documento fiscais abaixo arrolados:

a) O livro de registro de ISSQN, no caso de prestadores de serviço;
b) Os livros de registro de Entrada e Saída de Mercadorias;
c) Os documentos pertinentes às operações previstas nos incisos.

Art. 218 – Será concedida a isenção total da Taxa de Funcionamento e Localização (ALVARÁ) às empresas beneficiárias desta Lei que vierem a se instalar no Município, no ano de sua instalação e no seguinte, caso permaneçam desenvolvendo a mesma atividade empresarial.

Art. 219 – Fica simplificado o recolhimento mensal do ISSQN das empresas beneficiárias desta Lei, observado do disposto no Art. 213, que se enquadrarão conforme a tabela abaixo:

Tabela de enquadramento do regime simplificado de ISSQN

Categoria	Faixa	Alíquota do recolhimento mensal %

MICRO EMPRESA	**1**	**2,0%**
	2	**2,0%**
	3	**2,0%**
	4	**2,0%**
EMPRESAS DE PEQUENO	**5**	**2,0%**
PORTE	**6**	**2,5%**
	7	**3,0%**

Art. 220 – Será concedido Alvará de Localização e Funcionamento em unidades residenciais unifamiliares de propriedade de um dos sócios ou da firma individual, respeitada a Lei de Zoneamento Urbano.

§ 1° - O benefício de que trata este artigo poderá ser estendido a unidades provenientes de locação, se expressamente autorizado o funcionamento e a atividade pelo proprietário do Imóvel.

§ 2° - As empresas beneficiárias desta concessão somente poderão funcionar com até 10 (dez) empregados, respeitadas as normas que regulem o direito de vizinhança, notadamente quanto a ruídos, expedição de qualquer matéria orgânica ou não, que ultrapasse os limites do estabelecimento e luminosidade, entre outros.

§ 3° - Excluem-se do benefício de que trata este artigo as empresas que exerçam atividades de: casa de diversões, hotéis e similares, escolas, hospitais e similares, transportes urbanos ou de cargas, bancos de sangue, depósito de combustíveis ou explosivos, comércio de material de construção ou tintas, e outras que por suas características possam ocasionar danos à coletividade.

Art. 221 – Fica criado o Alvará Especial de Localização de Representação para ME e EPP, que será concedido em caráter discricionário e precário e poderá ser cancelado a todo e qualquer tempo, após notificação e aviso.

§ 1° - O Alvará de que trata este artigo, se destina exclusivamente a residência multifamiliar de propriedade de um dos sócios, ou do titular de firma individual, funcionando tão somente como ponto de referência.

§ 2° - É vedada a utilização ou exercício de qualquer atividade ou serviço que implique no ir e vir de pessoas, depósito de mercadorias, enfim, qualquer atividade que não a de ser ponto de referência para fins de correspondência postal ou contato telefônico, proibida a publicidade local.

Art. 222 – Fica assegurada a participação das ME e EPP nas licitações, em todas as suas modalidades, promovidas pelos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacionais, o município de Cantagalo.

§ 1° - As ME e EPP poderão consorciar-se para fins de obtenção da capacitação técnica-financeira.

§ 2° - A comprovação do consórcio deverá ser através de documento hábil firmado pelas consorciadas, juntando-se os contratos individuais de cada uma, além de requisito de pré-cadastramento na Prefeitura Municipal de Cantagalo.

Art.223 – É assegurado às ME e EPP cadastradas neste Município, a preferência, em igualdade de condições com terceiros, na aquisição de bens e serviços decorrentes de qualquer modalidade de aquisição, salvo aquelas em que se estabelecer preço mínimo.

Parágrafo único – Havendo empate entre ME e EPP, indistintamente, o desempate será apurado através de sorteio, a critério da Administração Pública.

Art. 224 – A Administração Municipal manterá um cadastro de ME e EPP que se destinará:

I – A habilitação para fins de licitação e compras;

II – A análise e fiscalização de declarações e documentos, visando à obtenção da real arrecadação, através de sistema simplificado de fiscalização.

Art. 225 – A Administração Pública adotará sistema simplificado de fiscalização, adotando, entre outras medidas.

I – A convocação para comparecer às dependências municipais para prestar esclarecimentos sobre receitas e despesas;

II – Fiscalização direta aos estabeleci mentos.

Parágrafo único - O não atendimento da convocação no prazo que for marcado, ou a recusa ou ocultação de livros e documentos implicará em multa de até 02 (DUAS) UFICAN's para EPP, a critério da Secretaria de Fazenda Municipal, aplicável em dobro em caso de reincidência, além da perda da condição de tratamento especial e diferenciado.

Art. 226 – Ultrapassado o limite anual da faixa em que estiver enquadrada, a ME e EPP deverá comunicar o fato à Fazenda Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, para ajuste da faixa correspondente, ou seu desenquadramento, a partir da data dessa ocorrência, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o imposto devido e acréscimos legais.

Parágrafo único – Caso, no final do exercício, não se alcance o limite mínimo da faixa em que estiver enquadrada, poderá se efetuar seu enquadramento para a faixa adequada, que valerá para o próximo exercício.

Art. 227 – A perda da condição de ME ou EPP em razão da receita realizada, deverá ser comunicada à Fazenda Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fato gerador sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre tributos devidos e acréscimos legais.

Art. 228 – As empresas que não se enquadrarem como ME ou EPP, na forma desta Lei, e que estiverem operando em infração a esta Lei, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I – Cancelamento do seu registro como ME ou EPP;

II – Pagamento dos tributos devidos, como empresa não beneficiada por esta Lei, acrescidos de multa de 30% (trinta por cento) e cominações legais;

III – O impedimento, pelo período de 02 (dois) anos de seus sócios, ou titular, a virem a construir nova empresa ou participação em empresa já existente, beneficiada por esta Lei.

Art. 229 – Na hipótese do arbitramento do ISSQN face à infração desta Lei, serão aplicadas todas as disposições do Código Tributário deste Município, além das cominações expressas nesta Lei.

Art. 230– O titular ou sócio de ME ou EPP para se beneficiar desta Lei, renuncia a condição de participação limitada no capital social, de modo que possa responder solidária e ilimitadamente pelo pagamento dos tributos e multas devidos.

Art. 231 – São excluídas do tratamento estabelecido nesta Lei as empresas:

I – Que se constituem na forma de Sociedade Anônima;

II – As que um dos sócios seja pessoa jurídica;

III - As que um dos sócios, ou o titular, participe de outra pessoa jurídica, desde que o somatório dos faturamentos anuais ultrapasse 10.000 (DEZ MIL) UFICAN'S;

IV – As que participem do capital de outra empresa.

Art. 232. São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades básicas:

I – no valor de 05 (cinco) UFICAN'S:

a) a falta de declaração do contribuinte quando não tenha exercido atividade tributável ou cujo imposto tenha sido retido na fonte, por mês não declarado;

b) a falta de apresentação da Declaração Mensal de Apuração do ISSQN, por mês não declarado;

c) o embaraço à ação fiscal.

II – no valor de 01 (uma) UFICAN por cada nota fiscal ou nota fiscal fatura emitida fora dos padrões definidos em regulamento, limitada a 40 (quarenta) UFICAN'S por ano;

III – no valor de 0,5 (meia) UFICAN:

a) por cada nota fiscal não entregue ao tomador do serviço, limitada a 40 (quarenta) UFICAN'S por ano;

b) por nota fiscal emitida sem a descrição completa dos seguintes especificações do tomador do serviço: nome, endereço, CNPJ ou CPF, valor e quantidade do serviço, limitada a 40 (quarenta) UFICAN'S por ano;

IV – no valor de 3,5 (três e meia) UFICAN'S :

a) falta do Livro de Registro do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

b) falta de escrituração do Livro de Registro do imposto ou o seu uso sem a devida autenticação pela autoridade competente.

V – no valor de 1,5 (uma e meia) UFICAN :

a) por mês de funcionamento, o estabelecimento sem inscrição no cadastro fiscal;

b) a falta de retenção na fonte, por mês não retido;

c) falta do pedido de baixa da inscrição, no caso de encerramento da atividade;

VI – no valor de l00% (cem por cento) do tributo atualizado, a falta de lançamento, declaração ou pagamento do tributo;

VII – no valor de 200% (duzentos por cento), do tributo atualizado, a retenção na fonte sem o recolhimento à Fazenda Municipal, a sonegação verificada em face do documento, exame de escrita mercantil e/ou fiscal ou elementos de qualquer natureza que a comprove;

VIII – no valor de 100% (cem por cento), do tributo atualizado, em todos os demais casos de infrações qualificadas;

IX – no valor de 8,5 (oito e meia) UFICAN'S a inexistência de notas fiscais ou notas fiscais fatura de prestação de serviços;

X – no valor de 1,5 (uma e meia) UFICAN a falta de comunicação de alteração dados cadastrais;

XI – no valor de 20 (vinte) UFICAN'S:

a) a notificação simulada de extravio de documentos fiscais;

b) destruição indevida de documentos fiscais;

c) calçamento de nota fiscal de prestação de serviços;

d) confecção e utilização de mais de um talão com a mesma numeração;

§ 1º A apuração da simulação dar–se–á mediante a técnica de circularização ou qualquer meio de prova legalmente admitida.

§ 2º Quando o contribuinte for de movimento econômico reduzido, microempresário individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, a multa será reduzida a conforme definido em regulamento.

Art. 3º- Esta Lei, depois de sancionada, deverá ser publicada na internet, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Cantagalo-RJ.

Art. 4º- Ficam revogados o antigo texto do Capítulo III da Lei Municipal n° 20/77, Lei Municipal n° 510/2001, Lei Municipal n° 702/2005, Lei Municipal n° 1.200/2014 e Lei Municipal n° 1.216/2014.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos imediatamente, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de setembro de 2015.

SAULO DOMINGUES GOUVEA
PREFEITO

LISTA DE SERVIÇOS E ALIQUOTAS

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas. 5%

1.02 – Programação. 5%

1.03 – Processamento de dados e congêneres.....5%

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos..... 5%

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.....5%

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.....5%

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.....5%

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.....5%

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza. 5%

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda. 5%

3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza. 5%

3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.....5%

3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.....5%

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.....5%

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.....5%

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos socorros, ambulatórios e congêneres.....3%

4.04 – Instrumentação cirúrgica.....5%

4.05 – Acupuntura. 5%

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.....3%

4.07 – Serviços farmacêuticos.....5%

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.....5%

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.....5%

4.10 – Nutrição.....5%

4.11 – Obstetrícia.....5%

4.12 – Odontologia.....5%

4.13 – Ortóptica.....5%

4.14 – Próteses sob encomenda.....3%

4.15 – Psicanálise.....5%

4.16 – Psicologia.....5%

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.....3%

4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.....5%

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.....3%

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.....3%

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.....5%

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.....3%

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.....3%

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.....3%

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos–socorros e congêneres, na área veterinária.....3%

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.....3%

5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.....3%

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos congêneres.....3%

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.....3%

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.....3%

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.....5%

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico–veterinária.....5%

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.....5%

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.....5%

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.....4%

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.....5%

6.05 – Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.....5%

7 – Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.....5%

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....3%

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.....5%

7.04 – Demolição.....3%

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....3%

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.....5%

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.....3%

7.08 – Calafetação.....3%

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.....5%

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.....5%

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.....3%

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.....5%

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.....5%

7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.....2%

7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.....3%

7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.....5%

7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.....5%

7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.....5%

7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exportação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.....3%

7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.....5%

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré–escolar, fundamental, médio e superior.....3%

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.....3%

9 – Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.....3%

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart–service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence–service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).....5%

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.....5%

9.03 – Guias de turismo.....5%

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.....5%

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.....5%

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.....5%

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).....5%

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.....5%

10.06 – Agenciamento marítimo.....5%

10.07 – Agenciamento de notícias.....5%

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.....5%

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.....5%

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.....5%

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.....3%

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.....5%

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.....5%

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.....5%

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.....5%

12.02 – Exibições cinematográficas.....5%

12.03 – Espetáculos circenses.....5%

12.04 – Programas de auditório.....5%

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.....5%

12.06 – Boates, taxi–dancing e congêneres.....5%

12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.....5%

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.....5%

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.....5%

12.10 – Corridas e competições de animais.....5%

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.....5%

12.12 – Execução de música.....5%

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.....5%

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.....5%

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.....3%

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.....5%

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.....3%

13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.....5%

13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.....5%

13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.....5%

13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.....5%

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).....5%

14.02 – Assistência Técnica.....5%

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.....5%

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus .....%

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.....5%

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.....5%

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.....5%

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.....5%

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.....5%

14.10 – Tinturaria e lavanderia.....5%

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.....5%

14.12 – Funilaria e lanternagem.....5%

14.13 – Carpintaria e serralheria.....5%

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer (exceto fundos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré–datados e congêneres.....5%

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta–corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.....5%

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.....5%

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.....5%

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.....5%

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral, abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.....5%

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fax–símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada, fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.....5%

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.....5%

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).....5%

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.....5%

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.....5%

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.....5%

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.....5%

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.....5%

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.....5%

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.....5%

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.....5%

15.18 –Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.....5%

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.....5%

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.....5%

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra–estrutura administrativa econgêneres.....5%

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.....5%

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão–de–obra.....5%

17.05 – Fornecimento de mão–de–obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.....5%

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.....5%

17.07 – Franquia (franchising).....5%

17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.....5%

17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.....5%

17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).....5%

17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.....5%

17.12 – Leilão e congêneres.....5%

17.13 – Advocacia.....5%

17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.....5%

17.15 – Auditoria.....5%

17.16 – Análise de Organização e Métodos.....5%

17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.....5%

17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.....5%

17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.....5%

17.20 – Estatística.....5%

17.21 – Cobrança em geral.....5%

17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).....5%

17.23 – apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.....5%

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.....5%

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.....5%

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.....5%

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.....5%

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.....5%

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.....5%

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em

contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.....5%

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.....5%

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.....5%

25 – Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela, transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos, desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.....5%

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.....5%

25.03 – Planos ou convênio funerários.....5%

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.....5%

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.....5%

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.....5%

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.....5%

29 –Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.....5%

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.....5%

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.....5%

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 – Serviços de desenhos técnicos.....5%

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.....5%

34 –Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.....5%

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.....5%

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.....5%

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.....5%

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.....5%

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)..... 5%.

40 –Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 – Obras de arte sob encomenda.....5%

PUBLICADO

Jornal Locais notícias
Edição 199 PG: 4
Data 29/05/15 a 30/05/15

Rubrica

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

Cantagalo-RJ
1814 - 2014

LEI Nº1.270/2015.

Concede reajuste remuneratório anual aos servidores municipais, na forma do art. 37, X da CF/88, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ASSIM SANCION A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- As tabelas de vencimentos dos servidores do Município de Cantagalo, integrantes dos Quadros Permanente, Suplementar Estável, Suplementar não Estável, bem como do Emprego Público, são as constantes dos Anexos I, II, III, IV, V, VI, IX, XI e XII.

Art. 2º- As parcelas de vantagens pessoais nominalmente identificáveis, os Adicionais de Propter Laborem e a gratificação por plantão extraordinário são reajustados em 8,42% (oito inteiros e quarenta e dois centésimos por cento).

Art. 3º- O menor vencimento a ser pago aos servidores municipais fica fixado em R$788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), equivalente ao Nível 01, Referência 01 da tabela de vencimentos.

Art. 4º- Ficam igualmente reajustados no percentual de 8,42% (oito inteiros e quarenta e dois centésimos por centro), os símbolos dos cargos de provimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior DAS-2; DAS-3; DAS-4 e DAS-5, bem como as funções gratificadas FG-E; CAI-1; CAI-2; CAI-3; CAI-4; CAI-5; CAI-6; CAI-7 e CAI-8, na forma dos anexos, VII, VIII, X.

Art. 5º- Os recursos para atendimento às despesas da presente Lei estão consignados no orçamento em vigor e na lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único: Fica dispensado o demonstrativo dos limites de gastos com pessoal bem como a declaração do ordenador da despesa, nos termos do art. 17, §6º da Lei Complementar nº 101/2000, por tratar-se reajuste remuneratório anual nos termos do artigo 37, X da Constituição Federal.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor em 1º de maio de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de maio de 2015.

SAULO DOMINGUES GOUVEA
Prefeito Municipal

LEI Nº1.270/2015
ANEXO I – Quadro Permanente

		TEMPO DE SERVIÇO MUNICIPAL						
NÍ-VEL	CARGO	0 A 9 ANOS REF.1	10 ANOS REF.2	15 ANOS REF.3	20 ANOS REF.4	25 ANOS REF.5	30 ANOS REF.6	35 ANOS REF.7
NIVEL 01	AUXILIAR DE OFICINA – TECLADO-VIOLÃO-CANTO-TEATRO AUXILIAR DE OFICINA – PINTURA – ARTESANATO AUXILIAR DE OFICINA – CABELEIREIRO – MANICURE AUXILIAR DE OFICINA – COZINHA AUXILIAR DE OFICINA - ESPORTES AUXILIAR DE OFICINA – ARTES MARCIAIS AUXILIAR DE OFICINA – BISCUIR AUXILIAR DE OFICINA – CORTE E COSTURA AUXILIAR DE OFICINA - DANÇA AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS ATENDENTE DE SUB POSTO DE SAÚDE COVEIRO GARÍ JARDINEIRO LAVADOR MERENDEIRA PORTEIRO TRABALHADOR BRAÇAL VIGIA	788,00	793,60	814,02	838,69	863,85	889,77	991,92
NÍVEL 02	ATENDENTE DE ENFERMAGEM ATENDENTE DE ODONTOLOGIA ALMOXARIFE AUXILIAR DE BIBLIOTECA AUXILIAR DE OPERADOR DE MÁQUINAS AUXILIAR DE TOPÓGRAFO AUXILIAR DE ELETRICISTA AUXILIAR DE MECÂNICO BORRACHEIRO INSPETOR DE ALUNOS RECEPCIONISTA	793,60	814,02	838,69	863,85	889,77	916,45	1.003,61
NÍVEL 03	ARMADOR ARQUIVISTA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR DE ENFERMAGEM AUXILIAR DE ODONTOLOGIA APONTADOR BOMBEIRO HIDRÁULICO CALCETEIRO CARPINTEIRO LANTERNEIRO LUBRIFICADOR PEDREIRO PINTOR SECRETÁRIO DE ESCOLA TELEFONISTA VIGILANTE SANITÁRIO	814,02	838,69	863,85	889,77	916,45	960,58	1.051,93

LEI Nº1.270/2015
ANEXO I – Quadro Permanente

NÍVEL	CARGO	TEMPO DE SERVIÇO MUNICIPAL						
		0 A 9 ANOS REF.1	10 ANOS REF.2	15 ANOS REF.3	20 ANOS REF.4	25 ANOS REF.5	30 ANOS REF.6	35 ANOS REF.7
NÍVEL 04	AGENTE ADMINISTRATIVO DIGITADOR ELETRICISTA FISCAL DE POSTURAS INSTRUMENTADOR CIR.ODONTOLÓGICO MECÂNICO MOTORISTA OPERADOR DE MÁQUINAS SECRETÁRIA SOLDADOR MECÂNICO TÉC CONTAS MÉDICAS ODONTOLÓGICA TÉCNICO EM ELETRÔNICA	838,69	863,85	889,77	916,45	960,58	1.019,77	1.104,15
NÍVEL 05	AUXILIAR DE TESOURARIA AUXILIAR DE CRECHE DESENHISTA DE CONSTRUÇÃO CIVIL INSTRUTOR DE INFORMÁTICA FISCAL DE OBRAS FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAL GUARDA AMBIENTAL GUARDA MUNICIPAL OFICIAL ADMINISTRATIVO OPEADOR DE AUTOCAD PROGRAMADOR DE COMPUTADOR TOPÓGRAFO TECNICO AMBIENTAL TÉCNICO DE GESSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE TÉCNICO EM PRÓTESE DENTAL TÉCNICO EM AGRO-PECUÁRIA TÉCNICO AGRÍCOLA TÉCNICO EM INICIAÇÃO ESPORTIVA TÉCNICO EM INFORMÁTICA	863,85	889,77	916,45	960,58	1.008,26	1.057,71	1.158,31

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

Cantagalo-RJ
1814 - 2014

LEI Nº1.270/2015
ANEXO I – Quadro Permanente

		TEMPO DE SERVIÇO MUNICIPAL						
NÍVEL	CARGO	0 A 9 ANOS REF.1	10 ANOS REF.2	15 ANOS REF.3	20 ANOS REF.4	25 ANOS REF.5	30 ANOS REF.6	35 ANOS REF.7
NIVEL 06	AUDITOR CONTÁBIL AUDITOR TÉCNICO ASSISTENTE SOCIAL ARQUITETO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS BIBLIOTECÁRIO BIOQUÍMICO BIÓLOGO CONTADOR CIRURGIÃO DENTISTA Traumatologista Buco-Maxilo-Facial DENTISTA ENGENHEIRO ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENGENHEIRO CIVIL ENGENHEIRO FLORESTAL ENFERMEIRO ENFERMEIRO-CRECHE ECONOMISTA FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO FISIOTERAPEUTA FONOAUDIÓLOGO FISCAL DE RENDAS GEÓLOGO MÉDICO MÉDICO CIRURGIÃO MÉDICO GINECOLOGISTA MÉDICO NEUROLOGISTA MÉDICO PSIQUIATRA MÉDICO-VETERINÁRIO MÉDIDO OFTALMOLOGISTA MÉDICO ORTOPEDISTA MÉDICO PATOLOGISTA NUTRICIONISTA PEDAGOGO PROFESSOR DE MÚSICA - SOPRO PROFESSOR DE MÚSICA - PERCUSSÃO PROFESSOR DE MÚSICA - CORDAS PSICÓLOGO SUPERVISOR DE ESPORTES E LAZER TESOUREIRO	1.841,63	1.896,86	1.956,05	2.051,82	2.153,81	2.258,89	2.473,71

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

Cantagalo-RJ
1814 - 2014

LEI Nº1.270/2015
ANEXO II – Quadro Suplementar

		TEMPO DE SERVIÇO MUNICIPAL						
NÍVEL	CARGO	0 A 9 ANOS REF.1	10 ANOS REF.2	15 ANOS REF.3	20 ANOS REF.4	25 ANOS REF.5	30 ANOS REF.6	35 ANOS REF.7
NIVEL 01	ALFABETIZADOR AGENTE ATIVIDADE APOIO AO MOBRAL AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS (1º)* FAXINEIRO DISTRITAL	788,00	793,60	814,02	838,69	863,85	889,77	991,92
NÍVEL 02	AUXILIAR DE ENGENHEIRO AUXILIAR DE INPEÇÃO (1º)* AUXILIAR SERVIÇOS MÉDICOS (1º)* ATENDENTE POSTO CORREIO (1º)* ATENDENTE SUB-POSTO DE SAÚDE (1º)* ENCARREGADO DE INFRA-ESTRUTURA-1º* INSPETOR DE ENSINO MUNICIPAL(1º)* MOBILIZADOR (1º)*	793,60	814,02	838,69	863,85	889,77	916,45	1.003,61
NIVEL 03	DATILÓGRAFO	814,02	838,69	863,85	889,77	916,45	960,58	1.051,93
NIVEL 05	ATENDENTE POSTO DE CORREIO (2º)* ATENDENTE SUB-POSTO SAÚDE (2º)* AUXILIAR DE INSPEÇÃO (2º)* AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS (2º)* AUXILIAR DE SERVIÇOS MÉDICOS (2º)* DATILÓGRAFO (2º)* ENCARREGADO DE INFRA-ESTRUTURA 2º* INSPETOR DE ENSINO (2º)* MOBILIZADOR (2º)* TÉCNICO HIGIENE DENTAL (2º)*	863,85	889,77	916,45	960,58	1.008,26	1.057,71	1.158,31
NIVEL 06	ATENDENTE SUB-POSTO SAÚDE (3º)* AUXILIAR DE INSPEÇÃO (3º)* AUXILIAR DE SERVIÇOS MÉDICOS (3º)* ENCARREGADO DE INFRA-ESTRUTURA 3º* ENGENHEIRO CIVIL ENGENHEIRO OPERACIONAL INSPETOR DE ENSINO (3º)* MOBILIZADOR (3º)* TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL (3º)*	1.841,63	1.896,86	1.956,05	2.051,82	2.153,81	2.258,89	2.473,71

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

Cantagalo-RJ
1814 - 2014

LEI Nº1.270/2015
ANEXO III
CARREIRA DE PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL

CARREIRA	CLASSE	VALOR R$
PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL	I	5.199,27
	II	5.892,50
	III	6.585,70
	IV	8.582,74
	V	10.398,48

LEI Nº1.270/2015
ANEXO IV
VENCIMENTOS DOS NÍVEIS E CLASSES DOS RESPECTIVOS CARGOS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

		CLASSES					
CARGO	NÍVEL	REF 1	REF 2	REF 3	REF 4	REF 5	REF 6
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (creche e pré-escola) 22,5 HORAS	IV	1.078,75	1.105,72	1.133,36	1.161,69	1.190,73	1.220,50
	III	1.105,72	1.133,36	1.161,69	1.190,73	1.220,50	1.251,01
	II	1.133,36	1.161,69	1.190,73	1.220,50	1.251,01	1.282,29
	I	1.265,30	1.296,96	1.329,38	1.362,61	1.396,68	1.431,60
	ESPECIALISTA I	1.296,96	1.329,38	1.362,61	1.396,67	1.431,59	1.467,38
	ESPECIALISTA II	1.329,38	1.362,61	1.396,67	1.431,59	1.467,38	1.504,06
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (creche e pré-escola) 30 HORAS	IV	1.377,49	1.411,93	1.483,40	1.520,48	1.558,49	1.597,45
	III	1.411,92	1.483,40	1.520,48	1.558,49	1.597,45	1.637,39
	II	1.483,40	1.520,48	1.558,49	1.597,45	1.637,39	1.678,33
	I	1.520,48	1.558,49	1.597,45	1.637,39	1.678,33	1.720,29
	ESPECIALISTA I	1.558,49	1.597,45	1.637,39	1.678,33	1.720,29	1.763,30
	ESPECIALISTAII	1.597,45	1.637,39	1.678,33	1.720,29	1.763,30	1.807,37
PROFESSOR DE 1º SEGMENTO 22,5 HORAS	IV	1.078,75	1.105,72	1.133,36	1.161,69	1.190,73	1.220,50
	III	1.105,72	1.133,36	1.161,69	1.190,73	1.220,50	1.251,01
	II	1.133,36	1.161,69	1.190,73	1.220,50	1.251,01	1.282,29
	I	1.265,30	1.296,96	1.329,38	1.362,61	1.396,68	1.431,60
	ESPECIALISTA I	1.296,96	1.329,38	1.362,61	1.396,67	1.431,59	1.467,38
	ESPECIALISTA II	1.329,38	1.362,61	1.396,67	1.431,59	1.467,38	1.528,10

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

Cantagalo-RJ
1814 - 2014

CARGO	NÍVEL	REF 1	REF 2	REF 3	REF 4	REF 5	REF 6
PROFESSOR DE 1º SEGMENTO 30 HORAS	IV	1.377,49	1.411,93	1.483,40	1.520,49	1.558,50	1.597,46
	III	1.411,93	1.483,40	1.520,49	1.558,50	1.597,46	1.637,40
	II	1.483,40	1.520,49	1.558,50	1.597,46	1.637,40	1.678,34
	I	1.520,49	1.558,50	1.597,46	1.637,40	1.678,34	1.720,30
	ESPECIALISTA I	1.558,50	1.597,46	1.637,40	1.678,34	1.720,30	1.763,31
	ESPECIALISTA II	1.597,46	1.637,40	1.678,34	1.720,30	1.763,31	1.807,39
PROFESSOR DE 2º SEGMENTO 16 HORAS	PROFESSOR I	1.265,30	1.296,96	1.329,38	1.362,61	1.396,68	1.431,60
	ESPECIALISTA I	1.296,96	1.329,38	1.362,61	1.396,68	1.431,60	1.467,39
	ESPECIALISTA II	1.329,37	1.362,61	1.396,68	1.431,60	1.467,39	1.538,95
PROFESSOR DE 2º SEGMENTO 21 HORAS	PROFESSOR I	1.660,61	1.702,13	1.744,68	1.788,30	1.833,00	1.878,83
	ESPECIALISTA I	1.702,13	1.744,68	1.788,30	1.833,00	1.878,83	1.925,80
	ESPECIALISTA II	1.744,68	1.788,30	1.833,00	1.878,83	1.925,80	1.973,94
PROFESSOR DE 2º SEGMENTO 30 HORAS	PROFESSOR I	2.372,31	2.431,62	2.492,40	2.554,71	2.618,58	2.684,03
	ESPECIALISTA I	2.431,62	2.492,40	2.554,71	2.618,58	2.684,03	2.751,12
	ESPECIALISTA II	2.492,40	2.554,71	2.618,58	2.684,03	2.751,12	2.819,91
ORIENTADOR PEDAGOGICO	O.P. I	1.326,97	1.361,47	1.395,51	1.430,40	1.466,16	1.503,15
	O.P. II	1.361,47	1.395,51	1.430,40	1.466,16	1.503,15	1.576,49
	O.P. III	1.395,51	1.430,40	1.466,16	1.503,15	1.576,49	1.654,78
ORIENTADOR EDUCACIONAL	O.E. I	1.326,97	1.361,47	1.395,51	1.430,40	1.466,16	1.503,15
	O.E. II	1.361,47	1.395,51	1.430,40	1.466,16	1.503,15	1.576,49
	O.P. III	1.395,51	1.430,40	1.466,16	1.503,15	1.576,49	1.654,78
SUPERVISOR ESCOLAR	SUPERVISOR I	1.326,97	1.361,47	1.395,51	1.430,40	1.466,16	1.503,15
	SUPERVISOR II	1.361,47	1.395,51	1.430,40	1.466,16	1.503,15	1.576,49
	SUPERVISOR III	1.395,51	1.430,40	1.466,16	1.503,15	1.576,49	1.654,78

LEI Nº1.270/2015
ANEXO V

Vencimentos de cargos de Mobilizador, Auxiliar de Inspeção e Inspetor de Alunos, seus níveis e classes

VENCIMENTOS DOS NÍVEIS E CLASSES DOS RESPECTIVOS CARGOS DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CARGO	NÍVEL	REF 1	REF 2	REF 3	REF 4	REF 5	REF 6	REF 7
Inspetor de Ensino Auxiliar de Inspeção Mobilizador	Nível médio (modalidade Normal/ Formação de Professo-res)	1.078,75	1.105,72	1.133,36	1.161,69	1.190,73	1.220,50	1.251,01
	Estudos Adicionais	1.105,72	1.133,36	1.161,69	1.190,73	1.220,50	1.251,01	1.282,29
	Nível Supe-rior	1.265,30	1.296,96	1.329,38	1.362,61	1.396,68	1.431,60	1.467,39
	Pós - Gra-duação	1.296,96	1.329,38	1.362,61	1.396,68	1.431,60	1.467,39	1.504,07
	Mestrado / Doutorado	1.329,38	1.362,61	1.396,68	1.431,60	1.467,39	1.504,07	1.541,67

LEI Nº1.270/2015
Anexo VI
Tabela de Salário de Emprego Público

EMPREGO	VAGAS	C/HORÁRIA	SALÁRIO
MÉDICO DE PSF	08	40 H/S	**11.105,74**
ENFERMEIRO PSF	08	40 H/S	**4.544,38**
CIRURGIÃO DENTISTA DE PSF	08	40 H/S	**4.544,38**
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DE PSF	08	40 H/S	**1.440,54**
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	52	40 H/S	**1.014,00**[1]
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO DE PSF	08	40 H/S	**1.440,54**
AGENTE DE ENDEMIAS	06	40 H/S	**1.014,00**[2]
FISIOTERAPÊUTA DE PSF	02	30 H/S[3]	**4.544,38**
FONOAUDIÓLOGO DE PSF	01	40 H/S	**4.544,38**
NUTRICIONISTA DE PSF	01	40 H/S	**4.544,38**
PSIQUIATRA DO CAPS	01	20 H/S	**2.272,19**
PSIQUITATRA DO CAPS - AMB. ÁLCO-OL/DROGA	01	20 H/S	**2.272,19**
PSICÓLOGO DO CAPS	02	20 H/S	**2.272,19**
PSICÓLOGO DO CAPS – AMB. ÁLCO-OL/DROGA	01	20 H/S	**2.272,19**
ASSISTENTE SOCIAL DO CAPS	01	20 H/S	**2.272,19**
ASSISTENTE SOCIAL DO CAPS-AMB ÁLC/DROGA	01	20 H/S	**2.272,19**
TERAPEUTA OCUPACIONAL DO CAPS	02	20 H/S	**2.272,19**
TEREPEUTA OCUPACIONAL –AMB ÁLC/DROGA	01	20 H/S	**2.272,19**
ENFERMEIRO DO CAPS	01	20 H/S	**2.272,19**
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO CAPS	01	40 H/S	**1.440,54**
AUXILIAR DE COZINHEIRO DO CAPS	02	40 H/S	**788,00**
MONITOR – CAPS	02	40 H/S	**788,00**
MONITOR – CAPS – AMB. ÁLC/DROGA	02	40 H/S	**788,00**

[1] Lei Federal 12.994/14
[2] Lei Federal 12.994/14
3 Mandado Segurança JF 20065105001727-5

LEI Nº1.270/2015
Anexo VII Tabela de Funções Gratificadas
FG-E – Função Gratificada Especial
CAI - Chefia e Assistência Intermediária

SÍMBOLO	VALOR R$
FG-E	1.912,66
CAI-1	1.172,27
CAI-2	802,08
CAI-3	678,69
CAI-4	555,28
CAI-5	431,89
CAI-6	370,19
CAI-7	308,50
CAI-8	246,80

LEI Nº1.270/2015
Anexo VIII - Tabela de Cargos em Comissão
DAS- Direção e Assessoria Superior

CARGOS COMISSIONADOS

SÍMBOLO	VALOR R$
DAS-2	2.714,74
DAS-3	2.036,05
DAS-4	1.357,36
DAS-5	1.024,20

LEI Nº1.270/2015
Anexo IX - Quadro Especial
Programa de Saúde da Família
Estatutário

	CARGO	VA-GAS	C/HORÁRIA	VENCI-MENTO
QUADRO ESPECIAL PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMILIA ESTATUTÁRIO	MÉDICO DE PSF	04	40hs	**11.105,74**
	MÉDICO PLANTONISTA	02	24hs	**6.169,86**
	ENFERMEIRO DE PSF	02	40hs	**4.544,38**
	CIRURGIÃO DENTISTA DE PSF	03	40hs	**4.544,38**
	FISIOTERAPEUTA DE PSF	-	40hs	**4.544,38**
	FONOAUDIÓLOGO DE PSF	-	40hs	**4.544,38**
	NUTRICIONISTA DE PSF	-	40hs	**4.544,38**
	PSIQUIATRA DO CAPS	-	20hs	**2.272,19**
	PSIQUIATRA DO CAPS – AMB. ÁL-COL/DROGA	-	20hs	**2.272,19**
	PSICÓLOGO DO CAPS	01	20hs	**2.272,19**
	PSICÓLOGO DO CAPS AMB. ÁLCO-OL/DROGA	-	20hs	**2.272,19**
	ASSISTENTE SOCIAL DO CAPS	-	20hs	**2.272,19**
	ASSISTENTE SOCIAL DO CAPS AMB. ÁLCOL/DROGA	-	20hs	**2.272,19**
	TERAPEUTA OCUPACIONAL DO CAPS	-	20hs	**2.272,19**
	TERAPEUTA OCUPACIONAL AMB. ÁLCOOL/DROGA	-	20hs	**2.272,19**
	ENFERMEIRO DO CAPS	01	20hs	**2.272,19**
	AUXILIAR DE ENFERMAGEM DE PSF	-	40hs	**1.440,54**
	AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO CAPS	-	40hs	**788,00**
	AUXILIAR DE CONSULTORIO DEN-TÁRIO DE PSF	-	40hs	**1.400,54**
	AUXILIAR DE COZINHEIRO DO CAPS	-	40hs	**788,00**
	MONITOR DO CAPS	-	40hs	**788,00**
	MONITOR DO CAPS AMB. ÁLCO-OL/DROGA	-	40hs	**788,00**

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

Cantagalo-RJ
1814 · 2014

LEI Nº1.270/2015
ANEXO X
IPAM – INSTITUTO DE PENSÃO E APOSENTADORIA MUNICIPAL

CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	*SÍMBOLO*	*QUANTIDADE*	*VALOR*
Coordenador dos Serviços Administrativos, Atendimento e Habilitação.	**DAS-2**	**01**	**2.714,74**
Coordenador dos Serviços Financeiros, Contábeis e de Processamento de Dados.	**DAS-2**	**01**	**2.714,74**

Cantagalo·RJ
1814 · 2014

LEI Nº1.270/2015
Anexo XI
IPAM – INSTITUTO DE PENSÃO E APOSENTADORIA MUNICIPAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

NÍVEIS DE VENCIMENTOS

GRUPOS	NÍVEIS						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
GRUPO 1 3º (GRAU)	**1.906,55**	**1.999,37**	**2.098,79**	**2.201,62**	**2.311,00**	**2.423,78**	**2.543,13**
GRUPO 2 2º (GRAU)	**894,28**	**937,89**	**983,36**	**1.030,71**	**1.081,86**	**1.131,67**	**1.389,40**

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

Cantagalo·RJ
1814 - 2014

EI Nº1.270/2015
Anexo XII
CARREIRA DE PROCURADOR - IPAM

CARREIRA	CLASSE	VALOR R$
PROCURADOR JURÍDICO DO IPAM	I	5.199,27
	II	5.892,50
	III	6.585,70
	IV	8.582,74
	V	10.398,48

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição: 1255 PG: 4
Data 03/06/14 a 05/06/14
Rúbrica

Cantagalo-RJ 200 ANOS 1814 - 2014

LEI Nº1.200/2014.

Altera o Código Tributário Municipal com base na Lei Complementar nº 116/2003 de 31/07/2003.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 3º da Lei Municipal nº20/77, passa a ter a seguinte redação:

I- Empresa que exploram os serviços de:

INCLUIR:
101- Serviços de registro públicos, cartorários e notariais .....alíquota 5%

Art. 2º - Deverá o Poder Executivo regulamentar a presente Lei, com a instituição de regras para o cumprimento das obrigações acessórias, dentre outra medidas que permitam ao Fisco Municipal fiscalizar os Cartórios para homologação do imposto municipal devido.

Art. 3º – Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 28 de maio de 2014.

Saulo Domingues Gouvea
Prefeito Municipal

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
Secretaria Municipal de Governo

Cantagalo-RJ
1814 - 2014

LEI Nº1.216/2014.

Altera o Código Tributário Municipal, com base na Emenda Constitucional 37/2002 de 12/06/2012 e Lei Complementar 116/2003 de 31/07/2003.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a presente Lei:

Art. 1°- O artigo 3° da Lei Municipal n° 510/2001, datada de 28 de dezembro de 2001, fica alterado em seu item 35 que passa a ter a seguinte redação:

I – Empresas que exploram os serviços de:

35 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres .....alíquota 2%.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de setembro de 2014.

Saulo Domingues Gouvea
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição: J.296 PG: 4
Data: 12/09/14 a 13/09/14

Rúbrica

PUBLICADO
Jornal: O Bom Dia
Edição: 755 PG: 6 e 7
Data 14/12/10 a
Rúbrica

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
S. M. Governo, Planejamento e Desenv. Econômico

LEI N.º1.012/2010.

INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI

Título I
Capítulo I
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Seção I
Disposições Preliminares

Art. 1º. Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que é um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações de prestação de serviços, com autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Seção II
Das Informações Necessárias Na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica NFS-e

Art. 2º. Na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e constarão:

I - brasão e nome da Prefeitura;
II - numero seqüencial;
III - código de verificação de autenticidade;
IV - data e hora da emissão;
V - identificação do prestador de serviços, com:
a - nome ou razão social;
b - nome de fantasia;
c - endereço;
d - inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
e - inscrição municipal.
VI - identificação do tomador de serviços, com:
a - nome ou razão social;
b - inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

c - inscrição municipal, quando sediado no Município.
VII - discriminação do serviço;
VIII - valor total da NFS-e;
IX - código de serviço;
X - valor total das deduções, quando legalmente permitido;
XI - valor da base de calculo;
XII - alíquotas do ISSQN;
XIII - valor do ISSQN;
XIV - indicação do serviço tributável pelo Município, quando for o caso;
XV - indicação de retenção de ISSQN na fonte, quando for o caso;
XVI - indicação de outras retenções, quando for o caso.

Seção III
Da Adesão a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 3º. A utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e deverá ser requerida pelo contribuinte na Diretoria de Tributos do Município, nos termos e prazos do regulamento expedido pelo Poder Executivo.

§ 1° - A Secretaria Municipal da Fazenda, por meio de Portaria, nomeara as atividades obrigadas a utilizar Note Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

§ 2° - Os contribuintes com pendência quanto a Declaração Mensal de Serviço - DMS só poderão se credenciar para emissão da NFS-e após regularização de sua situação junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 3° - A autorização e o acesso à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e esta condicionada à apresentação das notas fiscais emitidas por outro regime, com devolução das notas não utilizadas para o devido cancelamento e conseqüente incineração.

§ 4° - Os contribuintes autorizados a emitirem as Notas Fiscais Conjuntas de prestação de Serviços e vendas de mercadorias só poderão aderir à utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, após desistência do regime de emissão de Notas Fiscais Conjuntas de prestação de Serviços e vendas de mercadorias.

Seção IV
Da Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 4º. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e será emitida pelo contribuinte ou pelo responsável pela escrituração fiscal, devidamente registrado no cadastrado da Prefeitura no endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Fazenda.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
S. M. Governo, Planejamento e Desenv. Econômico

§1° - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFS-e emitida, deverá ser impressa em via única e ser entregue ao tomador de serviços, salvo se for enviada por "e-mail" ou outro meio eletrônico ao tomador de serviços.

§ 2° - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e não será emitida por contribuintes com situação fiscal ou cadastral suspensa.

§ 3° - As Notas Fiscais Eletrônicas - NFS-e emitidas, estarão disponíveis para consulta no site da Secretaria Municipal de Fazenda, pelo prazo decadencial. Após este prazo qualquer informação deverá ser requerida por meio de procedimento administrativo.

Seção V
Do Cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 5º. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, no aplicativo da NFS-e, desde que não tenha ocorrido pagamento do imposto, nem a emissão de Notificação Preliminar ou Auto de Infração, devendo nestas situações ser protocolado no prazo de trinta dias o pedido de deferimento do cancelamento efetuado por meio de procedimento administrativo junto ao Setor de Tributação.

§ 1° - Ficará disponível no aplicativo de emissão de nota fiscal, o relatório de cancelamento de NFS-e, que constará o número das notas fiscais canceladas por período.

§ 2° - 0 procedimento administrativo de cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e deverá conter os seguintes documentos:

I - requerimento dirigido a autoridade fiscal competente, descrevendo o motivo do cancelamento;
II - termo de cancelamento;
III - declaração do tomador do serviço, em papel timbrado, carimbado e assinado ratificando o cancelamento do documento fiscal ou o seu não recebimento.
IV - comprovante de recolhimento do imposto, nas situações em que tenha ocorrido pagamento do imposto.

§ 3° - 0 cancelamento de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e de exercícios anteriores, quando couberem valores a serem ressarcidos ao contribuinte será solicitado junto ao Setor de Tributação por meio de procedimento administrativo de restituição, observado os requisitos do § 2° e Caput deste artigo.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
S. M. Governo, Planejamento e Desenv. Econômico

§ 4° - 0 valor do ISSQN compensado em virtude de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e cancelada estará sujeito a ulterior verificação pelo fisco e, se for o caso, a imposição de penalidades.

§ 5° - Cancelamento sem motivação ou em desacordo com este artigo sujeitará o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) do valor da nota cancelada, sem prejuízos as demais penalidades.

Art. 6º. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que for cancelada aparecera com o "status" "cancelado" tanto para o prestador quanto para o tomador de Serviços que consultar o documento no aplicativo da NFS-e.

Seção VI
Do Uso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 7º. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e destina-se exclusivamente ao registro de prestação de Serviços, não sendo possível sua utilização conjugada com o estado.
§ 1° - 0 contribuinte que exerça atividades conjuntas e deseje optar para emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica- NFS-e, deverá manifestar-se por meio de procedimento administrativo sua adesão ao regime de emissão eletrônica da nota fiscal de Serviços.

§ 2° - Setor de Tributação será competente para autorização do uso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFS-e, e, somente após o retorno do contribuinte ao regime normal de emissão de nota fiscal de vendas mercantis.

Seção VII
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e Avulsa

Art. 8º. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e Avulsa o documento que será emitido apenas por meio eletrônico e solicitada pelo próprio contribuinte ou pelo seu procurador, no Setor de Tributação.

§ 1° - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e Avulsa, somente será concedida, em caráter excepcional, aos contribuintes que a solicitarem mediante previa analise do Auditor Fiscal.

§ 2° - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e Avulsa somente será gerada e emitida após a comprovação do pagamento do imposto correspondente.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
S. M. Governo, Planejamento e Desenv. Econômico

Seção VIII
Dos Benefícios pela Adesão a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Art. 9º. Ao contribuinte que optar pelo regime de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e serão concedidos os seguintes benefícios:

I - dispensa da escrituração do Livro de Registro de Notas Fiscais de Serviços;
II - dispensa da autorização para impressão de documentos fiscais – AIDF;
III - dispensa do prazo de validade para utilização de notas fiscais;
IV - redução de custos de impressão e de armazenagem de notas fiscais;
V - Geração automática da guia de recolhimento por meio do aplicativo da NFS-e.

Seção IX
Das Sanções Fiscais

Art. 10. A não apresentação do pedido de cancelamento ao setor competente da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, cancelada pelo próprio prestador no aplicativo da NFS-e, no prazo de 30 dias, acarretará multa de 10% (dez por cento) do valor da NFS-e cancelada, sem prejuízo as demais penalidades.

Capítulo II
Seção I
Do Recibo Provisório de Serviços - RPS

Art. 11. O Recibo Provisório de Serviços - RPS e um documento de emissão autorizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a ser utilizado por contribuinte inscritos no Município, no eventual impedimento da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, devendo ser substituído pela referida Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1° - A substituição prevista no *caput* deste artigo poderá ser realizada por lote ou individualmente via sistema eletrônico, nos termos do regulamento do Poder Executivo.

§ 2° - A não substituição no prazo previsto no *caput* deste artigo sujeitará o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) do valor do Recibo Provisório de Serviços – RPS, não substituído.

Seção II
Da Substituição Tributária

Art. 12. A retenção do ISSQN pelos Tomadores de Serviços sediados no

Município, elencados no Código Tributário Municipal, assim como para os responsáveis por obras de construção civil no Município, também disposto Código Tributário Municipal, ficam obrigados a reter e a recolher ao Município o imposto por meio do módulo de substituição tributária disponível no aplicativo da NFS-e.

Parágrafo Único - Quando o contribuinte do ISSQN for optante pelo Simples Nacional e o serviço prestado configurar hipótese de substituição tributária prevista no Código Tributário Municipal o tomador do serviço por meio do módulo de substituição tributária disponível no aplicativo da NFS-e do Município, deverá reter e recolher, conforme alíquotas constantes naquele regime de recolhimento, desde que informado pelo prestador no corpo da nota, o imposto retido.

Seção III
Do Documento Auxiliar de Prestação de Serviços - DAPS

Art. 13. O Documento Auxiliar de Prestação de Serviços - DAPS é um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações de prestação de serviços de prestadores de serviços não situados no Município de Cantagalo(RJ) e sujeito a substituição tributária, nos termos de regulamento expedido pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - As empresas Tomadoras de Serviço do Município ficam obrigadas a reter o imposto mediante a apresentação do DAPS emitido pela prestadora de serviço não sediada no Município, sendo que o não cumprimento acarretara multa de 10% (dez por cento) do valor do serviço realizado, sem prejuízo as demais penalidades.

Título II
Capítulo I
Disposições Gerais

Art. 14. As Notas Fiscais Eletrônicas - NFS-e emitidas estarão disponíveis e poderão ser consultadas no sistema no prazo de 5 (cinco) anos da sua emissão. Após este prazo o Município poderá atender eventuais pedidos por meio de procedimento administrativo efetuado pelo prestador ou pelo tomador do serviço, após pagamento da taxa de serviço em vigor no Município.

Art. 15. O Início da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e será nos termos e prazos do regulamento expedido pelo Poder Executivo.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Cantagalo
S. M. Governo, Planejamento e Desenv. Econômico

Art. 16. Fica a Secretaria Municipal da Fazenda autorizada a baixar os atos normativos visando à operacionalização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrario a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Gabinete do Prefeito em, 03 de dezembro de 2010.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição: 368 PG: Anexo 5
Data 22/12/07 a / /
Rúbrica

LEI N°840/2007.

"Dispõe sobre a alteração do artigo 146 e seus parágrafos do Código Tributário Municipal, Lei 20/77, alterado pela Lei Municipal 522/02 de 16 de abril de 2002".

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Atendendo o interesse público, o Artigo 146 e seus Parágrafos, Lei Municipal 20/77, bem como o Artigo 1º e seus Parágrafos referentes à Lei Municipal 522/2002, passarão a ter a seguinte redação:

"Art. 146 Lei 20/77 e Art. 1º Lei 522/02 – O débito vencido, objeto de cobrança administrativa ou judicial, poderá a critério do órgão fazendário, ser parcelado em até 60 (sessenta) pagamentos mensais e sucessivos".

§ 1º - O parcelamento só será deferido mediante requerimento administrativo dirigido ao senhor Secretário Municipal de Fazenda ou petição judicial firmada pelo interessado o que, em ambos os casos, implicará no reconhecimento da dívida.

§ 2º - O não pagamento de qualquer das parcelas na data fixada no respectivo acordo, importará no vencimento antecipado das parcelas remanescentes e na imediata retomada da cobrança administrativa e judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para novo débito.

§ 3º - Os débitos já parcelados poderão ser renegociados nos mesmos termos dos Parágrafos anteriores."

§ 4º - O valor mínimo da parcela será equivalente aquele fixado pela Receita Federal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2007.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito Municipal

PUBLICADO
Jornal: O Bandeirante
Edição: 368 PG: 03 Anexo
Data 22/12/07 a
Rúbrica

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º837/2007

" Altera disposições da Lei Municipal n.º 28/89 de 15 de dezembro de 1989."

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o **ANEXO II**, Cobrança da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos, estabelecido no Art. 5º da Lei Municipal n.º 028/89 de 15 de dezembro de 1989, conforme tabela em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de dezembro de 2007.

Joaquim Augusto Carvalho de Paula
Prefeito Municipal

ANEXO II

COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

(Nova redação dada pela Lei n.º 837/07 de 18/12/2007)

	ESTABELECIMENTOS INDÚSTRIAIS, COMERCIAIS E OUTROS, SUJEITOS A COBRANÇA DESTA TAXA	UNIDADE FISCAL " UFICAN " AO ANO	CORRESPONDÊNCIA EM REAIS R$	REAIS AO MÊS R$
		SITUAÇÃO PROPOSTA		
1	INDÚSTRIA			
1.1	ATÉ 10 EMPREGADOS	4	R$ 309,76	R$ 25,81
1.2	ACIMA DE 10 ATÉ 30 EMPREGADOS	6	R$ 464,64	R$ 38,72
1.3	ACIMA DE 30 ATÉ 70 EMPREGADOS	8	R$ 619,52	R$ 51,63
1.4	ACIMA DE 70 ATÉ 150 EMPREGADOS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
1.5	ACIMA DE 150 EMPREGADOS	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
2	COMÉRCIO			
2.1	BARES E RESTAURANTES ATÉ 500 m2.	6	R$ 464,64	R$ 38,72
2.2	SUPERMERCADOS, ATÉ 500m2.	12	R$ 929,28	R$ 77,44
2.3	EXTRAÇÃO DE AREIA :			
2.3.1	ATÉ 1.000 m2	6	R$ 464,64	R$ 38,72
2.3.2	DE 1.001 a 5.000 m2	8	R$ 619,52	R$ 51,63
2.3.3	DE 5.001 a 10.000 m2	12	R$ 929,28	R$ 77,44
2.3.4	ACIMA DE 10.000 m2	14	R$ 1.084,16	R$ 90,35
2.4	ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	25	R$ 1.936,00	R$ 161,33
2.5	QUAISQUER OUTROS RAMOS DE ATIVIDADES NÃO CONSTANTES NO ITEM 2, C/ ATÉ 500m2.	6	R$ 464,64	R$ 38,72
2.6	QUAISQUER OUTROS RAMOS DE ATIVIDADES NÃO CONSTANTES NO ITEM 2, C/ MAIS DE 500m2.	12	R$ 929,28	R$ 77,44
2.7	HOTÉIS, MOTÉIS, POUSADAS E SIMILARES			
2.7.1	ATÉ 10 QUARTOS	6	R$ 464,64	R$ 38,72
2.7.2	ACIMA DE 10 ATÉ 20 QUARTOS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
2.7.3	ACIMA DE 20 QUARTOS	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
3	REPRESENTANTES COMERCIAIS AUTÔNOMOS CORRETORES, DESPACHANTES, AGENTES E PREPOSTOS EM GERAL.	2,5	R$ 193,60	R$ 16,13
4	PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS QUE EXERCEM ATIVIDADES SEM APLICAÇÃO DE CAPITAL	2	R$ 154,88	R$ 12,91
5	PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS QUE EXERCEM ATIVIDADES C/ APLICAÇÃO DE CAPITAL	2,5	R$ 193,60	R$ 16,13
6	CASAS LOTÉRICAS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
7	OFICINAS DE CONSERTOS EM GERAL			
7.1	ATÉ 20 m2	2	R$ 154,88	R$ 12,91
7.2	DE 21 m2 até 75 m2	3		
7.3	DE 76 m2 até 150 m2	4	R$ 309,76	R$ 25,81
7.4	ACIMA DE 150 m2	5	R$ 387,20	R$ 32,27
8	POSTOS DE SERVIÇOS PARA VEÍCULOS	5	R$ 387,20	R$ 32,27
9	DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS E SIMILARES.	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
10	TINTURARIA E LAVANDERIA	2	R$ 154,88	R$ 12,91
11	SALÕES E ENGRAXATE	1		
12	ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO, GINÁSTICAS, DUCHAS, MASSAGENS	7	R$ 542,08	R$ 45,17
13	BARBEARIAS E SALÕES DE BELEZA	1	R$ 77,44	R$ 6,45
14	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA, POR SALA DE AULA	6	R$ 464,64	R$ 38,72
15	ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES			
15.1	COM ATÉ 25 LEITOS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
15.2	COM MAIS DE 25 LEITOS	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
16	LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICA	5	R$ 387,20	R$ 32,27
17	DIVERSÕES PÚBLICAS			
17.1	CINEMAS E TEATROS COM ATÉ 150 LUGARES	6	R$ 464,64	R$ 38,72
17.2	IDEM, ACIMA DE 150 LUGARES	12	R$ 929,28	R$ 77,44
17.3	RESTAURANTES DANÇANTES, BOATES, ETC	8	R$ 619,52	R$ 51,63
17.4	BILHARES E QUAISQUER OUTROS JOGOS DE MESA			
17.4.1	COM ATÉ 3 MESAS	3	R$ 232,32	R$ 19,36
174.2	ACIMA DE 3 MESAS	5	R$ 387,20	R$ 32,27
17.5	BOLICHES POR NUMERO DE PISTAS	10	R$ 774,40	R$ 64,53
17.6	EXPOSIÇÕES, FEIRAS E QUERMECES	2	R$ 154,88	R$ 12,91
17.7	CIRCOS E PARQUES DE DIVERSÕES	5	R$ 387,20	R$ 32,27
17.8	QUAISQUER ESPETÁCULOS DE DIVERSÃO NÃO INCLUÍDOS NO ITEM ANTERIOR	3	R$ 232,32	R$ 19,36
18	EMPREITEIRAS E INCORPORADORAS:			
18.1	ATÉ 500 m2	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
18.2	ACIMA DE 500 m2	20	R$ 1.548,80	R$ 129,07
19	LATICÍNIOS			
19.1	ATÉ 100 EMPREGADOS	8	R$ 619,52	R$ 51,63
19.2	ACIMA DE 100 EMPREGADOS	12	R$ 929,28	R$ 77,44
20	FRIGORÍFICOS OU MATADOUROS	15	R$ 1.161,60	R$ 96,80
21	DEMAIS ATIVIDADES SUJEITAS A TAXA DE LOCALIZAÇÃO NÃO CONSTANTES NOS ITENS ANTERIORES	3	R$ 232,32	R$ 19,36

Re Publicado
Jornal da Região
Edição 689 pg 6
Data 21/12/02 a / /
Rubrica

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 562/2.002

ALTERA OS ARTIGOS 28 E 29 DA LEI MUNICIPAL 20/77, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO APROVOU, E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE L E I:

Art. 1º - Para melhor atender as necessidades legais, fiscais e tributárias do Município, o artigo 28 da Lei Municipal nº 20/77 passará a ter a seguinte redação:

"Artigo 28 - Para os efeitos da incidência do Imposto, considera-se local da prestação do serviço:

a) Aquele em que se efetuar a prestação do serviço, sendo irrelevante o local em que se encontra o estabelecimento prestador;

b) Tendo a empresa prestadora sede no Município de Cantagalo, aquele em que se efetuar a prestação, em caso de construção civil."

Art. 2º - SUPRIMIDO

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário contidas nas leis municipais nºs 20/77 e 510/01.

Gabinete do Prefeito, em 10 de dezembro de 2002.

Geraldo Pires Guimarães
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 522/2002.

ALTERA O ARTIGO 146 E SEUS PARÁGRAFOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI MUICIPAL 20/77.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO APROVOU, E ASSIM SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Atendendo o interesse público, o Artigo 146 e seus Parágrafos da Lei Municipal 20/77, passarão a ter a seguinte redação:

" Art. 146 - O débito vencido, objeto de cobrança administrativa ou judicial, poderá, a critério do órgão fazendário, ser parcelado em até 24 (vinte e quatro) pagamentos mensais e sucessivos".

Parágrafo 1º - O parcelamento só será deferido mediante requerimento administrativo dirigido ao senhor secretário Municipal de Fazenda ou petição judicial firmada pelo interessado o que, em ambos os casos, implicará no reconhecimento da dívida.

Parágrafo 2º - O não pagamento de qualquer das parcelas na data fixada no respectivo acordo, importará no vencimento antecipado das parcelas remanescentes e na imediata retomada da cobrança administrativa e judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para novo débito.

Parágrafo 3º - Os débitos já parcelados poderão ser renegociados nos mesmos termos dos Parágrafos anteriores."

Art. 2 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de abril de 2002.

GERALDO PIRES GUIMARÃES
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO
Jornal da Região
Edição 625 pag 6
Data 24/04/02 a
Rubrica

Recebi o original
em 16 / 12 / 99
Bárcia

Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Cantagalo

L E I N.º 404/99, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999.

MODIFICA NÍVEL DE VENCIMENTO E HABILITAÇÃO DO CARGO DE FISCAL DE OBRAS, CRIA GRATIFICAÇÃO PARA O CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS E FISCAL DE OBRAS, E VAGAS PARA O CARGO DE MOTORISTA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **PROMULGA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterado o posicionamento e a habilitação exigida para o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras, constante da tabela de vencimentos, criada pela Lei nº 05/90 e alterada pelas Leis nºs 179/94 e 211/95, na forma abaixo:

Situação Antiga	Situação Atual
Cargo: Fiscal de Obras	Cargo: Fiscal de Obras
Nível: 03	Nível: 05
Habilitação: 1º grau completo e experiência profissional	Habilitação: 2º grau completo.

Art. 2º - SUPRIMIDO.

Art. 3º - Ficam criadas 10 (dez) vagas para o cargo de provimento efetivo de motorista, a serem preenchidas com pessoal legalmente habilitado em concurso público.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 16 de dezembro de 1999.

Jorge Carlos Carvalho Quindeler
Vereador - Presidente

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

=L E I Nº317/98, D E 26 D E M A I O D E 1.998=

ISENTA DE TAXAS DE LEGALIZAÇÃO E QUAISQUER TARIFAS E EMOLUMENTOS, A CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL UNIFAMILIAR, DESTINADA A USO PRÓPRIO, DO TIPO ECONÔMICA, EXECUTADA SEM MÃO DE OBRA ASSALARIADA, NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO/RJ, ATÉ A METRAGEM DE 70 METROS QUADRADOS.

ARTIGO 1º -Fica isenta de taxas de legalização e quaisquer outras tarifas e emolumentos a construção residencial unifamiliar, destinada a uso próprio, do tipo econômica, executada sem mão de obra assalariada, no Município de Cantagalo-RJ, até a metragem de 70 (setenta) metros quadrados.

§ ÚNICO -A comprovação da área total da edificação e destinação e a forma de execução referidas no caput, deste artigo, serão comprovadas por ocasião do requerimento de autorização de construção, segundo orientações administrativas estabelecidas pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos deste Município.

ARTIGO 2º - A isenção prevista no art. 1º, recairá somente sobre o primeiro imóvel que o contribuinte venha a constuir no Município.

ARTIGO 3º - As construções já requeridas que estejam em processo de regularização na Prefeitura, ficam isentas desde que satisfaçam as exigências dos arts. 1º, 2º e 5º desta Lei.

ARTIGO 4º - Os contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal que recolhem o IPTU e que ainda não requereram a legalização da construção, desde que preencham os requisitos previstos nos arts. 1º, 2º e 5º, têm assegurado os benefícios desta Lei, devendo apresentar Projeto, segundo orientações administrativas da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

ARTIGO 5º -Fica o contribuinte obrigado a apresentar Certidões Negativas dos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca de Cantagalo/RJ, provando que não é proprietário de imóvel residencial no Município.

ARTIGO 6º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 26 DE MAIO DE 1.998.

WILDER SEBASTIÃO DE PAULA
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO
JORNAL - Região - Ed 394
DATA 30/05 à 05/06/98

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

PUBLICADO
Jornal do Região
Edição 260 PG:
Data 02/12/94 a
Rubrica

LEI Nº 187 /94

DEFINE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO, ASSEGURANDO-LHES TRATAMENTO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO DIFERENCIADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Considera-se, para efeito desta Lei, como Micro empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

I - Micro Empresa (ME) - quando a receita bruta anual não exceder quantia correspondente a 10.000 UFICAN;

II- Empresa de Pequeno Porte (EPP) - quando a receita bruta anual ultrapassar a quantia correspondente a 10.000 UFICAN, e não exceder ao limite da quantia correspondente a 25.000 UFICAN;

Parágrafo Único- Considera-se receita bruta, toda receita obtida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, excluídos os valores de mercadorias em regime de compensação tributária, tomado como ano fiscal para fins desta Lei, independente do fixado no contrato social da Empresa.

Art. 2º- Os limites fixados para definição das Empresas tratadas nesta Lei estende-se sempre proporcionais aos meses, inclusive frações destes, de seu efetivo funcionamento no exercício considerado do ano anterior ao enquadramento.

§1º- Caso a Empresa não tenha operado no ano anterior ao pedido de enquadramento, será considerado como receita o faturamento relativo aos meses realizados no mesmo período, apurando-se a projeção de receita bruta, por cada mês faturado, na base de 1/12 (um doze avos).

§2º- Em se tratando de novas Empresas, o enquadramento será obtido mediante a declaração de sua estimativa pelo titular da empresa, que não apresentará os documentos fiscais ao final do exercício fiscal, para fins de verificação.

§3º- A cada mês de faturamento corresponderá a sua transposi-

ção dos valores obtidos, em UFICAN daquele mês, para fixação do enquadramento, sua mudança ou cancelamento.

§4º- O enquadramento em outra faixa, ou cancelamento do enquadramento, poderá ser requerido a qualquer tempo pela Empresa interessada, ou procedido de ofício, pela autoridade administrativa.

§5º- O enquadramento de que tratam os parágrafos anteriores obedecerá a seguinte tabela:

CATEGORIA	FAIXA	RECEITA BRUTA ANUAL EM UFICAN
MICRO EMPRESA (ME)	1	Até 3.000
	2	Acima de 3.000 até 6.000
	3	Acima de 6.000 até 10.000
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	4	Acima de 10.000 até 15.000
	5	Acima de 15.000 até 20.000
	6	Acima de 20.000 até 25.000

Art. 3º- Fica assegurado às firmas consideradas como Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) estabelecidas no Município de Cantagalo, tratamento tributário e administrativo diferenciado, como forma de incentivar e apoiar o surgimento de novas Empresas, e o melhoramento da capacidade empresarial das existentes.

Art. 4º- As ME e EPP gozarão das seguintes facilidades administrativas:

I - Na concessão de Alvará de Localização e funcionamento somente serão exigidos os seguintes documentos:

a) - Contrato Social ou Firma Individual devidamente registrado;

b) - Cópia do cartão de Inscrição Estadual e ou do CGC;

c) - Cópia do documento de identidade e do CPF;

d) - Cópia do protocolo expedido pelo Corpo de Bombeiros;

e) - Boletim de Saúde Pública, caso a atividade a ser desenvolvida se relacione com alimentos, produtos de higiene, químicos e farmacêuticos e outras atividades em face da saúde dos funcionários e consumidores;

f) - Apresentação dos Livros de Registro de Entrada e Saída de Mercadorias para conferência, e do livro de Registro de ISS, quando as atividades forem pertinentes;

g) - Comprovação de propriedade de posse do imóvel onde for se instalar a ME ou EPP.

II - Ao recolhimento mensal do imposto devido, fixado conforme estabelecido no art. 7º.

III- Emissão de Nota Fiscal simplificada, assegurada a possibilidade de aferição periódica de suas receitas, ou substituição por livro de lançamento de receita, devidamente registrado.

IV - Guarda, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em ordem cronológica, dos documentos fiscais

Parágrafo único- é facultada a manutenção de livros e documentos fiscais, exceto:

a) - O livro de registro de ISS, no caso de prestadores de serviço;

b) - Os livros de registro de Entrada e Saída de Mercadorias;

c) - Os documentos pertinentes às operações previstas nos incisos.

Art. 5º- é concedida a isenção total da Taxa de Funcionamento e Localização (Alvará) às Empresas beneficiárias desta Lei que vierem a se instalar no Município, no ano de sua instalação.

Art. 6º- é concedida a redução da Taxa de Funcionamento e Localização (Alvará) às Empresas beneficiárias desta Lei, conforme a tabela abaixo:

CATEGORIA	FAIXA	REDUÇÃO DAS TAXAS
MICRO EMPRESA (ME)	1	100%
	2	75%
	3	50%
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	4	35%
	5	30%
	6	25%

Art. 7º- Fica simplificado o recolhimento mensal do ISS das Empresas beneficiárias desta Lei, que passará a ser conforme tabela abaixo, podendo haver redução regulamentada pelo Poder Executivo.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

TABELA DE ENQUADRAMENTO DO REGIME SIMPLIFICADO DE ISS

CATEGORIA	FAIXA	RECOLHIMENTO MENSAL EM UFICAN
MICRO EMPRESA (ME)	1	0
	2	1
	3	2
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	4	5
	5	10
	6	15

Art. 8º- Será concedido Alvará de Localização e Funcionamento em unidades residenciais uni-familiares de propriedade de um dos sócios ou titular da firma individual, respeitada a Lei de Zoneamento Urbano.

§1º- O benefício de que trata este artigo poderá ser estendido a unidades provenientes de locação, se expressamente autorizado o funcionamento e a atividade, pelo proprietário do imóvel.

§2º- As empresas beneficiárias desta concessão somente poderão funcionar com até 10 (dez) empregados, respeitadas as normas que regulem o direito de vizinhança, notadamente quanto à ruídos, expedição de qualquer matéria orgânica ou não, que ultrapasse os limites do estabelecimento e luminosidade, entre outros.

§3º- Excluem-se do benefício de que trata este artigo as empresas que exerçam atividades de: casa de diversões, hotéis e similares, escolas, hospitais e similares, transportes urbanos ou de cargas, bancos de sangue, depósito de combustíveis ou explosivos, comércio de material de construção ou tintas, e outras que por suas características possam ocasionar danos a coletividade.

Art. 9º- Fica criado o Alvará Especial de Localização de Representação para ME e EPP, que será concedido em caráter discricionário e precário e poderá ser cancelado a todo e qualquer tempo, após notificação ou aviso.

§1º- O Alvará de que trata este artigo, se destina exclusivamente a residência multifamiliar de propriedade de um dos sócios, ou do titular de firma individual, funcionando tão somente como ponto de referência.

§2º- é vedada a utilização ou exercício de qualquer atividade ou serviço que implique no ir e vir de pessoas, depósito de mercadorias, enfim, qualquer atividade que não a de ser ponto de referência para fins de correspondência postal ou contato telefônico, proibida a publicidade local.

Art. 10- Fica assegurada a participação das ME e EPP nas licitações, em todas as suas modalidades, promovidas pelos órgãos da administração direta, indireta, autárquicas e fundacionais, do Município de Cantagalo.

§1º- As ME e EPP poderão consorciar-se para fins de obtenção da capacitação técnica-financeira.

§2º- A comprovação do consórcio deverá ser através de documento hábil firmado pelas consorciadas, juntando-se os contratos individuais de cada uma, além de requisito de pré-cadastramento na Prefeitura Municipal de Cantagalo.

Art. 11- É assegurado a ME e EPP cadastradas neste Município, a preferência, em igualdade de condições com terceiros, na aquisição de bens e serviços decorrentes de qualquer modalidade de aquisição, salvo aquelas em que se estabelecer preço mínimo.

Parágrafo Único- Havendo empate entre ME e EPP, indistintamente, o desempate será apurado através de sorteio, a critério da Administração Pública.

Art. 12- A Administração Municipal manterá um cadastro de ME e EPP, que se destinará:

I - A habilitação para fins de licitação e compras;

II - A análise e fiscalização de declarações e documentos, visando a obtenção da real arrecadação, através de sistema simplificado de fiscalização.

Art. 13- A Administração Pública adotará sistema simplificado de fiscalização, adotando, entre outras medidas:

I - A convocação para comparecer às dependências municipais para prestar esclarecimentos sobre receitas e despesas.

II - Fiscalização direta aos estabelecimentos.

Parágrafo Único- O não atendimento da convocação no prazo que for marcado, ou a recusa ou ocultação de livros e documentos implicará em multa de até 10 (dez) UFICAN para ME, e até 40 (quarenta) UFICAN para EPP, a critério da Fazenda Municipal, aplicável em dobro em caso de reincidência, além da perda da condição de tratamento especial e diferenciado.

Art. 14- Ultrapassado o limite anual da faixa em que estiver enquadrada, a ME ou EPP deverá comunicar o fato à Fazenda Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, para ajuste da faixa correspondente, ou seu desenquadramento, a partir da data dessa ocorrência, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre imposto devido, e acréscimo legais.

Parágrafo Único- Caso, no final do exercício, não de alcance o li-

mite mínimo da faixa em que estiver enquadrada, poderá se efetuar seu reenquadramento para a faixa adequada, que valerá para o próximo exercício.

Art. 15- a perda da condição de ME ou EPP em razão da receita realizada, deverá ser comunicada à Fazenda Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fato gerador, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre tributos devido e acréscimos legais.

Art. 16- As empresas que não se enquadrarem como ME ou EPP, na forma desta Lei, e que estiverem operando infração à esta Lei, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - Cancelamento do seu registro como ME ou EPP.

II - Pagamento dos tributos devidos, como empresa não beneficiada por esta Lei, acrescidos de multa de 30% (trinta por cento) e cominações legais.

III- O impedimento, pelo período de 2 (dois) anos de seus sócios, ou titular, a virem a construir nova empresa ou participação em empresa já existente, beneficiada por esta Lei.

Art. 17- Na hipótese de arbitramento do Imposto sobre Serviços face à infração desta Lei, serão aplicadas todas as disposições do Código Tributário deste Município, além das cominações expressas nesta Lei.

Art. 18- O titular ou sócio de ME ou EPP para se beneficiar desta Lei, renuncia a condição de participação limitada no capital social, de modo que possa responder solidária e ilimitadamente pelo pagamento dos tributos e multas devidos.

Art. 19- São excluídas do tratamento estabelecido nesta Lei as empresas:

I - Que se constituem na forma de Sociedade Anônima;

II - As que um dos sócios seja pessoa jurídica;

III- As que um dos sócios, ou titular, participe de outra pessoa jurídica, desde que o somatório dos faturamentos anuais ultrapasse 20.000 UFICAN;

IV - As que participem do capital de outra empresa.

Art. 20- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 28 **DE** NOVEMBRO **DE 1994.**

NILO GUZZO
PREFEITO MUNICIPAL

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

PUBLICADO
Jornal do Região
Edição 260 PG:
Data 02/12/94 a
Rubrica

LEI Nº 187 /94

DEFINE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO, ASSEGURANDO-LHES TRATAMENTO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO DIFERENCIADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Considera-se, para efeito desta Lei, como Micro empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

I - Micro Empresa (ME) - quando a receita bruta anual não exceder quantia correspondente a 10.000 UFICAN;

II- Empresa de Pequeno Porte (EPP) - quando a receita bruta anual ultrapassar a quantia correspondente a 10.000 UFICAN, e não exceder ao limite da quantia correspondente a 25.000 UFICAN;

Parágrafo Único- Considera-se receita bruta, toda receita obtida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, excluídos os valores de mercadorias em regime de compensação tributária, tomado como ano fiscal para fins desta Lei, independente do fixado no contrato social da Empresa.

Art. 2º- Os limites fixados para definição das Empresas tratadas nesta Lei estende-se sempre proporcionais aos meses, inclusive frações destes, de seu efetivo funcionamento no exercício considerado do ano anterior ao enquadramento.

§1º- Caso a Empresa não tenha operado no ano anterior ao pedido de enquadramento, será considerado como receita o faturamento relativo aos meses realizados no mesmo período, apurando-se a projeção de receita bruta, por cada mês faturado, na base de 1/12 (um doze avos).

§2º- Em se tratando de novas Empresas, o enquadramento será obtido mediante a declaração de sua estimativa pelo titular da empresa, que não apresentará os documentos fiscais ao final do exercício fiscal, para fins de verificação.

§3º- A cada mês de faturamento corresponderá a sua transposi-

ção dos valores obtidos, em UFICAN daquele mês, para fixação do enquadramento, sua mudança ou cancelamento.

§4º- O enquadramento em outra faixa, ou cancelamento do enquadramento, poderá ser requerido a qualquer tempo pela Empresa interessada, ou procedido de ofício, pela autoridade administrativa.

§5º- O enquadramento de que tratam os parágrafos anteriores obedecerá a seguinte tabela:

CATEGORIA	FAIXA	RECEITA BRUTA ANUAL EM UFICAN
MICRO EMPRESA (ME)	1	Até 3.000
	2	Acima de 3.000 até 6.000
	3	Acima de 6.000 até 10.000
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	4	Acima de 10.000 até 15.000
	5	Acima de 15.000 até 20.000
	6	Acima de 20.000 até 25.000

Art. 3º- Fica assegurado às firmas consideradas como Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) estabelecidas no Município de Cantagalo, tratamento tributário e administrativo diferenciado, como forma de incentivar e apoiar o surgimento de novas Empresas, e o melhoramento da capacidade empresarial das existentes.

Art. 4º- As ME e EPP gozarão das seguintes facilidades administrativas:

I - Na concessão de Alvará de Localização e funcionamento somente serão exigidos os seguintes documentos:

a) - Contrato Social ou Firma Individual devidamente registrado;

b) - Cópia do cartão de Inscrição Estadual e ou do CGC;

c) - Cópia do documento de identidade e do CPF;

d) - Cópia do protocolo expedido pelo Corpo de Bombeiros;

e) - Boletim de Saúde Pública, caso a atividade a ser desenvolvida se relacione com alimentos, produtos de higiene, químicos e farmacêuticos e outras atividades em face da saúde dos funcionários e consumidores;

f) - Apresentação dos Livros de Registro de Entrada e Saída de Mercadorias para conferência, e do livro de Registro de ISS, quando as atividades forem pertinentes;

g) - Comprovação de propriedade de posse do imóvel onde for se instalar a ME ou EPP.

II - Ao recolhimento mensal do imposto devido, fixado conforme estabelecido no art. 7º.

III- Emissão de Nota Fiscal simplificada, assegurada a possibilidade de aferição periódica de suas receitas, ou substituição por livro de lançamento de receita, devidamente registrado.

IV - Guarda, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em ordem cronológica, dos documentos fiscais

Parágrafo único- é facultada a manutenção de livros e documentos fiscais, exceto:

a) - O livro de registro de ISS, no caso de prestadores de serviço;

b) - Os livros de registro de Entrada e Saída de Mercadorias;

c) - Os documentos pertinentes às operações previstas nos incisos.

Art. 5º- é concedida a isenção total da Taxa de Funcionamento e Localização (Alvará) às Empresas beneficiárias desta Lei que vierem a se instalar no Município, no ano de sua instalação.

Art. 6º- é concedida a redução da Taxa de Funcionamento e Localização (Alvará) às Empresas beneficiárias desta Lei, conforme a tabela abaixo:

CATEGORIA	FAIXA	REDUÇÃO DAS TAXAS
MICRO EMPRESA (ME)	1	100%
	2	75%
	3	50%
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	4	35%
	5	30%
	6	25%

Art. 7º- Fica simplificado o recolhimento mensal do ISS das Empresas beneficiárias desta Lei, que passará a ser conforme tabela abaixo, podendo haver redução regulamentada pelo Poder Executivo.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

TABELA DE ENQUADRAMENTO DO REGIME SIMPLIFICADO DE ISS

CATEGORIA	FAIXA	RECOLHIMENTO MENSAL EM UFICAN
MICRO EMPRESA (ME)	1	0
	2	1
	3	2
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	4	5
	5	10
	6	15

Art. 8º- Será concedido Alvará de Localização e Funcionamento em unidades residenciais uni-familiares de propriedade de um dos sócios ou titular da firma individual, respeitada a Lei de Zoneamento Urbano.

§1º- O benefício de que trata este artigo poderá ser estendido a unidades provenientes de locação, se expressamente autorizado o funcionamento e a atividade, pelo proprietário do imóvel.

§2º- As empresas beneficiárias desta concessão somente poderão funcionar com até 10 (dez) empregados, respeitadas as normas que regulem o direito de vizinhança, notadamente quanto à ruídos, expedição de qualquer matéria orgânica ou não, que ultrapasse os limites do estabelecimento e luminosidade, entre outros.

§3º- Excluem-se do benefício de que trata este artigo as empresas que exerçam atividades de: casa de diversões, hotéis e similares, escolas, hospitais e similares, transportes urbanos ou de cargas, bancos de sangue, depósito de combustíveis ou explosivos, comércio de material de construção ou tintas, e outras que por suas características possam ocasionar danos a coletividade.

Art. 9º- Fica criado o Alvará Especial de Localização de Representação para ME e EPP, que será concedido em caráter discricionário e precário e poderá ser cancelado a todo e qualquer tempo, após notificação ou aviso.

§1º- O Alvará de que trata este artigo, se destina exclusivamente a residência multifamiliar de propriedade de um dos sócios, ou do titular de firma individual, funcionando tão somente como ponto de referência.

§2º- é vedada a utilização ou exercício de qualquer atividade ou serviço que implique no ir e vir de pessoas, depósito de mercadorias, enfim, qualquer atividade que não a de ser ponto de referência para fins de correspondência postal ou contato telefônico, proibida a publicidade local.

Art. 10- Fica assegurada a participação das ME e EPP nas licitações, em todas as suas modalidades, promovidas pelos órgãos da administração direta, indireta, autárquicas e fundacionais, do Município de Cantagalo.

§1º- As ME e EPP poderão consorciar-se para fins de obtenção da capacitação técnica-financeira.

§2º- A comprovação do consórcio deverá ser através de documento hábil firmado pelas consorciadas, juntando-se os contratos individuais de cada uma, além de requisito de pré-cadastramento na Prefeitura Municipal de Cantagalo.

Art. 11- É assegurado a ME e EPP cadastradas neste Município, a preferência, em igualdade de condições com terceiros, na aquisição de bens e serviços decorrentes de qualquer modalidade de aquisição, salvo aquelas em que se estabelecer preço mínimo.

Parágrafo Único- Havendo empate entre ME e EPP, indistintamente, o desempate será apurado através de sorteio, a critério da Administração Pública.

Art. 12- A Administração Municipal manterá um cadastro de ME e EPP, que se destinará:

I - A habilitação para fins de licitação e compras;

II - A análise e fiscalização de declarações e documentos, visando a obtenção da real arrecadação, através de sistema simplificado de fiscalização.

Art. 13- A Administração Pública adotará sistema simplificado de fiscalização, adotando, entre outras medidas:

I - A convocação para comparecer às dependências municipais para prestar esclarecimentos sobre receitas e despesas.

II - Fiscalização direta aos estabelecimentos.

Parágrafo Único- O não atendimento da convocação no prazo que for marcado, ou a recusa ou ocultação de livros e documentos implicará em multa de até 10 (dez) UFICAN para ME, e até 40 (quarenta) UFICAN para EPP, a critério da Fazenda Municipal, aplicável em dobro em caso de reincidência, além da perda da condição de tratamento especial e diferenciado.

Art. 14- Ultrapassado o limite anual da faixa em que estiver enquadrada, a ME ou EPP deverá comunicar o fato à Fazenda Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, para ajuste da faixa correspondente, ou seu desenquadramento, a partir da data dessa ocorrência, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre imposto devido, e acréscimo legais.

Parágrafo Único- Caso, no final do exercício, não de alcance o li-

mite mínimo da faixa em que estiver enquadrada, poderá se efetuar seu reenquadramento para a faixa adequada, que valerá para o próximo exercício.

Art. 15- a perda da condição de ME ou EPP em razão da receita realizada, deverá ser comunicada à Fazenda Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fato gerador, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre tributos devido e acréscimos legais.

Art. 16- As empresas que não se enquadrarem como ME ou EPP, na forma desta Lei, e que estiverem operando infração à esta Lei, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - Cancelamento do seu registro como ME ou EPP.

II - Pagamento dos tributos devidos, como empresa não beneficiada por esta Lei, acrescidos de multa de 30% (trinta por cento) e cominações legais.

III- O impedimento, pelo período de 2 (dois) anos de seus sócios, ou titular, a virem a construir nova empresa ou participação em empresa já existente, beneficiada por esta Lei.

Art. 17- Na hipótese de arbitramento do Imposto sobre Serviços face à infração desta Lei, serão aplicadas todas as disposições do Código Tributário deste Município, além das cominações expressas nesta Lei.

Art. 18- O titular ou sócio de ME ou EPP para se beneficiar desta Lei, renuncia a condição de participação limitada no capital social, de modo que possa responder solidária e ilimitadamente pelo pagamento dos tributos e multas devidos.

Art. 19- São excluídas do tratamento estabelecido nesta Lei as empresas:

I - Que se constituem na forma de Sociedade Anônima;

II - As que um dos sócios seja pessoa jurídica;

III- As que um dos sócios, ou titular, participe de outra pessoa jurídica, desde que o somatório dos faturamentos anuais ultrapasse 20.000 UFICAN;

IV - As que participem do capital de outra empresa.

Art. 20- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 28 **DE** NOVEMBRO **DE 1994.**

NILO GUZZO
PREFEITO MUNICIPAL

Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

L E I Nº 93/92, D E 26 D E M A I O D E 1 9 9 2

ESTABELECE PERCENTUAL DE DIFERENÇA NOS NÍVEIS DE VENCIMENTOS DO FUNCIONALISMO; EXTINGUE O ABONO TEMPORÁREO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - O menor vencimento pago na Municipalidade passa a ser de Cr$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros), correspondente ao nível 01 da Tabela de Cargos aprovada pela Lei nº 05/90.

ART. 2º - Fica instituída uma diferença de no mínimo 5% (cinco por cento) entre os níveis da Tabela de Vencimentos do Município, a começar pelo nível 01 até o nível 05.

ART. 3º - Em consequência do disposto na presente Lei, fica revogada a Lei nº 86/92, de 24.02.92 que concedeu Abono Temporáreo aos níveis 02, 03 e 04.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01 de maio de 1992.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 26 DE MAIO DE 1992.

GERALDO PIRES GUIMARÃES

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

=L E I Nº012/90, D E 22 D E J U N H O D E 1990=

Modifica redação do Ítem 48 da Lista de Serviços (Artº 29 - Lei nº20/77), revoga Leis e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE L E I:

ARTº 1º - O Ítem 48 da Lista de Serviços, estabelecido no Artº 29 , da Lei Municipal nº20/77, de 28 de novembro de 1.977, passa a ter a seguinte redação: "Ítem 48 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço exclusivamente com material por' ele fornecido, inclusive a prestação do serviço ao Poder' Público, Autarquias, Empresas Concessionárias de Produção de Energia Elétrica e Empresas Públicas.

ARTº 2º - Execução por administração, empreitada ou sub-empreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares, e os respectivos serviços de engenharia consultiva , quando contratados com a União, Estados, Distrito Federal Municípios, Autarquias, Empresas Concessionárias de Serviços Públicos e Empresas Públicas, ficam sujeitos ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza I.S.S., que se refere o Artº 29, da Lei nº20/77 (Código Tributário Municipal).

ARTº 3º - A Municipalidade, a seu critério, reterá na fonte o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza I.S.S., devido por serviços a ela prestados.

ARTº 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis nº 08/75, de 12.09.75 e nº 03/85, de 28.06.85.

GABINETE DO PREFEITO, EM 22 DE JUNHO DE 1990.

GERALDO PIRES GUIMARÃES
=PREFEITO MUNICIPAL=

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

- L E I Nº 015/87, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.987 -

EMENTA: ALTERA O ART.29 DA LEI Nº20/77, DE 28/11/77 E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE L E I:

ART. 1º - O art. 29 da Lei nº 20/77, de 28 de novembro de 1.977, receberá a seguinte alteração:

1 - ...
2 - ...
3 - ...
4 - ...
5 - ...
6 - ...
7 - ...
8 - ...
9 - ...
10- ...
11- ...
12- ...
13- ...
14- ...
15- ...
16- ...
17- ...
18- ...
19- ...
20- ...
21- ...
22- ...
23- ...
24- ...
25- ...
26- ...
27- ...
28- ...

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

29 - ...
30 - ...
31 - ...
32 - ...
33 - ...
34 - ...
35 - ...
36 - ...
37 - ...
38 - ...
39 - ...
40 - ...
41 - ...
42 - ...
43 - ...
44 - ...
45 - ...
46 - ...
47 - ...
48 - ...
49 - ...
50 - ...
51 - ...
52 - ...
53 - ...
54 - ...
55 - ...
56 - ...
57 - ...
58 - ...
59 - Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).
60 - ...

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

61 - ...
62 - ...
63 - ...
64 - ...
65 - ...
66 - ...

67 - Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco central, fornecimento de talões de cheques; emissão de cheques administrativos, transferência de fundos, devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamentos e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento, elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extratos de contas; emissão de carnês; (neste item não está abrangido o ressarcimento à intituições financeiras, de gastos com portes de correio, telegramas, telex e teleprocessamento; necessários a prestação dos serviços).

68 - Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo município.

ART. 2º - O anexo I da Lei nº 20/77, de 28.11.77, fica acrescido os seguintes itens com respectivos percentuais sobre o preço dos serviços para as empresas que exploram os serviços de:

ATIVIDADE	PERCENTUAL SOBRE O PREÇO DO SERV.
59 - Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança e recebimento de outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento(este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central)....	4%

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

ATIVIDADE	PERCENTUAL SOBRE O PREÇO DO SERV.
67 - Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talões de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação do pagamento de cheques; ordens de pagamentos e de créditos por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral, aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de conta; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento à instituições financeiras; de gastos com portes de correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação dos serviços).....	5%
68 - Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo município.....	5%

ART. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a editar os regulamentos necessários ao fiel cumprimento dos dispositivos da presente Lei.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, devendo produzir seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 1.988.

GABINETE DO PREFEITO, 30 DE DEZEMBRO DE 1.987

NILO GUZZO
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

=L E I Nº 003/85, D E 28 D E J U N H O D E 1985=

Regula a isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS concedida às microempresas e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE L E I:

ARTº 1º - Ficam isentas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS as microempresas, assim consideradas as firmas individuais e as pessoas jurídicas que obtiverem, anualmente, receita igual ou inferior ao valor nominal de 1000 (Mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, apurada segundo o valor unitário desses títulos no mês de Janeiro do ano-base.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para efeito do disposto nesta Lei, denomina-se ano-base o ano anterior ao da isenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para apuração do limite anual devem ser computadas todas as receitas da empresa, inclusive as não operacionais, sem quaisquer deduções, mesmo as permitidas para o recolhimento do ISS, auferidas no período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro do ano-bese.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na apuração da receita a que se refere este artigo serão computadas as receitas de todos os estabelecimentos da empresa, prestadores ou não de serviços, situadas ou não no Município.

ARTº 2º - Excluem-se do tratamento previsto nesta Lei as empresas:

I - constituídas sob a forma de sociedade por ações;

II- cujo titular ou qualquer sócio seja domiciliado no exterior;

III- que tenham como sócio pessoa jurídica;

IV- cujo titular ou qualquer sócio, inclusive os cônjuges destes participem do capital de outra empresa, salvo quando:

Continuação.

1. a participação seja, de no máximo, 5% (cinco por cento);
2. a participação decorra de investimentos vinculados a incentivos fiscais, efetuados antes da vigência desta Lei; e
3. a soma das receitas brutas das empresas interligadas não ultrapasse o limite fixado no artigo 1º.

V - que prestem serviços relativos à importação de produtos estrangeiros;

VI- cujas atividades envolvam a compra e venda, locação, administração e incorporação de imóveis, inclusive loteamentos;

VII- que realizem operações ou prestem serviços relativos a câmbio, seguros e distribuição de títulos e valores mobiliários;

VIII- de prestação de serviços médicos, odontológicos, veterinários, advocatícios, laboratoriais, inclusive de eletricidade médica, de economia, de contabilidade, de engenharia, de arquitetura, de despachantes e de outros assemelhados, prestados por profissionais titulados;

IX - que operam com armazenamento ou depósito de bens de terceiros;

X - de publicidades e propaganda; e

XI - de diversões públicas.

ARTº 3º - O enquadramento como microempresa somente será efetivado mediante comunicação do interessado, na forma definida pelo Poder Executivo, da qual constarão:

I - nome e identificação da firma individual ou da pessoa jurídica e seus sócios;

II - número da inscrição municipal; e

III- declaração expressa do titular ou de todos os sócios de que a receita bruta do ano anterior não excedeu o limite fixado no artigo 1º, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses da exclusão previstas no artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - O enquadramento surtirá efeito a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da comunicação.

ARTº 4º - A empresa em constituição, ou a que não tenha funcionado no ano anterior, também pode enquadrar-se no regime

Continua...

Continuação.

desta Lei, desde que o titular ou sócio declara que a receita bruta prevista para o ano em curso não excederá o limite no artigo 1º e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão contidas no artigo 2º.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O limite de que trata este artigo será proporcional ao número de meses, ou fração de mês, de efetivo exercício.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de a receita efetiva do primeiro ano de atividade, ou do ano em que a empresa reiniciar o funcionamento, ultrapassar o limite estabelecido no artigo seguinte, considerada a ressalva do parágrafo anterior, o contribuinte sujeitar-se-á ao recolhimento integral do imposto,acrescido de mora e correção monetária, no prazo fixado pelo Poder Executivo.

ARTº 5º - A empresa que deixar de preencher qualquer dos requisitos previstos no artigo 1º ou cuja receita bruta, acumulada durante o ano da fruição da isenção, ressalvada as disposições do artº anterior, ultrapasse a 1000 (Mil) ORTNs. perde a condição de microempresa ficando sujeita ao recolhimento do imposto relativo às operações realizadas após o referido fato e submetendo-se às regras normais de tributação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para determinação do limite mencionado neste artigo, considera-se o valor da ORTN vigente no mês de janeiro do próprio ano da fruição da isenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A perda da condição de microempresa deve ser comunicada à repartição competente, no prazo fixado pelo Poder Executivo.

ARTº 6º - As empresas enquadradas no regime desta Lei ficam dispensadas da escrituração de livros fiscais, mas sujeitas à emissão de nota fiscal, que poderá ser simplificada, consoante o disposto em regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam mantidas as obrigações acessórias relativas à inscrição cadastral; à apresentação de informações econômico- fiscais, à guarda de livros e aos documentos fiscais, no que coube.

ARTº 7º - O enquadramento da firma individual ou da pessoa jurídica como microempresa não elide a obrigação solidária e a responsabilidade tributária prevista em Lei, salvo quanto à retenção de imposto devido por terceiros também classificados como microempresas.

ARTº 8º - A pessoa jurídica que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como mi-

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

Continuação.

croempresa, estará sujeita às seguintes conseguências:

I - cancelamento de ofício do seu registro como microempresa;

II- pagamento dos tributos devidos, como se isenção alguma houvesse existido, acrescidos de correção monetária e demais penalidades previstas no Código Tributário do Município; e

III-impedimento de que seu titular ou qualquer sócio constitua nova microempresa ou participe de outra já existente, com os favores desta Lei.

ARTº 9º - O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários à aplicação desta Lei, e manterá registros internos , visando à observação do limite da perda de receita tributária do Município.

ARTº 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 1985.

GABINETE DO PREFEITO, EM 28 DE JUNHO DE 1985.

NILO GUZZO

=PREFEITO MUNICIPAL=

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 01/81, DE 12 DE MAIO DE 1981.

A Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Ao artigo 26 da Lei nº 20/77, de Código Tributário Municipal, fica acrescida a letra "G", com a seguinte redação: Artigo 26- Desde que cumpridas as exigências da Legislação. Fica isento do Imposto e bem imóvel:

a)...
b)...
c)...
d)...
e)...
f)...
g)Pertencente ou cedido gratuitamente em sua totalidade, a Sociedade ou instituição de fins filantrópicos, comprovados.

Art.2º- Ao artigo 57, da Lei Municipal nº 20/77, de 28/11/77, fica acrescida a letra "e", que terá a seguinte redação. Art. 57 "Desde que cumpridas as exigências da Legislação.

Fica isentos do Imposto os serviços

a)...
b)...
c)...
d)...
e)Prestados por Sociedade ou Instituição de fins filantrópicos, comprovados.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 1978.

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Maio de 1981.

Wilder Sebastião de Paula
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

= L E I Nº013/81, D E 23 D E O U T U B R O DE 1 981 =

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE L E I:-

ART. 1º- Ao artigo nº26, da Lei nº 20/77, de 28/11/77, Código Tributário Municipal, alterado pela Lei nº01/81, de 12/05/81, fica acrescida a Letra H com a seguinte redação: Art. 26"Desde que cumpridas as exigências da legislação, fica isento do Imposto o bem imóvel":

a).....
b).....
c).....
d).....
e).....
f).....
g).....
h)de propriedade de ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira que participou de Operação Bélica durante a Segunda Guerra Mundial, usado exclusivamente para sua residência.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 1 982.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 23 DE OUTUBRO DE 1 981.

WILDER SEBASTIÃO DE PAULA
=PREFEITO MUNICIPAL=

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

L E I Nº 14/79, DE 09 DE OUTUBRO DE 1979.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE L E I :

Art. 1º - Ficam criadas as seguintes funções, no quadro do pessoal contratado desta Prefeitura, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (C. L. T.), com base no Ato Complementar nº 52 da Presidência da República, conforme quadro abaixo:

F U N Ç Ã O	UN. ADM.	SALÁRIO
	SEC. MUNIC.SAÚDE E P.SOCIAL	
MÉDICO	"	7.400,00
DATILÓGRAFO	"	1.858,00
FAXINEIRO	"	1.600,00
	SEC.MUNIC.OB.E SERV.PÚBLIC.	
TÉCNICO EM AGRIMENSURA	"	15.500,00
ENCARREGADO DE INFRA ESTRUTURA	"	10.500,00
ENGENHEIRO OPERACIONAL	"	5.000,00
ARQUITETO	"	5.000,00
CARPINTEIRO	"	2.400,00
AUX. DE TOPÓGRAFO	"	1.600,00
LUBRIFICADOR	"	1.600,00
APONTADOR	"	1.600,00
	SEC.MUNIC.EDUCAÇÃO E CULTURA	
TÉCNICO ELETRÔNICO	"	3.200,00
AG.AT.APOIO AO MOBRAL	"	1.600,00
MOBILIZADOR	"	1.600,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro do corrente ano.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO, EM: 09 DE OUTUBRO DE 1979.

WILDER SEBASTIÃO DE PAULA
Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

= L E I Nº03/78 =

Reformula o Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Cantagalo, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Cantagalo passa a ser o constante do Anexo, I da presente Lei.

Parágrafo único- Os cargos previstos na parte Suplementar serão extintos quando vagarem.

Art. 2º - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos do Quadro de Pessoal Efetivo, são os constantes da Tabela prevista no Anexo II.

Art. 3º - Os servidores contratados terão salários iguais aos dos funcionários efetivos com atribuições semelhantes, conforme a Tabela prevista no Anexo II.

Art. 4º - Os servidores contratados não abrangidos pelo artigo anterior, terão seus aumentos calculados de acordo com a Tabela prevista no Anexo III.

Art. 5º - Os aposentados e pensionistas da Prefeitura Municipal de Cantagalo terão um aumento no valor de 45% (quarenta e cinco por cento), calculados sobre seus atuais proventos e pensões.

Art. 6º - O Prefeito realizará o enquadramento dos servidores municipais de acordo com as disposições da presente Lei.

Art. 7º - Fica o Préfeito autorizado a baixar os atos complementares necessários a execução da presente Lei.

Art. 8º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta das dotações próprias,

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

= L E I Nº 03/78 =

Art. 9º - Esta Lei produzirá efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 1 978.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Deliberação 04/73 e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO, EM 23 DE MAIO DE 1 978.

WILDER SEBASTIÃO DE PAULA
=PREFEITO MUNICIPAL=

ços públicos, administração dos serviços rodoviários, controle dos transportes concedidos, e administrações distritais;

— instituição na Secretaria Municipal de Educação e Cultura — atual Diretoria de Educação e Cultura — de unidades distintas para o desempenho das competências relativas à educação e cultura;

— criação da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, com unidades distintas para o desempenho das atividades de saúde e promoção social;

— extinção da Assessoria Jurídica, enquanto órgão, passando suas atividades a serem executadas por Assessor diretamente ligado ao Prefeito Municipal.

Devo, finalmente, acrescentar que o quantitativo proposto nos Anexos I e II para os cargos em comissão e funções gratificadas representa o mínimo com que deve contar a Administração Municipal, e que a respectiva remuneração está adequada às disponibilidades do Município e às atribuições a serem desempenhadas.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

WILDER SEBASTIÃO DE PAULA
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI DE
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

LEI N.º 04/78 DE 26 DE MAIO DE 1978

Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Cantagalo e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Seção I

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 1.º — A Prefeitura Municipal de Cantagalo adotará o planejamento como método permanente de ação — envolvendo, inclusive, os aspectos físico-territoriais — traduzido na utilização racional dos recursos humanos, naturais, materiais e financeiros disponíveis, com vistas ao desenvolvimento econômico e social do território do Município.

Art. 2.º — O processo de planejamento municipal se verificará através dos seguintes instrumentos normativos e operacionais:

I — Diretrizes gerais;

II — Planos, programas e projetos;

III — Orçamento-programa anual;

IV — Orçamento plurianual de investimentos;

V — Programação financeira anual de desembolso;

VI — Sistema de acompanhamento da execução dos programas e projetos setoriais.

Art. 3.º — Na elaboração dos planos, programas e projetos, a Prefeitura adotará critérios de prioridade, com base nas vocações econômicas e na essencialidade para o desenvolvimento econômico-social do Município, no atendimento do interesse público e na existência de recursos financeiros que assegurem sua plena execução.

Art. 4.º — Para executar a programação, a Prefeitura buscará examinar a existência de recursos de outras entidades públicas, estaduais e federais, e particulares, celebrando convênios de apoio financeiro e de outros tipos, bem como consorciando-se com outras Prefeituras visando a solução de problemas comuns e o melhor aproveitamento de recursos humanos, naturais, técnicos, materiais e financeiros.

Art. 5.º — Objetivando o melhor cumprimento da programação municipal, dos fins para os quais os órgãos foram criados, a agilidade operacional interna e a relativa ao atendimento público, os métodos e processos administrativos e de atuação serão continuamente atualizados.

Parágrafo único — A Prefeitura buscará elevar a produtividade operacional de seus órgãos através de rigorosa seleção de candidatos ao ingresso no seu quadro de pessoal, do treinamento e aperfeiçoamento dos servidores, do estabelecimento de níveis de remuneração compatíveis com a qualificação dos recursos humanos e as disponibilidades do Tesouro Municipal, e do estabelecimento e observância de critérios de promoção e acesso.

Art. 6.º — A Prefeitura recorrerá, sempre que admissível e aconselhável, à execução indireta de obras e serviços mediante contrato, concessão, permissão ou convênio com pessoas ou entidades públicas ou particulares, de forma a evitar encargos permanentes à Prefeitura.

Seção II

DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 7.º — A estrutura básica da Prefeitura compõe-se dos seguintes órgãos:

I — Órgão Colegiado

1. Conselho Municipal de Turismo

II — Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Prefeito

1. Gabinete do Prefeito
2. Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral

III — Órgãos de Apoio Administrativo, Financeiro e Técnico

1. Secretaria Municipal de Administração

2. Secretaria Municipal de Fazenda
3. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
4. Secretaria Municipal de Educação e Cultura
5. Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social

Seção III

DAS ÁREAS DE COMPETÊNCIA

Art. 8.º — Do Conselho Municipal de Turismo:

I — Promoção do Turismo no Município, em estreita consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Estado;

II — Apoio à realização de eventos de caráter turístico no Município;

III — Promoção de medidas que visem à preservação das áreas de interesse turístico do Município.

Art. 9.º — Do Gabinete do Prefeito:

I — Assistência administrativa ao Prefeito e demais órgãos da administração municipal;

II — Auxílio ao Prefeito em sua representação funcional e social;

III — Execução das atividades de relações públicas e de atendimento aos munícipes.

Art. 10 — Da Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral:

I — Planejamento para os desenvolvimentos econômico e social;
II — Planejamento para o desenvolvimento físico-territorial;
III — Programação de fundos vinculados;
IV — Programação e elaboração orçamentária;
V — Modernização administrativa;
VI — Acompanhamento da execução orçamentária e da programação do Governo Municipal;
VII — Fomento às atividades econômicas;
VIII — Assessoramento técnico ao Prefeito e demais órgãos da estrutura administrativa;
IX — Coordenação das ações da Administração Municipal;
X — Articulação com órgãos dos Sistemas de Planejamento das demais esferas de Governo e com o Sistema de Informações para o Planejamento Estadual.

Art. 11 — Da Secretaria Municipal de Administração:

I — Administração de pessoal;

II — Administração de material;

III — Documentação e arquivo;

IV — Patrimônio;

V — Serviços auxiliares.

Art. 12 — Da Secretaria Municipal de Fazenda:

I — Administração financeira e tributária;

II — Contabilidade e auditoria interna;

III — Arrecadação e fiscalização de tributos;

IV — Execução orçamentário-financeira;

V — Empenho, liquidação e pagamento das despesas;

VI — Guarda e movimentação de valores;

VII — Escrituração dos bens do Município;

VIII — Licenciamento para localização de estabelecimentos, para exploração de publicidade e outros.

Art. 13 — Da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

I — Execução de obras; fiscalização de obras e serviços realizados por contrato, concessão, permissão ou convênio;

II — Licenciamento e fiscalização de obras particulares;

III — Licenciamento e fiscalização do parcelamento da terra e do uso do solo;

IV — Limpeza pública e coleta de lixo;

V — Água e esgotos;

VI — Rodoviária, feiras, matadouros mercados e cemitérios;

VII — Construção e conservação de estradas municipais;

VIII — Guarda e manutenção de veículos oficiais;

IX — Iluminação Pública;

X — Fiscalização das posturas municipais;

XI — Defesa e conservação dos recursos naturais e paisagísticos do Município;

XII — Concessão de serviços de transportes coletivos nas linhas municipais e de táxis;

XIII — Coordenação das Administrações Distritais.

Art. 14 — Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I — Educação no âmbito municipal;

II — Cultura e recreação;

III — Patrimônio histórico e artístico;

IV — Alimentação escolar.

Art. 15 — Da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social:

I — Saúde e fiscalização sanitária;

II — Assistência médica e social aos munícipes não abrangidos pelo Sistema de Previdência Social;

III — Assistência técnica e coordenação das atvidades das instituições beneficentes apoiadas pela Prefeitura.

Seção IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 16 — Nenhum servidor público municipal poderá perceber remuneração superior à percebida pelo servidor estadual de categoria correspondente.

Art. 17 — O Prefeito, no prazo de 90 (noventa) dias, aprovará o Regimento Interno da Prefeitura, estabelecendo o desdobramento operacional da estrutura básica constante do art. 7.º, a competência das unidades administrativas e as atribuições dos seus dirigenes.

Art. 18 — As denominações, símbolos, quantitativos e valores dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, necessários à implantação da estrutura básica e do desdobramento operacional, são os constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 1.º — O funcionário nomeado para o Cargo em Comissão da estrutura a que se refere este artigo, na medida em que venha a ser implantada, e haja optado pelos vencimentos e vantagens do cargo efetivo de que seja titular, fará jus à gratificação pelo exercício da comissão, equivalente à metade do valor fixado para o símbolo correspondente.

§ 2.º — A gratificação de função, correspondente ao exercício de função gratificada, é vantagem acessória que se acresce, nos valores fixados no Anexo II, ao vencimento do servidor efetivo ou contratado em atividade, designado para o respectivo desempenho na estrutura mencionada neste artigo e, da mesma forma, na medida em que venha a ser implantada.

§ 3.º — O exercício de função gratificada por servidor contratado equipara-se ao exercício de função de confiança de que trata o parágrafo único do artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 19 — Poderá ser atribuída Gratificação pela Representação de Gabinete aos ocupantes dos Cargos em Comissão, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) dos valores dos símbolos correspondentes.

Art. 20 — Ficam extintos os atuais Cargos em Comissão e as Funções Gratificadas constantes dos Anexos III e IV desta Lei.

Art. 21 — Na medida em que forem instalados os órgãos que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, prevista nesta Lei, serão extintos, automaticamente, os atuais órgãos, ficando o Prefeito Municipal autorizado a promover as necessárias transferências de pessoal, dotações orçamentárias e instalações.

Art. 22 — As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas, no corrente exercício, por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 23 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cantagalo, em 26 de maio de 1978.

WILDER SEBASTIÃO DE PAULA
Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargos em Comissão

Símbolo	Denominação	N.º de Cargos	Vencimento (Cr$ 1,00)
DAS-1	Secretário Municipal	5	5.000
DAS-1	Chefe de Gabinete	1	5.000
DAS-1	Assessor-Chefe	1	5.000
DAS-1	Assessor Jurídico	1	5.000
DAS-2	Assessor	5	4.300
DAS-3	Diretor de Divisão	3	4.000

ANEXO II

Funções Gratificadas

Símbolo	Denominação	N.º de Funções	Valor de Gratificação de Função (Cr$ 1,00)
CAI-1	Encarregado Distrital	4	1.500
CAI-1	Chefe de Serviço	11	1.500
CAI-2	Chefe de Seção	4	1.000
CAI-2	Assistente	10	1.000

ANEXO III

Cargos em Comissão

Denominação	N.º de Cargos	Vencimento (Cr$ 1,00)
Secretário Geral	1	3.750
Diretor	5	3.500
Assessor	2	3.500

ANEXO IV

Funções Gratificadas

Denominação	N.º de Funções	Valor de Gratificação de Função (Cr$ 1,00)
Chefe de Serviço	4	1.000
Administrador Regional	4	800

LEI N.º 20/77

Institui o Código Tributário do Município de Cantagalo.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O sistema tributário do Município é regido pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172 de 25/10/66), Leis Complementares e por este Código, que institui os tributos, define as obrigações principais e acessórias das pessoas a ele sujeitas e regula o procedimento tributário.

Art. 2º - O presente Código é constituído de quatro Títulos, com a matéria assim distribuída:

I – Título I, que regula os diversos tributos, dispondo sobre:

a) Incidência tributária, pela definição do fato gerador da respectiva obrigação e, quando necessário, de seus elementos essenciais;
b) Sujeição passiva tributária, pela definição do contribuinte e do responsável;
c) Sistemática de cálculo, pela definição da base de cálculo e da alíquota do tributo;
d) Instituição do crédito tributário, contendo disposições sobre inscrição e lançamento;
e) Arrecadação tributária, contendo disposições sobre formas e prazos de pagamento;
f) Ilícito tributário, pela definição das infrações e das respectivas penalidades;
g) Dispensa de pagamento dos tributos, pela definição das isenções fiscais.

II – Título II, que dispõe quanto às normas gerais aplicáveis aos tributos, abrangendo regras sobre:

a) Sujeito passivo tributário;
b) Lançamento;
c) Arrecadação;
d) Restituição;
e) Infrações e penalidades;
f) Imunidades e isenções.

III – Título III, que determina o procedimento fiscal e as normas de sua aplicação;
IV – Título IV, que dispõe sobre a Administração Tributária.

TÍTULO I
DOS TRIBUTOS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 3º - Ficam instituídos os seguintes tributos:

I. Imposto Predial e Territorial Urbano
II. Imposto sobre Serviço
III. Taxa de Coleta de Lixo
IV. Taxa de Limpeza Urbana
V. Taxa de Conservação e Calçamento
VI. Taxa de Iluminação Pública
VII. Taxa de Serviços de Pavimentação
VIII. Taxa de Licença para Localização e Funcionamento
IX. Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial
X. Taxa de Licença para Publicidade
XI. Taxa de Licença para Execução de Obras
XII. Taxa de Abate de Gado

XIII. Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos.
XIV. Contribuição de Melhoria.

CAPÍTULO II
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 4º - O Imposto Predial e Territorial Urbano é devido pela propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel localizado na zona urbana.

Art. 5º - O bem imóvel, para efeitos deste imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§1º - Considera terreno o bem imóvel:
a) Sem edificação;
b) Em que houver construção paralisada ou em andamento;
c) Em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;
d) Cuja construção seja de natureza temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§2º - Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação que possa ser utilizada para habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 6º - Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana:
I. A área em que existam, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
a) Meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
b) Abastecimento de água;
c) Sistemas de esgotos sanitários;
d) Rede de iluminação pública, com ou seu posteamento, para distribuição domiciliar;
e) Escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do bem imóvel considerado.

II. A área que, independentemente de sua localização, não seja destinada à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agro-industrial.
III. A área urbanizável ou de expansão urbana, constante de loteamento aprovado pelo órgão competente, destinada à habilitação, à indústria ou ao comércio.

Art. 7º - A lei municipal fixará a delimitação da zona urbana.

Art. 8º - A incidência do imposto independe:

I. Da legitimidade do título de aquisição ou de posse do bem imóvel;
II. Do resultado econômico da exploração do bem imóvel;
III. Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel;

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 9º - Contribuinte do Imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

Parágrafo Único – São também contribuinte o promitente comprador imitido na posse, os posseiros, ocupantes ou comodatários de imóveis pertencentes à União, Estados ou Municípios ou a quaisquer outras pessoas isentas ou imunes.

SEÇÃO III
CÁLCULO DO IMPOSTO

Art. 10 – O Imposto, devido anualmente, será calculado sobre o valor venal do bem imóvel.

Art. 11 – O valor venal do bem imóvel será determinado;

I. Tratando-se de prédio, pelo valor das construções, obtido através da multiplicação da área construída pelo valor unitário de metro quadrado equivalente ao tipo e ao padrão da construção, aplicados aos fatores de correção, somado ao valor do terreno, ou de sua parte ideal, obtido nas condições fixadas no inciso seguinte.

II. Tratando-se de terreno, pela multiplicação de sua área pelo valor unitário de metro quadrado de terreno, aplicados os fatores de correção.

§1º - O Poder Executivo poderá instituir fatores de correção, relativos às características próprias ou à situação do bem imóvel, que serão aplicados, em conjunto ou isoladamente, na apuração do valor venal.

Art. 12 – Constituem instrumentos para a apuração da base de cálculos do Imposto:

a) Planta de valores de terrenos, estabelecida pelo Poder Executivo, que indique o valor do metro quadrado dos terrenos em função de sua localização.
b) As informações de Órgãos Técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções em função dos respectivos tipos;
c) Fatores de correção de acordo com a situação pedologia e topografia dos terrenos, e fatores de correção de acordo com a categoria e estado de conservação dos prédios.

Art. 13 – Sem prejuízo da edição da planta de valores, o Poder Executivo atualizará os valores unitários de metro quadrado de terreno e de construção.

Art. 14 – No cálculo do Imposto, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

I. 1% (hum por cento) tratando-se de terreno;
II. 0,5% (meio por cento) tratando-se de prédio.

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 15 – Os imóveis situados na zona urbana do Município serão cadastrados pela Administração.

Art. 16 – a inscrição no Cadastro Imobiliário é obrigatória, devendo ser requerida separadamente para cada imóvel de que o contribuinte seja proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, mesmo que sejam beneficiados por imunidade ou isenção fiscal.

Art. 17 – Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, poderá ser considerada a situação de fato do bem imóvel abstraindo-se a descrição contida no respectivo título de propriedade.

Art. 18 – O cadastro imobiliário, sem prejuízos de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

§1º - O contribuinte promoverá inscrição sempre que se formar uma unidade imobiliária, nos termos do artigo 17, e a alteração, quando ocorrer modificação nos dados contidos no cadastro.

§2º - A inscrição será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias, contados da formação da unidade imobiliária, ou, quando for o caso, da convocação por edital ou do despacho publicado no órgão oficial do Município.

§3º - A alteração será efetuada em formulário próprio, no prazo de 20 dias, contados da data da ocorrência da modificação, inclusive nos casos de:

I. Conclusão da construção, no todo ou em parte, em condições de uso ou habitação;
II. Aquisição da propriedade, domínio útil ou posse de bem imóvel.

§4º - A Administração poderá promover, de ofício, inscrições e alterações cadastrais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, por não terem sido efetuadas pelo contribuinte ou apresentarem erro, omissão ou falsidade.

Art. 19 – Serão objeto de uma única inscrição:
I. A gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização.
II. A quadra indivisa de áreas arruadas.

Art. 20 – A retificação da inscrição, ou de sua alteração, por iniciativa do próprio contribuinte, quando vise a reduzir ou a excluir o tributo já lançado, só é admissível mediante comprovação do erro em que se fundamente.

Art. 21 – O lançamento do Imposto será:
I. Anual, ocorrendo o fato gerador no primeiro dia de cada exercício;
II. Distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo.

Art. 22 – O Imposto será lançado em nome do contribuinte que constar do cadastro, levando em conta a situação da unidade imobiliária à época da ocorrência do fato gerador.

§1º - Tratando-se de bem imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento do Imposto poderá ser procedido, indistintamente, em nome do promitente vendedor ou do compromissário comprador;

§2º - O lançamento do bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso será efetuado em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§3º - Na hipótese de condomínio, o lançamento será procedido:
a) Quando "puro indiviso", em nome de um ou de qualquer dos co-proprietários;
b) Quando "prodiviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

Art. 23 – Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o bem imóvel ou de elementos necessários a fixação da base de cálculo do Imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nos elementos de que dispuser a Administração, arbitrados os dados físicos do bem imóvel, sem prejuízo de outras cominações ou penalidades.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 24 – O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

SEÇÃO VI
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 25 – As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:
I. Multas de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Imposto, nas hipóteses de:
a) Falta de inscrição do imóvel ou de alteração nos seus dados cadastrais;
b) Erro, omissão ou falsidade nos dados de inscrição, do imóvel ou nos dados da alteração.

SEÇÃO VII
ISENÇÕES

Art. 26 – Desde que cumpridas as exigências da legislação, fica isento do Imposto o bem imóvel:

a) Pertencente a particular, quando cedido gratuitamente, em sua totalidade, para uso exclusivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou do Município, ou de suas Autarquias;
b) Pertencente a agremiação desportiva licenciada e filiada à federação esportiva estadual, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício das suas atividades sociais;
c) Pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadoras com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural, físico ou recreativo;
d) Pertencentes às sociedades civis sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;
e) Declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a imissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante.
f) Cujo valor venal não ultrapasse a 500% da Unidade de Referência definida para as taxas.
g) Pertencente ou cedido gratuitamente, em sua totalidade, a sociedade ou instituição de fins filantrópicos, comprovados. (Inserido pela Lei n.º 01/81, de 12.05.1981).

CAPÍTULO III
IMPOSTO SOBRE SERVIÇO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 27 – O Imposto sobre Serviços é devido pela prestação de serviços realizada por empresa ou profissional, independentemente:
Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.1989.

I. Da existência de estabelecimento fixo;
II. Do resultado financeiro do exercício da atividade;
III. Do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
IV. Do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício.

Art. 28 – Para os efeitos da incidência do Imposto, considera-se local da prestação do serviço:
a) O do estabelecimento prestador;
b) Na falta de estabelecimento, o domicílio do prestador;
c) Aquele em que se efetuar a prestação, no caso de construção civil.

Art. 29 – Sujeitam-se ao Imposto os serviços de:

1. Médicos, dentistas e veterinários.
2. Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstetras, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos.
3. Laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica.
4. Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica.
5. Advogados ou provisionados.
6. Agentes de propriedade industrial.
7. Agentes de propriedade artística ou literária
8. Peritos e avaliadores.
9. Tradutores e intérpretes.
10. Despachantes.
11. Economistas.
12. Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade.
13. Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de

assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramos de indústria ou comércio explorados pelo prestador do serviço).

14. Datilografia, estenografia, secretaria e expediente.
15. Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras).
16. Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores por ele contratados.
17. Engenheiros, arquitetos, urbanistas.
18. Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos.
19. Execução, por administração, empreitada ou sub-empreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviço, fora da prestação dos serviços, que ficam sujeitas ao ICM).
20. Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores neles instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação os serviços, que fiquem sujeitas ao ICM)
21. Limpeza de imóveis.
22. Raspagem e lustração de assoalhos.
23. Desinfecção e higienização.
24. Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto lustrado).
25. Barbeiros, cabeleireiros, manicure, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salões de beleza.
26. Banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres.
27. Transportes e comunicações, de natureza estritamente municipal.
28. Diversões públicas:

a) Teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, táxi-dancing e congêneres;
b) Exposições com cobrança de ingresso;
c) Bilhares, boliches e outros jogos permitidos;
d) Bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres;
e) Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizações em auditórios de estações de rádio ou de televisão;
f) Execução de música, individualmente ou por conjuntos;
g) Fornecimento de música mediante transmissão por qualquer processo.

29. Organização de festas "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas, que ficam sujeitos ao ICM)
30. Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo.
31. Intermediação, inclusive corretagem, de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos itens 58 a 59.
32. Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior e nos itens 58 e 59.
33. Análises técnicas.
34. Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres.
35. Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio.
36. Armazéns gerais; armazéns frigoríficos e silos; carga, descarga, arrumação q guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos.
37. Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições financeiras).
38. Guarda e estacionamento de veículos.
39. Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diárias ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços).

40. Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41)
41. Conserto e restauração de quaisquer objetos (exclusive, em qualquer caso, o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao imposto de mercadorias).
42. Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviço fica sujeito ao imposto de circulação de mercadorias).
43. Pintura (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização ou industrialização.
44. Ensino de qualquer grau ou natureza.
45. Alfaiates, modistas, costureiros, prestados ao usuário final, quando o material, saldo o do aviamento, seja fornecido pelo usuário.
46. Tinturaria e lavanderia.
47. Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados à comercialização ou industrialização.
48. Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (excetua-se a prestação do serviço ao poder público, a autarquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica).
49. Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço.
50. Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução; estúdios de gravação de "vídeo-tapes" para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora.
51. Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior.
52. Locação de bens móveis.
53. Composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia.
54. Guarda, tratamento e adestramento de animais.
55. Florestamento e reflorestamento.
56. Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução, que fica sujeito ao ICM).
57. Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos.
58. Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros.
59. Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central).(Lei Municipal n.º 015/87, de 30/12/87)
60. Encadernação de livros e revistas.
61. Aerofotogrametria.
62. Cobranças, inclusive de direitos autorais.
63. Distribuição de filmes cinematográficos e de "vídeo-tapes".
64. Distribuição e venda de bilhetes de loteria.
65. Empresas funerárias.
66. Taxidermista.
67. Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central – fornecimento de talões de cheques; emissão de cheques administrativos, transferência de fundos, devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamentos e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento, elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos de extratos de contas; emissão de carnes; (neste item não está abrangido o ressarcimento à instituições financeiras, de gastos com portes de correio, telegramas, telex e

teleprocessamento; necessários a prestação dos serviços).(Lei Municipal n.º 015/87, de 30/12/87)

68. Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo município. (Lei Municipal n.º 015/87, de 30/12/87)

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 30 – Contribuinte do Imposto é o prestador do serviço.

Parágrafo Único – Não são contribuintes os que prestem serviços em relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivos ou fiscal de sociedades.

Art. 31 – Será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto a empresa que se utilizar de serviços de terceiros quando:

I. O prestador do serviço não emitir fatura, nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração.

II. O prestador do serviço não apresentar comprovante de inscrição ou documento comprobatório de imunidade ou isenção.

Art. 32 – Será também responsável pela retenção e recolhimento do Imposto, o proprietário do bem imóvel, o dono da obra e o empreiteiro, quanto aos serviços previstos nos itens 19 e 20 da lista de serviços, prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem a prova e pagamento do Imposto.

Art. 33 – A retenção na fonte só poderá ser efetuada após o término do prazo fixado para o pagamento da 1ª parcela do Imposto.

SEÇÃO III
CÁLCULO DO IMPOSTO

Art. 34 – O Imposto será calculado, segundo o tipo de serviço prestado, mediante a aplicação de alíquota sobre o preço do serviço, quando o prestador do serviço for empresa ou a ela equiparado, ou sobre a base de cálculo de Cr $40.000,00 quando o prestador do serviço for profissional autônomo, de conformidade com a tabela do anexo I.

Vide alteração dada pela Lei nº 28, de 15.12.89:

Parágrafo Único – O valor referido neste artigo será corrigido anual e automaticamente em 1º de janeiro, em função dos índices de atualização monetária baixados por decreto do Poder Executivo Federal.

Art. 35 – O profissional autônomo que utilizar mais de dois empregados a qualquer título, na execução de atividade inerente a sua categoria profissional, fica equiparado a pessoa jurídica para efeito de pagamento do imposto.

Art. 36 – Quando os serviços a que se referem os itens 1,2,3,5,6,11,12 e 17 da lista de serviços forem prestados por sociedades, estas ficam sujeitas ao imposto, mediante a aplicação de alíquota, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou terceiro, que preste serviços em nome da sociedade.

Art. 37 – O imposto retido na fonte será calculado aplicando-se a alíquota fixada na tabela do anexo I, sobre o preço do serviço.

Art. 38 – Na hipótese de serviços prestados por pessoa jurídica, enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista de serviços, o imposto será calculado de acordo com as diversas incidências e alíquotas estabelecidas na tabela do Anexo I.

Parágrafo Único – O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

Art. 39 – Na hipótese de serviços prestados por profissionais autônomos enquadráveis em mais de um dos itens a que se refere a lista de serviços, o imposto será calculado mediante a aplicação da alíquota mais elevada.

Art. 40 – Preço do serviço é a importância relativa à receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de sub-empreitada de serviços, frete, despesas ou imposto.

§1º - Na prestação dos serviços a que se referem os itens 19 e 20 da lista, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

a) Ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.
b) Ao valor das sub-empreitadas já tributadas pelo imposto.

§2º - Constituem parte integrante do preço:

a) Os valores acrescidos e os encargos de quaisquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;
b) Os ônus relativos à concessão do crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação a crédito, sob qualquer modalidade.

§3º - Não integram o preço do serviço os valores relativos a descontos ou abatimentos sujeitos a condição, desde que prévia e expressamente contratados.

Art. 41 – A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

Art. 42 – Proceder-se-á ao arbitramento para apuração do preço fundamentadamente, sempre que:

a) O contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração em dia;
b) O contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;
c) Ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;
d) Sejam omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;
e) O preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 43 – Os prestadores de serviços serão cadastrados pela Administração.

Parágrafo Único – O cadastro econômico social, sem prejuízo de outros elementos obtidos pela fiscalização, será formado pelos dados da inscrição e respectivas alterações.

Art. 44 – O contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo número do cadastro econômico social, o qual deverá constar de quaisquer documentos, inclusive recibos e notas fiscais.

Art. 45 – A inscrição deverá ser promovida pelo contribuinte, em formulário próprio, mencionando os dados necessários à perfeita identificação dos serviços prestados.

§1º - A inscrição será efetuada dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados do início da atividade do contribuinte;

§2º - Na hipótese de o contribuinte deixar de promover a inscrição, esta será procedida de ofício, sem prejuízo de aplicação de penalidades.

§3º - A inscrição deverá ser feita uma para cada estabelecimento ou local de atividade, ainda que pertencente à mesma pessoa, salvo em relação ao ambiente, que fica sujeito a inscrição única;

§4º - Na inexistência de estabelecimento fixo, a inscrição será única, pelo local do domicílio do prestador do serviço.

§5º - a inscrição poderá ser dispensada quando o prestador do serviço já possuir a Licença e Localização e Funcionamento para o desempenho de suas atividades.

Art. 46 – Os dados apresentados na inscrição deverão ser alterados pelo contribuinte dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstâncias que possam afetar o lançamento do imposto.

§1º - O prazo previsto neste artigo deverá ser observado quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento, de transferência de ramo ou de encerramento de atividade.

§2º - A Administração poderá promover, de ofício, alterações cadastrais.

Art. 47 – Sem prejuízo de inscrição e respectivas alterações, o Poder Executivo poderá sujeitar o contribuinte à apresentação de uma declaração de dados para fins estatísticos e de fiscalização na forma regulamentar.

Art. 48 – O imposto será lançado:

I. Uma única vez no exercício a que corresponde o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou pelas sociedades, previstas nesta lei.
II. Mensalmente, quando a base de cálculo for o preço dos serviços.

Art. 49 – Os contribuintes do imposto caracterizados como empresa ficam obrigados a:

I. Manter em uso escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;
II. Emitir notas fiscais de serviços, ou outro documento admitido pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

Art. 50 – O Poder Executivo poderá definir os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimento ou, na falta destes, em seu domicílio.

§1º - Os livros e documentos fiscais deverão ser devidamente formalizados, nas condições e prazos regulamentares;

§2º - Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§3º - A autoridade administrativa, por despacho fundamentado, e tendo em vista a natureza do serviço prestado, poderá obrigar a manutenção de determinados livros especiais, ou autorizar a sua dispensa, e permitir a emissão e utilização de notas e documentos especiais.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 52 – O imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo Único – Tratando-se de lançamento de ofício, o imposto será pago no prazo mínimo de 20 (vinte) dias, contados da notificação.

Art. 53 – Quando o volume ou a modalidade dos serviços aconselhar tratamento fiscal diferente, a autoridade administrativa poderá exigir ou autorizar o recolhimento do imposto por estimativa.

§1º - O enquadramento do contribuinte no regime da estimativa poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimentos ou por grupos de atividade, independendo:

a) De estar o contribuinte obrigado a escrita fiscal ou contábil;
b) Do tipo de constituição da sociedade.

§2º - O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quando a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividade.

§3º - A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas do imposto.

§4º - Na hipótese de o contribuinte sonegar ou destruir documentos necessários à fixação de estimativa, esta será arbitrada, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 54 – No recolhimento do imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I. Com base em informações do contribuinte ou em outros elementos, serão estimados o valor dos serviços tributáveis e o do imposto total a recolher no exercício ou período, parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensais.

II. Findo o exercício ou o período da estimativa, ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados o preço dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição do imposto pago a maior.

III. Verificada qualquer diferença entre o montante do imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido, a mesma será:

a) Recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público quando este for devido;

b) Restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Parágrafo Único – Quando, na hipótese do inciso II deste artigo, o preço escriturado não refletir o preço dos serviços, a Administração poderá arbitrá-lo, por meios diretos e indiretos.

Art. 55 – Sempre que o volume ou a modalidade dos serviços o aconselhe, e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributárias, a Administração poderá autorizar a adoção de regime especial para o pagamento do imposto.

SEÇÃO VI
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 56 – As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I. Multa de importância igual de 0,5% da base de cálculo, referida no art. 34, nos casos de:

a) Falta de inscrição ou de sua alteração;

b) Inscrição, ou sua alteração, comunicação de venda ou transferência de estabelecimento e encerramento do ramo de atividade, fora do prazo.

II. Multa de importância igual a 1,5% da base de cálculo referida no art. 34, nos casos de:

a) Falta de livros fiscais;

b) Falta de escrituração ou imposto devido;

c) Dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;

d) Falta do número de cadastro de atividades em documentos fiscais.

III. Multa de importância igual a 2,5% da base de cálculo referida no art. 34, nos casos de:

a) Falta de declaração de dados;

b) Erro, omissão ou falsidade na declaração de dados.

IV. Multa de importância igual a 5% da base de cálculo referida no art. 34, nos casos de:

a) Falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;

b) Falta ou recusa na exibição de livros ou documentos fiscais;

c) Retirada do estabelecimento, ou do domicílio do prestado, de livros ou documentos fiscais.

d) Sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços ou da fixação da estimativa.
e) Embaraçar ou ilidir a ação fiscal.

V. Multa de importância de 50% sobre a diferença entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do imposto.
VI. Multa de importância igual a 50% (cinqüenta por cento_ sobre o valor do imposto, no caso de falta de recolhimento do imposto, apurado por procedimento tributário.
VII. Multa de importância igual a 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto, no caso de não retenção do imposto devido.
VIII. Multa de importância igual a 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto, no caso da falta de recolhimento do imposto retido na fonte.

SEÇÃO VII
ISENÇÕES

Art. 57 – Desde que cumpridas as exigências da legislação, ficam isentos do imposto os serviços:
a) Prestados por engraxates ambulantes;
b) Prestados por associações culturais;
c) De diversão pública, consistentes em espetáculos desportivos, sem venda de ingressos, pules ou talões de apostas, ou em jogos e exibições competitivas, realizados entre associações ou conjuntos;
d) De diversão pública, com fins beneficentes, ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar
e) Prestado por sociedade ou instituição de fins filantrópicos, comprovados. (introduzido pela Lei n.º 01/81, de 12.05.1981)

TAXA DE SERVIÇOS URBANOS
CAPÍTULO IV
TAXA DE COLETA DE LIXO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 58 – A taxa de coleta de lixo em como fato gerador a coleta e remoção do lixo do imóvel edificado.

Parágrafo Único – As emoções especiais de lixo que excedam a quantidade máxima fixada pelo Executivo serão feitas mediante o pagamento de preço público.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 59 – Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel edificado situado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos no artigo anterior.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 60 – A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado à sua disposição e será calculada em função da utilização e da área edificada do imóvel, de acordo com a tabela do anexo VIII. (*Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89)*

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 61 – A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 62 – A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO V
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 63 – A taxa tem como fato gerador os serviços prestados em logradouros públicos, que objetivem manter limpa a cidade, tais como:

a) Varrição, lavagem e irrigação.
b) Limpeza e desobstrução de bueiros, bocas de lobo, galerias de águas pluviais e córregos;
c) Capinação.
d) Desinfecção de locais insalubres.

Parágrafo Único – Na hipótese da prestação de mais de um serviço, haverá uma única incidência.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 64 – Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel lindeiro a logradouro público onde a Prefeitura mantenha, com regularidade necessária, qualquer dos serviços mencionados no artigo anterior.

Parágrafo Único – Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 65 – A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição, e será calculada à razão de 0,4% da unidade de referência, definida nas Disposições Finais deste Código, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço. (*Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89*

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 66 – A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 67 – A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO VI
TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 68 – a taxa tem como fato gerador a prestação dos serviços de reparação e manutenção das vias e logradouros públicos pavimentados, inclusive os de recondicionamento de meio-fio, na zona urbana do Município.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 69 – Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro a logradouro público, onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços especificados no artigo anterior.

Parágrafo Único – Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 70 – A taxa tem como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte, ou posto a sua disposição e será calculada à razão de 0,4% da unidade de referência definida nas Disposições Finais deste Código, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelos serviços. (*Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89*

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 71 – A taxa será lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 72 – A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO VII
TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 73 – A taxa tem como fato gerador o fornecimento de iluminação nas vias e logradouros públicos.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 74 – Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro a logradouro público beneficiado pelo serviço.

Parágrafo Único – Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada, a logradouro público.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 75 – A taxa temo como finalidade o custeio do serviço utilizado pelo contribuinte ou posto a sua disposição, e será calculada em razão de 0,8% da unidade de referência definida nas Disposições finais deste Código, por metro linear de testada do imóvel beneficiado pelo serviço. (*Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89*

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 76 – As taxas serão lançada anualmente, em nome do contribuinte, com base nos dados constantes do cadastro imobiliário, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 77 – A taxa será paga na forma e prazos regulamentares.

CAPÍTULO VIII
TAXA DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 78 – A taxa é devida, uma única vez, pela utilização, efetiva ou potencial, de qualquer dos seguintes serviços:

I. Pavimentação da parte carroçavel das vias e logradouros públicos;
II. Substituição da pavimentação anterior por outra;
III. Terraplanagem superficial;
IV. Obras de escoamento local;
V. Colocação de guias e sarjetas;
VI. Consolidação do leito carroçavel.

Art. 79 – antes de iniciados os serviços de pavimentação, a Prefeitura divulgará aviso, pela imprensa oficial ou em órgão de circulação local, especificando:

I. As ruas, trechos ou áreas que serão pavimentadas;
II. O custo orçado da obra e o seu prazo de duração;
III. A firma empreiteira, sub-empreiteira ou contratante que realizará o serviço, se o serviço for executado por terceiros;
IV. A área total a ser pavimentada e o custo do metro quadrado de pavimentação;
V. O tipo de pavimentação, bem como outras características que sirvam para identificá-la.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 80 – Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular de domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro a logradouro público beneficiado pelos serviços.

Parágrafo único – Considera-se também lindeiro o bem imóvel de acesso, por passagem forçada a logradouro público.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 81 – A taxa será calculada multiplicando-se o número de metros de testada ideal do imóvel beneficiado pela pavimentação, pela metade da largura da faixa carroçavel e pelo custo do metro quadrado pavimentado.

Art. 82 – A testada ideal e seu cálculo serão objeto de regulamento.

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 83 – Realizado o serviço de pavimentação e conhecido o seu custo, este será publicado e serão fixadas as respectivas cotas pela repartição competente.

Art. 84 – A taxa será lançada em nome do contribuinte, no exercício seguinte, com base nos dados do cadastro imobiliário.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 85 – A taxa será paga parceladamente, de conformidade com o disposto em regulamento.

Parágrafo Único – O pagamento feito de uma só vez e até a data de vencimento da primeira parcela gozará do desconto de 20%.

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
CAPÍTULO IX
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 86 – Nenhum estabelecimento comercial, industrial, prestado de serviços, agropecuário e de demais atividades poderá localizar-se no Município, sem prévio exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou permissão do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como ao cumprimento da legislação urbanística.

Parágrafo Único – Pela prestação dos serviços de que trata o caput deste artigo cobrar-se-á a taxa independentemente da concessão da licença.

Art. 87 – A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a renovação no exercício seguinte.

Parágrafo Único – Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 88 - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica que explore qualquer atividade em estabelecimento sujeito à fiscalização.

SEÇÃO III

CÁLCULO DA TAXA

Art. 89 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo II a esta lei.

§ 1º - No caso de atividades múltiplas exercidas no mesmo local, a Taxa será o calculada e devida sobre a que estiver sujeita ao maior ônus fiscal.

§2º - No caso de despacho desfavorável definitivo, ou desistência do pedido de licença, a Taxa será devida em 25% do seu valor, equiparando-se a abandono do pedido, falta de qualquer providência da parte interessada que importe em arquivamento do processo
(*Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89*

SEÇÃO IV

LANÇAMENTO

Art. 90 - A Taxa será lançada em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal.

Art. 91 - O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 20 dias, para fins de atualização cadastral, as seguintes ocorrências:

I. alteração da razão social ou do ramo de atividade.
II. alteração na forma societária.

SEÇÃO V

ARRECADAÇÃO

Art. 92 - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPITULO X
TAXA DE LICENÇA PARA O FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL
SEÇÃO I

INCIDÊNCIA

Art. 93 A Taxa é devida pela atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda manter aberto estabelecimento fora dos horários normais de funcionamento.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 94 - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica responsável pelo estabelecimento sujeito a fiscalização.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 95 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo III a esta lei. (*Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89)*

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 96 - A Taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 97 - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPITULO XI
TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 98 - A Taxa tem como Fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, seja em vias e logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso ao público.

Art. 99 - Não estão sujeitos a Taxa os dizeres indicativos relativos a:

a) hospitais, casas de saúde e congêneres, sítios, granjas, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas;
b) propaganda eleitoral e política, atividade sindical, culto religioso e atividades da administração pública;

c) expressões de propriedade e de indicação.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 100 - Contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no exercício da atividade definida na Seção I deste capitulo.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 101 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo IV.
(Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89)

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 102 - A Taxa será lançada em nome da pessoa que desempenhe a atividade de publicidade.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 103 - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPÍTULO XII
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 104 - A Taxa tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências municipais a que se submete qualquer pessoa que pretenda realizar obras particulares de construção civil, de qualquer espécie bem como pretenda fazer arruamentos ou loteamentos em terrenos particulares

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 105 - Contribuinte da Taxa é a pessoa interessada na realização das obras sujeitas a licenciamento ou a fiscalização do Poder Público.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 106 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo V. (*Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89)*

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 107 - A Taxa será lançada em nome do contribuinte uma única vez.

Parágrafo único - Na hipótese do deferimento do pedido e não início da obra no prazo de 6 meses, ocorrerá nova incidência da Taxa.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 108 A Taxa será arrecadada na entrada do requerimento de concessão da respectiva licença.

CAPÍTULO XIII
TAXA DE ABATE DE GADO
SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 109 - O abate de gado destinado ao consumo público, quando feito fora de matadouro municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, precedida de inspeção sanitária.

Art. 110 - A Taxa tem como fato gerador a inspeção sanitária de que trata o artigo anterior.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 111 - O contribuinte da Taxa é a pessoa física ou jurídica interessada no abate do gado.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 112 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VI
(Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89)

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 113 - A Taxa será lançada em nome do contribuinte sempre que for requerida a respectiva licença.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 114 - A Taxa será arrecadada no ato do requerimento, independentemente da concessão da licença.

CAPÍTULO XIV

TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I
INCIDÊNCIA

Art. 115 - A Taxa tem como fato gerador a permissão e fiscalização da ocupação em vias e logradouros públicos.

SEÇÃO II
SUJEITO PASSIVO

Art. 116 - Contribuinte da Taxa é a pessoa que ocupa as áreas referidas no artigo anterior, incluídos entre outros os feirantes, ambulantes que ocupem áreas superiores a 1 (um) m2, os proprietários de barraquinhas ou quiosques e de veículos destinados a atividades comerciais ou de prestação de serviços.

SEÇÃO III
CÁLCULO DA TAXA

Art. 117 - A Taxa será calculada de acordo com a tabela do Anexo VII.
(Vide alterações da Lei nº 28, de 15.12.89

SEÇÃO IV
LANÇAMENTO

Art. 118 A Taxa será lançada em nome do contribuinte com base nos dados do cadastro fiscal.

SEÇÃO V
ARRECADAÇÃO

Art. 119 - A Taxa será arrecadada de acordo com o disposto em regulamento.

CAPITULO XV

INFRAÇÕES E PENALIDADES RELATIVAS ÀS TAXAS DE PODER DE POLICIA

Art. 120 - As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I. Cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão.
II Multa de 100% do valor da Taxa, no exercício de qualquer atividade sujeita ao poder de polícia sem a respectiva licença.
III Multa de 25% do valor da Taxa no caso de não observância do disposto no art.91.

Parágrafo Único - O contribuinte da Taxa de Licença para Localização e Funcionamento estará sujeito ao fechamento do estabelecimento quando deixar de cumprir as intimações expedidas pela Prefeitura.

CAPITULO XVI
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 121 - A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 122 - O Executivo Municipal, com base em critérios de oportunidade de conveniência, e observadas as normas fixadas no Dec. lei n.º 195 de 24-2-1967, determinará, em cada caso, mediante decreto as obras que deverão ser custeadas, no todo ou em parte, pela contribuição de melhoria.

TíTULO II
DAS NORMAS GERAIS
CAPITULO I
SUJEITO PASSIVO

Art. 123. - A capacidade jurídica para cumprimento da obrigação tributária decorre de a pessoa encontrar-se nas situações previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

Parágrafo Único - A capacidade tributária passiva independe:

I. Da capacidade civil das pessoas naturais;
II. De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
III. De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Art. 124 - São pessoalmente responsáveis:

I. O adquirente ou remitente, pelos débitos relativos a bem imóvel, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II. Sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos débitos tributários do "de cujus", existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;

III. Espólio, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes à data de abertura da sucessão.

Art. 125 - A pessoa jurídica de direito privado, que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual.

Art. 126 - Quando o adquirente de posse, domínio útil ou propriedade e bem imóvel já lançado for pessoa jurídica imune, vencerão antecipadamente as prestações vincendas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano respondendo por elas o alienante.

Art. 127 - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial, ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação, ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do respectivo ato:

I. Integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, industria ou atividade tributados;

II. Subsidiariamente com o alienante se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 128 - Respondem solidariamente com o contribuinte nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I. Os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;

II. Os tutores e curadores, pelos débitos tributários dos seus tutelados ou curatelados;

III. Os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV. Inventariante pelos débitos tributários do espólio;

V. Síndico e o comissário, pelos débitos tributários da massa falida ou do concordatário.

VI. Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados, por eles ou perante eles em razão de seu ofício;

VII. Os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo somente se aplica, quanto a penalidades, as de caráter moratório.

Art. 129 - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes e atos praticados com excesso de poder ou infração de lei contrato social ou estatutos:

I. As pessoas referidas no artigo anterior;
II. Os mandatários os prepostos e empregados;
III. Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

CAPITULO II
LANÇAMENTO

Art. 130 - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único - A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 131 - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§1º- Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas. ou outorgando ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§2º- O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art. 132 - O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicilio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto.

§1º- Quando o contribuinte eleger domicilio tributário fora do território do Município, a notificação far-se-á por via postal registrada, com aviso de recebimento.

§2º- A notificação far-se-á por edital na impossibilidade de entrega do aviso respectivo ou no caso de recusa de seu recebimento.

Art. 133 - A notificação de lançamento conterá:

I. Nome do sujeito passivo;
II. valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
III. A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
IV. prazo para recolhimento do tributo;
V. comprovante para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
VI. domicílio tributário do sujeito passivo.

Art. 134 - O lançamento do tributo independe:

I. Da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;
II. Dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

Art. 135 - O lançamento do tributo não implica em reconhecimento da legitimidade de propriedade, de domínio útil ou de posse de bem imóvel, nem da regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos o obras.

Art. 136 - Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

CAPITULO III
ARRECADAÇÁO

Art. 137 - O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte, responsável o terceiro, em moeda corrente, na forma e prazos fixados na legislação tributária.

§1º - Será permitido o pagamento por meio de cheque, respeitadas as norma legais pertinentes, considerando-se extinto o débito somente com o resgate da importância, pelo sacado.

§2º- Considera-se pagamento do respectivo tributo, por parte do contribuinte, recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previstos em lei, e desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, ressalvada a responsabilidade do contribuinte quanto à liquidação do crédito fiscal.

Art. 138 - O contribuinte que optar pelo pagamento do débito em quota única poderá gozar do desconto de 10%.

Art. 139 Todo recolhimento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador da Prefeitura ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de sua nulidade.

Art. 140 - O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I. Quando parcial, das prestações em que se decomponha;
II. Quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

Art. 141 - É facultada à Administração a cobrança em conjunto, de Impostos e Taxas, observadas as disposições da legislação tributária.

Art. 142 - A aplicação de penalidade não dispensa o cumprimento da obrigação tributária principal ou acessória.

Art. 143 - A falta de pagamento do débito tributário nas datas dos respectivos vencimentos, independentemente de procedimento tributário, importará na cobrança, em conjunto, os seguintes acréscimos:

I. Multas de:
   a)10% (dez por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 30 (trinta> dias após o vencimento;
   b)20% (vinte por cento) sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado até 60 (sessenta) dias após o vencimento;
   c)30% (trinta por cento), sobre o valor do tributo quando o pagamento for efetuado depois de decorridos mais de 60 (sessenta) dias do vencimento.

II. Juros de mora, à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao do seu vencimento, considerado mês qualquer fração;
III. Correção monetária do débito, mediante a aplicação dos coeficientes de atualização aprovados pela Administração Federal.

Parágrafo Único - Na existência de depósito administrativo premonitório da correção monetária, o acréscimo previsto no inciso III deste artigo será exigido apenas sobre o valor da importância não coberta pelo depósito.

Art. 144 - O débito não recolhido no seu vencimento, respeitado o disposto no artigo anterior, se constituirá em Divida Ativa para efeito de cobrança judicial, desde que regularmente inscrito na repartição administrativa competente.

Art. 145 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo Único - A prescrição se interrompe:

I. Pela citação pessoal feita ao devedor;
II. Pelo protesto judicial;
III. Por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
IV. Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Art. 146 - O débito vencido poderá, a critério do órgão fazendário, ser parcelado em até 10 pagamentos iguais, mensais e sucessivos.

§1º- O parcelamento só será deferido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida.

§2º - O não pagamento da prestação na data fixada no respectivo acordo importa na imediata cobrança judicial, ficando proibida a sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

CAPITULO IV
RESTITUIÇÃO

Art. 147- O sujeito passivo terá direito à restituição total ou parcial das importâncias pagas a titulo de tributo, nos seguintes casos:

I. Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
II. Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferencia de qualquer documento relativo ao pagamento;
III. Reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória.

Art. 148 - O pedido de restituição, que dependerá de requerimento da parte interessada, somente será conhecido desde que juntada notificação da Prefeitura, que acuse crédito do contribuinte, ou prova de pagamento do tributo, com apresentação das razões da ilegalidade ou irregularidade do pagamento.

Art. 149 - A restituição do tributo que, por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 150 - A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidade pecuniária que tiverem sido recolhidas, salvo as referentes a Infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§1º- A restituição vence juros não capitalizáveis a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

§2º - Será aplicada a correção monetária relativamente à importância restituída.

Art. 151- O despacho em pedido de restituição deverá ser efetivado dentro do prazo de um ano, contado da data do requerimento da parte interessada.

Art.152- A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação com crédito tributário do sujeito passivo.

Art.153- O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

I. Nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 147, da data da extinção do crédito tributário;
II. Na hipótese do inciso III do artigo 147, da data em que se tornar definitiva decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

CAPITULO V
INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 154- Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na Lei tributária.

Parágrafo Único - A responsabilidade por infrações da legislação tributária, independe da intenção do agente, ou do responsável, e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art.155 - Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiem.

Art.156- O contribuinte, o responsável, ou demais pessoas envolvidas em infrações, poderão apresentar denúncia espontânea da infração da obrigação acessória, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso efetuado o pagamento do tributo devido, com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§1º- Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o inicio de qual quer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

§2º- A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art.157- A lei tributária que define infração ou comina penalidade, aplica-se a fatos anteriores à sua vigência, em relação a ato não definitivamente julgado, quando;

I. Exclua a definição do fato como infração
II. Comina penalidade menos severa que a anteriormente prevista para o fato.

CAPITULO VI
IMUNIDADE E ISENÇÕES

Art.158- É vedado ao Município Instituir Imposto sobre:

I. O patrimônio ou os serviços da União, dos Estados e do Distrito Federal;
II. Os templos de qualquer culto, assim considerados os locais onde se celebram as cerimônias públicas;
III. Patrimônio ou os serviços dos partidos políticos e de Instituições de educação ou de assistência social.

Parágrafo Único - O disposto no inciso I é extensivo às autarquias, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes; mas não se estende aos serviços públicos concedidos nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incida sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

Art. 159 - O disposto no inciso III do artigo anterior é subordinado a observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidos:

I. Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou. pa,ticipação no seu resultado;
II. Aplicarem integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
III. Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo Único - Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente suspenderá a aplicação do benefício.

Art.160- A imunidade não exclui o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação tributária, sujeitando-se a sua desobediência à aplicação de penalidades.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo abrange também a prática do ato, previsto em lei, assecuratório do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

Art.161 - A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

Art.162 - A isenção não desobriga o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

Art.163 - A documentação do primeiro pedido de reconhecimento de imunidade ou de isenção que comprove os requisitos para a concessão do benefício, poderá servir para os exercícios fiscais subsequentes, devendo o contribuinte, no requerimento de renovação, indicar o número do processo administrativo anterior e, se for o caso, oferecer as provas relativas ao novo exercício fiscal.

TITULO III

DO PROCEDIMENTO FISCAL

CAPITULO I

PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 164 - O procedimento fiscal terá início com:
I. A lavratura do auto de infração;
II. A lavratura do termo de apreensão de livros ou de documentos fiscais;
III. A impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente.

Art.165 - Verificando-se Infração de dispositivo da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal lavrar-se-á auto de infração.

Art.166 - O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:
I. local, a data e a hora da lavratura;
II. nome e o endereço do infrator, com a respectiva inscrição, quando houver;
III. a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração, e, se necessário as circunstâncias pertinentes;

IV. a capitulação do fato, com citação expressa do dispositivo legal infringido que defina a infração, e do que lhe comine penalidade;
V. A intimação para apresentação de defesa ou pagamento do tributo, com os acréscimos legais, ou penalidades, dentro do prazo de 20 (vinte) dias;
VI. a assinatura o agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;
VII. a assinatura do autuante ou infrator, ou a menção da circunstância de que o mesmo não pôde ou se recusou a assinar.

§1º- A assinatura do autuado não importa em confissão nem a sua falta ou recusa em nulidade do auto ou agravamento da infração.

§2º- As omissões ou incorreções do auto de infração não o invalidam quando do processo constem elementos suficientes para a determinação da infração e a identificação da pessoa do infrator.

Art.167- O processamento do auto terá um curso histórico e informativo, com as folhas numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres.

Art.168 - O autuado será intimado da lavratura do auto de infração:
I. pessoalmente, no ato da lavratura, mediante entrega de cópia do auto de infração ao próprio autuado, seu representante ou mandatário, contra assinatura recibo datado no original;
II. Por via postal registrada, acompanhada de cópia do auto de infração, com aviso de recebimento a ser datado, firmado e devolvido pelo destinatário ou pessoa de seu domicílio;
III. Por publicação feita em qualquer meio de divulgação oficial do Município, na sua integra ou de forma resumida, quando improfícuos os meios previstos nos incisos anteriores.

Art.169 - Conformando-se o autuado com o auto de infração, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da respectiva lavratura, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzido de 50% (cinqüenta por cento).

Art. 170 - Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam prova de infração da legislação tributária.

Parágrafo Único - A apreensão pode compreender livros ou documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

Art.171- A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficaram depositados, e o nome do depositário, se for o caso, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte e, descrição clara e precisa do fato, e a indicação das disposições legais.

Parágrafo Único - O autuado será intimado da lavratura do termo de apreensão, na forma da intimação da lavratura do auto de infração.

Art.172- A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo.

Art.173 - O sujeito passivo poderá Impugnar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil, e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

§1º- A impugnação da exigência fiscal mencionará:

1) a autoridade julgadora a quem á dirigida;
2) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;
3) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;
4) as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;
5) o objetivo visado.

§2º- A impugnação terá efeito suspensivo da cobrança e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Art.174 - A autoridade administrativa determinada, de oficio u a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo Único - Julgada improcedente a impugnação, arcará com as custas o sujeito passivo.

Art. 175 - Preparado o processo para decisão a autoridade administrativa proferirá despacho no prazo máximo de 30 (trinta) dias, resolvendo todas as questões debatidas e pronunciando-se sobre a procedência ou improcedência da impugnação.

§1º- Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

§2º- O impugnador será notificado dó despacho mediante assinatura no próprio processo, por via postal registrada ou por edital quando se encontrar em local incerto e não sabido.

Art. 176 - Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa denegatório da impugnação, e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas, exceto a moratória, será reduzida de 25% (vinte e cinco por cento) e o procedimento tributário arquivado.

CAPÍTULO II
SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 177 - Do despacho da autoridade administrativa de primeira instância caberá recurso voluntário para Instância Administrativa Superior.

Parágrafo Único - O recurso terá efeito suspensivo da cobrança e deverá ser interposto dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação do despacho de primeira instância.

Art. 178 - Quando o despacho da autoridade administrativa exonerar o sujeito passivo, ou o autuado, do pagamento do tributo ou de multa de valor originário superior a 25% (vinte e cinco por cento) da Unidade de Referência referida no art. 210, seu prolator recorrerá de oficio, mediante declaração no próprio despacho.

Art. 179 - A decisão da instância Administrativa Superior será proferida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para primeira instância.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferid . a decisão não serão computados juros e correção monetária a partir desta data.

Art. 180 - A Instância Administrativa Superior será constituída na forma que a lei determinar.

Art. 181 - Da decisão da Instância Administrativa Superior caberá pedido de reconsideração ao Prefeito no prazo e 30 (trinta) dias.

CAPITULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.182 - São definitivas as decisões de qualquer instância, uma vez esgotado o prazo legal para interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

Art. 183 - Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada multa fiscal, sem despacho da autoridade administrativa.

Art. 184 - Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnados ficam sujeitos a multa, juros de mora e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§1º - O sujeito passivo, ou o autuado poderão evitar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetuem o pagamento do débito e a multa exigidos, ou o depósito premonitório da correção monetária.

§2º -Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo ou autuado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do despacho ou decisão, as importâncias referidas no parágrafo anterior, acrescidas da correção monetária a partir da data em que foi efetuado o pagamento ou o depósito.

TITULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA

CAPITULO I
FISCALIZAÇÃO

Art. 185 - Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

Art. 186 - A fiscalização será exercida sobre toda as pessoas sujeitas a obrigação Tributária, inclusive nos casos de imunidade e isenção.

Art. 187 - A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, podendo especialmente:

I. Exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente, para prestar informações ou declarações;
II. Apreender livros e documentos fiscais, nas condições e forma regulamentares.

Art. 188 - A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada, facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 189 - O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligencias da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art.190- Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

I. Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de oficio;
II. Os bancos, Caixas Econômicas e demais instituições. financeiras
III. As empresas de administração de bens;
IV. Os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;
V. Os inventariantes;
VI. Os síndicos comissários e liquidatários;
VII. Quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, oficio, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações, quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo em razão do cargo, oficio, função, ministério, atividade ou profissão.

Art.191- Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e o estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§1º - Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária, e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município, e entre a União, Estada e outros Municípios.

§2º- A divulgação das informações, obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita a penalidade da legislação pertinente.

Art.192 - As autoridades da Administração Fiscal do Município poderão requisitar auxilio e força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

CAPITULO II
CONSULTA

Art.193 - Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência de normas estabelecidas.

Art.194 - A consulta será dirigida a autoridade administrativa tributária, com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com documentos.

Art.195 - Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo Único - Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claro de legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art.196 - Na hipótese de mudança da orientação fiscal, a nova orientação atingirá a todos os casos, ressalvado o direito daqueles que anteriormente procederam de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Art.197 - A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de 90 (no venta) dias.

Parágrafo Único- Do despacho proferido em processo de consulta não caberá recurso nem pedido de reconsideração

Art.198- Respondida a consulta, o consulente será notificado para no prazo de 30 (trinta) dias para dar cumprimento de eventual obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação de cominações ou penalidades.

Parágrafo Único - O consulente poderá evitar, no todo ou em parte, a oneração do eventual débito, por multa, juros de mora e correção monetária, efetuando o seu pagamento, ou depósito premonitório de correção monetária, importâncias que se indevidas serão restituídas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do consulente.

Art.199- A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

CAPITULO III
DIVIDA ATIVA

Art. 200- A Fazenda Municipal providenciará para que sejam inscritos na dívida ativa os contribuintes inadimplentes com as obrigações tributárias.

Art.201- Constituí dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo para pagamento, pelo regulamento ou por decisão final proferida em processo regular.

Parágrafo Único- A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo liquidez do crédito.

Art.202- O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I. nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
II. A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;
III. A origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;
IV. A data em que foi inscrita;
V. Sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo Único - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art.203 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo da cobrança dela decorrente,

mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo par defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

CAPITULO IV

CERTIDÃO NEGATIVA

Art.204- A pedido do contribuinte será fornecida certidão negativa dos tributos Municipais, nos termos do requerido.

Art.205 - Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos não vencidos, sujeitos a reclamação ou recursos com efeito suspensivo, ou e curso de cobrança executiva com efetivação de penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Art.206 - A certidão negativa fornecida não exclui o direito de a Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art.207- O Município não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova por certidão negativa, da quitação de todos os Tributos devidos à Fazenda Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

DISPOSIÇÕES
FINAIS

Art.208- Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária:

§1º- Os prazos serão contínuos, excluído, no seu cômputo, o dia do início e incluído o do vencimento;

§2º- Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente na repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato, prorrogando-se se necessário, até o primeiro dia útil.

Art.209- Consideram-se integradas à presente Lei as Tabelas dos Anexos que a acompanham.

Art.210- Além da Base de Cálculo utilizada para o Imposto Sobre Serviços fica Instituída a Unidade de Referência de Cr$ 1.000,00 para o cálculo das Taxas.

Parágrafo Único - A base de cálculo e, bem como a Unidade de Referência mencionados neste artigo serão corrigidos anual e automaticamente em 1º de janeiro, em função dos índices de atualização monetária baixados por decreto do Poder Executivo Federal.

Art.211- O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer preços públicos, não submetidos a disciplina jurídica dos tributos, para quaisquer outros serviços cuja a natureza não compete a cobrança de Taxas.

Art.212 - Esta lei entrará em vigor em 31 de dezembro de 1977, revogando-se as disposições em contrário.

Cantagalo, em 28 de novembro de 1977.
Wilder Sebastião de Paula
Prefeito

ANEXO I

TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

I. Empresas que exploram os serviços de:

	PERCENTUAL SOBRE O PREÇO DO SERVIÇO
1.Médicos, dentistas, veterinários	5%
2.Enfermeiros, protéticos (prótese-dentária), obstetra, ortópticos, fonoaudiólogos, psicólogos	5%
3.Laboratório de análises clínicas e eletricidade médica	5%
4.Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde,casas de recuperação ou repouso sob orientação médica	3%
5.Advogados ou provisionados	5%
6.Agentes da propriedade industrial	5%
7.Agentes de propriedade artística ou literária	3%
8.Peritos e avalladores	3%
9.Tradutores e intérpretes	3%
10.Despachantes .	2%
11.Economistas	5%
12.Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade	2%
13.Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultaria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestados a terceiros e concernentes a ramo de indústria ou comércio explorados pelo prestador do serviço	4%
14.Datilografia, estenografia, secretaria e expediente	2%
15.Administração de bens ou negócios, inclusive consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras).	5%
16.Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão de obra, inclusive por empregados do prestador do serviço Ou por trabalhadores avulsos por ele contratados	2%
17.Engenheiros, arquitetos, urbanistas	5%
18.Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos	2%
19.Execução, por administração empreitada ou sub-empreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços que ficam sujeitas ao ICM.	2%
20.Demolição, conservação e reparação e edifícios (inclusive elevadores neles instalados) estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços tora do local da prestação dos serviços que ficam sujeitos ao ICM.	2%
21.Limpeza de imóveis	2%
22.Raspagem e lustração de assoalhos	2%
23.Desinfecção e higienização	2%
24.Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado a usuário final do objeto acabado)	2%
25.Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salão de beleza; Por Gabinete ou Cadeira: Zona Nobre / Bairros	Zona Nobre 2% Bairros 1%

26.Banhos, duchas, massagens, ginástica e congêneres	4%
27.Transportes e comunicações de natureza estritamente municipal	2%
28.Diversões públicas: a)Teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, taxi-dancings e congêneres b)Exposição com cobrança de ingresso c)Bilhares boliches e outros jogos permitidos, por mesa d)Bailes "shows", festivais, recitas e congêneres e)Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador inclusive as realizadas em auditórios de estações de rádio ou de televisão f)Execução de música, individualmente, ou por conjuntos g)Fornecimento de música mediante transmissão por qualquer processo	 5% 10% 10% 10% 10% 3% 5%
29.Organização de festas "buffet" (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas que ficam sujeitas ao ICM)	5%
30.Agências de turismo, passeios e excursões, guias de turismo	5%
31.Intermediação, inclusive, corretagem de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos itens 58 e 59	5%
32.Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluídos no item anterior e nos itens 58 e 59.	4%
33.Análises técnicas	3%
34.Organização de feiras de amostras, congressos e congêneres	3%
35.Propaganda e publicidade, inclusive, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade; elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários; divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade, por qualquer meio.	5%
36.Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos; carga e descarga arrumação e guarda-volumes, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos	3%
37.Depósitos de qualquer natureza (exceto depósitos feitos em bancos ou outras instituições bancárias)	5%
38.Guarda e estacionamento de veículos	3%
39.Hospedagem em hotéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária ou mensalidade, fica sujeito ao imposto sobre serviços)	4%
40.Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em conserto ou substituição de peças, aplica-se o disposto no item 41)	4%
41.Conserto e restauração de quaisquer objetos (exclusive, em qualquer caso o fornecimento de peças e partes de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao ICM	4%
42.Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço, fica sujeito ao ICM)	4%
43.Pinturas (exceto os serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados a comercialização ou industrialização	4%
44.Ensino de qualquer grau ou natureza	2%
45.Alfaiates, modistas, costureiros, por serviços prestados ao usuário final, quando o material, salvo e de aviamento seja fornecido pelo usuário.	2%
46.Tinturaria e lavanderia	3%
47.Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento galvanoplastia, acondicionamento e operações similares, de objetos não destinados a comercialização ou industrialização	4%
48.Instalação e montagem de aparelhos máquinas e equipamento prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por	

este fornecido (excetua-se a prestação de serviço a poder público, a autarquias, a empresas concessionárias de produção de energia elétrica)	4%
49.Colocação de tapetes e cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço	4%
50.Estúdios fotográficos e cinematográficos, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução, estúdios de gravação de "video-tape" para televisão; estúdios fonográficos e de gravação de sons ou ruídos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora	4%
51.Cópia do documentos e Outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior	4%
52.Locação de bens móveis	4%
53.Composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia	4%
54.Guarda, tratamento e amestramento de animais	4%
55.Florestamento e reflorestamento	0,1%
56.Paisagismo e decoração, exceto o material fornecido para execução que fica sujeito ao ICM	4%
57.Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos	4%
58.Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e de seguros	4%
59.Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (Lei 015/87)	4%
60.Encadernação de livros e revistas	1%
61.Aerofotogrametria	4%
62.Cobranças, inclusive de direitos autorais	4%
63.Distribuição de filmes, cinematográficos e de "video tapes"	4%
64.Distribuição e venda de bilhetes de loteria	4%
65.Empresa funerária	4%
66.Taxidermistas	4%
67.Instituições Financeiras autorizadas as funcionar pelo Banco Central – fornecimento de talões de cheques; emissão de cheques administrativos, transferência de fundos, devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamentos e de créditos, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres, fornecimento de segunda via de avisos de lançamentos de extratos de contas; emissão de carnes (neste item não está abrangido o ressarcimento à instituições financeiras, de gastos com portes de correio, telegramas, telex e teleprocessamento; necessários a prestação do serviço. (Lei 015/87)	5%
68.Comunicações telefônicas de um para outro aparelho dentro do mesmo Município. (Lei n.º 015/87)	5%

II - Quando os serviços forem prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o Imposto será devido da seguinte maneira:

	% sobre a base de cálculo para autônomos

a) Profissionais autônomos de nível universitário	2,5%
b) agente, representante, despachante, intermediador, leiloeiro, perito, avaliador, intérprete. tradutor, comissário, propagandista, decorador, mestre de obras, guarda-livros, secretário, datilógrafo, estenógrafo e professor de nível médio	0,75%
c) demais autônomos	0,35%

ANEXO II

COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15.12.89)

	% sobre a Unidade Fiscal –UFICAN	
	Ao mês ou fração	Ao ano
1- Indústria		
1.1- até 10 empregados	30	300
1.2- de 11 a 30 empregados	50	500
1.3- de 31 a 70 empregados	70	700
1.4- de 71 a 150 empregados	85	850
1.5- mais de 150 empregados	100	1000
2- Comércio		
2.1- Bares e Restaurantes por m2	0,7	5
2.2- Supermercados, por m2	0,7	5
2.3- Extração de areia por m2 Até 1.000 m2 De 1.001 a 5.000 m2 De 5.001 a 10.000 m2 Mais de 10.000 m2	 50 70 100 120	 500 700 1000 1200
2.4–Quaisquer outros ramos de atividades comerciais não constantes nesta tabela, p/ m2	0,5	5
Estabelecimentos bancários, de créditos, financiamento e investimento	0,5	5
2.5- Hotéis, Motéis, Pensões, similares		
até 10 quartos	20	200
De 11 a 20 quartos	30	300
Mais de 20 quartos	50	500
Com apartamentos	3	30
3-Representantes comerciais autônomos, corretores, despachantes, agentes e prepostos em geral	10	100
4-Profissionais autônomos que exercem		

atividades sem aplicação de capital	10	100
5-Profissionais autônomos que exercem atividade com aplicação de capital (não incluídos em outro item desta tabela)	15	150
6-Casa de loterias	15	150
7-Oficinas de consertos em geral		
Até 20 m2	15	150
De 21 m2 até 75 m2	20	200
De 76 m2 até 150 m2	30	300
De 150 m2 em diante	50	500
8-Postos de serviços para veículos	40	400
9-Depósitos de inflamáveis explosivos e similares	50	500
10-Tinturarias e Lavanderias	10	100
11-Salões e Engraxate	5	50
12-Estabelecimentos de banhos, duchas, massagens, ginásticas, etc.	15	150
13-Barbearias e salões de beleza	10	100
14-Ensino de qualquer grau ou natureza, por sala de aula	5	50
15-Estabelecimentos Hospitalares		
15.1-com até 25 leitos	70	700
15.2-com mais de 25 leitos	100	1000
16-Laboratórios de análise clínica	30	300
17-Diversões Públicas		
17.1-Cinemas e teatros com até 150 lugares	30	300
17.2-Cinemas e teatros com mais de 150 lugares	50	500
17.3-Restaurantes dançantes, boates, etc.	20	200
17.4-Bilhares e quaisquer outros jogos de mesa		
17.4.1-Estabelecimentos com até 3 mesas	30	300
17.4.2-Estabelecimentos com mais de 3 mesas	35	350
17.5-Boliches , p/ número de pistas	15	150
17.6-Exposições, feiras de amostras, quermesses	10	100
17.7-Circos e parques de diversões	10	100
17.8-Quaisquer espetáculos ou diversões não incluídos no item anterior	10	100
18-Empreiteiras e incorporadoras por m2	0,5	5
19-Agropecuária		
19.1-Até 100 empregados	60	600
19.2-Mais de 100 empregados	100	1000
20-Demais atividades sujeitas a taxa de localização não constantes dos itens anteriores	20	200

[1] A taxa de localização dos estabelecimentos terá como limite mínimo 50% da Unidade Fiscal.

ANEXO III

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15.12.1989)

1- Para prorrogação de horário	% sobre a Unidade Fiscal – UFICAN
I – Até às 22 horas	10 ao dias
	20 ao mês
	100 ao ano
II – Além das 22 horas	20 ao dia
	40 ao mês
	200 ao ano
2- Para antecipação de horário	10 ao dia
	20 ao mês
	100 ao ano

ANEXO IV

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15.12.1989)

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	% sobre a UFICAN
1-Publicidade afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros – qualquer espécie ou quantidade, por produto anunciado.	40% ao ano
2-Publicidade:	
I-No interior de veículos de uso público não destinados à publicidade como ramos de negócio – qualquer espécie ou quantidade, por produto anunciado	20% ao ano
II-Publicidade sonora, em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade. Qualquer espécie ou qualidade.	3% ao dia
III-Publicidade escrita em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade. Qualquer espécie ou qualidade, por matéria anunciada.	40% ao Mês
IV-Em cinemas teatros, circos, boates e similares, por mais projeção de filmes ou dispositivos por matéria anunciada	20% ao mês 200% ao ano
3-Publicidade, colocados em terrenos, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer via ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais – por matéria anunciada.	200% ao ano
4-Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos – por matéria anunciada	100% ao ano

ANEXO V

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15.12.1989)

1.Construção de:	% sobre UFICAN
a)Edificações até dois pavimentos, por m^2 de área construída	1,5
b)Edificações com mais de dois pavimentos por m^2 de área construída	2
c)Dependência em prédios residenciais, por m^2 de área construída	2
d)Dependências em quaisquer outros prédios para quaisquer	

finalidades, por m^2 de área construída	2
e)Barracões e galpões, por m^2 de área construída	1,5
f)Fachadas e muros, por metro linear	2
g)Marquises, cobertas e tapumes, por metro linear	2
h)Reconstruções, reformas, reparos e demolições, por m^2	1,5
2.ARRUAMENTOS:	
a)Com área até 20.000 m^2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos, por m^2	0,1
b)Com área superior a 20.000 m^2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos por m^2	0,3
3.LOTEAMENTO	
a)Com área até 10.000 m^2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município, por m^2	0,2
b)Com área superior a 10.000 m^2, excluídas as áreas destinadas a logradouros públicos e as que sejam doadas ao Município por m^2	0,1
4.QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:	
a)Por metro linear	2
b)Por metro quadrado	1,5

ANEXO VI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA DE ABATE DE GADO
% SOBRE A UNIDADE DE REFERÊNCIA/POR CABEÇA
(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15.12.1989)

GADO	%
Bovino ou Vacum	10
Ovino	5
Caprino	5
Suíno	10
Eqüino	10
Aves	0,1
Outros	0,5

ANEXO VII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
(Nova redação dada pela Lei nº 28, de 15.12.1989)

1.Feirantes	% da UR
1.1- Por dia	10
1.2-Por mês	50
1.3-Por ano	100
2.Veículos	
2.1-Por dia	10
2.2-Por mês	50
2.3-Por ano	100
3.Barraquinhas ou quiosques	
3.1-Por dia	10
3.2-Por mês	50
3.3-Por ano	100
4.Ambulante que ocupe área em logradouro público superior a 1 m2	

4.1-Por dia	10
4.2-Por mês	50
4.3-Por ano	100
5.quaisquer outros contribuintes não compreendidos no itens anteriores	
5.1-Por dia	10
5.2-Por mês	50
5.3-Por ano	100
6. Trailler	
6.1-Por dia	50
6.2-Por ano	300

ANEXO VIII
TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE COLETA DE LIXO

	% da UR M2/ANO
1.Unidades residenciais	0,08%
2.Comércio/Serviço	0,1%
3.Industrial	0,06%
4.Agropecuária	0,04%

DECRETO Nº 04/78

Institui os preços públicos, fixa os seus valores e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe conferem os dispositivos da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei Orgânica dos Municípios e no Código Tributário Municipal,

Decreta:

Art. 1º - As receitas municipais provenientes de preços públicos são os de:
I. Expediente
II. Serviços Diversos
III. Cemitério

Parágrafo Único - A tarifa é devida pela pessoa que se utilizar dos serviços constantes do "caput" deste artigo.

Art. 2º - Os preços de bens e serviços estarão sob controle do Conselho Interministerial de preços (CIP), de acordo com o Decreto nº 79.706 de 18 de maio de 1977, que dispõe sobre os atos da administração pública relativamente ao controle de preços.

Art. 3º - Os preços públicos cobrados pelo Município por serviço que preste são os constantes da tabela anexa a este Decreto.

Parágrafo Único – Os preços constantes da tabela referida neste artigo sofrerão reajustes sempre que necessário, nos termos do art. 3º do Decreto Lei nº 808 de 04 de setembro de 1969 onde serão submetidos seus estudos ao Conselho Interministerial de Preços (CIP), antes de sua aprovação final pelos órgãos ou entidades competentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, em 23 de janeiro de 1978.

Wilder Sebastião de Paula
Prefeito Municipal

LEI N° 1.285/2015

ALTERA O CAPÍTULO III DA LEI N° 20/77 DE 28/11/1977, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR N° 116/2003 DE 31 DE JULHO DE 2003 E INSTITUI O "TÍTULO V", DOS INCENTIVOS FISCAIS.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e assim sanciona a presente Lei:

Art. 1° - O Capitulo III da Lei Municipal n° 20/77, de 28 de novembro de 1977, passa a ter a seguinte redação:

CAPITULO III

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO

Art. 27. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 28. O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos Sócios Administradores;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 29. O serviço considera–se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 122 desta Lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa; das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

V – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VI – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

VIII – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

IX – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

X – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XI – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIII – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiadas, seguradas ou monitoradas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XIV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XV – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVI – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XVII – do estabelecimento do tomador da mão–de–obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XVIII – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XIX – do porto, aeroporto, aeroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, considera–se ocorrido o fato gerador e devido neste Município, o imposto proporcionalmente à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o item 22 da Lista de Serviços, anexa a esta Lei, considera–se ocorrido o fato gerador e devido neste Município, o imposto proporcionalmente à extensão de rodovia nele explorada.

§ 3º Considera–se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 30. Considera–se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracteriza-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Parágrafo único. Configura–se unidade econômica ou profissional àquela em que exista a conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II – estrutura organizacional ou administrativa;

III – inscrição nos órgãos previdenciários;

IV – indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos;

V – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

Art. **31**. A incidência do imposto independe:

I – da existência de estabelecimento fixo;

II – do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa ao prestador ou à prestação de serviços;

III – do fornecimento de material;

IV – do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação;

V – do caráter permanente ou eventual da prestação.

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO

Art. 32. O contribuinte do imposto é o prestador do serviço.

Art. 33. Fica responsável pelo crédito tributário, obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multas e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10,7.11, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16,7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista anexa.

Art. 34. Ficam responsáveis supletivamente pelo pagamento do imposto, qualificados como substitutos tributários, obrigados à retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I – em relação aos serviços que lhes forem prestados sem emissão obrigatória de Nota Fiscal:

a) as pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, tomadoras ou intermediárias de serviços;

b) as associações e fundações tomadoras ou intermediárias de serviços;

c) o proprietário do imóvel ou possuidor a qualquer título pela execução material de projeto de engenharia;

d) os condomínios residenciais ou comerciais;

II – em relação a quaisquer serviços que lhes sejam prestados, inclusive com emissão de Nota Fiscal:

a) as pessoas jurídicas beneficiadas por imunidade ou isenção tributária;

b) as entidades ou órgãos de administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

c) as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

d) as instituições financeiras;

e) as empresas de grande porte, conforme conceito da Legislação Federal ou Estadual;

f) as indústrias.

III – As empresas de construção civil, em relação aos serviços empreitados, e os empreiteiros da construção civil, em relação aos serviços subempreitados.

§ 1º Responde pela obrigação tributária, o contribuinte substituído que der causa à retenção e ao recolhimento do tributo em valor menor que o devido pelo substituto, quando:

I – omitir ou prestar declarações falsas;

II – falsificar ou alterar quaisquer documentos relativos à operação tributável;

III – seja–lhe concedida liminar em processo judicial que impeça a retenção do imposto na fonte, durante o período do impedimento.

SEÇÃO III

DA BASE DE CALCULO E DAS ALIQUOTAS

Art. 35. A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Parágrafo único. Não se inclui na base de cálculo do imposto o valor das mercadorias produzidas fora do local da prestação do serviço e comercializadas pela contribuinte, para os serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei.

Art. 36. Considera–se preço do serviço, para efeito de cálculo do imposto, a receita bruta, recebida ou não, devida pela prestação de serviços.

§ 1° Constitui parte integrante do preço:

I – os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros;

II – os ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado, na hipótese de prestação de serviços a prazo, sob qualquer modalidade;

III – o montante do imposto transferido ao tomador do serviço.

§ 2° Quando o pagamento do serviço se der mediante o fornecimento de serviços, mercadorias ou bens de qualquer natureza, o preço dos serviços será o preço corrente na praça.

Art. 37. A concessão de desconto, abatimento ou dedução não será levada em consideração no cálculo do preço de serviço, ressalvados o disposto no parágrafo único do art.130 desta Lei e os descontos concedidos incondicionalmente.

Art. 38. Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado pela aplicação da alíquota sobre uma base de cálculo estimada, conforme Tabela de Receita nº II, anexa a esta Lei.

§ 1° Para efeito de aplicação deste artigo, considera–se como forma de trabalho pessoal, sob a denominação de profissional autônomo:

I – o profissional liberal, assim considerado todo aquele que realiza trabalho ou ocupação intelectual (científica, técnica ou artística), de nível superior ou a este equiparado, com objetivo de lucro ou remuneração;

II – o profissional não liberal compreendendo todo aquele que, embora não tenha diploma de nível superior, desenvolva atividade lucrativa de forma autônoma.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos profissionais autônomos que:

I – prestem serviços alheios ao exercício da profissão para a qual sejam habilitados;

II – utilizem mais de 02 (dois) empregados, a qualquer título, na execução direta ou indireta dos serviços por ele prestados;

III – não estejam cadastrados no Município como tal.

SUBSEÇÃO I

DA ESTIMATIVA DA BASE DE CÁLCULO

Art. 39. Nas prestações de serviços de difícil controle ou fiscalização, definidas em regulamento, a base de cálculo será estimada, conforme critérios estabelecidos em Ato do Poder Executivo.

Art. 40. Os critérios para aplicação do regime de estimativa da base de cálculo deverão ser publicados até o último dia útil do mês de setembro de cada exercício, para vigência nos exercícios seguintes.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo atualizará monetariamente os valores estimados, nos mesmos índices aplicados para atualização dos tributos.

Art. 41. Os sujeitos passivos abrangidos pelo regime de estimativa poderão impugnar os critérios estabelecidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados na data de publicação.

Parágrafo único. A Administração Tributária deverá analisar a impugnação e responde–lá em até 90 (noventa) dias, contados de sua interposição.

Art. 42. Poderá, o sujeito passivo alcançado pelo regime de estimativa, optar pelo regime normal de tributação, desde que:

I – peticione a opção em até 30 (trinta) dias, após a publicação dos critérios da estimativa;

II – Antes do recebimento do pagamento, quando tratar–se de retenção na fonte;

III – apresente, referente aos 2 (dois) anos anteriores e em quanto vigorar o regime de estimativa:

a) Livro Diário e Razão, revestidos das formalidades legais;

b) Documentos fiscais, revestidos das formalidades legais;

c) Documentos e extratos de movimentação financeira e bancária.

Art. 43. Poderá o Chefe do Poder Executivo dispensar a utilização e apresentação de livros contábeis e fiscais e a obrigatoriedade de emissão de notas fiscais para sujeitos passivos alcançados pelo regime de estimativa.

Art. 44. Fica, ainda, autorizado o Chefe do Poder Executivo a estabelecer critérios de estimativa da base de cálculo para as atividades de pequena expressão econômico-financeira ou de rudimentar organização.

SUBSEÇÃO II

DO ARBITRAMENTO DA BASE DE CALCULO

Art. 45. A base de cálculo do imposto será apurada mediante arbitramento quando:

I – o contribuinte não dispuser de elementos de contabilidade ou de qualquer outro dado que comprove a exatidão do montante da matéria tributável;

II – recusar–se o contribuinte a apresentar ao Preposto Fiscal os livros da escrita comercial ou fiscal e documentos outros indispensáveis à apuração da base de cálculo, ou não possuir os livros ou documentos fiscais, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização;

III – o exame dos elementos fiscais ou contábeis levar à convicção da existência de fraude ou indicio de sonegação;

IV – forem omissos ou não mereçam fé as declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo.

§1° Na hipótese de arbitramento será obrigatória à lavratura de termo de fiscalização circunstanciado em que o Preposto Fiscal indicará, de modo claro e preciso, os critérios que adotou para arbitrar a base de cálculo do tributo, observado o disposto em Regulamento.

§2° Do imposto apurado com base na receita arbitrada, para cada período ou exercício, serão deduzidos os valores que já tenham sido objeto de lançamento e os efetivamente recolhidos.

SEÇÃO IV

DAS ALIQUOTAS

Art. 46. O imposto terá o seu cálculo efetuado de acordo com as alíquotas fixadas na Tabela anexa a esta Lei.

Art. 47. Na hipótese de serviço prestado por empresa enquadrável em mais de um dos itens a que se refere à Lista de Serviços, o imposto será calculado de acordo com as diversas incidências e alíquotas estabelecidas na Tabela, anexa a esta Lei.

Parágrafo único. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena do imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação, para os diversos serviços, da alíquota mais elevada.

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO

Art. 48. O lançamento será feito com base na declaração do contribuinte ou de ofício de acordo com critérios e normas previstos nesta Lei.

§ 1º A declaração é obrigatória, mesmo que não tenha ocorrido o fato gerador do imposto, com a devida anotação no documentário fiscal.

§ 2º Serão invalidadas as declarações irregularmente preenchidas, que contenham borrões, rasuras ou escritas de modo ilegível, que venham a prejudicar a análise do documento.

SEÇÃO VI

DO PAGAMENTO

Art. 49. O imposto será pago na forma e prazos estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 50. Consideram–se contribuintes distintos, para efeito de pagamento do imposto, os que, embora no mesmo local, com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes sujeitos passivos.

Art. 51. Considera–se devido o imposto dentro de cada mês, a partir da data:

a) da prestação do serviço;

b) da emissão de nota fiscal, nota fiscal fatura ou título de crédito que a dispense;

c) do recebimento do preço do serviço ou do aviso de crédito.

SEÇÃO VII

DO DOCUMENTO FISCAL

Art. 52. Os contribuintes do imposto ficam obrigados a manter em uso escrita fiscal, destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributados.

Art. 53. Ficam instituídos os Livros de Registro do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Nota Fiscal de Prestação de Serviços, a Nota Fiscal–Fatura de Prestação de Serviços, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, o Cupom Fiscal e a Declaração Mensal de Serviços do ISSQN.

Art. 54. Ato do Poder Executivo estabelecerá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte, devendo a escrituração fiscal ser mantida em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

Parágrafo único. Os livros, notas fiscais e outros documentos fiscais deverão ter sua impressão autorizada, bem como serão autenticados, salvo se dispensados por ato de Poder Executivo.

Art. 55. Os livros e documentos fiscais e comerciais, que são de exibição obrigatória ao agente fiscal, não poderão ser retirados do estabelecimento sob qualquer pretexto.

Parágrafo Único: Consideram–se retirados os livros que não forem exibidos ao agente fiscal, no momento em que forem solicitados.

Art. 56. Compete ao Poder Executivo, através de ato administrativo, permitir a dispensa de utilização de documentos fiscais.

Art. 2° - Fica instituído o TÍTULO V – DOS INCENTIVOS FISCAIS, com a seguinte redação:

TÍTULO V

DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 213. Desde que cumpridas às exigências legais da legislação, ficam isentos do ISSQN:

I – os microempresários individuais;

II – engraxates ambulantes;

III – Associações culturais;

IV – De diversão pública, consistentes em espetáculos desportivos, sem venda de ingresso, pules ou talões de apostas, ou em jogos e exibições competitivas, realizados entre associações ou conjuntos;

V - De diversão pública, com fins beneficentes, ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar;

VI-Prestados por sociedade ou instituição de fins filantrópicos, comprovados.

Art. 214 – Considera-se para efeito desta Lei, como MICRO EMPRESAS (ME) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP):

I – Micro Empresa (ME) – quando a receita bruta anual não exceder a 2.260 (DUAS MIL DUZENTOS E SESSENTA) UFICAN'S;

II – Empresa de Pequeno Porte (EPP) – quando a receita bruta anual ultrapassar a quantia correspondente a 2.260 (DUAS MIL DUZENTOS E SESSENTA) UFICAN's e não exceder a quantia correspondente a 4.280 (QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA) UFICAN's.

Parágrafo único – Considera-se Receita Bruta toda receita obtida entre 1° de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, excluídos os valores de mercadorias em regime de compensação tributária, tomando como ano fiscal para fins desta Lei, independente do fixado no contrato social da Empresa.

Art. 215 – Os limites fixados para definição das Empresas tratadas nesta Lei estende-se sempre proporcionais aos meses, inclusive frações destes, de seu efetivo funcionamento no exercício considerado do ano anterior ao enquadramento.

§ 1° - Caso a empresa não tenha operado no ano anterior ao pedido de enquadramento, será considerado como receita o faturamento relativo aos meses realizados no mesmo período, apurando, na base de 1/12 (UM DOZE AVOS).

§ 2° - Em se tratando de novas empresas, o enquadramento será obtido mediante declaração de sua estimativa pelo titular da empresa, que deverá apresentar os documentos fiscais ao final do exercício fiscal caso a Administração Pública entenda necessário para fins de fiscalização.

§ 3° - A cada mês de faturamento corresponderá a sua transposição dos valores obtidos, em UFICAN's daquele mês, para fixação do enquadramento, sua mudança ou cancelamento.

§ 4° - O enquadramento em outra faixa, ou cancelamento do enquadramento, poderá ser requerido a qualquer tempo pela Empresa interessada, ou procedido de ofício, pela autoridade administrativa.

§ 5° - O enquadramento de que tratam os parágrafos anteriores obedecerá a seguinte tabela:

Categoria	**Faixa**	**Receita Bruta Anual em UFICAN's**
MICRO EMPRESA	**1**	**ATÉ 565 UFICAN's**
	2	**ACIMA DE 565 ATÉ 1.130 UFICAN's**
	3	**ACIMA DE 1.130 ATÉ 1.695 UFICAN's**
	4	**ACIMA DE 1.695 ATÉ 2.260 UFICAN's**
EMPRESA DE PEQUENO PORTE	**5**	**ACIMA DE 2.260 ATÉ 2.888 UFICAN's**
(EPP)	**6**	**ACIMA DE 2.888 ATÉ 3.515 UFICAN's**

7 ACIMA DE 3.515 ATÉ 4.280 UFICAN's

Art. 216 – Fica assegurado às firmas consideradas como Micro Empresas (ME) E EMPRESAS DE PEQUE PORTE (EPP) estabelecidas no município de Cantagalo, tratamento tributário e administrativo diferenciado, como forma de incentivar e apoiar o surgimento de novas empresas, e o melhoramento da capacidade empresarial das existentes.

Art. 217 – As ME e EPP gozarão das seguintes facilidades administrativas:

I – Na concessão de Alvará de Localização e Funcionamento somente serão exigidos os seguintes documentos:

a) Contrato Social ou Firma Individual devidamente registrado;
b) Cópia do Cartão de Inscrição Estadual e/ou do CNPJ;
c) Cópia do documento de identidade e do CPF;
d) Cópia do protocolo expedido pelo Corpo de Bombeiros;
e) Boletim de Saúde Pública, caso a atividade a ser desenvolvida se relacione com alimentos, produtos de higiene, químicos e farmacêuticos e outras atividade em face da saúde dos funcionários e consumidores;
f) Apresentação dos Livros de Registro de Entrada e Saída de Mercadorias para conferência, e do Livro de Registro de ISSQN, quando as atividades forem pertinentes;
g) Comprovação de propriedade de posse do imóvel onde for se instalar a ME ou EPP.

II – Ao recolhimento mensal do imposto devido, fixado conforme estabelecido no Art.

III – Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, assegurada à possibilidade de aferição periódica de suas receitas.

IV – Guarda pelo prazo de 05 (cinco) anos, em ordem cronológica, dos documentos fiscais.

Parágrafo único - São obrigatórios os seguintes livros e documento fiscais abaixo arrolados:

a) O livro de registro de ISSQN, no caso de prestadores de serviço;
b) Os livros de registro de Entrada e Saída de Mercadorias;
c) Os documentos pertinentes às operações previstas nos incisos.

Art. 218 – Será concedida a isenção total da Taxa de Funcionamento e Localização (ALVARÁ) às empresas beneficiárias desta Lei que vierem a se instalar no Município, no ano de sua instalação e no seguinte, caso permaneçam desenvolvendo a mesma atividade empresarial.

Art. 219 – Fica simplificado o recolhimento mensal do ISSQN das empresas beneficiárias desta Lei, observado do disposto no Art. 213, que se enquadrarão conforme a tabela abaixo:

Tabela de enquadramento do regime simplificado de ISSQN

Categoria	Faixa	Alíquota do recolhimento mensal %

MICRO EMPRESA	**1**	**2,0%**
	2	**2,0%**
	3	**2,0%**
	4	**2,0%**
EMPRESAS DE PEQUENO	**5**	**2,0%**
PORTE	**6**	**2,5%**
	7	**3,0%**

Art. 220 – Será concedido Alvará de Localização e Funcionamento em unidades residenciais unifamiliares de propriedade de um dos sócios ou da firma individual, respeitada a Lei de Zoneamento Urbano.

§ 1° - O benefício de que trata este artigo poderá ser estendido a unidades provenientes de locação, se expressamente autorizado o funcionamento e a atividade pelo proprietário do Imóvel.

§ 2° - As empresas beneficiárias desta concessão somente poderão funcionar com até 10 (dez) empregados, respeitadas as normas que regulem o direito de vizinhança, notadamente quanto a ruídos, expedição de qualquer matéria orgânica ou não, que ultrapasse os limites do estabelecimento e luminosidade, entre outros.

§ 3° - Excluem-se do benefício de que trata este artigo as empresas que exerçam atividades de: casa de diversões, hotéis e similares, escolas, hospitais e similares, transportes urbanos ou de cargas, bancos de sangue, depósito de combustíveis ou explosivos, comércio de material de construção ou tintas, e outras que por suas características possam ocasionar danos à coletividade.

Art. 221 – Fica criado o Alvará Especial de Localização de Representação para ME e EPP, que será concedido em caráter discricionário e precário e poderá ser cancelado a todo e qualquer tempo, após notificação e aviso.

§ 1° - O Alvará de que trata este artigo, se destina exclusivamente a residência multifamiliar de propriedade de um dos sócios, ou do titular de firma individual, funcionando tão somente como ponto de referência.

§ 2° - É vedada a utilização ou exercício de qualquer atividade ou serviço que implique no ir e vir de pessoas, depósito de mercadorias, enfim, qualquer atividade que não a de ser ponto de referência para fins de correspondência postal ou contato telefônico, proibida a publicidade local.

Art. 222 – Fica assegurada a participação das ME e EPP nas licitações, em todas as suas modalidades, promovidas pelos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacionais, o município de Cantagalo.

§ 1° - As ME e EPP poderão consorciar-se para fins de obtenção da capacitação técnica-financeira.

§ 2° - A comprovação do consórcio deverá ser através de documento hábil firmado pelas consorciadas, juntando-se os contratos individuais de cada uma, além de requisito de pré-cadastramento na Prefeitura Municipal de Cantagalo.

Art.223 – É assegurado às ME e EPP cadastradas neste Município, a preferência, em igualdade de condições com terceiros, na aquisição de bens e serviços decorrentes de qualquer modalidade de aquisição, salvo aquelas em que se estabelecer preço mínimo.

Parágrafo único – Havendo empate entre ME e EPP, indistintamente, o desempate será apurado através de sorteio, a critério da Administração Pública.

Art. 224 – A Administração Municipal manterá um cadastro de ME e EPP que se destinará:

I – A habilitação para fins de licitação e compras;

II – A análise e fiscalização de declarações e documentos, visando à obtenção da real arrecadação, através de sistema simplificado de fiscalização.

Art. 225 – A Administração Pública adotará sistema simplificado de fiscalização, adotando, entre outras medidas.

I – A convocação para comparecer às dependências municipais para prestar esclarecimentos sobre receitas e despesas;

II – Fiscalização direta aos estabeleci mentos.

Parágrafo único - O não atendimento da convocação no prazo que for marcado, ou a recusa ou ocultação de livros e documentos implicará em multa de até 02 (DUAS) UFICAN's para EPP, a critério da Secretaria de Fazenda Municipal, aplicável em dobro em caso de reincidência, além da perda da condição de tratamento especial e diferenciado.

Art. 226 – Ultrapassado o limite anual da faixa em que estiver enquadrada, a ME e EPP deverá comunicar o fato à Fazenda Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, para ajuste da faixa correspondente, ou seu desenquadramento, a partir da data dessa ocorrência, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o imposto devido e acréscimos legais.

Parágrafo único – Caso, no final do exercício, não se alcance o limite mínimo da faixa em que estiver enquadrada, poderá se efetuar seu enquadramento para a faixa adequada, que valerá para o próximo exercício.

Art. 227 – A perda da condição de ME ou EPP em razão da receita realizada, deverá ser comunicada à Fazenda Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fato gerador sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre tributos devidos e acréscimos legais.

Art. 228 – As empresas que não se enquadrarem como ME ou EPP, na forma desta Lei, e que estiverem operando em infração a esta Lei, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I – Cancelamento do seu registro como ME ou EPP;

II – Pagamento dos tributos devidos, como empresa não beneficiada por esta Lei, acrescidos de multa de 30% (trinta por cento) e cominações legais;

III – O impedimento, pelo período de 02 (dois) anos de seus sócios, ou titular, a virem a construir nova empresa ou participação em empresa já existente, beneficiada por esta Lei.

Art. 229 – Na hipótese do arbitramento do ISSQN face à infração desta Lei, serão aplicadas todas as disposições do Código Tributário deste Município, além das cominações expressas nesta Lei.

Art. 230– O titular ou sócio de ME ou EPP para se beneficiar desta Lei, renuncia a condição de participação limitada no capital social, de modo que possa responder solidária e ilimitadamente pelo pagamento dos tributos e multas devidos.

Art. 231 – São excluídas do tratamento estabelecido nesta Lei as empresas:

I – Que se constituem na forma de Sociedade Anônima;

II – As que um dos sócios seja pessoa jurídica;

III - As que um dos sócios, ou o titular, participe de outra pessoa jurídica, desde que o somatório dos faturamentos anuais ultrapasse 10.000 (DEZ MIL) UFICAN'S;

IV – As que participem do capital de outra empresa.

Art. 232. São infrações as situações a seguir indicadas, passíveis de aplicação das seguintes penalidades básicas:

I – no valor de 05 (cinco) UFICAN'S:

a) a falta de declaração do contribuinte quando não tenha exercido atividade tributável ou cujo imposto tenha sido retido na fonte, por mês não declarado;

b) a falta de apresentação da Declaração Mensal de Apuração do ISSQN, por mês não declarado;

c) o embaraço à ação fiscal.

II – no valor de 01 (uma) UFICAN por cada nota fiscal ou nota fiscal fatura emitida fora dos padrões definidos em regulamento, limitada a 40 (quarenta) UFICAN'S por ano;

III – no valor de 0,5 (meia) UFICAN:

a) por cada nota fiscal não entregue ao tomador do serviço, limitada a 40 (quarenta) UFICAN'S por ano;

b) por nota fiscal emitida sem a descrição completa dos seguintes especificações do tomador do serviço: nome, endereço, CNPJ ou CPF, valor e quantidade do serviço, limitada a 40 (quarenta) UFICAN'S por ano;

IV – no valor de 3,5 (três e meia) UFICAN'S :

a) falta do Livro de Registro do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

b) falta de escrituração do Livro de Registro do imposto ou o seu uso sem a devida autenticação pela autoridade competente.

V – no valor de 1,5 (uma e meia) UFICAN :

a) por mês de funcionamento, o estabelecimento sem inscrição no cadastro fiscal;

b) a falta de retenção na fonte, por mês não retido;

c) falta do pedido de baixa da inscrição, no caso de encerramento da atividade;

VI – no valor de l00% (cem por cento) do tributo atualizado, a falta de lançamento, declaração ou pagamento do tributo;

VII – no valor de 200% (duzentos por cento), do tributo atualizado, a retenção na fonte sem o recolhimento à Fazenda Municipal, a sonegação verificada em face do documento, exame de escrita mercantil e/ou fiscal ou elementos de qualquer natureza que a comprove;

VIII – no valor de 100% (cem por cento), do tributo atualizado, em todos os demais casos de infrações qualificadas;

IX – no valor de 8,5 (oito e meia) UFICAN'S a inexistência de notas fiscais ou notas fiscais fatura de prestação de serviços;

X – no valor de 1,5 (uma e meia) UFICAN a falta de comunicação de alteração dados cadastrais;

XI – no valor de 20 (vinte) UFICAN'S:

a) a notificação simulada de extravio de documentos fiscais;

b) destruição indevida de documentos fiscais;

c) calçamento de nota fiscal de prestação de serviços;

d) confecção e utilização de mais de um talão com a mesma numeração;

§ 1º A apuração da simulação dar–se–á mediante a técnica de circularização ou qualquer meio de prova legalmente admitida.

§ 2º Quando o contribuinte for de movimento econômico reduzido, microempresário individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, a multa será reduzida a conforme definido em regulamento.

Art. 3º- Esta Lei, depois de sancionada, deverá ser publicada na internet, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Cantagalo-RJ.

Art. 4º- Ficam revogados o antigo texto do Capítulo III da Lei Municipal n° 20/77, Lei Municipal n° 510/2001, Lei Municipal n° 702/2005, Lei Municipal n° 1.200/2014 e Lei Municipal n° 1.216/2014.

Art. 5°- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos imediatamente, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de setembro de 2015.

SAULO DOMINGUES GOUVEA
PREFEITO

LISTA DE SERVIÇOS E ALIQUOTAS

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas. 5%

1.02 – Programação. 5%

1.03 – Processamento de dados e congêneres.....5%

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos..... 5%

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.....5%

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.....5%

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.....5%

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.....5%

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza. 5%

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda. 5%

3.02 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza. 5%

3.03 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.....5%

3.04 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.....5%

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.....5%

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.....5%

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos socorros, ambulatórios e congêneres.....3%

4.04 – Instrumentação cirúrgica.....5%

4.05 – Acupuntura. 5%

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.....3%

4.07 – Serviços farmacêuticos.....5%

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.....5%

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.....5%

4.10 – Nutrição.....5%

4.11 – Obstetrícia.....5%

4.12 – Odontologia.....5%

4.13 – Ortóptica.....5%

4.14 – Próteses sob encomenda.....3%

4.15 – Psicanálise.....5%

4.16 – Psicologia.....5%

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.....3%

4.18 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.....5%

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.....3%

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.....3%

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.....5%

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.....3%

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.....3%

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.....3%

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos–socorros e congêneres, na área veterinária.....3%

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.....3%

5.04 – Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.....3%

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos congêneres.....3%

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.....3%

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.....3%

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.....5%

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico–veterinária.....5%

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.....5%

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.....5%

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.....4%

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.....5%

6.05 – Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.....5%

7 – Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.....5%

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....3%

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.....5%

7.04 – Demolição.....3%

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).....3%

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.....5%

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.....3%

7.08 – Calafetação.....3%

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.....5%

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.....5%

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.....3%

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.....5%

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.....5%

7.14 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.....2%

7.15 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.....3%

7.16 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.....5%

7.17 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.....5%

7.18 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.....5%

7.19 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exportação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.....3%

7.20 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.....5%

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré–escolar, fundamental, médio e superior.....3%

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.....3%

9 – Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.....3%

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart–service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence–service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).....5%

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.....5%

9.03 – Guias de turismo.....5%

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.....5%

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.....5%

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.....5%

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).....5%

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.....5%

10.06 – Agenciamento marítimo.....5%

10.07 – Agenciamento de notícias.....5%

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.....5%

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.....5%

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.....5%

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.....3%

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.....5%

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.....5%

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.....5%

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.....5%

12.02 – Exibições cinematográficas.....5%

12.03 – Espetáculos circenses.....5%

12.04 – Programas de auditório.....5%

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.....5%

12.06 – Boates, taxi–dancing e congêneres.....5%

12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.....5%

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.....5%

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.....5%

12.10 – Corridas e competições de animais.....5%

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.....5%

12.12 – Execução de música.....5%

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.....5%

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.....5%

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.....3%

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.....5%

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.....3%

13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.....5%

13.02 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.....5%

13.03 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.....5%

13.04 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.....5%

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).....5%

14.02 – Assistência Técnica.....5%

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.....5%

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus .....%

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.....5%

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.....5%

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.....5%

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.....5%

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.....5%

14.10 – Tinturaria e lavanderia.....5%

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.....5%

14.12 – Funilaria e lanternagem.....5%

14.13 – Carpintaria e serralheria.....5%

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer (exceto fundos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré–datados e congêneres.....5%

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta–corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.....5%

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.....5%

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.....5%

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.....5%

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral, abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.....5%

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fax–símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada, fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.....5%

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.....5%

15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).....5%

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.....5%

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.....5%

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.....5%

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.....5%

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.....5%

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.....5%

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.....5%

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.....5%

15.18 –Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.....5%

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.....5%

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.....5%

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra–estrutura administrativa econgêneres.....5%

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.....5%

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão–de–obra.....5%

17.05 – Fornecimento de mão–de–obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.....5%

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.....5%

17.07 – Franquia (franchising).....5%

17.08 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.....5%

17.09 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.....5%

17.10 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).....5%

17.11 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.....5%

17.12 – Leilão e congêneres.....5%

17.13 – Advocacia.....5%

17.14 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.....5%

17.15 – Auditoria.....5%

17.16 – Análise de Organização e Métodos.....5%

17.17 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.....5%

17.18 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.....5%

17.19 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.....5%

17.20 – Estatística.....5%

17.21 – Cobrança em geral.....5%

17.22 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).....5%

17.23 – apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.....5%

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.....5%

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.....5%

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.....5%

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.....5%

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.....5%

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.....5%

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em

contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.....5%

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.....5%

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.....5%

25 – Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela, transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos, desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.....5%

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.....5%

25.03 – Planos ou convênio funerários.....5%

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.....5%

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.....5%

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.....5%

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.....5%

29 –Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.....5%

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.....5%

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.....5%

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 – Serviços de desenhos técnicos.....5%

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.....5%

34 –Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.....5%

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.....5%

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.....5%

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.....5%

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.....5%

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)..... 5%.

40 –Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 – Obras de arte sob encomenda.....5%